



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**DO TRÓPICO ÚMIDO**

**LAURA ARLENE SARÉ XIMENES PONTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E OS INDÍGENAS CITADINOS:**  
**estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e**  
**Manaus (1988 a 2010)**

**Belém**  
**2011**

**LAURA ARLENE SARÉ XIMENES PONTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E OS INDÍGENAS CIDADINOS:  
estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus  
(1988 a 2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará para obtenção do grau de Doutor em Ciências, Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian.

**Belém  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Ponte, Laura Arlene Saré Ximenes

Políticas públicas e os índios citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010) / Laura Arlene Saré Ximenes Ponte; orientadora, Lígia T. Lopes Simonian. – 2011.

269 f.: il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Índios da América do Sul – Belém (PA). 2. Índios da América do Sul – Manaus (AM). 3. Índios da América do Sul – Belém (PA) – saúde e higiene. 4. Índios da América do Sul – Manaus (AM) – saúde e higiene. 5. Índios da América do Sul – Belém (PA) – educação. 6. Índios da América do Sul – Manaus (AM) – educação. I. Simonian, Lígia T. Lopes, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 305.8988115

---

LAURA ARLENE SARÉ XIMENES PONTE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E OS INDÍGENAS CITADINOS:  
estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará para obtenção do grau de Doutor em Ciências, Desenvolvimento Socioambiental.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian  
Orientadora, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Examinadora interna, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro  
Examinadora interna, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Eneida Corrêa de Assis  
Examinadora externa, IFCH/UFPA

Profa. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá  
Examinadora externa, ICESA/UFPA

À minha família, Manfredo, Laila, Gabriel e Victor, pelas relações de amor, cumplicidade, estímulo e compreensão, que sempre estarão presentes entre nós.

Aos meus pais Raimunda e Teófilo (*in memoriam*), e meu filho Mário Augusto (*in memoriam*), que embora ausentes, sempre farão parte da minha vida.

A todas as pessoas que têm lutado pelas melhorias das condições de vida e pela garantia da diversidade das populações indígenas neste país.

## AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian pela orientação, estímulo e compreensão, que proporcionaram as condições necessárias à confecção desta tese de doutoramento.

Às professoras Edna Ramos de Castro, Eneida Corrêa de Assis e Rosa Elizabeth Acevedo Marin pelas recomendações valiosas durante o exame de qualificação e pré-banca.

Aos professores do NAEA por todas as suas contribuições durante a realização do curso com seus ensinamentos e esclarecimentos.

À minha tia Laila Habib pela atenção e carinho que sempre teve comigo ao longo de toda a minha vida, assumindo muitas vezes o papel de mãe.

Ao meu irmão Charles de Melo Saré pela ajuda material, que em alguns momentos foram fundamentais para a continuidade da pesquisa de campo.

Às bibliotecárias do NAEA: Ana da Silva Santos, Ruthane Saraiva da Silva e Rosângela Caldas Mourão, por suas valiosas orientações à normatização desta tese.

Aos amigos paraenses residentes em Manaus: Fernanda Bahia Costa, Antônio Roberto Costa, Talita Costa e Ygor Costa, por me terem hospedado com tanto carinho.

Aos professores da Universidade Federal do Amazonas: Raimundo Nonato da Silva e Paulo Monte, que indicaram e cederam materiais bibliográficos e documentais para a pesquisa.

À amiga e colega Denise Machado Cardoso, pela atenção, incentivo e orientações no processo inicial deste estudo e durante a confecção do mesmo.

À amiga, colega e comadre Zuleide Pamplona Ximenes Ponte pelas orientações e discussões do material produzido ao longo da confecção desta tese.

Ao colega e amigo Jesse Rodrigues pela colaboração na pesquisa de campo, com transporte e companhia em alguns locais da pesquisa, em Manaus.

Aos colegas da turma de 2007 do PPGDSTU/NAEA, pela união, disposição e persistência nos vários embates que a turma enfrentou ao longo do curso.

À Adriane Giugni da Silva, por sua valiosa leitura e contribuições na revisão do texto final desta tese.

A todos os indígenas que contribuíram de algum modo com esta pesquisa de tese de doutoramento.

*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.*

Marx

## RESUMO

Trata das políticas públicas de educação e saúde voltadas para a população indígena residente em Belém (PA) e Manaus (AM). O período de estudo escolhido para análise compreende 1988 a 2010, visto que 1988 foi o ano que marcou, em termos constitucionais, o fim do período de exceção vivenciado no Brasil. Historicamente, o Estado português, e depois brasileiro, tomou medidas direcionadas aos indígenas, com ou sem amparo legal. Nesta tese, privilegiou-se como foco as políticas públicas voltadas à educação e à saúde indígena, no período já citado, por considerar-se que são importantes para o entendimento das ações do Estado brasileiro e, em particular, aquelas efetivadas pelos governos municipais de Belém e Manaus. A Constituição Federal de 1988 inovou com dispositivos legais que estabeleceram o respeito à diversidade dos povos indígenas e a reforma do Estado brasileiro, iniciada formalmente em 1991, modificou a sua organização burocrática no atendimento à educação e saúde indígena. A partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa investigou-se as ações do poder público municipal das duas capitais supracitadas, em face à descentralização inerente ao modelo que vigora atualmente, para os indígenas residentes nesses locais. As evidências sugerem na área da educação insatisfação dos indígenas quanto à qualidade do material didático/pedagógico disponibilizado nas escolas e na oferta do ensino bilíngue, e inadequação dos conteúdos programáticos; na saúde, ausência de planos, projetos e programas específicos. As populações citadinas pesquisadas apresentam semelhanças, indicando resultados desfavoráveis das ações das políticas públicas. A diferença entre os indígenas citadinos de Manaus e Belém consiste na organização e participação política, de modo mais efetivo em Manaus, o que ocasiona ações mais claras do poder público naquela cidade em relação à educação escolar e saúde indígena.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Indigenistas. Educação Indígena. Saúde Indígena. Belém. Manaus.



## ABSTRACT

In this thesis, the focus refers to public policies of education and health toward the Belem (PA) and Manaus (AM) Indigenous resident population. The chosen period of the study to analyze such object comprehends 1988 to 2010, as 1988 was the year that marked, in constitutional terms, the end of the exception period that Brazil went through. Historically, the Portuguese State, and latter the Brazilian, created measures directed to Indigenous, with or without legal support. But here, the public policies related to indigenous education and health were privileged as the research object in the referred period, as they are important to the understanding of the actions of the Brazilian State and, in particular, to those implemented by the municipal governments of Belem and Manaus. The 1988's Federal Constitution innovated with legal articles that established the respect to the diversity of the Indigenous peoples and the reform of the Brazilian State formally started in 1991 and that modified its bureaucratic organization regarding the indigenous education and health. With base in a qualitative and quantitative research the actions of the municipal public power of the two above cited capitals were investigated regarding to the decentralization proper of the model that works nowadays to the indigenous resident in such locals. The evidences suggest that in the education area of the lack satisfaction of the Indigenous towards the quality of the didactic/pedagogical material offered by the schools and the offer of bilingual teaching, and yet the inadequacies of the programmatic issues; in the health area, the inexistence of plans, projects and specific programs. The researched city populations reveal similarities, suggesting unfavorable results of the public policies' actions. The differences among the city Indigenous of Belem and Manaus and consists in the organizations and political participation, in a more effective way in Manaus, what engender more clear actions of the public power in this last city in relation to Indigenous' school education and health.

**Key-words:** Indigenist Public Policies. Indigenous Education. Indigenous Health. Belém. Manaus.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 –	Problematização da pesquisa	25
Mapa 1 –	Localização da cidade de Belém	95
Mapa 2 –	Migração dos grupos indígenas Tembé, Munduruku e Kayapó para Belém	100
Fotografia 1 –	Memorial dos Povos Indígenas	103
Mapa 3 –	Localização de Manaus	105
Mapa 4 –	Migração dos grupos indígenas Baniwa, Sateré-Mawé e Tikuna para Manaus	107
Fotografia 2 –	Acesso ao Centro Cultural dos Tikuna, Manaus, 2008	108
Mapa 5 –	Etnias pesquisadas em Manaus	109
Mapa 6 –	Locais de comercialização de arte indígena	111
Diagrama 1 –	Política de etnodesenvolvimento do Governo Federal	114
Quadro 1 –	Programas e ações de etnodesenvolvimento	115
Mapa 7 –	Área de abrangência do programa “Amazonas Indígena”	116
Fotografia 3 –	Exposição Pú Kaa, Manaus, 2008	119
Fotografia 4 –	Centro Cultural dos Tikuna, Manaus, 2008	162
Figura 1 –	Mapa perceptual resultante da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária <i>versus</i> número de filhos de indígenas de Manaus	172
Mapa 8 –	Etnias e localização da população indígena em Manaus	178
Mapa 9 –	Tipo de participação em associações dos indígenas em Manaus	189
Mapa 10 –	Etnias e localização da população indígena por bairros da mesorregião metropolitana de Belém	206

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Faixa etária dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	170
Gráfico 2 –	Distribuição (%) da etnia dos indígenas pesquisados residentes em Manaus (n=54)	173
Gráfico 3 –	Distribuição do tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	175
Gráfico 4 –	Local de Moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	176
Gráfico 5 –	Distribuição das respostas à pergunta sobre estado civil, por n=54 indígenas, Manaus	178
Gráfico 6 –	Habitantes por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	180
Gráfico 7 –	Famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	181
Gráfico 8 –	Grau de escolaridade paterna dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	182
Gráfico 9 –	Grau de escolaridade materna dos indígenas investigados residentes em Manaus, (n=54)	183
Gráfico 10 –	Quantidade de filhos por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	184
Gráfico 11 –	Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	185
Gráfico 12 –	Tempo de permanência no trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	187
Gráfico 13 –	Tipo de assistência que possui a população indígena investigada residente em Manaus, (n=54)	188
Gráfico 14 –	Participação política em associações da população indígena investigada residente em Manaus (n=54)	189
Gráfico 15 –	Conhecimento de políticas públicas dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	190
Gráfico 16 –	Políticas públicas sugeridas pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	192
Gráfico 17 –	Distribuição de faixa etária dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	208
Gráfico 18 –	Distribuição das etnias dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	209
Gráfico 19 –	Tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	210
Gráfico 20 –	Estado civil dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	211
Gráfico 21 –	Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados	212

	residentes em Belém (n=50)	
Gráfico 22 –	Tempo de permanência no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	213
Gráfico 23 –	Escolaridade dos indígenas investigados, residentes em Belém (n=50)	214
Gráfico 24 –	Número de famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	215
Gráfico 25 –	Número de pessoas por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	216
Gráfico 26 –	Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém sobre políticas públicas de educação (n=50)	218
Gráfico 27 –	Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém acerca de políticas públicas de saúde (n=50)	220
Gráfico 28 –	Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém, (n=50)	221

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Principais agrupamentos de atividade econômica na RMB	96
Tabela 2 –	Emprego formal segundo atividade econômica no município de Belém, 2009	96
Tabela 3 –	Estrutura empresarial do município de Belém, 2008	97
Tabela 4 –	Estrutura empresarial de Manaus, 2008	108
Tabela 5 –	Quantidade de atendimentos realizados pelo Pira-Yawara, por área de atuação e público atingido	131
Tabela 6 –	Alunos da rede estadual atendidos pelo Pira-Yawara no ano de 2008, por município	131
Tabela 7 –	Relação dos convênios analisados nos relatórios de auditoria	141
Tabela 8 –	Razões e valores sobrestados no convênio nº 1336/04	142
Tabela 9 –	Dados gerais quantitativos da educação escolar indígena no estado do Pará nos anos de 2008 e 2009	151
Tabela 10 –	Quantidade e percentual de escolas indígenas e número de alunos matriculados no estado do Pará nos anos de 2008 e 2009	151
Tabela 11 –	Recursos Investidos pela SEDUC e FNDE/MEC na educação escolar indígena no Pará, nos anos 2008 e 2009	152
Tabela 12 –	Atendimentos realizados pelo Núcleo de Educação Escolar Indígena, no ano de 2008	163
Tabela 13 –	Faixa etária dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	169
Tabela 14 –	Resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária <i>versus</i> opinião em relação a aspectos que melhorariam a vida dos indígenas em Manaus	171
Tabela 15 –	Resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária <i>versus</i> número de filhos de indígenas de Manaus	172
Tabela 16 –	Etnia dos indígenas pesquisados residentes em Manaus (n=54)	173
Tabela 17 –	Distribuição do tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	174
Tabela 18 –	Local de moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	176
Tabela 19 –	Bairros habitados pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	177
Tabela 20 –	Estado civil dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	178
Tabela 21 –	Habitantes por moradia da população indígena investigada residente em Manaus (n=54)	180
Tabela 22 –	Famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	181
Tabela 23 –	Grau de escolaridade paterna dos indígenas investigados residentes em	182

	Manaus (n=54)	
Tabela 24 –	Grau de escolaridade materna dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	183
Tabela 25 –	Quantidade de filhos por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	184
Tabela 26 –	Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	185
Tabela 27 –	Funções exercidas no mercado de trabalho pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	186
Tabela 28 –	Tempo de permanência no trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	187
Tabela 29 –	Tipo de assistência que possui a população indígena investigada residente em Manaus (n=54)	188
Tabela 30 –	Tipo de política pública conhecida pela população indígena investigada residente em Manaus (n=54)	191
Tabela 31 –	Políticas públicas sugeridas como necessárias pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)	192
Tabela 32 –	Distribuição de faixa etária dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	208
Tabela 33 –	Distribuição das etnias dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	209
Tabela 34 –	Tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	210
Tabela 35 –	Estado civil dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	211
Tabela 36 –	Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	212
Tabela 37 –	Tempo de permanência no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	213
Tabela 38 –	Escolaridade dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	214
Tabela 39 –	Número de famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	215
Tabela 40 –	Número de pessoas por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	216
Tabela 41 –	Medidas de tendência central e variação do escore de opinião sobre políticas públicas de educação dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	217
Tabela 42 –	Medidas de tendência central e variação do escore de opinião sobre políticas públicas de saúde para os indígenas investigados residentes em Belém (n=50)	219

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE	Associação Brasileira de Antropólogos – Norte e Nordeste
AC	Análise de Correspondência Simples
AER	Administração Executiva Regional
AGITARGMA	Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá
AIAMB	Associação dos Índios da Área Metropolitana de Belém
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
ALEM	Associação Linguística Evangélica Missionária
AM	Amazonas
AMISM	Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
APA	Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém
CASAI	Casa de Saúde do Índio
CE	Ceará
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEEI	Conselho Estadual de Educação Indígena
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CF	Constituição Federal
CGAUD	Coordenação Geral de Auditoria Interna da FUNASA
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico
COPIAM	Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia
CORE	Coordenações Regionais
CPPITA	Coordenação de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais
DEDIC	Diretoria de Educação para Diversidade, Inclusão e Cidadania
DESAI	Distrito Sanitário Indígena
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EIR	Exército Industrial de Reserva
EMSI	Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena
EVS	Equipes Volantes de Saúde

FECECO	Federação Cearense de Esportes Colegiais
FEPI	Fundação Estadual de Política Indigenista
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Fundação Nacional de Saúde (denominação anterior)
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
GEEI	Gerência de Educação Escolar Indígena
GEPI	Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas
GPPEIS	Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Educação e Inclusão Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IER-AM	Instituto de Educação Rural do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDESP	Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto
INPA	Instituto de Pesquisas da Amazônia
ITAM	Instituto Tecnológico do Amazonas
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LAANF	Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEAF	Ministério de Assuntos Fundiários
MEC	Ministério da Educação
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MS	Ministério da Saúde
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEEI	Núcleo de Educação Escolar Indígena
NEPI	Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDET	Plano Decenal de Educação Para Todos



PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PWA	Programa Waimiri-Atroari
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
RENISI	Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC	Secretaria de Estado e Educação
SEEL	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEMDEL	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local
SEMDIH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SEPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SESPA	Secretaria Estadual de Saúde do Pará
SIL	Summer Institute of Linguistic
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Terra Indígena
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNB	Universidade de Brasília
UNI	União das Nações Indígenas
VAIPO	Viceministerio de Asuntos Indígenas y Pueblos Originarios
ZFV	Zona Franca Verde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	19
1.1 PROBLEMA	19
1.2 JUSTIFICATIVA	25
1.3 OBJETIVOS	27
1.4 PROPOSIÇÃO CENTRAL	28
<b>1.4.1 Proposições complementares</b>	29
1.5 METODOLOGIA	29
<b>1.5.1 Procedimentos metodológicos</b>	31
<b>1.5.2 Procedimentos técnicos</b>	35
1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	38
<b>2 ESTADO, DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E INDIGENISTAS</b>	41
2.1 ESTADO: BREVE RELATO HISTÓRICO DE SUA ORIGEM	41
2.2 ESTADO BRASILEIRO, DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO INDÍGENA	45
2.3 DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E A QUESTÃO INDÍGENA	52
2.4 CONCEITO, POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS INDIGENISTAS	67
2.5 REFORMA DO ESTADO E O APARATO LEGAL	74
<b>2.5.1 CF/1988, reforma do Estado e os indígenas</b>	74
<b>2.5.2 Processo de setorização institucional e saúde indígena</b>	78
<b>2.5.3 Descentralização da educação escolar indígena</b>	83
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: BELÉM E MANAUS</b>	95
3.1 CARACTERIZAÇÃO DE BELÉM	95
<b>3.1.1 Caracterização dos indígenas de Belém</b>	98
<b>3.1.2 Ação do poder municipal de Belém e os indígenas</b>	102
3.2 CARACTERIZAÇÃO DE MANAUS	104
<b>3.2.1 Caracterização dos indígenas de Manaus</b>	109
<b>3.2.2 Ação do governo do Amazonas e os indígenas</b>	112
<b>3.2.3 Ação do governo municipal e os indígenas</b>	116

<b>4 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO AMAZONAS E NO PARÁ</b>	122
4.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO AMAZONAS	122
<b>4.1.1 Educação escolar indígena no Amazonas</b>	122
<b>4.1.2 Saúde indígena no Amazonas</b>	139
4.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO PARÁ	145
<b>4.2.1 Educação escolar indígena no Pará</b>	145
<b>4.2.2 Saúde indígena no Pará</b>	155
<b>5 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM MANAUS E BELÉM</b>	159
5.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM MANAUS	159
<b>5.1.1 Educação escolar indígena em Manaus</b>	159
<b>5.1.2 Saúde indígena em Manaus</b>	193
5.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM BELÉM	205
<b>5.2.1 Educação escolar indígena em Belém</b>	205
<b>5.2.2 Saúde indígena em Belém</b>	218
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	222
<b>REFERÊNCIAS</b>	234
<b>APÊNDICES</b>	252
<b>ANEXOS</b>	267

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PROBLEMA

A presente tese tem como tema de estudo as políticas públicas voltadas para as populações indígenas nas capitais dos estados do Amazonas e do Pará no Brasil, no período de 1988 a 2010, ou seja, após a aprovação da atual Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988). O Estado português e depois brasileiro atuou e atua sobre as populações indígenas, atendendo aos interesses da classe hegemônica. Essa atuação nem sempre esteve presente em termos de políticas públicas que favorecessem os indígenas, ao contrário, tem-se conhecimento através da literatura especializada que as ações dirigidas a essa população contradizem seus interesses.

Diante desta realidade, decidiu-se pesquisar a questão indígena. Isso ocorreu especialmente após um contato que se teve com indígenas aldeados e desaldeados residentes em Belém (PA). Então, eles participavam de uma reunião com representantes da instituição indigenista oficial – a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O objetivo foi então definido a respeito de políticas afirmativas relacionadas ao ensino superior.

Na ocasião, vivenciou-se um fato conflituoso e constrangedor. Precisamente, o representante da FUNAI requereu a permanência exclusiva na reunião de indígenas aldeados, solicitando a saída dos desaldeados. Os demais indígenas foram obrigados a se retirarem, a fim de dar início ao evento, e foi-lhes informado da necessidade de criar uma organização política para garantirem o direito de participar dos demais encontros.

Percebeu-se neste episódio, diante da exigência legal e burocrática da instituição representante dos índios, o quanto se pode promover exclusões. E em especial quando se considera que o fenômeno foi produzido por quem representa legalmente a população indígena. O fato provocou indignação e surpresa nos partícipes, haja vista os direitos expressos na legislação pátria.

Tal acontecimento provocou repúdio diante de tudo que historicamente se tem negado aos donos desta terra. Talvez, um fato como o ocorrido não despertasse a atenção da maioria, no entanto foi decisivo para a autora desta tese, estudiosa da questão indígena. Assim, surgiu o interesse em pesquisar as políticas públicas. Esse fato remeteu a reflexões sobre a necessidade de se estudar a situação dos indígenas residentes em Belém em face da exclusão por eles vivida, do reconhecimento étnico e social e das políticas públicas relacionadas a eles, visto que para a instituição indigenista os indígenas desaldeados foram invisibilizados.

Diante desta situação de exclusão dos desaldeados de Belém, alguns professores e outros profissionais da Universidade Federal do Pará (UFPA) decidiram criar um grupo de estudos e pesquisas que pudesse tratar de questões pertinentes aos indígenas. Assim, no ano de 2004, a autora se tornou sócia fundadora do Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), criado no âmbito da UFPA. Isso ocorreu em 2006 e o mesmo passou a se chamar Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI).

No ano de 2006, também se iniciou a desenvolver pesquisas, como coordenadora da linha de pesquisa “Antropologia, Educação Escolar Indígena e Inclusão Social”. A mesma tem estado vinculada ao grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Educação e Inclusão Social (GPPEIS)/UEPA”. Seu foco é o estudo das sociedades indígenas com a finalidade de propor projetos de educação escolar indígena como forma de inclusão social.

Entretanto, a inserção nos estudos sobre populações indígenas ocorreu em um período anterior. Inicialmente no ano de 1978, se trabalhou no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), enquanto bolsista de iniciação científica do CNPq. Nessa ocasião, desenvolveram-se estudos e pesquisa de campo, sob a orientação dos antropólogos Adélia Engrácia de Oliveira e de Expedito Arnaud. E no ano de 1983 fez-se concurso público na UFPA, em que se foi aprovada para ministrar aulas na disciplina Antropologia Cultural, ocasião em que se efetivou o vínculo com o Laboratório de Antropologia “Arthur Napoleão de Figueredo” (LAANF).

A partir do ano de 2004 e na atualidade, na condição de professora de Antropologia da UFPA, passou-se a ministrar aulas na disciplina “Etnologia Indígena da Amazônia”. Nesse mesmo período, atendeu-se ao convite da Profa. Dra. Eneida Correa de Assis, estudiosa das populações indígenas há mais de 30 anos. E para se associar as pesquisas realizadas por essa pesquisadora e desse modo dar continuidade aos seus estudos. Nesses termos, o processo de vida real percorrido pela autora deste trabalho possibilitou essa trajetória e a opção em realizar esta pesquisa. Assim, surgiu no doutoramento o interesse por desenvolver a pesquisa sobre políticas públicas para os indígenas de Belém e Manaus.

No Brasil, a partir de 1988, há um descompasso entre o discurso jurídico e o atendimento concreto das populações indígenas dos centros urbanos, especialmente em Belém e Manaus. E precisamente nas áreas de educação e saúde, visto que essa população tem, pelo que está preconizado na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o direito de receber um tratamento diferenciado. Entretanto e apesar de os indígenas aldeados receberem com limitações uma assistência diferenciada, no caso dos que habitam nos centros urbanos isso não ocorre.

De fato, tal população é assistida pelo mesmo sistema de saúde que atende a toda a população brasileira. Também, a educação indígena é ofertada pelo sistema nacional de educação, sem diferenciação em relação à educação dos nacionais. Assim, na prática as ações concretas de educação e saúde para os indígenas dos centros urbanos de Belém e Manaus contradizem o discurso jurídico expresso na CF/1988.

Para Marx (1991), o Estado resolve a questão da desigualdade do ponto de vista político, isto é, inclui nas leis, como nas Constituições, a solução para as questões, mas nas relações sociais concretas o *status quo* se reproduz do mesmo modo. Esse Marx chama atenção que dessa maneira a questão política se despolitiza. Isso porque a desigualdade social, econômica e cultural é resolvida pelo Estado do ponto de vista político, com a mudança nas leis, nas Constituições, sem mudanças concretas reais.

Na concepção de Marx e Engels (2001), o Estado na modernidade representa os interesses de determinada classe social, isso é, os interesses da classe dominante. Entretanto, se apresenta como o representante do interesse comum, visto que se impõe sobre a sociedade na condição de comunidade ilusória, separado dos interesses particulares da classe a qual representa a classe burguesa. Por meio de discurso ideológico, do poder, o Estado universaliza e homogeneiza a sociedade e o diferente é tratado como igual em termos de direitos formais, quando é visibilizado.

Aos indígenas é garantido nas leis o direito à diferença na educação e na saúde, tendo vista tratar-se de povos etnicamente distintos. Contudo, conforme observado nesta pesquisa, o direito de fato não se verifica. A fim de examinar essa realidade, procedeu-se o estudo em questão, focalizando-se o período pós 1988, uma vez que a Constituição Brasileira passa a ter vigência a partir desse período, o qual se tornou marco delimitador para uma possível postura nova do Estado brasileiro frente às sociedades indígenas.

Como procedimento inicial, realizou-se a revisão de literatura, considerando-se que o estudo das populações indígenas no Brasil requer entendimento dos processos histórico-culturais, político-econômicos vivenciados por elas. Nessa direção, fez-se um resgate histórico, social, político, econômico e cultural da ação do poder público estatal, desde o período colonial à atualidade. E isso com o objetivo de efetivar a apropriação crítica e analítica do objeto investigado e desse modo fundamentar o estudo em questão.

Concomitantemente, realizou-se um estudo da legislação do Estado brasileiro, juntamente com o da situação político-econômica. Nessa direção, buscou-se compreender os processos histórico-culturais, assim como os direitos, garantias e demais preceitos legalmente

instituídos ao longo da história remota (HOBSBAWN, 1995) do Brasil. Por sua vez, esses influíram na cultura e nas condições de existência indígena.

As políticas públicas de educação e saúde para as populações indígenas de Belém e de Manaus são objeto de estudo da presente tese no período de 1988 a 2010. Tal corte temporal se deve às mudanças ocorridas na burocracia do Estado brasileiro. Por sua vez, a mesmas levaram a reformulações na política indigenista do país. A CF/1988 se constitui em um marco legal que mudou normativamente a situação do país e em particular a dos indígenas.

Antes centralizada na FUNAI, a política indigenista, passa a ser de responsabilidade de instituições diversas nas esferas federal, estadual e municipal e em diversos setores. Exemplares nesse sentido, tem-se o de saúde e educação, repassada para o Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde (MS/FUNASA), e para o da educação, repassada para o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Com tais alterações, os indígenas passam a ter o atendimento de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e posteriormente pelo Subsistema de Saúde Indígena no caso dos aldeados, constituindo-se como o “outro”, mas sem ter um tratamento diferenciado em termos culturais.

Contudo, caso a saúde indígena continuasse sob a responsabilidade da FUNAI, teria que ser destinado a essa instituição indigenista recursos financeiros para atender a essa demanda, mas não o sendo é passada para o sistema geral. No caso dos indígenas residentes nos centros urbanos de Belém e Manaus, o atendimento é no sistema geral. Além disso, eram considerados incapazes pela legislação antes vigente.

Com a promulgação da CF/1988, os indígenas deixam de ser considerados incapazes, uma vez que há o reconhecimento dos seus direitos em se representarem juridicamente, como “[...] partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses [...]” (BRASIL, 1988, p. 131). A partir da CF/1988 o Estado brasileiro implementa outras leis, como as ambientais, as de saúde pública, as educacionais, o código civil brasileiro, entre outras. Tais leis passaram a subsidiar planos, projetos e programas de desenvolvimento para vários segmentos da sociedade brasileira, inclusive a população indígena.

Diante das mudanças ocorridas a partir da CF/1988, examinou-se, nos setores das políticas indigenistas de saúde e de educação, a legislação, os planos, os projetos e os programas dirigidos a essa população, especificamente nas cidades de Belém e de Manaus. Questionou-se, no período compreendido entre 1988 a 2010, o que foi efetivamente implementado a essa população a partir de tais procedimentos e preceitos legais? Os indígenas dessas capitais receberam uma oferta de educação diferenciada, conforme preconizado na

CF/1988? As políticas de saúde disponibilizadas pelo poder público promoveram melhorias na saúde indígena nesse período? As instituições públicas responsáveis por essas políticas conseguiram atuar de modo articulado?

A partir do governo Collor (1990-1992), o Estado limitou as ações da FUNAI, transferindo as questões anteriormente de sua competência e responsabilidade a outras instituições do governo brasileiro. Como consequência houve uma precarização na oferta do atendimento de saúde e de educação aos indígenas. Além disso, diante dessa fragmentação de competência e responsabilidade, fragilizaram-se as próprias políticas públicas dirigidas a essa população, negando-se os direitos historicamente conquistados e previstos em lei.

O resultado disto foi a setorização da responsabilidade e da oferta dos serviços. E coube o planejamento e execução das ações a diversas instituições do Estado brasileiro, tais como: a FUNAI, Ministério da Saúde (MS), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros. Em face desta realidade (setorização), outras questões pertinentes foram elencadas: Qual a consequência da fragmentação dessas ações governamentais para as populações indígenas? Essa setorização proporcionou melhorias na oferta de educação e saúde para os indígenas?

As análises encontradas na literatura sobre o assunto (LIMA, IGLESIAS, BARROSO-HOFFMANN, 2003; VERDUM, 2003) demonstram que as ações isoladas sobre essas populações não têm levado a resultados positivos. Nesse ponto, é de assinalar-se que esses questionamentos foram respondidos ao longo desta tese, entretanto, pode-se inferir que as políticas públicas preconizadas no aparato legislativo sobre educação e saúde em Belém e Manaus ainda hoje são bastante limitadas e pontuais. Desse modo, evidencia-se uma contradição entre o formal e o concreto.

Em relação à saúde dos aldeados, conforme enfatizam alguns autores, as políticas de saúde das duas últimas décadas têm se pautado pela oferta de pacotes restritos de ações de programas emergenciais, de custo reduzido (FLEURY, 2004; GARNELO 2006; LANGDON, 2004). E estes têm estado desarticulados de esforços em promover uma estrutura eficiente e regular de saúde. Assim, não atendem satisfatoriamente as necessidades indígenas, mas, ao invés disso, produzem progressiva precarização na saúde indígena, seja pela oferta inexistente ou precária, seja pela baixa qualidade do serviço ofertado.

Tais autores consideram que isto como decorrente da desarticulação das ações das instituições governamentais. Também, tem estado associada à distribuição má de recursos.

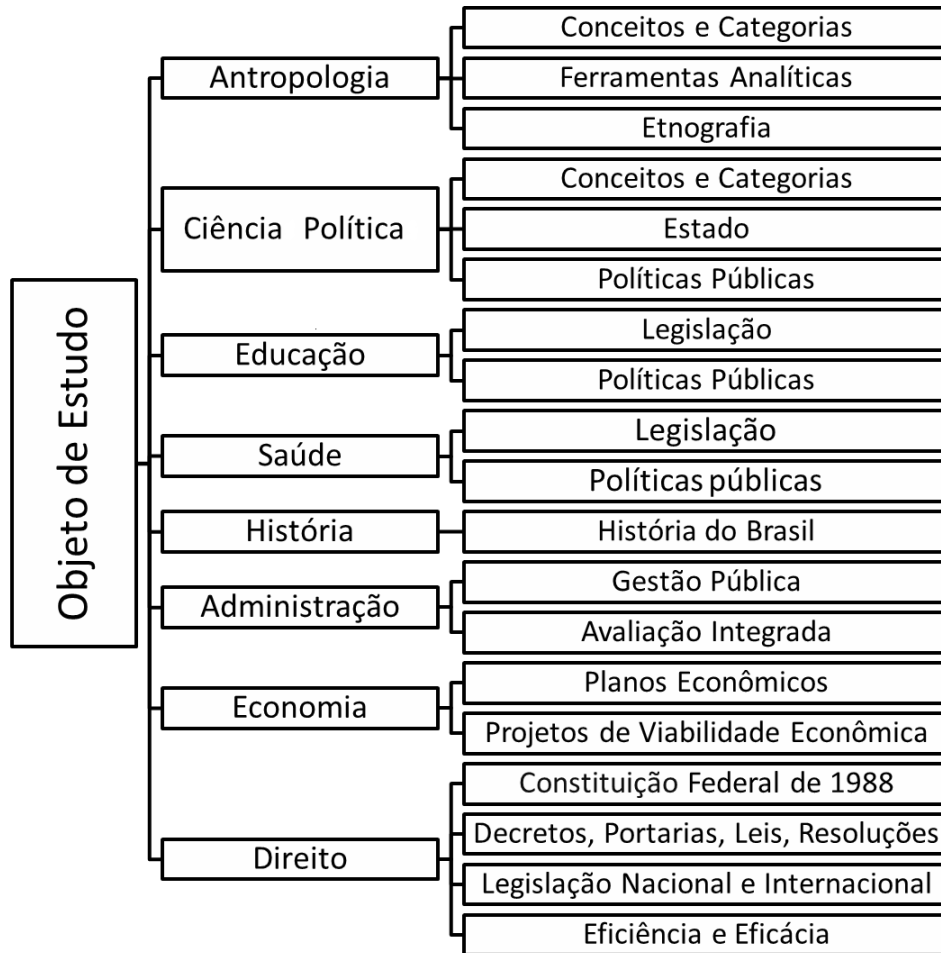


Para Garnelo (2006), tal desarticulação é consequência da setorização das ações das instituições públicas, associada, de acordo com Langdon (2004, p. 8), à “[...] falta de definição de competências, e responsabilidades na geração dos projetos e serviços, e por conflitos de interesses entre as instituições”.

A análise referente à problematização supracitada requereu incursões na história e, de modo específico, na história da educação e da saúde do Brasil. Isso porque a necessidade de resgatar o conhecimento das políticas públicas educacionais e de saúde elaboradas pelo Estado para a população indígena no período estudado. Também, procedeu-se a um estudo na legislação brasileira, a fim de verificar o descompasso entre os preceitos normativos legais e a realidade concreta, utilizando-se para esse fim a CF/1988, decretos, regulamentos, portarias, entre outros.

Além disto, ante a complexidade dos questionamentos acima relacionados, fez-se uma incursão na literatura como modo de compreender em que contextos as instituições de proteção dos índios no Brasil surgiram. Procurou-se verificar como as mesmas atuam, assim como se investigou as políticas indigenistas em busca de subsídios teóricos e práticos para proceder à análise e interpretação do objeto de estudo. A natureza do problema permitiu realizar uma análise contextualizada das políticas públicas indigenistas, que pode ser visualizada mediante o Fluxograma 1, o qual ilustra a amplitude e complexidade do objeto de estudo, que se interpenetra as áreas diversas do conhecimento, como as abaixo ilustradas.

Fluxograma 1 - Problematização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2008)

Como se observa, esse fluxograma também revela possibilidades muitas de contradições, conflitos e tensões, do objeto de pesquisa, dado a sua amplitude e interfaces no campo interdisciplinar e sociocultural.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Como já assinalado, o interesse em realizar a pesquisa que subsidiou a produção desta tese surgiu em um momento anterior ao ingresso no doutorado. Iniciou-se em Belém, em 2004, por meio de experiências com populações indígenas, na condição de uma das fundadoras do Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI). Esse Núcleo foi posteriormente transformado no Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI).

Em 2005, foi essencial a participação em evento científico em Manaus. Precisamente, isso ocorreu por ocasião do encontro científico da Associação Brasileira de Antropologia

(ABA), denominado IX Reunião de Antropólogos do Norte Nordeste (IX ABANNE). No seu decorrer, atuou-se como uma das coordenadoras do GT “Os índios e a cidade: organização e articulação étnica nos espaços urbanos”. Também, apresentou-se o trabalho intitulado “Índios urbanos: algumas trajetórias de vida e a atuação dos etnólogos”, o qual se refere à presença indígena em Belém (PA) e as razões para esse deslocamento.

Neste mesmo período, se procurou em Manaus manter contato com indígenas, com a visita a uma das associações, a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM). Naquela ocasião, percebeu-se a presença marcante de indígenas citadinos nessa cidade. Eles realizavam comercialização de produtos de origem indígena em uma praça, conhecida como praça Tenreiro Aranha, localizada no centro de Manaus.

Tais observações, relacionadas à presença indígena nos centros urbanos, foram de fundamental importância para a realização e o interesse no desenvolvimento da pesquisa em questão. A importância de estudos sobre as políticas públicas para as populações indígenas que residem em cidades brasileiras, notadamente as educacionais e de saúde, foco desta pesquisa, relaciona-se ao fenômeno da crescente presença dessa população nos centros urbanos. Atualmente, essa presença nas cidades brasileiras totaliza 10% da população indígena estimada, o que representa um alto índice migratório.

Os motivos que provocam essa migração, conforme assinala Ponte (2009), dizem respeito as razões mais diversas decorrentes de compulsões, considerando-se os aspectos relacionados à melhoria de vida, tais como educação, saúde, emprego, renda, entre outros. Tal população passa a requerer um tipo de assistência por parte do poder público, que responda às suas necessidades como indígenas, mediante o reconhecimento étnico. Entretanto, ao migrar, defronta-se com situações de exclusão e marginalização, com políticas públicas que não atendem as condições mínimas de promover o respeito e a dignidade do grupo. Isso apesar da existência de um aparato legislativo com validade formal e vigência que regulamenta a referida comunidade.

Neste contexto, considera-se que este trabalho tem importância fundamental, vez que pode desencadear a discussão e atenção do meio intelectual, da comunidade indígena, de outros profissionais interessados na problemática vivenciada pelos índios citadinos. Ainda, a expectativa é contribuir para futuras reflexões, assim como para dar visibilidade aos problemas existentes. Isso a fim de fazer valer os direitos desse povo e requerer que o poder público torne, por meio de ações do Estado, eficaz o aparato legislativo.

No que concerne à situação dos indígenas de Belém e Manaus, justifica-se a delimitação do foco de investigação, uma vez que são cidades que apresentam um grande

contingente populacional de índios citadinos. Além disso, como pesquisadora da área e da questão indígena, residente na região Norte, assumiu-se um compromisso tácito com a causa estudada. A importância também se deve à continuidade das pesquisas realizadas no LAANF, além de servir de subsídio à formulação de políticas públicas que atendam aos interesses dessa população.

A UFPA, por meio da Faculdade de Ciências Sociais/LAANF, e a UEPA, por intermédio do GPPEIS, podem elaborar, desenvolver projetos e realizar parcerias com o poder público, a fim de propor sugestões que visem as melhorias da qualidade de vida da população estudada. Outrossim, vale ressaltar que este estudo permite verificar o que efetivamente os poderes públicos realizaram em termos de políticas públicas para os indígenas nas referidas cidades do Norte, duas das mais importantes capitais da região, levando-se em consideração os aspectos culturais, históricos e econômicos. Assim, justifica-se a importância e o interesse na realização deste trabalho.

### 1.3 OBJETIVOS

Nesta tese, analisam-se as políticas públicas de educação e de saúde para a população indígena das cidades de Belém e de Manaus. E especificamente, aquelas que se encontram expressas na legislação, nos planos, projetos e programas dirigidos a tal população, no período de 1988 a 2010. Isso com a finalidade de examinar as ações implementadas pelo governo, mediadas por tais políticas nas referidas capitais a essa população, no sentido de averiguar a contradição entre o discurso do poder e a prática.

Para este fim, levou-se em consideração o exame dos processos histórico-culturais, político-econômicos vivenciados pelas populações indígenas no período supracitado, assim como se realizou um resgate histórico da ação do poder público estatal no período escolhido para esta pesquisa, a fim de analisar essas políticas públicas. Também, se efetuou um estudo da legislação pertinente ao tema no período estudado e no histórico retomado. Isso com o objetivo de compreender e examinar os preceitos legais instituídos para essa população, buscando-se analisar a influência de tais preceitos nas condições de educação e saúde ofertadas à mesma.

A fim de realizar esta análise, fez-se necessário definir alguns objetivos específicos, derivados do objetivo geral que subsidiaram o exame do objeto investigado. Nesse sentido, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Proceder a um levantamento histórico e documental sobre as políticas públicas brasileiras dirigidas às populações indígenas;
- b) Examinar a legislação de educação e saúde direcionada aos indígenas no período estudado, enquanto discurso em contradição com sua prática;
- c) A partir dos planos, projetos, programas e as propostas de ações das instituições públicas (FUNAI, FUNASA, secretarias municipais das duas capitais e outras instituições) dirigidas aos indígenas que residem em Belém e Manaus, observar a relação entre o discurso teórico e a sua reprodução via instituições oficiais, nos níveis os mais diversos;
- d) Identificar as políticas públicas de educação e saúde implementadas para os indígenas das capitais estudadas, no período examinado, a fim de estabelecer a relação entre o fundamento jurídico das políticas públicas indigenistas brasileiras e sua aplicabilidade institucional;
- e) Examinar nos documentos formais pesquisados pós-CF/1988 (leis, projetos, programas e planos) se há dados que indiquem articulação entre as instituições de cada cidade, separadamente, que promovam uma possível ação conjunta entre eles para as populações indígenas que habitam Belém e Manaus.

Estes objetivos possibilitaram estabelecer a relação entre o discurso jurídico para as populações indígenas nas áreas de educação e saúde e a reprodução do inverso em suas práticas.

#### 1.4 PROPOSIÇÃO CENTRAL

As políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro partem do pressuposto que a sociedade brasileira é uniforme do ponto de vista cultural, linguístico, econômico e político. Sabe-se, entretanto, que não há uniformidade no Brasil. Portanto, não cabe discutir sobre homogeneização, haja vista a diversidade cultural, econômica e política das classes sociais e dos grupos etnoraciais brasileiros.

Além disto, em uma sociedade dividida em classes, a que detém o poder econômico e político também detém sua hegemonia e a primazia de políticas que atendam seus interesses. Por esse motivo, é incabível falar em homogeneização, tampouco em políticas que atendam uniformemente a todos. Trata-se, por conseguinte, de um país com inúmeras diferenças sociais, políticas, econômicas, culturais, o que resulta em diferenças de línguas, costumes, hábitos, religiões, escolaridade, entre outras.

Na verdade, a homogeneização promovida pelas políticas públicas tem servido para dominar, explorar e subordinar o sujeito social, considerando-o como igual. E isso de modo a transformar o “outro” em um “igual”, no contexto da sociedade de mercado capitalista. Na perspectiva da homogeneização, o “outro” precisa ser negado, os seus valores são substituídos pelos valores hegemônicos de modo imposto. O “outro” se torna estrangeiro em seu próprio território.

Nesta perspectiva, a representação do real se processa por meio da identificação de todos os sujeitos sociais mediante uma imagem particular universalizada, isso é, a da classe dominante. O real, formado pelas particularidades e especificidades, é tomado como idêntico, como igual e nesse contexto são produzidas as políticas públicas, cujas diferenças sequer são consideradas. Resulta disso o planejamento de políticas públicas que visam atender igualmente a sociedade, apesar de sua diversidade.

Porém, diante de tanta heterogeneidade e das diferenças presentes no contexto da sociedade capitalista, a implementação de tais políticas tem produzido resultados ineptos. Dessa maneira, as populações consideradas pelo capital como subalternas, como por exemplo, a população indígena estudada neste trabalho, são pseudocontempladas com políticas públicas que atendem os interesses do sistema. Assim, de fato não há a promoção efetiva de benefícios e melhorias às mesmas.

#### **1.4.1 Proposições complementares**

- a) As organizações políticas das populações indígenas não conseguem pressionar o poder público para a aprovação e a efetivação de políticas públicas que atendam seus direitos;
- b) A migração de indígenas das aldeias para os centros urbanos brasileiros ocorre devido à ausência de políticas públicas, mormente as de educação e de saúde. Nesse sentido, os indígenas buscam no meio urbano o acesso às condições mínimas de sobrevivência, tais como: trabalho, saúde, educação, habitação, financiamento, segurança e bem-estar;
- c) As políticas públicas dirigidas aos indígenas que moram em Belém e em Manaus são limitadas. Na área da educação e da saúde Manaus apresenta um avanço em relação à educação indígena com projetos educacionais específicos, ausente na cidade de Belém;
- d) A organização política indígena em Manaus consegue pressionar o poder público e atende alguns dos seus interesses, ao contrário do que ocorre em Belém.

## 1.5 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos e técnicos adotados para a realização da pesquisa para esta tese foram delineados a partir do próprio processo de investigação, tendo em vista tratar-se de pesquisa etnográfica e crítico-analítica, tendo-se como apoio a investigação bibliográfica e documental. A combinação desses *approaches* subsidiou a análise do objeto de estudo privilegiado. O mesmo pode ser dito em relação à pesquisa de campo, pois forneceram elementos necessários à descrição e interpretação da realidade estudada.

Neste sentido, a pesquisa requereu tanto análises qualitativas quanto quantitativas. E à semelhança de Sánchez Gamboa (2002), compreende-se que não há oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa, isto é, rejeita-se a dicotomia falsa que separa a pesquisa qualitativa da quantitativa, ou ainda, a dicotomia falsa presente entre estudos estatísticos e não estatísticos. Nesses termos, trata-se de abordagens e métodos que se complementam e não se excluem.

Para se conhecer a realidade sobre as políticas públicas de educação e saúde direcionadas aos indígenas que residem nos centros urbanos de Belém e Manaus, partiu-se da abordagem tradicional da Antropologia. Precisamente, de uma investigação etnográfica, que segundo Malinowski (1978) remete o pesquisador ao estabelecimento de relações com as pessoas do campo investigado. Assim, ele também sugere, a partir da observação direta, proceder à seleção dos “informantes”, na linguagem atual, dos “colaboradores” ou “interlocutores” da pesquisa.

A etnografia tem por vocação dar a palavra, segundo Beaud e Weber (2007), aos “humildes”, àqueles que nunca a têm, tais como: tribos isoladas, povos colonizados, classes dominadas e grupos em vias de extinção nas sociedades desenvolvidas. Nesse contexto, por intermédio da etnografia, a qual não julga e nem condena, dá-se a palavra aos grupos dominados, e desse modo se reconstitui as visões desses grupos sociais que se encontram à margem, excluídos socialmente. Além disso, ela permite o cruzamento de pontos de vista diversos acerca do objeto, esclarecendo as complexas relações sociais existentes e a densidade política presente no contexto social examinado.

Na pesquisa etnográfica, o apoio veio da análise, interpretação e descrição do objeto pesquisado. Para isso, utilizaram-se registros, documentos e observações. Além disso, utilizou-se outros procedimentos, que serão explicitados a seguir.

### 1.5.1 Procedimentos metodológicos

Para realizar a pesquisa etnográfica e crítico-analítica que fundamenta esta tese, procedeu-se inicialmente a uma revisão da literatura sobre o objeto estudado. Fez-se assim uma fundamentação teórico-metodológica que se estendeu ao longo do período de investigação. Nessa ocasião, efetivou-se a seleção de referências bibliográficas e de fontes documentais que serviram à atualização e aprofundamento do tema.

Obtiveram-se as fontes bibliográficas em bibliotecas de instituições públicas diversas. Dentre elas, trabalhou-se na UFPA, no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Fundação Nacional do Índio (FUNAI/Brasília) e na Universidade de Brasília (UNB). Também, fizeram-se consultas nos arquivos das organizações indígenas e indigenistas e também em acervos públicos e institucionais consultados por intermédio da internet.

Conseguiram-se as fontes documentais em instituições, organizações indígenas e indigenistas diversas. Precisamente, na FUNAI (Brasília, Belém e Manaus), MEC/SECAD, FUNASA (Brasília, Belém e Manaus), SEDUC/AM e na SEDUC/PA, CEEI/AM, CEE/PA, SEMEC (Belém e Manaus), SEMSA (Belém e Manaus), SEJDHU/PA e na Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Belém e Manaus), entre outras. Isso além da consulta realizada em acervos particulares, como na biblioteca do professor Paulo Monte da UFAM, que cedeu documentos do seu arquivo pessoal, e acervos públicos consultados na internet.

Realizada entre 2004 e 2005 e em Belém e Manaus, a pesquisa possibilitou o acesso a informações iniciais sobre os indígenas e as suas condições de vida e de trabalho nesses centros urbanos. Na pesquisa de campo em questão, coletaram-se informações diversas sobre as condições de vida dos índios citadinos. Os procedimentos referentes ao processo de investigação bibliográfica e documental auxiliaram na tomada de decisões sobre a pesquisa para esta tese. Assim, procedeu-se à preparação do material necessário à coleta dos dados necessários a esta tese, os quais resultaram na elaboração dos procedimentos metodológicos e técnicos adotados.

Deu-se início à investigação de campo em 2008, a qual se estendeu até 2010, mediante contatos em Belém, Manaus e Brasília. Nessas cidades, entrevistaram-se os indígenas, os indigenistas e os representantes das organizações representativas dos índios. No ano de 2008, elaboraram-se os formulários da pesquisa, constituídos em três modelos distintos. Com eles,



visou-se atingir os três segmentos sociais: os indígenas, as instituições públicas indigenistas e não indigenistas, as privadas indigenistas e as organizações indígenas.

Ainda em 2008, iniciaram-se as entrevistas que se estenderam até 2010, tanto com os indígenas residentes em Belém, Manaus e Brasília, quanto com os técnicos não indígenas dessas cidades pertencentes às instituições pesquisadas. Além dessas atividades, realizou-se um levantamento sobre a presença de indígenas nas cidades de Belém e Manaus. E fez-se isso a partir de fontes do IBGE, do CIMI, das prefeituras municipais de Belém e Manaus, da COIAB, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé de Manaus (AMISM) e da Associação dos Índios da Área Metropolitana de Belém (AIAMB).

A coleta desses dados permitiu tanto identificar a localização destes segmentos sociais nestes centros urbanos, quanto possibilitou subsidiar a construção dos mapas apresentados nesta tese. Nos mapas, identificaram-se os locais de residência dos indígenas citadinos. Também, neles se localizou as áreas de comercialização de suas artes e as organizações políticas representativas dos indígenas.

Concomitante à aplicação dos formulários e das entrevistas, procedeu-se à observação direta, realizada até meados de 2010. Essa observação se deu em locais diversos, como: nos locais de moradia, trabalho e estudo dos indígenas; nos eventos direcionados aos indígenas (congressos, reuniões, exposições, seminários); nas organizações indígenas e nas instituições públicas indigenistas e não indigenistas e privadas indigenistas.

Nas instituições públicas, se privilegiou a aplicação dos formulários aos dirigentes dos setores responsáveis pelos indígenas. Como se sabe e pelas funções que exercem, eles detêm informações relevantes para trabalhos que resultam de pesquisa, como esta tese. Nos casos em que os setores estavam sob a coordenação de indígenas, também fez-se entrevistas com os seus dirigentes.

Nesta direção, entrevistaram-se os coordenadores do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas (CEEI/AM), da Fundação Estadual de Política Indigenista do Estado do Amazonas (FEPI/AM), da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do estado do Pará e da Coordenação de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais da Secretaria de Justiça do estado do Pará. Objetivou-se com isso ouvir, de modo mais detalhado, as opiniões dos interlocutores sobre as ações públicas de educação e saúde. Também, detectou-se seus procedimentos e ações como dirigentes indígenas e representantes de seus povos.

No período compreendido entre 2008 e 2010, procedeu-se a coleta de informações a respeito das organizações políticas indígenas<sup>1</sup>. Concomitantemente, realizou-se em tais organizações a observação direta, a aplicação dos formulários, questionários e das entrevistas em Belém e Manaus. Porém, enfatizaram-se aquelas que tratavam de educação e saúde.

Em Brasília, entrevistaram-se lideranças históricas do movimento indígena, que ocupavam naquela ocasião cargos de direção em instituições públicas. Em Manaus, analisaram-se dados obtidos a partir de 54 questionários aplicados ao mesmo número de indígenas residentes nessa cidade. Em Belém, fizeram-se análises de 50 questionários aplicados ao mesmo número de indígenas residentes nessa cidade. Note-se que tais indígenas formam um subconjunto dos indígenas brasileiros que habitam regiões urbanizadas ou em urbanização.

Os dados foram obtidos por meio de formulários, de questionários, de entrevistas e da observação direta. Os mesmos serviram para elucidar os problemas e as proposições elencadas no projeto de pesquisa. Buscou-se assim complementar e identificar contradições prováveis presentes quando do cruzamento das informações obtidas e registradas nos mesmos.

Inicialmente, aplicaram-se técnicas de estatística descritiva para apresentar os dados na forma de tabelas e gráficos que representaram a distribuição de frequências absolutas e relativas das variáveis. Na tabulação dos dados, processada a partir dos formulários e questionários aplicados, procedeu-se a inferência estatística, por meio de Análise de Correspondência, realizada nos dados procedentes de Manaus. Conforme assinala Cunha Jr. (1997), a técnica de Análise de Correspondência estuda a associação de variáveis categóricas de forma bivariada (Análise de Correspondência Simples (AC)) ou multivariada (Análise de Correspondência Múltipla (ACM)), e apresenta como característica principal a redução de dados a serem analisados pelo pesquisador, com perda mínima de informações.

Para que a técnica estatística AC possa ser aplicada de modo eficaz é necessário que o par de variáveis a ser analisado seja submetido ao teste do Critério  $\beta$ . Ele indica se a aplicação da Análise de Correspondência entre as variáveis é válida ou não, ou seja, o valor resultante do teste deve apresentar significância estatística. O cálculo do valor do critério  $\beta$  é dado por:

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}} \quad (1)$$

---

<sup>1</sup> As organizações indígenas pesquisadas foram as seguintes: Associação das Artesãs Indígenas Poterikharã, Associação de Expressão Natural do Grupo Bayaroá, União dos Povos Indígenas de Manaus, Associação das Mulheres do Alto Rio Negro, Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas, Associação Wotchimaïcü, Coordenação Indígena Kokama de Manaus, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Associação Waykimu.

onde  $\chi^2$  é o valor do qui-quadrado,  $l$  é o número de linhas,  $c$  é o número de colunas,  $O$  é a frequência observada e  $E$  representa a frequência esperada (2). Se  $\beta$  for maior que 3, as variáveis são ditas associadas entre si (dependentes) a um risco menor e igual que 5% e, conseqüentemente, aplicável nas respectivas variáveis a AC.

É recomendada a realização do critério  $\beta$  antes da aplicação da técnica. E se o  $\beta$  for inferior a 3, não poderá ser aplicada a técnica, devido o critério indicar independência entre as variáveis.

$$\chi^2 = \sum \sum \frac{(O - E)^2}{E} \quad (2)$$

A significância de  $\chi^2$  indica desvios significativos dos perfis linha em relação a seu centroide, com nível de significância  $\alpha$ , usualmente  $\alpha = 0,05$ .

Após a construção dos testes qui-quadrado e critério  $\beta$ , pode-se observar as relações pertinentes ao estudo por meio dos gráficos perceptuais/intuitivos ou utilizando-se da análise dos resíduos da Tabela de contigência. O resíduo referente a cada cruzamento das categorias das variáveis em estudo  $Z_{res}$  é dado por:

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}, \quad i = 1, \dots, l \quad \text{e} \quad j = 1, \dots, c. \quad (3)$$

Além disso, Ramos *et al.* (2008) recomendam que se há de calcular os níveis de confiança respectivos para cada resíduo  $Z_{res}$ , os quais determinaram a significância estatística dos resíduos, por meio de:

$$\gamma = \begin{cases} 0, & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1, & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (4)$$

Precisamente,  $Z$  é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão e para efeito de relação estatística significativa espera-se que  $\gamma \geq 0,70$ .

Realizou-se a análise estatística para avaliação de políticas públicas indigenistas em Belém por intermédio de métodos estatísticos descritivos e inferenciais. Aplicou-se a estatística descritiva para apresentar os dados por meio de distribuições de frequências absolutas e relativas. Na parte inferencial, aplicou-se o teste qui-quadrado para avaliar a tendência das variáveis. Foi previamente fixado o nível  $\alpha = 0,05$ , o qual corresponde a uma margem de erro de 5% para rejeição da hipótese de imunidade. O processamento estatístico dos dados foi realizado no *software* Bioestatis versão 5.3.

Neste ponto, é de ressaltar-se que no decorrer da pesquisa de campo ocorreram algumas dificuldades para a coleta dos dados. Em parte, essas condições adversas decorreram da falta de recursos financeiros para viagens<sup>2</sup>. Também, enfrentaram-se dificuldades quanto ao acesso as informações buscadas junto aos interlocutores.

Em alguns momentos, defrontou-se tanto com o desinteresse de alguns entrevistados, como também com atitudes receosas dos interlocutores em prestar informações, visto que na relação entre o “nós” e o “outro”, o estranho é sempre visto com desconfiança. Ao se considerar a pesquisadora como uma estranha, alguns dos informantes fizeram exigências como contrapartida às informações prestadas. Em realidade, tal exigência provavelmente está relacionada às experiências negativas, vivenciadas por esses indígenas com outros pesquisadores. Ao entenderem que são sistematicamente excluídos das políticas públicas consideram essas ocasiões como oportunidades para obterem benefícios mediante as informações cedidas.

Outra dificuldade enfrentada na pesquisa para obtenção dos dados relaciona-se às barreiras burocráticas de acesso e de compatibilização de horários entre pesquisadora e interlocutores, resultando em prejuízo para a pesquisa. Isso repercutiu no percentual de informantes, das entrevistas e dos formulários aplicados. Assim, devido às dificuldades encontradas, o cronograma inicialmente planejado foi reavaliado. Diante disso, ampliou-se o período de pesquisa de campo no intuito de obter dados confiáveis, com margem mínima quanto à possibilidade de erro.

### **1.5.2 Procedimentos técnicos**

No decorrer da pesquisa, conforme já identificado nos procedimentos metodológicos, utilizou-se técnicas de obtenção, coleta e registro de dados que permitissem à pesquisadora analisá-las e interpretá-las. Como procedimentos técnicos, fez-se pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta, aplicação de formulários e entrevistas. Também, se procedeu a outros tipos de registros, que se apresenta a seguir.

Iniciou-se a pesquisa bibliográfica e documental no momento da elaboração do pré-projeto de pesquisa e que se desenvolveu ao longo da pesquisa. O levantamento e exame de bibliografias e documentos diversos relacionados ao objeto de estudo possibilitou a revisão da literatura, assim como serviu à análise teórica e filosófica do estudo. Nesse sentido, procedeu-

---

<sup>2</sup> Por exemplo, embora se tenha conseguido liberação do trabalho com salário de parte da UFPA para se fazer o doutorado, não se conseguiu auxílio financeiro para a pesquisa em si.

se à leitura de inúmeros livros, teses, dissertações, documentos legais, artigos, entre outros. Esse procedimento permitiu fundamentação teórico-filosófica e epistemológica sobre o tema, o que subsidiou a discussão e a análise do estudo, assim como auxiliou no aprofundamento da temática.

Também, fez-se a pesquisa bibliográfica e documental em diversas bibliotecas e por intermédio da internet, conforme já explicitado. Consultou-se e examinou-se obras e documentos em diversas bibliotecas de Belém e Manaus, como por exemplo, a Biblioteca da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, onde se pesquisou os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA),<sup>3</sup> os Planos Plurianuais (PPA)<sup>4</sup>. Nessa etapa, investigou-se planos, programas e projetos dirigidos às populações indígenas da Amazônia e, na internet, coletou-se nos sites oficiais documentos legais como: decretos, leis, portarias etc. Também, coletou-se projetos e programas governamentais dos governos dos estados do Pará e do Amazonas, bem como das secretarias estaduais e municipais de Belém e de Manaus. Além disso, houve pesquisa em arquivos particulares, como os citados anteriormente.

Realizou-se a pesquisa de campo em Belém, Manaus e Brasília. Nesses espaços, fez-se observação direta, aplicação de formulários, de questionários e entrevistas. Por meio da pesquisa de campo, fez-se no decorrer de 2008 a 2010, foram coletadas informações sobre as políticas públicas emanadas pelos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Neste período, realizou-se observação direta em locais públicos e privados onde se constatarem a participação dos indígenas, tais como: reuniões, exposições, eventos diversos, bem como em associações e organizações indígenas. Fizeram-se visitas a algumas comunidades indígenas em Manaus; acompanhou-se a Exposição Pu Kaá de Manaus; e realizou-se entrevistas com alguns professores e coordenadores de centros comunitários indígenas e com técnicos das instituições públicas indigenistas e não indigenistas e privadas indigenistas. Em Belém, realizou-se a observação direta nos eventos em que se participou, assim como se aplicou formulários, questionários e se procedeu entrevistas junto a representantes das instituições públicas indigenistas e não indigenistas e privadas indigenistas.

Elaboraram-se os formulários aplicados em três modelos, uma vez que se examinaria segmentos sociais diferenciados: os indígenas (A e B), as organizações indígenas (C e D) e as instituições públicas indigenistas e não indigenistas e privadas indigenistas (E), respectivamente identificados nos apêndices da tese. Assim, aplicou-se: 62 formulários do

---

<sup>3</sup> Referentes ao regime militar brasileiro (1964-1985).

<sup>4</sup> Examinaram-se os Planos Plurianuais dos seguintes períodos: a) 1991-1995; b) 1996-1999; c) 2000-2003 e d) 2004-2007.

tipo A e B aos indígenas residentes em Belém e Manaus, 12 do tipo C e D às organizações indígenas das duas capitais e 21 do tipo E às instituições públicas indigenistas e não indigenistas e privadas indigenistas.

Gravaram-se as entrevistas semiestruturadas com indígenas e não indígenas, totalizando 34 entrevistados. As gravações duraram aproximadamente três horas na maioria das vezes totalizando 102 horas. Tais entrevistas foram transcritas, visto que subsidiaram a análise. Após o cruzamento dos dados, as entrevistas possibilitaram examinar o objeto de estudo, identificar a realidade investigada, assim como permitiram a detecção de contradições presentes entre o discurso dos relatos com as informações dos formulários e destes com as políticas públicas presentes na legislação examinados e nos documentos oficiais examinados.

Realizaram-se entrevistas gravadas com os indígenas residentes em Belém e Manaus e, também, com indigenistas da FUNAI de Belém, Manaus e Brasília. Buscou-se, assim, identificar as suas opiniões acerca das políticas públicas do Estado brasileiro. Também, se fez entrevistas com os funcionários da FUNASA, das secretarias estaduais do Pará e Amazonas e das secretarias municipais, além das realizadas com lideranças, professores, agentes de saúde indígena das duas cidades.

O questionário para avaliação de políticas públicas indigenistas, aplicado em Belém, foi composto de 10 perguntas. A formação do conceito sobre a opinião dos indígenas foi obtido através de entrevistas e levantamentos de dados bibliográficos, os quais possibilitaram a definição mediante um conjunto de itens referentes às políticas indigenistas de educação e saúde. A análise do questionário foi dividida em três fatores: Políticas indigenistas de saúde (A), Vida na cidade (B) e Políticas indigenistas de educação (C).

As perguntas possibilitaram a resposta com escores que variaram em cinco níveis de intensidade, conforme o padrão das escalas preconizadas por Likert (1932). A cada um dos itens, atribuiu-se um escore que variou de 0 a 100 pontos. A expressão numérica dos itens do questionário possibilitou a análise da opinião dos indígenas em relação às políticas públicas de saúde e educação.

Fez-se o cálculo dos escores dos itens por meio de uma escala ordinal, em que os valores obtidos das respostas ao questionário variaram de 1 a 5, com as representações seguintes: Discordo totalmente (1 ponto), Discordo em parte (2 pontos), Indiferente (3 pontos), Concordo em parte (4 pontos) e Concordo totalmente (5 pontos) foram utilizados para calcular a pontuação de cada fator. Fez-se o cálculo do escore de cada item utilizando-se a fórmula seguinte:

$$\text{Escore do Item} = [(\text{Pontuação da Questão} - 1) / 4] \times 100$$

Observe-se que os escores dos itens não podem ser somados entre si para tirar uma média geral deles. Entretanto, admitem comparações por meio de correlações. Esse tipo de escore é chamado de “raw scale”, pois seu valor respectivo não apresenta nenhuma unidade de medida.

Após a aplicação das fórmulas, atribuiu-se a cada um dos fatores uma pontuação que variou de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. A pontuação zero correspondeu ao nível maior de discordância e a pontuação 100 (cem) correspondeu ao nível mais alto de concordância. Os valores intermediários corresponderam a níveis intermediários de concordância com as políticas públicas indigenistas.

A classificação da pontuação dos itens deu-se pelo critério que segue:

<b><u>PONTUAÇÃO DO ITEM</u></b>	<b><u>INTERPRETAÇÃO DO ITEM</u></b>
<b>0 ≤ Escore ≤ 20</b>	<b>Discordância total</b>
<b>20 &lt; Escore ≤ 40</b>	<b>Discordância parcial</b>
<b>40 &lt; Escore ≤ 60</b>	<b>Indecisão</b>
<b>60 &lt; Escore ≤ 80</b>	<b>Concordância parcial</b>
<b>80 &lt; Escore ≤ 100</b>	<b>Concordância total</b>

Por sua vez, a etapa final da análise de dados expressou a tendência de opinião a qual foi codificada pelas medidas de tendência central e variação (ou valor esperado). Para expressar a tendência da opinião dos indígenas foi obtida a média e o desvio padrão (AYRES *et al.*, 2011, p. 135). Fez-se todo o processamento estatístico no *software* BioEstat versão 5.3.

Para fins de registro da pesquisa de campo, utilizou-se o diário de campo, a produção de fotografias, o gravador de voz (MP5) e outros recursos. O uso deles se deu no decorrer de toda pesquisa. Também, os registros auxiliaram na análise e na interpretação dos dados.

## 1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para realizar a pesquisa em questão, fez-se preliminarmente um estudo de questões consideradas imprescindíveis à abordagem do assunto. Permeada pela inquirição do problema e sentida no processo de sua elaboração, essa necessidade orientou a autora a desenvolver leituras a fim de desvelar conceitos fundamentais pertinentes à compreensão e ao exame do objeto de estudo. Para atingir tal, organizou-se esta tese de doutoramento em seis capítulos, apresentados a seguir, o que inclui esta introdução e as considerações finais.

No capítulo dois, denominado “Estado, desenvolvimento, migrações, políticas públicas e indigenistas”, explicita-se concepções diversas do Estado moderno e suas relações com a sociedade civil, evidenciando-se a que concebe teoricamente o Estado como representante do poder hegemônico. Nessa explicitação, examina-se as relações do Estado brasileiro com as populações indígenas. Nessa direção, toma-se por base a legislação, as políticas públicas e os procedimentos normativos e legais que efetivados, sob a lógica de projetos desenvolvimentistas, promoveram situações de exploração, expropriação, miséria e migração das populações indígenas das aldeias aos centros urbanos.

No terceiro capítulo, intitulado “Caracterização da área de estudo: Belém e Manaus” procede-se à caracterização das duas capitais amazônicas, onde se fez a pesquisa, identificando-se a localização e os aspectos socioeconômicos. Em seguida, apresenta-se a caracterização dos indígenas residentes nessas duas cidades. Ainda nesse capítulo, expõe-se a atuação de instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal, identificando-se as políticas públicas e as ações dirigidas às populações indígenas.

No quarto capítulo, nomeado “Educação escolar e saúde indígena no Amazonas e no Pará”, apresentam-se as ações por meio de projetos e programas realizados nos dois Estados relacionados à educação e à saúde indígenas. Inicialmente, abordaram-se as orientações da CF/1988 no que concerne às populações indígenas, seguindo-se os preceitos da legislação nacional relativos à educação e à saúde. Isso com o intuito de detectar nesses instrumentos de planejamento e nos seus resultados a oferta de educação e saúde indígena efetivada a essa população.

No quinto capítulo, denominado “Educação escolar e saúde indígena em Manaus e Belém”, aborda-se as ações do poder público municipal de Manaus e Belém nos setores de educação e saúde dirigidas às populações indígenas. Nele, objetiva-se apresentar os projetos e os programas desenvolvidos nessas capitais, a fim de compreender e identificar se as políticas públicas implantadas nesses municípios respondem às necessidades da população indígena cidadina. Ainda nesse capítulo, analisam-se os dados obtidos na pesquisa de campo aplicada a 54 indígenas residentes em Manaus e 50 indígenas residentes em Belém, o que se constitui em amostra do subconjunto dos indígenas que habitam os centros urbanos.

Nas considerações finais desta tese, o capítulo seis, se responde questões levantadas na problematização inicial. Isso no sentido de oferecer ao leitor condições de verificar o que a pesquisa da tese e a análise dos dados levantados indicam. E precisamente, em termos de políticas públicas de saúde e educação para os indígenas citadinos residentes nos centros urbanos de Belém e Manaus.



Enfim, relacionam-se as referências bibliográficas utilizadas nesta tese, como também os apêndices, com os formulários aplicados, e os anexos. Os mesmos compõem os documentos de apresentação da pesquisa as instituições e organizações indígenas. Também, incluiu-se o documento de apresentação e autorização para a divulgação dos dados coletados na pesquisa.

## **2 ESTADO, DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E INDIGENISTAS**

Neste capítulo, se explicita as concepções diversas do Estado moderno e suas relações com a sociedade civil, com a intenção de mostrar que há vertentes variadas de pensamento. Porém optou-se por aquela que concebe o Estado, nas relações entre este e a sociedade civil, como representante do poder hegemônico. Neste sentido, examinam-se as relações do Estado brasileiro com as populações indígenas, considerando-se a legislação, as políticas públicas, os planos, projetos e programas, com vistas a analisar esses procedimentos normativos e legais.

Efetiva-se tais procedimentos quando no contexto de interesses contraditórios dos segmentos sociais. Neles, as elites dominantes aliadas ao Estado promovem, com seus projetos desenvolvimentistas, situações de exploração, expropriação, miséria e migração de contingentes representativos dos segmentos subalternos, em especial os indígenas. Ainda que haja esforços no sentido de reverter o processo de dominação com a participação e pressão dos segmentos subalternos, o poder dos segmentos hegemônicos tende a prevalecer, uma vez que se utiliza do Estado como seu representante.

### **2.1 ESTADO: BREVE RELATO HISTÓRICO DE SUA ORIGEM**

Examinar as políticas públicas no Brasil, em especial as relacionadas e dirigidas às populações indígenas, exige que se faça um resgate sobre as diversas concepções do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. No decorrer da história da sociedade moderna, duas concepções de Estado são postas à discussão por acadêmicos e intelectuais: a que concebe o Estado como representante do bem comum e a que representa os interesses dominantes nas relações entre o Estado e a sociedade como relações de poder, isto é, o entende como representante de relações de poder entre classes sociais, estando este a serviço do poder hegemônico, da classe que detém o poder econômico e político.

No século XVI, Maquiavel, em sua obra “O príncipe” (1513), analisou os diversos tipos de principados e as formas de governar, explicitando como os governantes devem proceder para conquistar e manter o poder. Em sua defesa sobre a centralização do poder político, assinala que “Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 1971, p. 11). Essa obra, considerada como crucial na construção do conceito de Estado, como modernamente é conhecido, descreve as maneiras de conduzir o governo mediante um poder concentrador, capaz de governar os homens pelas regras dos príncipes. A defesa de Maquiavel no que

concerne à centralização do poder político nas mãos do governante e suas recomendações sobre a melhor maneira de administrar o governo caracteriza a obra como uma teoria do Estado moderno, conforme assinalam diversos autores.

No século XVII, Thomas Hobbes, filósofo inglês, na obra “Leviatã” (1651), ao analisar a natureza humana e a necessidade de governos e sociedades mediante um “contrato social” propõe que a sociedade precisa de uma autoridade que soberanamente, mediante um poder absoluto e centralizado, possa assegurar a paz e a defesa comum; o Estado Leviatã. Para Hobbes, só é possível o exercício do poder por meio de um Estado forte, uma autoridade inquestionável. Só o poder absoluto é capaz de promover a obediência de seus súditos. Os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto, por meio de um pacto social. O pacto é o pretexto para justificar o exercício incondicional da dominação do monarca sobre seus súditos, em que, como assinala o autor, os homens:

[...] Cedem e transferem seus direitos a governarem-se a si mesmos a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferirem seus direitos a ele [...], autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas* (HOBBS, 1974, p. 109).

O pacto social representa então, o enquadramento do cidadão para justificar o exercício do poder pelo Estado Leviatã. Para Hobbes (1974, p. 110), o exercício do poder advém da “[...] autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror, assim inspirado, o torna capaz de conformar as vontades de todos eles”. Nesse sentido, governar por meio do temor, da punição é essencial para um governo forte e coercitivo.

O Estado Leviatã em Hobbes se justifica pelos problemas vividos por este no Estado moderno. Segundo o autor, os homens de sua época em um estado puro ou natural, ou “estado de natureza” encontram-se em constante “guerra de todos contra todos” e nesse estado prevalece o egoísmo, o egocentrismo e a insegurança. As leis que regulam o comportamento humano são inexistentes, o senso de justiça não foi formado, o que permite aos homens agirem conforme seus interesses e paixões, fato este que levaria à aniquilação os mais fracos nessa sociedade sem leis e regras, conforme enfatiza Hobbes:

A cada um foi dado direito a tudo pela natureza; isso significa que em estado puramente natural, ou seja, antes do compromisso entre os homens através de convenções ou obrigações, era lícito a cada um fazer o que quisesse, ou contra quem bem julgasse, e podendo, portanto, usufruir e desfrutar de tudo o que quisesse ou pudesse adquirir (HOBBS, 2006, p. 23).

Hobbes, nessa passagem, reforça suas teses lançadas no “Leviatã” (1651) a necessidade de um poder centralizador das ações dos homens, de um Estado absoluto.

No século XVII, John Locke (1973; 1999), filósofo inglês ideólogo do liberalismo, principal representante do empirismo britânico é também um defensor do “contrato social”. Tanto Hobbes como Locke são jusnaturalistas, ou seja, procuravam no “estado de natureza” a explicação do “pacto social”, bem como da estrutura do governo político.

No “estado natural”, os homens viviam em perfeita liberdade e harmonia, contudo estariam sujeitos a certos inconvenientes (LOCKE, 1999). Nesse sentido, um dos principais problemas seria “[...] a possível inclinação no sentido de beneficiar-se a si próprio ou a seus amigos. Como consequência, o gozo da propriedade e a conservação da liberdade e da igualdade ficariam seriamente ameaçados” (LOCKE, 1999, p. 16). Assim, o contrato seria estabelecido não entre governantes e governados, mas entre homens igualmente livres, onde o estado natural seria abandonado e se criaria uma sociedade política. Em realidade, tal argumento consiste em pretexto para justificar a presença do Estado.

Apesar da defesa contratualista, há diferenças nas concepções de Hobbes e Locke. Para Hobbes, o Estado absoluto era imprescindível à manutenção da ordem social, daí a necessidade do poder coercitivo, absoluto, centralizado e da obediência da sociedade, mediante pacto, de modo que este pudesse assegurar a paz e a defesa comum, a ordem social. Em Locke, o Estado tem função diferente do idealizado por Hobbes, vez que se configura como um Estado guardião, que apenas centraliza as funções administrativas, mas não atua como único ente capaz de coibir a natureza violenta e agressiva humana.

O contrato social em Locke é consentido pelos indivíduos da sociedade ao Estado para que este governe de modo a garantir os direitos individuais, assegurar a segurança jurídica, o direito a propriedade privada, aprofundando assim os direitos naturais dados por Deus ao indivíduo.

A abordagem de Locke (1973) contraria a visão hobbesiana, representada pelo Estado Leviatã, pois assume a concepção do Estado do bem comum. O pacto consiste na concessão de todo o poder que os indivíduos têm no Estado de natureza ao ceder às mãos da sociedade e, dessa maneira, aos governantes, com o encargo expresso ou tácito de que seja empregado para o bem de todos e para a preservação da sociedade. Ao renunciar aos direitos naturais e os confiar ao Estado, o que está em discussão é a garantia, de modo racional, da sua propriedade e dos seus bens.

Rousseau (1973), outro filósofo do contratualismo, no século XVIII expressa as concepções filosóficas que fundamentaram a sociedade moderna. A ilustração ou filosofia das

luzes correspondeu à crença na razão humana. Na obra “Do contrato social” (1762), Rousseau expõe sua noção de contrato social que, diferentemente de Hobbes e Locke, considera que o pacto social representa a vontade social, ou seja, por ser um pacto de associação de vontades de indivíduos e não de submissão destes, expressa os diversos interesses da sociedade, que não se constituem na somatória das vontades individuais. Para Rousseau o bem comum representa “[...] uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, 1973, p. 38). Por isso, por meio do contrato social, abre-se uma via de sobrevivência em que o homem passa do “estado natural” para o civil, construída não apenas por indivíduos isolados, mas por uma vontade geral, sob administração do Estado.

No século XIX, Karl Marx (1982) apesar de não se deter no estudo do Estado, interpreta-o como instrumento de dominação de classe, em que os meios de produção estão a serviço da classe dominante. Marx, embora desejasse submeter o Estado a um estudo sistemático e aprofundado, conforme atestam alguns autores, não o empreendeu. No entanto, em diversas obras<sup>5</sup>, assinala que o Estado representa uma estrutura de poder que concentra e põe em movimento a força política da classe dominante. No “Manifesto Comunista” (1848), Marx e Engels identificam a burguesia moderna como classe opressora, detentora dos meios de produção e, portanto, do poder político capaz de subjugar a classe proletária. Assim afirmam: “O executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os assuntos comuns de toda burguesia” (1848, p. 36). Em outra passagem expressam a mesma ideia: “A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada” (1848).

No século XX, Lênin (1978, p. 141) fundamentado na análise materialista marxista, na obra “O Estado e a revolução” (1917) analisa o Estado como instrumento de dominação de classe e assinala fundamentado em Marx que: “[...] O Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão [...]” (MARX apud LÊNIN, 1978, p. 141). Nesse contexto, o Estado se configura como representante dos interesses de classe, cuja finalidade é garantir os privilégios da classe detentora de poder, da classe burguesa, em detrimento da classe proletária.

---

<sup>5</sup> A burguesia e a contra-revolução (1848); As lutas de classe em França de 1848 a 1850 (1850); O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1852).

A partir da análise supracitada, na qual se buscou apresentar na história o Estado como modernamente conhecido, isto é, como representante do poder político e, portanto dos interesses hegemônicos, apresenta-se o *modus operandi* de como se empreendera a discussão em questão.

## 2.2 ESTADO BRASILEIRO, DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO INDÍGENA

O Estado brasileiro, historicamente, foi responsável pelas intervenções que culminaram em mudanças no modo de vida das populações indígenas. Estas eram submetidas a determinados contextos sócio-político-religiosos, para atender interesses do poder instituído de forma autoritária, a semelhança do que ocorreu e ocorre com a população indígena brasileira.

Na história do Brasil Colônia, a catequese, aliada à política de integração forçada, desencadeou a reação indígena, o que levou Portugal a reconhecer juridicamente, em alguns períodos, os direitos de soberania indígena, como está implícito na Carta Régia de 9 de março de 1718. Além disso, como se verifica em Coelho (2001, p. 22), nesse momento histórico, “[...] os principais atores do campo das relações entre povos indígenas e governo colonial foram as missões religiosas e os colonos”. Em relação às missões, cabia o contato direto com os povos indígenas, por meio da execução de trabalhos voltados à catequese e civilização.

Como assinala Todorov (1993), na relação do colonizador com os índios se constrói a alteridade, o “nós” europeu frente ao “outro”<sup>6</sup>, o indígena. Segundo Todorov (1993), a constatação da diferença existente entre os dois contingentes humanos é para o europeu sinônimo de superioridade, que se traduz pela língua<sup>7</sup> falada, pela religião praticada, pelos seus costumes etc.

Esse autor afirma que o “outro” não é percebido, e os valores do colonizador são impostos, tendo transformado o “outro” em estrangeiro em seu próprio território. O estrangeiro é imaginado como inferior, porque é visto como diferente do “nós”, um ser diferente do humano, e, mesmo sendo homem é considerado um bárbaro inferior. Nesse contexto, os índios na condição de inferiores, estariam a meio caminho entre os homens e os animais, conforme registra Daniel (2004) “[...] muito numerosos os naturais do Amazonas, contudo em pouco se diferenciam dos bichos e feras do mato” (DANIEL, 2004, p. 268).

---

<sup>6</sup> A discussão empreendida neste trabalho sobre “alteridade, o nós e o outro” fundamenta-se na análise de Todorov (1993).

<sup>7</sup> O “outro” não possui uma língua, simbolicamente é considerado mudo (TODOROV, 1993).

Assim, com base nessa premissa é efetivada a dominação, visto que em termos evolutivos, tais seres estariam no estágio inferior da humanidade, justificando-se o processo de colonização e catequização para os conduzirem a um estágio superior da humanidade.

Percebe-se a imputação aos indígenas à condição de objeto, negando-se o direito de à condição de sujeito. Desse modo, considerados como objeto, sem alma, sem língua e sem religião, é-lhes imputada a condição da escravidão. Assim, foi construído o arcabouço ideológico da superioridade e da negação do “outro”, justificando-se a morte de grande parte da população indígena, considerada por Todorov (1993) como o maior genocídio da história da humanidade. Segundo este autor cerca de 70 milhões de índios morreu nesse período devido a diversos fatores, tais como: condições de trabalho, escravidão, precárias condições de vida, epidemias, entre outras.

Em realidade, as relações de dominação sempre estiveram presentes, seja sob o sistema de escravidão, seja sob o de tutela. Ao colonizador importava, tão somente, a dominação como meio de obtenção de lucro, a despeito do interesse, vontade, condições de vida e de trabalho do “outro”. Essa barbárie do colonizador é, conforme Todorov (1993), parte da práxis humana e se constitui como anúncio da modernidade.

Para Daniel (2004), esse momento histórico se constitui em uma nova instância histórica da humanidade, na qual o colonizador empreendeu, mediante sua barbárie, o maior genocídio da humanidade com a extinção de um elevado número de povos<sup>8</sup>, com suas línguas e culturas próprias e singulares deram origem a macroetnias maiores e mais abrangentes. A busca de riquezas no além-mar, vivida Portugal e Espanha à época do mercantilismo, era omitida no discurso, pois, a razão apresentada para justificar a barbárie colonizadora, considerada “nobre” e civilizatória era baseada na expansão da cristandade católica dos povos colonizados. Assim, a cobiça pela riqueza material é dissimulada pela necessidade de uma pretensa missão salvadora e ao mesmo tempo colonizadora, por meio da religião, da língua e dos costumes.

---

<sup>8</sup> Segundo João Daniel (2004, p. 351), “[...] na verdade [...] se esgotaria a aritmética em querer contar tão inumerável multidão; baste saber que sendo o rio Amazonas extenso por 1.800 léguas, todas as suas margens estavam povoadas de inumeráveis índios por uma e outra banda; e da mesma sorte os rios colaterais, ribeiras e lagos, em que os índios eram tantos, como enxames de mosquitos; as povoações eram sem número; e a diversidade de nações e linguagem era sem conto. [...] só no rio Urubu que a respeito dos mais colaterais se pode chamar um regalo, queimou uma tropa de uma assentada 700 populosas aldeias. Do rio Negro tirou a tropa dos resgates perto de três milhões de escravos, fora outros muitos que muitos brancos tiraram às escondidas, outros que mataram, e muitos outros que se desceram para as missões, que sempre hão de passar para cima de 3 milhões: e sendo tantos os rios colaterais, e tão extensos, de 400 léguas uns, e outros mais, bem se pode formar alguma tal e qual ideia de sua inumerável multidão, divididos em povoações e distintas nações pelo seu diverso idioma”. Assim, se observa pelas informações fornecidas por esse missionário, que na Amazônia se registrou um numero elevado de destruição de povos indígenas, no período colonial.

É nesse contexto que a colonização do Brasil ocorre e em especial a da Amazônia. Os indígenas, os primeiros habitantes dessa Terra-Brasil são vilipendiados em suas condições de vida. Ao mesmo tempo em que são escravizados, são submetidos à catequese como meio de exploração, de modo a reproduzir os mandos do colonizador. Daniel (2004, p. 342), assim se pronuncia: “[...] Os índios recebiam nas missões religiosas o aprendizado para o exercício de ferreiros, serralheiros, tecelões, sangradores, carpinteiros, e outros [...]”. Ou seja, ensinamentos de atividades que atendiam aos interesses dos segmentos dominantes da época, introduzindo com isso mudanças nas suas relações de trabalho, bem como inaugurando atividades novas à aprendizagem dos indígenas.

Na transição para o período imperial no Brasil, os povos indígenas foram submetidos a novos processos do poder, que tiveram as mesmas finalidades do período anterior, isto é, de assimilação. Moreira Neto (2005) relata que no Império, do reinado de D. João VI até o início do governo de D. Pedro II, incluindo-se o regencial, houve forte repressão aos indígenas. Conforme assinala o autor, foram registradas nesse período na Amazônia diversas campanhas militares contra grupos indígenas considerados “incivilizáveis”.

Moreira Neto (2005), ao analisar a situação do Brasil na primeira metade do século XIX, entende que o país continuou vinculado à mesma estrutura socioeconômica, aos mesmos mecanismos de poder e à mesma visão geral de mundo que o caracterizavam antes da separação de Portugal. Não são percebidas mudanças na estrutura agrária e nos modos tradicionais de relacionamentos entre a classe dominante e a população, constituída fundamentalmente de negros, indígenas e mestiços.

Assim, pode-se afirmar que houve nesse período uma continuidade dos antigos embates, envolvendo brancos e indígenas, embora a preocupação central tenha passado da mão-de-obra para as terras habitadas pelos indígenas. Entretanto, os índios permanecem como seres que apesar de assemelharem-se ao dominador, mantêm-se na condição de “outro”, como um ser estranho a “nós”, como um “estrangeiro”.

Todorov (1993), na obra “A conquista da América: a questão do outro” (1993), explicita que mesmo quando a população nativa era considerada como tendo uma cultura superior, buscava-se o pretexto religioso para justificar a violência e dominação sobre a referida população. Nesse contexto, este autor concebe “os outros” como uma abstração, ou

[...] como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”, [os índios para os dominadores]. Ou



pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie (TODOROV, 1993, p. 3).

Depreende-se disso que o indígena, embora estando em seu lugar de origem, sua humanidade foi negada, considerado como “estrangeiro” dentro de seu próprio território.

O Estado brasileiro cria em 1910 o primeiro órgão indigenista do país, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o qual tinha como objetivo atender a população indígena e os outros segmentos subalternos, como negros, mestiços e lavradores sem terra, sob a direção de Cândido Mariano da Silva Rondon<sup>9</sup>. Posteriormente, em 1918, conforme assinala Lima (1992), este órgão foi transformado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que foi criado com a finalidade “civilizar” os indígenas, transformando-os em trabalhadores nacionais. Com a promulgação da Lei Orçamentária, Lei n. 3.454, de 06 de janeiro de 1918, o SPI perdeu a verba e a responsabilidade pelas tarefas de localização de trabalhadores nacionais, transferidos ao Serviço de Povoamento.

Apesar da mudança supracitada, transformação do SPILTN em SPI, os indígenas, transitoriamente transformados em trabalhadores nacionais, segundo a ótica do Estado, objetivou-se, mediante ideologia hegemônica, transformá-los em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem, à semelhança daquilo que se pleiteou ideologicamente para eles no decorrer de toda a existência da proteção oficial.

Segundo Leite e Lima (1985); Lima (1989), a ideia de transitoriedade do indígena estava profundamente arraigada na prática do SPI. Assim, mesmo com a criação de um órgão indigenista oficial o paradigma assimilacionista continuou a existir com a busca da integração dos indígenas à sociedade nacional.

No período do governo militar (1964-1985), especialmente à época do “milagre econômico”, quando foram implantados planos para a Amazônia, como “Operação Amazônia” (1966) e depois o Plano de Integração Nacional (PIN) de 1970, a população indígena foi considerada como obstáculo ao desenvolvimento econômico da Região (DAVIS, 1978).

As relações entre o Estado brasileiro e a Região Amazônica foram marcadas por relações de alteridades (PONTE, 2003). Percebeu-se a Região como “o outro”, o inferior, o bárbaro, lembrando a relação entre as sociedades coloniais (mundo novo) e os países europeus

---

<sup>9</sup> Um militar positivista e evolucionista que ganhou projeção na instalação de redes telegráficas no interior do país, com uma proposta de não agressão às comunidades indígenas contatadas, isto é, fazer com que os indígenas fossem integrados gradativamente à sociedade brasileira (STAUFFER, 1955).

(mundo velho), sendo tomada a população nativa como o “outro” e o europeu como “nós” (PONTE, 2003).

O projeto desenvolvimentista empreendido com a “Operação Amazônia” de 1966 vinculou a região ao projeto capitalista nacional e internacional. O conceito de “vazio demográfico”, utilizado pelo Estado, constitui uma forma de exclusão dos grupos subalternos ao mencionado projeto (PONTE, 2003; ASSIS, 2006). Assim, essa ação culminou com o processo de exclusão de algumas populações, dentre elas as indígenas.

Durante os governos militares a questão indígena passou a ser tratada como de segurança nacional, visto que aumentou o controle do Conselho de Segurança Nacional sobre as áreas indígenas. É o Ministério de Assuntos Fundiários (MEAF) que passa a responsabilizar-se pela demarcação das terras dos indígenas. Com isso, esse processo se tornou mais lento e conseqüentemente permitiu as mais diversas pressões regionais.

Na opinião de Vidal (1991), desde 1970, o cerco sobre as sociedades indígenas começa a se fechar. O discurso oficial corrente estava imbuído da visão de que os indígenas eram possuidores de muita terra para poucos habitantes e era usado para legitimar as práticas autoritárias do governo brasileiro. Essas práticas foram denunciadas por Pinto (1982) e se manifestaram com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, como a Hidrelétrica de Tucuruí, estradas e a Ferrovia de Carajás, em total desrespeito aos habitantes da Amazônia, em particular os povos indígenas.

Nesse contexto, as populações subalternas de um modo geral (negros, indígenas, pescadores, agricultores) estão ausentes nos diversos discursos oficiais e nos projetos de desenvolvimento para a Amazônia. As reivindicações indígenas são atendidas quando não estão em discussão os interesses dos grupos hegemônicos.

No final da década de 1970 e no início dos anos 1980, há no Brasil um processo de reorganização da sociedade civil brasileira, com a participação de diversos setores sociais, que expressam publicamente sua indignação e passam a exigir cidadania em todas as dimensões (ROUQUIÉ; LAMOUNIER; SCHVAZER, 1985). Com a chegada dos anos 1980, iniciava-se a abertura política brasileira, momento em que se faziam sentir os efeitos do primeiro “choque do petróleo” e sua continuação até a primeira metade dessa mesma década, advindo daí o agravamento sem precedentes da crise econômica, com a elevação das taxas de inflação, que no período eram superiores a 200% anuais<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Fernandes (1989), ao analisar esse período, afirmava que a sociedade brasileira estava passando por uma transformação gradativa, principalmente no nível político, com reorganização partidária, anistia de presos políticos e retorno dos exilados. É observado que, após anos de autoritarismo, a população brasileira é convocada

Quanto à população indígena, notou-se nos 1970 um processo de reafirmação de sua identidade, mediante a mobilização dos movimentos indígenas com o Estado, ainda na ditadura militar. Vale salientar que a relação entre indígenas e o Estado, historicamente, mantinha-se tensa, embora, nesta década o embate com o Estado tenha sido o momento fundante para o processo de organização indígena<sup>11</sup>. Essa consciência política e a tentativa de adaptar-se à sociedade levaram à mobilização indígena, frequentemente com apoio de instituições indigenistas não oficiais, fazendo com que o Congresso Nacional Constituinte, no final dos anos de 1980, atendesse várias de suas reivindicações.

O Projeto da Nova República do Governo Sarney (1985-1990), ao analisar a “Operação Amazônia” (1966-1970) considerou o projeto inadequado no que concerne à vocação regional, visto que foi implantado por tecnocratas que desconsideraram as condições econômicas, políticas e sociais da Amazônia, fato este que agravou os problemas sociais existentes nesta. Na Nova República, Antonio Brant (2002) comenta que talvez tenha sido a primeira vez que o governo quis discutir pautas relativas à política indigenista, contudo, nesse momento inicial, houve participação insignificante dos indígenas.

Apesar da abertura política no país e da atuação das organizações indígenas, constatou-se a manutenção da defesa do Estado aos interesses da burguesia agroindustrial, mediante implantação de projetos de desenvolvimento que são contrários aos interesses das populações indígenas. Como exemplo disso, aponta-se a prevalência dos interesses de grandes grupos econômicos ligados às mineradoras em detrimento dos interesses indígenas Yanomami, quando da demarcação do seu território (DAVIS, 1978). Nesse contexto de disputas, muitos indígenas optaram pela migração para as cidades e ao migrarem perderam grande parte da assistência que recebiam das instituições públicas (FUNAI, FUNASA, entre outras) enquanto índios aldeados.

A pressão dos grupos dominantes provoca a redução de recursos para o etnodesenvolvimento e o encaminhamento de propostas que fomentariam as atividades produtivas às populações indígenas. Lima, Iglesias e Barroso-Hoffmann (2003, p. 5) argumentam que

[...] a FUNAI é uma instância muito pouco eficaz para a discussão, canalização e mediação das demandas e propostas dos grupos, lideranças e

---

às urnas para votar em governadores, vereadores e deputados. Vale ressaltar que a situação socioeconômica do país continuava crítica, o “milagre econômico” em crise, mas algumas práticas políticas repressivas ainda vigorando.

<sup>11</sup> A troca de experiências com indígenas de outros países como Argentina, Chile, Colômbia e Bolívia tem fortalecido o movimento político dos indígenas do Brasil.

associações indígenas. Isto fica ainda mais aguçado se levado em conta que, pela via dos cargos, à falta de outros recursos ao etnodesenvolvimento e fomento de atividades produtivas, os povos indígenas acabam recebendo recursos que deveriam ser disponibilizados em bases transparentes e controladas.

Desse modo, a mesma observação quanto à distribuição de recursos e às relações de poder impostas aos indígenas é ressaltada por esses autores ao comentarem sobre a relação entre indivíduos integrantes da administração indigenista e os indígenas. Assim se expressam:

A articulação diádicas entre um indivíduo integrante da administração indigenista, com inserção local/regional e funções homólogas as de um patrão (mas portador de uma auto-representação próxima à do missionário tradicional), e certas redes ou facções de povos indígenas específicos, operando sob a lógica da troca personalizada, intercambiando apoio político e recursos sob a forma de cargos, bens, ou moeda, os quais deveriam ser usados para o desenvolvimento dos indígenas. Este tipo de padrão, às vezes temperado por um certo populismo amedrontado, dá suporte ao jogo faccional que, articulando funcionários e não-funcionários da Funai, sejam eles índios ou não, coloca em disputa o controle da presidência do aparelho, num mundo paralelo que tem sido estimulado pela falta de direção política dos escalões superiores do governo (LIMA; IGLESIAS; BARROSO-HOFFMANN, 2003, p. 5).

Percebem-se, nessa passagem, dois movimentos imputados ideologicamente aos grupos indigenistas e indígenas. O primeiro refere-se à distribuição desvantajosa de recursos entre os povos indígenas o que conduz a uma situação de permanente vulnerabilidade quando comparado aos disponíveis a outros grupos. Além disso, esses indígenas ao disputarem entre si os escassos recursos, esquecem-se dos seus interesses coletivos, da população indígena em sua totalidade. O outro movimento refere-se à disputa do poder paralelo, delegada pelo poder hegemônico (o Estado) aos representantes indigenistas e indígenas. Nessa direção, os representantes da população indígena passam a disputar entre si o poder e os precários recursos disponíveis, esquecendo-se, alienando-se, das finalidades últimas da população indígena. Vale ressaltar que tanto um quanto o outro movimento, justificados pela existência de um Estado mínimo, neoliberal, reproduzem os interesses e ideologias deste, isto é, acatam e aceitam as deliberações do Estado e os minguados recursos.

Embora em 2000 o Ministério da Saúde (MS) tenha dispensado mais recursos às populações indígenas a maneira como os mesmos vêm sendo administrados por meio da terceirização sua administração, por conta de processos relacionados à terceirização, descentralização, assim como a alocação segue a lógica do desperdício e da precarização do uso, ou da inadequação do uso. O mau aproveitamento dos recursos, associado à precarização da administração da comunidade indígena, acrescida dos mecanismos

ideologizantes/alienantes, considerados como “falta de visibilidade e de conhecimento” para aplicação dos referidos recursos, são justificativas para a não concretização dos projetos e seus resultados parciais ou inexistentes. Entretanto, a falta de visibilidade e esclarecimento sobre os mecanismos de aplicação dos mencionados recursos tem sido contestada pelas populações indígenas.

Os convênios com os municípios são criticados por não permitirem o controle social sobre a utilização dos recursos e por induzirem as relações clientelistas, que

[...] limitam as possibilidades de ação das organizações indígenas por introduzir e por induzir, numa tendência mais geral da administração pública, às formas de relação clientelistas típicas do mundo rural brasileiro. Em decorrência disto, tem sido frequente a demanda de representantes indígenas pela suspensão imediata dos acordos com as prefeituras, em favor da execução direta das ações pela própria FUNASA (LIMA; IGLESIAS; BARROSO-HOFFMANN, 2003, p. 6).

Assim, observam-se muitas barreiras à execução de ações públicas destinadas à população indígena do Brasil, que por sua vez, pressionam por mudanças, diante da ineficiência do Estado.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO E A QUESTÃO INDÍGENA

Na visão de Shumpeter (1982, p. 47), “[...] o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta” (1982, p. 47). Assim, as causas e a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora dos fatos que são descritos pela teoria econômica. Nesse sentido, o “desenvolvimento” compreende as mudanças que surgem dentro do fenômeno, por sua própria iniciativa.

Segundo Shumpeter (1982), o desenvolvimento é “[...] um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio” (1982, p. 47). Isso significa que se trata de uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, ou uma perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Resulta disso, que o equilíbrio, em uma determinada realidade, não é absoluto, pois está sujeito a interrupções externas e internas.

Há diversas teorias que discutem o desenvolvimento e se apresentam como alternativas à concepção deste, como mero crescimento econômico ditado pela “mão invisível do mercado”. Uma delas é apresentada por Douglas North (1990) que explica o processo de

desenvolvimento através da presença de instituições ou conjunto de instituições, isto é, de regras de jogo, de normas e valores que orientam a conduta do dia-a-dia. Para este autor os custos de uma economia dependem fundamentalmente de comprar, vender, estabelecer contratos e exigir seu cumprimento. Desse modo, surge o contrato entre as firmas, tendo em vista a diminuição dos custos econômicos nas transações econômicas.

As instituições, por sua vez, cumprem o papel de reduzir as incertezas, que significa:

The costliness of information is the key to the cost of transacting, which consist of the costs of measuring the valuable attributes of what is being exchanged and the costs of protecting rights and policing and enforcing agreements. These measurement and enforcement costs are the sources of social, political, and economic institutions (NORTH, 1990, p. 27).

O conceito de incerteza é extremamente importante para North (1990), como explica Galípolo (2005), ao dizer que este impossibilita ou dificulta a possibilidade das transações econômicas entre as pessoas, gerando os custos de transação ou assimetrias na informação, que impedem os agentes econômicos de conhecer de fato o objeto da transação em curso. O papel das instituições seria, portanto, o de diminuir os custos de transação, atenuando as incertezas e permitindo a coordenação econômica e social.

Para Galípolo (2005), North é influenciado por Marx, contudo, ao fundamentar as bases da Nova Economia Institucional, juntamente com Williamson e Coase, promove uma inversão do arcabouço teórico marxiano. Sem dúvida, a originalidade do pensamento de North é a ênfase que atribui às instituições como determinantes principais do desenvolvimento econômico. Assim, entende que a causa última do desenvolvimento não é o investimento em tecnologia e nem a acumulação de capital, pois estes seriam na verdade consequência de determinados arranjos institucionais. Portanto, a inversão se manifesta na percepção de que:

[...] as relações de produção (condicionadas por um aparato institucional) acabam, no limite, determinando a evolução das forças produtivas. As instituições antecedem e têm primazia sobre as formas de trabalho e desenvolvimento tecnológico. As relações jurídicas passam a condicionar o mundo material e não refleti-lo (GALÍPOLO, 2005, p. 14).

Para Galípolo (2005), os autores North (1990), Williamson e Coase concebem as instituições como fundamentais para explicar a evolução das forças produtivas, pois elas antecedem e são prioritárias às formas de trabalho e desenvolvimento tecnológico.

Ao se falar de desenvolvimento, não se pode deixar de explicar o que se entende por subdesenvolvimento. Segundo North (1990), subdesenvolvimento consiste num ambiente social em que a cooperação humana inibe a inovação, apoia-se em vínculos hierárquicos

localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas. Desse modo, o segredo do desenvolvimento reside nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos agentes sociais.

Nos últimos vinte anos, um novo paradigma da teoria do desenvolvimento começa a surgir, que conforme Barquero (2001) ficou conhecido como desenvolvimento endógeno. Segundo o autor, a principal ideia que caracteriza esse novo paradigma de desenvolvimento é a de que o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, mediante investimentos realizados pelos agentes públicos e pelas empresas sob controle crescente da comunidade local. Este se constitui como uma alternativa à concepção de desenvolvimento, pautado na noção de crescimento econômico definido pelas condições de produção.

Esse modelo surge da perspectiva teórica fruto da tentativa de encontrar uma noção de desenvolvimento capaz de dar conta dos efeitos da atuação pública na evolução de localidades e regiões atrasadas e do caráter empírico, decorrente da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do sul da Europa, como por exemplo, o que se denomina terceira Itália. Suas principais características apontam para o desenvolvimento territorial<sup>12</sup> e para o funcionamento do sistema produtivo, mediante o desenvolvimento autocentrado e o desenvolvimento de “baixo para cima”, em que é fundamental a participação ativa da comunidade envolvida. Ainda, na busca de alternativas de compreensão sobre o desenvolvimento, a noção de capital social tem ganhado relevância.

Nesse aspecto, o capital social tem sido incorporado nos debates sobre desempenho econômico como um fator independente da produção (WOOLCOCK, 2001). Os economistas clássicos identificaram a terra, o trabalho e o capital financeiro como três fatores básicos que determinam o crescimento econômico, os quais, nos anos 1950, Robert Solow agregou a importância da tecnologia. Nos anos de 1970, os economistas neoclássicos Schultz e Becker introduziram sucessivamente o conceito de capital humano e de capital social. O capital humano e o capital social se complementam, na medida em que cidadãos cultos e informados estão mais bem capacitados para organizar e avaliar a informação contraditória e expressar os pontos de vista de modo construtivo.

Uma definição que inclui além da estrutura e das redes e relações sociais, as condutas como confiança, reciprocidade, honestidade e os indicadores da qualidade institucional, tem

---

<sup>12</sup> O território é entendido como o agente de transformação e não somente a sede dos recursos e atividades econômicas, pois é nele que ocorrem interações entre empresas e demais atores que se unem e cooperam, organizando-se para desenvolver a economia e a sociedade.

despertado entre os economistas interesse pelo capital social. Falar em capital social significa relacionar normas e redes que garantam a ação coletiva. Esse pensamento extrapola a ideia de que as relações só podem ser regidas por meio de trâmites legais, regras jurídicas e burocráticas.

Portanto, não se pode compreender o capital social de forma independente de seu entorno institucional, isto é, sem a participação das comunidades. A ausência de instituições formais pode ser compensada pela criação de organizações informais. A condição dos governos sejam eles, débeis, hostis, indiferentes ou governos que respeitam as liberdades civis e o estado de direito, contrários à corrupção, tem um efeito distinto na vida comunitária.

O sucesso do conceito de capital social se deve ao vazio da economia geral e das teorias sociais do desenvolvimento acerca de como lidar seriamente com as dimensões sociais. Woolcock (2001, p. 6) assinala que “[...] tal vez mayor cualidad de lo capital social es que permite trascender en general las guerras del imperialismo, proporcionando un discurso en común a través de las divisiones disciplinarias, sectoriales y metodológicas”. Nota-se neste argumento a ideia de ultrapassar os ditames imperialistas em prol de um discurso comum, generalista.

A perspectiva teórica sob a ótica do capital social reconhece que os grupos marginalizados possuem recursos sociais únicos, que podem ser usados como base para superar a exclusão social e como mecanismo para permitir o acesso às instituições pautadas nas relações sociais tradicionais. Essa perspectiva reconhece os ativos excluídos, ou seja, os marginalizados como indivíduos que podem ser usados para o crescimento econômico. No caso específico da população amazônica, isso se dá em decorrência do saber tradicional apoiado no conhecimento empírico por erros e acertos, e tal conhecimento é transmitido de geração a geração, o que permite sua repetição. É o conhecimento tácito que não é obtido na academia, embora possa em certas situações ser um segmento de um conhecimento acadêmico.

Na discussão sobre modelos de desenvolvimento, importados de outros países, autores como Bagnasco (2001) têm tecido críticas a tentativas de importação aos mesmos. O autor, ao tratar sobre o desenvolvimento, afirma que essa importação é perniciosa. Para ele, cada país tem que encontrar seu próprio e específico caminho para o crescimento econômico. Afirma que cada sociedade pode aperfeiçoar a aplicação de seus próprios recursos e de corrigir a implementação, mediante a análise de suas próprias dificuldades. Como exemplo, Bagnasco (2001) apresenta as experiências fracassadas, vivenciadas por empresas que se instalaram no sul da Itália, subsidiadas por intermédio de políticas de desenvolvimento com transferências



financeiras para a população e fornecimento de infraestrutura, isenções fiscais e instalações físicas. Essas experiências não resultaram em melhorias à região, continuando a ser o sul da Itália, uma das regiões mais atrasadas da Europa.

Esse autor reconhece a capacidade de auto-organização da sociedade como um recurso decisivo para o desenvolvimento, isto é, o fator realmente decisivo é a resposta da sociedade local. Em síntese, sugere a mesclagem de recursos de capital social e princípios de boa governança política dos processos a serem seguidos, tais como: a) mercado sem ideologia de mercado; b) capital social, mas não como alternativa à política; c) nova governança política oposta ao clientelismo.

O problema espacial em diversos países do mundo é marcado pelo insucesso das políticas tradicionais de desenvolvimento regional baseadas em controles locais e em incentivos fiscais e financeiros, visando um crescimento permanente e sustentável (GALVÃO, 2000). Além disso, seria necessário “encontrar novas concepções, novos mecanismos e novas estratégias de intervenção pública para enfrentar os desafios do desenvolvimento regional” (GALVÃO, 2000, p. 5). Essa tarefa tem-se configurado como um desafio para os gestores de todo o mundo, pois pensar o “novo” sempre requer um esforço muito grande.

Uma profunda reestruturação da economia e do papel dos governos, das empresas, das regiões e dos indivíduos vem ocorrendo nesses últimos 20 anos, como ressalta Galvão (2000). Estudos têm mostrado que impactos territoriais vêm se dando em decorrência da globalização e da introdução de novos paradigmas tecnológicos. A concentração industrial presente em alguns locais está sendo substituída por uma grande e crescente parcela da produção fabril e de serviços, em vários locais e em grande número de empresas, na sua maioria produtoras de bens e serviços diferenciados para serem vendidos em múltiplos mercados locais, regionais e internacionais. No contexto dessas ideias surgem na literatura as discussões sobre empresas flexíveis e inovadoras e, a semelhança destas, o de regiões ágeis e também inovadoras.

O antigo “modelo fordista” de acumulação vem sendo substituído por outro modelo denominado de acumulação flexível, centrado em formas mais descentralizadas de produção e menos dependente da existência de economias de escala, ou seja, de grandes volumes de produção padronizada em uma única planta industrial. Esses novos modelos de sistemas produtivos pós-fordistas estariam criando oportunidades para o crescimento de um número elevado de pequenas e médias empresas, tanto em regiões industrializadas quanto nas menos desenvolvidas, ligadas ou controladas por grandes corporações, ou operando

independentemente, atuando em nichos de mercado e concorrendo, também, nos mesmos mercados das grandes empresas.

Assim, o aparecimento de grande número de pequenas e médias empresas tem sido visto como um aspecto muito positivo pela capacidade que tais empresas têm de gerar grande volume de emprego. Em certa medida, os efeitos da tendência de liberação de mão-de-obra, em escala crescente, nas corporações de grande porte, permitem reflexões sobre os modelos de desenvolvimentos calcados na lógica de incentivos à produção para o mero crescimento econômico. Isso é bastante recorrente no mundo globalizado em que os interesses de empresas transnacionais se sobrepõem a interesses de comunidades locais.

No Brasil, Assis (2006) percebe que os efeitos do ambientalismo internacional influenciaram o modo como o Estado brasileiro passou a ver a política indigenista. O advento dos meios de comunicação de massa - Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) possibilitou a divulgação dos problemas indígenas, suas insatisfações e lutas, permitindo-lhes maior visibilidade no processo global. Para Lima (2002), a questão indígena passou a ser vinculada pelo Estado brasileiro, aos problemas de conservação e utilização, racional e sustentável, do meio ambiente, com ênfase nas populações indígenas amazônicas.

Em relação às populações subalternas da Amazônia e a luta por áreas de reserva, Simonian (2000) se manifesta da seguinte forma:

[...] Entretanto, dificilmente se realiza a expectativa destas populações acerca da possibilidade de poderem explorar de modo sustentável suas terras e recursos, tê-los reconhecidos pelo Estado e respeitados pela sociedade mais ampla. Embora em tal perspectiva seja, na prática, quase impossível de se concretizar, em face das pressões e/ou mesmo interesses pessoais, tais populações ou parte delas têm se envolvido com processos destrutivos (SIMONIAN, 2000, p. 11).

Ao analisar as políticas públicas para as áreas de reserva na Amazônia, assinala que, embora sejam estabelecidas as metas, os planos e os projetos sejam implementados, os problemas encontram-se na destinação de recursos financeiros, na capacitação de técnicos e no modo inadequado de participação das populações tradicionais.

No estudo de Sullivan (2000), sobre o modo de vida dos ameríndios das Guianas e suas estratégias de sobrevivência, a autora destaca que:

The process of development in villages such as these is often met with mixed feelings, and in the past, local inhabitants have rarely been consulted. Some people in such villages see “development” as the opportunity to improve their own standard of living, while others associate it with exploitation of natural resources, without benefits for local people (SULLIVAN, 2000, p. 183).

Sullivan (2000) acredita que os estilos de vida ainda fornecem a base para a vida cotidiana, mas as pressões econômicas e sociais trazem, inevitavelmente, mudanças para os modos de vida tradicionais. A crescente pressão da globalização econômica, de extração de florestas da Guiana, que aumenta a um ritmo alarmante, inevitavelmente traz graves impactos sobre as comunidades ameríndias. O desafio hoje é utilizar todo o espectro dos nossos conhecimentos para o desenvolvimento de novos paradigmas de pensamento sobre a sustentabilidade, de modo que podem ser operacionalizados como respectivos meios de subsistência, bem como podem ser mantidos.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável se concentra em duas vertentes. A primeira preza pela racionalidade econômica, em que a “[...] questão da sustentabilidade se reduz a uma ‘revolução de eficiência’ ou como muitos preferem de ‘uso racional dos recursos naturais’” (FATHEUER, ARROYO, 1998, p. 8). A outra vertente procura questionar esse modelo, pois preconiza a mudança social, apoiando-se em valores como equidade, democracia, sociobiodiversidade, diversidade cultural, justiça, ética, ou seja, acentua a visão da interrelação da sustentabilidade: ambiental e ecológica, social, econômica, política e institucional, colocando no centro as lutas sociais.

A segunda vertente é almejada por muitos segmentos da sociedade, contudo, Silva (2002, p. 46) comenta que “[...] a configuração do atual padrão de desenvolvimento social incorpora determinantes complexos e heterogêneos, incluindo heranças históricas, que culminam em situações de vulnerabilidade referentes a situações sociais e econômicas”. Dentre estas vulnerabilidades a questão da saúde é uma das mais problemáticas, tanto que na Agenda 21, conforme informa a referida autora, existe a patente necessidade de se melhorar a saúde e o bem-estar de todos os habitantes urbanos para que eles possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Castro (2001), muitos projetos desenvolvimentistas para a região não passaram de políticas fragmentadas, contribuindo para o acirramento dos conflitos fundiários, para o aumento da violência e para o crescimento das desigualdades sociais. Os resultados dos projetos desenvolvimentistas e das políticas públicas para a Amazônia culminaram no aumento da pressão sobre os recursos naturais, dos conflitos fundiários, das chacinas e migrações de segmentos empobrecidos para a periferia das cidades. Para essa autora, as contradições existentes atualmente na Amazônia são o reflexo desses projetos e dessas políticas (CASTRO, 2001).

Para Castro (2006), as políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, empreendidas pelo Estado brasileiro, desde os anos 60 do século XX, e em especial nos anos 70 e 80, visaram a ocupação e a exploração de seus recursos naturais, sua colonização. Mais tarde favoreceram politicamente a ocupação agropecuária e também incentivaram empreendimentos privados nos setores da mineração, o que provocou alterações socioculturais na região. O desenvolvimento e os incentivos do Governo Federal também estimularam a exploração empresarial a partir de projetos relacionados à geração de energia, mediante a construção de hidrelétricas. Os impactos desses projetos, considerando-se os interesses das comunidades amazônicas, tais como índios, camponeses e ribeirinhos, são prejudiciais a essa população, conforme assinala Castro (2006).

Percebe-se, assim, que as políticas desenvolvidas historicamente pelo Estado brasileiro, caracterizado como centralizador e autoritário, refletem-se negativamente para as populações indígenas e não indígenas (SIMONIAN, 2000). Embora tenha sofrido revisões, as resistências têm sido muitas. A autora, ao tratar da ação do órgão indigenista para o desenvolvimento das comunidades indígenas, destaca que “A FUNAI tem estado praticamente ausente das [terras indígenas], principalmente quanto a investimentos voltados para o desenvolvimento das comunidades indígenas da Amazônia” (SIMONIAN, 2000, p. 31), o que tem provocado migrações destes às cidades, em busca de melhores condições de vida.

Nesse contexto, é imprescindível considerar a realidade de vida dessas comunidades na Amazônia. Daí a importância do desenvolvimento sustentável para a Região o qual deve avaliar as diferentes sociedades, o uso, manejo e exploração dos recursos naturais (VIECO, 2001). Contudo, as agências de desenvolvimento internacionais estabelecem regras que se opõem à diversidade cultural e étnica, em decorrência dos processos de homogeneização social impostos às nações pobres a fim de dar acesso à tecnologia e ciência. A diversidade étnica e cultural é vista como um obstáculo ao desenvolvimento, pois a sua organização social e seus sistemas de produção, sua “não racionalidade econômica” e precária utilização da ciência e tecnologia nos seus processos produtivos são tomadas por essas agências como barreiras impeditivas ao desenvolvimento e devem ser derrubadas.

A política de ocupação do espaço amazônico tem se realizado sob a visão do desenvolvimento como crescimento econômico (VIECO, 2001). Em caso investigado pelo autor na Colômbia, as consequências econômicas, políticas e sociais levaram a gerar um sistema não sustentável de produção, uma deslegitimação da ação do Estado, violência, violação dos direitos humanos. Em termos ambientais, observa-se a destruição dos recursos

naturais renováveis e não renováveis, gerando problemas de saúde e impacto ambiental tanto nas comunidades indígenas, quanto entre colonos e camponeses.

A teoria do desenvolvimento, na ótica de Stavenhagen (1985, p. 24), “[...] ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la coerentemente em seus quadros analíticos, [...] constituindo-se em ‘cegueira paradigmática’”. Para este autor, a ideologia do Estado nacional é refratária à ideia de desenvolvimento étnico por não se adaptar aos seus termos. Este chama atenção para o que se observa há décadas na América Latina em termos de políticas governamentais. Essas políticas têm objetivos claros de assimilação ou incorporação das culturas indígenas que fazem parte do processo de construção nacional. Assim, a cultura nativa enfrenta processos que as modificam, englobando-as em um conjunto de identidades em torno de uma conjuntura nacional.

Os projetos de desenvolvimento estatais envolvendo populações indígenas representaram e representam uma ameaça a eles. Como exemplo, tem-se a construção da Hidrovia Paraná-Paraguai no estado do Mato Grosso para os índios Bororo (VIERTLER, 1999). Viertler (1999) enfatiza que devido a essas pressões os índios passaram a apresentar comportamentos depressivos, como, por exemplo, o alcoolismo. Outros grupos indígenas, bem mais numerosos, como os Kayapó e os Xavante, responderam de outro modo, organizando-se por meio da criação de projetos comunitários de ordem econômica, política e cultural, a fim de superar as pressões e prejuízos causados.

Ao se analisar a discussão empreendida por Viertler, observa-se que o procedimento adotado pelos índios gerou consequências nefastas à população indígena, uma vez que abandonaram a sua cultura, pressionados ideologicamente pelos projetos, deixando o seu território à mercê da especulação imobiliária e do uso da terra para atividades produtivas danosas à natureza. Outra consequência dos projetos de desenvolvimento estatais relaciona-se à migração da população indígena para as cidades, que geram políticas públicas inadequadas para esta população, ocasionando péssimas condições de vida, além de vários problemas sociais. Os índios migrantes, sem recursos econômicos, passam a habitar as periferias das cidades sem as mínimas condições de infraestrutura. Como a exemplo, têm-se os Tikuna que moram no bairro da “Cidade de Deus”, em Manaus.

A migração dos índios para as cidades decorre na visão de Baines (2001, p. 2) de uma política indigenista adotada pelo Estado brasileiro, que ao reduzir as terras indígenas, libera-as para ocupação por outras populações, e, ao mesmo tempo, provoca as migrações indígenas para as cidades. O fenômeno da migração, assinalado por Noelli (1996, p. 34), “[...] consiste em movimentações involuntárias e sem retorno ao local de origem”. Para Ferreira (1986) a

migração pode ser considerada como expansão o que significa, “deslocamento ou alargamento”, o que implica dizer que o deslocamento “[...] implica em conquista de novas áreas sem, contudo, deixar de habitar a anterior” (FERREIRA, 1986, p. 724).

Percebe-se que historicamente há uma preocupação do Estado brasileiro com a questão territorial indígena. A despeito dos discursos, aspectos normativos legais pretensamente interessados em regulamentar e legalizar os direitos territoriais indígenas, o Brasil tem se pautado na adoção de políticas públicas que amparam e subsidiam a expropriação da terra indígena, apesar de ideologicamente declararem o oposto, haja vista que um dos interesses dos setores hegemônicos do Estado capitalista é a terra. Nesse contexto, Cardoso de Oliveira (1988) assinala que a distribuição das terras em regiões do sul do país e em Mato Grosso do Sul, pelo SPI, representava menos uma reserva de mão-de-obra, do que uma reserva territorial constituindo-se a terra como fator preponderante.

Um exemplo de deslocamento para as cidades pode ser identificado no estudo realizado na cidade de Altamira por Patrício (2000), em que há uma frequência permanente de idas e vindas dos índios Xipaia e Curuaia, residindo os mesmos, ora na cidade ora nas aldeias. Neste estudo, a autora informa que os Xipaia e os Curuaia vivem distribuídos em diversos bairros de Altamira, em casas alugadas sem saneamento básico, ocupando funções como: lavadeiras, pipoqueiros, pedreiros e comerciantes.

Os indígenas, ao se estabelecerem nas cidades, buscam um lugar, formas e condições de sobrevivência, no entanto os motivos que levam ao deslocamento (temporário) ou à migração (permanente) são diversos e variados, podendo-se distinguir entre motivos reconhecidos e motivos que não são explicitamente reconhecidos, conforme assinala Bernal (2009). Segundo este autor, os motivos reconhecidos e consentidos e os não explicitamente reconhecidos são:

[...] 1. A busca de possibilidades de estudos para seus filhos; 2. A necessidade de encontrar um trabalho com o objetivo de conseguir uma melhor renda para a família; e 3. O desejo de aproveitar das facilidades que não existem no interior, ligadas particularmente às possibilidades de mobilização, ao uso do dinheiro e à aquisição de produtos elaborados para a alimentação familiar de base. [...] razões que não são explicitamente ou conscientemente reconhecidas. [...] encontram-se a facilidade para acessar a espaços lúdicos e recreativos, particularmente os jogos de azar, assim como a grande disponibilidade e facilidade para adquirir e consumir álcool e o desejo de se liberar de um rigoroso controle social próprio das pequenas comunidades isoladas e fechadas sobre si. [...] os problemas ligados à demarcação da terra (BERNAL, 2009, p. 160-188).

Entretanto, ao migrar, o índio passará a enfrentar tanto as adversidades que provocaram a migração, quanto a necessidade de adaptação ao ritmo urbano, o qual difere do ritmo da aldeia

pelos seus diversos códigos e complexidades, apresentando-se este como uma dificuldade a mais para as populações indígenas que passam a residir na cidade. Além disso, a representação que recai sobre as populações indígenas desde os tempos da colonização até o presente momento, no contexto urbano, pode-se dizer que não evoluiu, haja vista que, como afirma Saraiva (2005, p. 19), se constitui em

[...] uma representação de índio congelada no tempo. A idéia de que os índios mantêm uma cultura semelhante aos índios desde a época da conquista. Nesse sentido, o (re) aparecimento de índios que não falam mais a língua, não moram nas aldeias, ou seja, que não se encaixam na representação do exótico causou perplexidade.

A representação de índio congelada no tempo, com língua, religião, cultura e morando fora da aldeia, tem obstaculizado o reconhecimento dos indígenas em âmbito urbano. Apesar disso, há registros na literatura de que as migrações para as cidades aumentaram em proporções crescentes a partir da década de 1980, configurando-se este quadro como situação irreversível, ainda que não sejam reconhecidos ou visibilizados no âmbito urbano.

Em termos de nomenclatura os indígenas que moram em cidades ou que permanecem algum tempo e depois retornam à aldeia (deslocados) são chamados, conforme assinala Baines (2001), de “índios citadinos”. Cardoso de Oliveira (1976), em suas pesquisas com indígenas que moram nas cidades do Mato Grosso os intitula também de “índios citadinos”. Patrício (2000, p. 2), ao estudar os indígenas que residem em Altamira, utiliza o mesmo termo, “índios citadinos”, considerando-os como aqueles

[...] que não mais vivem nas aldeias ou nunca viveram, e moram nas cidades onde a organização social difere do aldeado. Seu território na cidade pode corresponder ao bairro ou ainda apenas um pequeno espaço, onde têm como vizinhos seus familiares e outros indivíduos não indígenas. Na cidade nem sempre é possível reeditar sua cultura com a frequência em que faz na aldeia, devido à descontinuidade territorial (PATRÍCIO, 2000, p. 2).

Para Gilvan Oliveira (2000, p. 4) “[...] além do novo conceito de *índio urbano*, introduziu-se também o conceito de *índio citadino* para descrever aqueles que, embora não fixados de forma permanente nas cidades, como os *urbanos*, passam períodos mais ou menos longos na urbe, em uma transumância estável”. Ou seja, por meio de Gilvan Oliveira (2000) observa-se a designação também de índios urbanos para os indígenas que estão de algum modo fora da aldeia.

Nas metrópoles há, no entanto, um relativo anonimato do indivíduo (SIMMEL, 1971, 1988; PARK, 1916; VELHO, 2005). Velho (2005) observa que uma das principais

características das sociedades complexas é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, havendo certo distanciamento entre as pessoas.

O estudo que contrasta o estilo de vida metropolitano com o modo de vida tradicional rural foi realizado por Simmel (1971, 1988), que considerou a grande cidade como constituída por uma diversidade de estímulos, ocasionando ao indivíduo a necessidade de adaptação à vida na metrópole. A semelhança disso ocorre com o modo de vida do “índio citadino”, que necessita ressignificar os elementos étnicos no contexto urbano (BERNAL, 2009).

Park (1916) afirmava a existência de “[...] mundos que se tocavam, mas não se penetravam [...]” na grande cidade moderna. Esses mundos estariam demarcados espacialmente por meio de fronteiras étnicas, sociológicas e culturais. As reflexões desse autor, ligadas ao seu momento histórico, relacionam-se aos grandes centros urbanos norte-americanos, a exemplo a cidade de Chicago. Entretanto, outras pesquisas mais recentes, como a de Velho (2005), tendem a relativizar essas fronteiras sem, contudo, negá-las. Na compreensão de Velho (2005) e Simmel (1971, 1988), em diversas oportunidades, a situação do indivíduo na sociedade moderna se caracteriza como ponto de interseção de vários mundos.

A fragmentação das relações e papéis sociais na sociedade moderna demarca domínios distintos, contrastando com as relações “multiplex” das sociedades tribais (GLUCKMAN, 1962). Assim, os indivíduos vivem múltiplos papéis, em função dos diferentes planos em que se movem, ou seja, isso indica uma ótica incompatível com um plano linear de explicação das relações sociais.

Desse modo, segundo Velho (2005), na sociedade complexa, a coexistência de diferentes mundos constitui a sua própria dinâmica e “[...] a continuidade e as transformações da vida social dependem do relacionamento, mais ou menos contraditório e conflituoso, entre esses mundos e os códigos a eles associados” (VELHO, 2005, p. 263). Na sociedade complexa, em que há a convivência de mundos diferentes, a continuidade e as transformações sociais dependem de como tais mundos se relacionam entre si.

Segundo Velho (2005), a noção de construção social da realidade criada por Schultz (1979) e divulgada por diversos autores como Peter Berger e Thomas Luckmann (1973) é instrumento fundamental para o desenvolvimento dessas reflexões. As análises de Simmel e Dumont são exemplos disso, eles concordam que os indivíduos se deslocam entre contextos hierarquizantes/holistas e individualizantes/igualitários, isto é, os indivíduos partilham e acionam certos códigos em situações, momentos e planos diferentes de suas trajetórias. Eles



podem conviver com vivências e englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias, isso em termos sociológicos e entre dimensões simbólicas.

Os indivíduos, mesmo em passagens e trânsito entre domínios e experiências mais diferenciadas, mantêm, em geral, uma identidade vinculada a grupos de referência por meio de mecanismos socializadores, como família, etnia, região, vizinhança, religião etc. Isto é, mesmo com tendência à fragmentação, não são anuladas as âncoras fundamentais que podem ser acionadas em momentos estratégicos.

De outro modo, segundo Velho (2005), a fragmentação não anula totalmente o indivíduo psicológico, o que possibilita o trânsito entre os diferentes mundos e planos devido à natureza simbólica da construção social da realidade. A metamorfose na análise de Velho (2005) possibilita que os indivíduos sejam permanentemente reconstruídos, por meio do acionamento de códigos associados a contextos e domínios específicos. Dessa maneira, os indivíduos não se esgotam numa dimensão biológica-psicologizante, mas se transformam porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade.

Wacquant (2001), ao discutir sobre a onda de violência na Europa, defende a ideia de que a explicação sobre o fenômeno da violência urbana deve considerar as classes sociais, a etnicidade e a “raça”. Para este autor as sociedades ricas do ocidente capitalista passaram a pensar em si mesmas como pacíficas, coesas e igualitárias, ou seja, como civilizadas e democráticas. E as condições “herdadas”, como classe, etnicidade ou “raça” seriam cada vez mais irrelevantes para o acesso a posições sociais valorizadas e a correspondente parcela de oportunidades de vida.

O consumo de massa, o “aburguesamento” da classe operária, o maior acesso à educação propiciaram melhores condições de competitividade e, concomitantemente promoveram a aceitação e reprodução do individualismo liberal. Estes fatores, segundo Wacquant, constituir-se-iam no prenúncio de uma época de fraternidade e bem-estar social. Desse modo, as condições de classe e étnicas seriam excluídas como indicadores de análise para demonstrar as desigualdades sociais, pois, os fatores acima comprovariam a inviabilidade dos indicadores de classe e etnia, para explicar a mobilidade social e consequentemente as desigualdades sociais.

Nos Estados Unidos da América uma escola de pesquisa<sup>13</sup> em estratificação cultuou essa crença na progressiva fluidez e permeabilidade da estrutura de classes, fazendo da “aquisição de status” o esqueleto conceitual de diversos estudos sobre “oportunidade”. Esses

---

<sup>13</sup> A escola de Wisconsin, com Talcott Parsons, Peter Blau e Raymond Aron, como alguns de seus integrantes.

estudos enfocavam a ideologia da meritocracia social como elemento funcional na cultura americana. No Brasil, essa ideologia também foi introduzida nas escolas brasileiras e influenciou muitos jovens a fazerem cursos técnicos.

As sociedades do Primeiro Mundo entenderam a pobreza como um resíduo de desigualdades e atrasos passados ou como produto de deficiências individuais, um fenômeno que estaria destinado a retroceder e desaparecer com a plena modernização da nação.

Para Wacquant (2001), os ideólogos das sociedades avançadas seguiram os passos da ciência social clássica e contemporânea. Marx e Durkheim teriam concordado que a industrialização capitalista resultaria na substituição dos laços sociais tradicionais por formas racionalizadas e impessoais de identificação e pertencimento, enraizadas em relações mercantis e ideais cívicos cada vez mais abstratos. Igualmente, os dois paradigmas de mudança social que dominaram a ciência social do pós-guerra, o estrutural-funcionalismo e o marxismo desenvolvimentista, aceitaram a ideia de que a etnicidade e a “raça” estavam prestes a desaparecer. Os autores que foram defensores da transformação social de várias correntes marxistas, alguns pseudomarxistas, como André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Immanuel Wallerstein, concordavam que a formação da classe deveria eliminar a etnicidade e criar uma estrutura de classe global.

A autoimagem do Primeiro Mundo foi questionada por explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais. Ao contrário do que se pensava, não houve reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etnonacionais, na medida em que as sociedades avançadas foram tomadas pela disseminação da “nova pobreza” e pelo surto, ou ressurgimento, das ideologias raciais, comumente acompanhadas pelo conflito violento na cidade (WACQUANT, 2001). Esse autor defende a ideia de que os levantes ocorridos na Europa (França e Grã-Bretanha) e nos EUA são resultados da combinação de duas lógicas: a do protesto contra a injustiça racial e contra a privação econômica e a das desigualdades sociais crescentes.

Essas formas diretas de protesto infrapolítico também decorrem do fato de que os meios formais de pressão sobre o Estado declinaram juntamente com a decomposição dos mecanismos tradicionais de representação política dos pobres. Para Wacquant (2001), essas tensões estão ligadas às condições estruturais da economia de tipo capitalista, mediante a existência de um Exército Industrial de Reserva (EIR), que mantém um contingente populacional de pessoas excluídas para atender a nova economia, justificada essa exclusão pela ausência de qualificação técnica. Wacquant (2001) também inclui a exclusão espacial e sua estigmatização como fatores impulsionadores desses levantes.

Para Wacquant (2001) as relações de classes sociais e suas contradições, bem como a condição étnica e “racial” constituem-se em fatores para explicar a onda de violência vivenciada nos Estados Unidos e Europa, nos anos que antecederam sua pesquisa. No Brasil, diferentemente do que ocorre no EUA e na Europa, a responsabilidade pelas ondas de violência ocorridas nas cidades recai no Estado e na sociedade civil, em geral.

A reflexão desenvolvida na pesquisa de Wacquant (2001), acima citada, pode ter um nexos ao exame realizado por Vainer (2000) ao tratar do novo planejamento, isto é, o planejamento estratégico urbano, ao focar a questão das cidades como mercadorias, mas não qualquer mercadoria, e sim mercadoria de luxo, repercutindo no olhar lançado sobre a pobreza. Assim, “[...] a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também é, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários soldáveis” (VAINER, 2000, p. 83). Para este autor, a transformação da cidade em mercadoria permite apenas à elite o acesso aos bens públicos.

Na análise vaineriana a cidade, nesse novo planejamento, passa a ser cidade-empresa, com novos significados, transformando-se em sujeito/ator, cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder por meio de uma nova lógica, a qual visa legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. O interesse privado na análise de Vainer (2000) relaciona-se ao interesse privado dos capitalistas, que buscam ressonância em expressões, como iniciativa privada, privatização e outras que fazem referência ao capital, aos capitalistas e empresários capitalistas.

A analogia cidade-empresa supõe e propõe a despolitização da cidade, transformada em “[...] lugar de inscrição territorial de formas de gestão e não mais suporte de identidade política”, conforme assinala Vainer (2000, p. 73). O espaço da cidade “[...] não é mais pensado no plano político senão em termos de gestão; não é mais construído como território de exercício da democracia local” (VAINER, 2000, p. 73), passando a ser território exclusivo da classe social burguesa.

Vainer (2000) entende que o discurso ideológico de gestão do planejamento estratégico, associado ao conceito de cidade, despolitiza-a e ao concebê-la como empresa, empresta-lhe características mercadológicas gerenciais, como agente econômico que atua em um contexto de mercado, o qual é gerenciado pelos interesses hegemônicos, com regras próprias do mercado empresarial, regras de competitividade, produtividade, subordinação à lógica de mercado, pautadas no planejamento estratégico das corporações privadas, transmutados para a cidade.

Na interpretação de Vainer (2000) a instauração da cidade-empresa constitui uma negação radical da cidade enquanto espaço político, considerada por esta pesquisadora também como espaço ideológico. Segundo este autor, “[...] na cidade-empresa reina o pragmatismo, [...] o sentido prático; e a produtivização é a única lei” (VAINER, 2000, p. 91). A noção de cidade-empresa, ou cidade-pátria, nega radicalmente a cidade enquanto *polis*, uma vez que o aspecto político foi eliminado, sendo substituído pela subordinação do poder público às exigências do capital.

Enfim, a discussão sobre as sociedades complexas oferece diferentes interpretações com contribuições valiosas para o entendimento das relações sociais e étnicas na atualidade. Essas envolvem relações contraditórias nas quais se manifestam a discriminação e o preconceito decorrentes de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. O contexto urbano e as suas contradições, exclusões se apresentam como um desafio para os indígenas, na busca permanente por melhores condições de vida.

#### 2.4 CONCEITO, POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS INDIGENISTAS

O conceito de políticas públicas remonta aos estudos clássicos de Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965). Em 1930, Laswell (1936) apud Souza (2006) apresentava o termo *policy analysis*, que expressaria as análises das políticas públicas a partir da conjugação da área acadêmica com as ações dos governos. Essa iniciativa visava “[...] estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e governo” (SOUZA, 2006, p. 23). Esse momento representou o primeiro passo para uma nova abordagem das questões relativas ao estudo do Estado e suas ações na vida pública.

Na década de 1950, Simon (1957, apud SOUZA, 2006) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, os denominados *policy makers*, e argumentou a possibilidade de minimizar a limitação da racionalidade mediante o conhecimento racional, pois acreditava que a racionalidade limitada dos *policy makers* era consequência de informações incompletas e imperfeitas, assim como eram influenciadas pelo tempo relacionado à tomada de decisão e também pelos interesses dos decisores. Entretanto, esse autor assinalava que era possível maximizar as decisões por meio da criação de estruturas (regras e incentivos) que enquadrassem o comportamento dos decisores, a fim de que os mesmos alcançassem os resultados desejados, impedindo-os, inclusive, na defesa de interesses próprios.

Lindblom (1979) criticou a ênfase no racionalismo Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como: as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, mas, esse processo não teria necessariamente um fim ou princípio definido pelos governantes. Para solucionar as influências das relações de poder nas políticas públicas, Lindblom sugere a incorporação de elementos relacionados aos interesses coletivos em geral, os quais permitam dar visibilidade aos interesses efetivos relacionados às burocracias, aos interesses dos partidos políticos, dos grupos de interesses, entre outros.

A definição de Easton sobre políticas públicas (1965, apud SOUZA, 2006, p. 24) está relacionada à noção de sistema, ou seja, como “[...] uma relação entre formulação, resultado e o ambiente”. Segundo Easton as políticas públicas estão constantemente recebendo influências dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, os quais, por sua vez, influenciam nos resultados que causam efeitos sobre a sociedade.

No caso das discussões recentes sobre o conceito de políticas públicas, pode-se dizer que não há uma única definição, porém quase todas dirigem a atenção às ações dos governos em sua esfera de ação para a resolução de problemas nas esferas econômicas, políticas e sociais.

Para Mead (1995), política pública constitui-se como um campo da política que analisa o governo à luz de grandes questões políticas. Lynn (1980) o entende como um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Para Peters (1986), política pública é a soma das atividades do governo, mediadas pelas ações empreendidas por seus representantes e que influenciam a vida dos indivíduos na sociedade. A conceituação de Dye (1984) sobre política pública é emblemática para os dias atuais, pois simboliza as decisões dos governos e o que estes desejam ou não executar. Essa definição é peculiar, na medida em que o autor considera que uma decisão governamental de fazer ou não algo em relação a um problema ou questão relevante para a sociedade, já é, por si só, uma política pública.

Outra conceituação pode ser a de Parada (2006, p. 67), em que o autor relaciona os conceitos política ao de políticas públicas e estes aos assuntos públicos, expressando-se do seguinte modo: “[...] la política es un concepto amplio, relativo al poder en general, las políticas públicas corresponden a soluciones específicas de como manejar los asuntos públicos”. Nesse sentido, a política pode ser entendida como representante de um poder geral, podendo ser elaborada, mediante políticas públicas, para responder ou solucionar os assuntos públicos, qualquer assunto ou questão em geral.

Percebe-se nessas conceituações que há uma diversidade de entendimentos, no entanto, qualquer que seja a definição de política pública, em geral, todas repercutem na economia e nas questões políticas, refletindo ideologicamente nas sociedades, pois colocam o governo em ação e/ou analisam essa ação, mediante a elaboração de propósitos e plataformas implementados por meio de planos, programas, projetos, base de dados ou sistemas de informação e pesquisas, e, no processo de execução, ficam submetidas a acompanhamento e avaliação.

Diante das diversas interpretações sobre as políticas públicas e, em particular, a relacionada às populações indígenas, optou-se por discutir as concepções que tratam de políticas indigenistas. Isso implicou, conforme anunciado, no exame de execução das ações pensadas pelos governos citadinos examinados, dirigidas às necessidades de saúde, educação da população indígena investigada, pois, o que se tem observado em relação às ações do Estado brasileiro dirigidas aos povos indígenas resultam em contradições diante das políticas públicas elaboradas e aplicadas para essa população.

A análise sobre as políticas públicas no Brasil tem sido objeto de reflexão por diversos autores, como Draibe (1989), Simonian (2000), Castro (2001), entre outros. O conceito utilizado neste trabalho segue o mesmo entendimento de Simonian (2000, p. 14), a qual enfatiza que:

[...] Um conceito de políticas públicas implica propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade, onde e com quem são implementados.

Essa concepção destaca aspectos diversos de políticas públicas, tais como propostas, planos, metas, envolvendo vários aspectos da realidade, sejam eles sociais, econômicos, culturais, além dos aspectos políticos relacionados às questões de poder emanadas do Estado brasileiro.

A partir de 1930, momento em que o Estado brasileiro se caracterizou como burguês-industrial, houve a necessidade de incorporar a classe trabalhadora ao processo produtivo e conduzir o país à execução de um conjunto de medidas com vistas ao reconhecimento dos ganhos trabalhistas. Esses ganhos foram obtidos pela classe trabalhadora brasileira e eram advindos do processo de luta entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro. A legislação trabalhista, conquistada paulatinamente por meio de inúmeras reivindicações dos diversos movimentos sociais, mediante greves e embates com o Estado, passou, a partir de 1943, com a consolidação das leis do trabalho, implantada por Vargas, a expressar de forma sistemática as relações de poder entre o Estado brasileiro e o movimento da sociedade civil brasileira organizada.

As políticas sociais criadas pelo Estado brasileiro, analisadas por Draibe (1989) de 1930-1943, correspondem ao momento de criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e o de surgimento da legislação trabalhista de modo sistemático. Draibe (1989) a interpreta como significativa, assim como considera a importância das políticas de educação e saúde. Assinala que “[...] essa é de fato a inovação mais importante, o período é também fértil em alterações nas áreas de política de saúde e de educação, onde se manifestam elevados graus de centralização, no Executivo Federal, de recursos e instrumentos institucionais e administrativos” (DRAIBE, 1989, p. 30). Entretanto, não houve nesse período nenhum dispositivo legal sobre índios no projeto de governo (CUNHA, 1987).

O período de 1945-1964 é acompanhado de mudanças legais institucionais nas áreas de educação, saúde, assistência social, porém, caracterizou-se como frágil em relação à habitação popular, mas houve avanços nos processos de centralização institucional e incorporação de novos grupos sociais aos esquemas de proteção. Para Draibe (1989) os avanços do referido período se deram de modo seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro). Além disso, a autora relata que a partir da década de 1960 o Estado brasileiro implantou um conjunto de medidas radicalmente diversas do período anterior, com organização de instituições públicas nacionais reguladas na área de saúde, educação, previdência, habitação.

Com o golpe de 1964 houve uma redefinição das políticas públicas brasileiras, as quais foram marcadas por um sistema centralizado de intervenção, com regras bem definidas quanto ao processo de inclusão/exclusão das diversas camadas sociais brasileiras. Segundo Vianna (1996), a questão social nesse período deixou de ser uma questão política, passando a ser tratada como uma questão policial, mediante perseguição aos chamados “terroristas” e aos que se colocaram contra o projeto dos segmentos dominantes. Sob a égide da ditadura militar houve perseguição àqueles segmentos da população que eram contrários aos seus projetos.

Enquanto no governo de Juscelino Kubitschek, por meio do seu Programa de Planos e Metas, o Brasil teve um Projeto de Desenvolvimento Nacional que combinou capital nacional e internacional, na Amazônia, só a partir de 1966, com a “Operação Amazônia”, a região passa a se integrar ao processo de acumulação do capital através dos planos, projetos e programas da ditadura militar. O projeto desenvolvimentista, implantado na região, por meio do conceito de “vazio demográfico”, exclui os segmentos subalternos da mesma, em especial a população indígena.

No entanto, no relatório ministerial apresentado ao presidente da República pelo ministro extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais sobre a “Operação

Amazônia”, encontram-se incluídos apenas itens isolados sobre as populações indígenas. Os itens destacados relacionavam-se somente a dois aspectos: ao estudo dos elementos folclóricos e linguísticos dos diversos grupos indígenas e à investigação dos meios de preservação das populações indígenas em relação às contaminações infecciosas resultantes de contatos com civilizados. Tais procedimentos denotam os limites da Operação, sobretudo, no que respeita às populações indígenas, o que permite afirmar que a preocupação se restringia exclusivamente com a ocupação do espaço territorial, reforçando a análise empreendida por diversos autores quando afirmam que no referido período inexisteram programas globais, políticas públicas para as populações indígenas.

O projeto desenvolvimentista da ditadura militar de 1964, fundamentado nas concepções desenvolvimentistas de Myrdal (1968), Rostow (1974) e outros, ancorado no conceito homogêneo de desenvolvimento, associado a uma visão preconceituosa sobre a região, buscou integrar a mesma a partir do projeto das elites burguesas internacionais e nacionais brasileiras, desconsiderando as culturas e etnias pré-existentes, juntamente com seus direitos (inclusive os de posse), costumes, hábitos e vocações regionais.

Além disso, a política de incentivos fiscais foi aplicada como modo de promover a ocupação dos espaços considerados “vazios demográficos”, e assim atrair capital produtivo para a Região Amazônica. Essa política possibilitou benefícios ao capital produtivo instalado na região, uma vez que estavam desobrigados do pagamento de impostos, causando prejuízo aos cofres públicos, à população local e nacional, a qual foi onerada em seus impostos. Em contrapartida, o projeto desenvolvimentista excluiu a maioria da população amazônica, causando-lhe prejuízos irreversíveis. Os resultados dessa política ainda são sentidos na realidade amazônica, onde populações de indígenas, ribeirinhos, colonos, encontram-se vivendo em um mundo à parte ao movimento da política nacional, relegados à sua própria sorte.

Segundo Assis (2006, p. 103-104), a população indígena no período dos governos militares sofreu “[...] severas perdas, que colocaram em risco sua sobrevivência enquanto povo”. Essas ações dos governos militares buscavam a integração dos índios à sociedade nacional, consonante com o modelo econômico desenvolvimentista. Constituíam-se, na verdade, como projetos de colonização, os quais, segundo David (1978), mediante resultados negativos ocasionaram prejuízos às populações indígenas, tais como epidemias de sarampo e gripes, pondo em risco a sobrevivência dessas populações em nome do progresso e do desenvolvimento.



Para Assis (2006) e outros autores que estudam a população indígena nesse período, divulgou-se a ideia preconceituosa e burguesa de que os índios não eram produtores, mas constituíam-se como sujeitos assistidos, portanto, incapazes de promoverem o desenvolvimento. Segundo esta autora foi essa

[...] noção que sustentou o modelo de desenvolvimento pós-64 implantado no Brasil, com um conteúdo ideológico que desconsidera a diversidade cultural das populações indígenas, caboclas e negras, entendendo-as como *culturas pobres* e, portanto, sem prioridade no processo de desenvolvimento [...] (ASSIS, 2006, p. 6).

Para Assis (2006), o cenário da comunidade internacional desde o início dos anos 1970, frente à ação do Estado brasileiro, destaca a importância do movimento em favor dos direitos humanos, do meio ambiente, da anistia aos presos políticos e questiona o modelo de desenvolvimento do país.

Em relação à América Latina, nesse período, nota-se a preocupação por parte de alguns países em relação à questão indígena, como se observa na Bolívia, no comentário de Pinto a seguir:

El actual Gobierno, consciente de la importancia del tema indígena, ha creado el Viceministerio de Asuntos Indígenas y Pueblos Originarios (VAIPO), dentro del Ministerio de Desarrollo Sostenible y Planificación. La denominación de este Viceministerio está enmarcada en la definición que otorga nuestra Constitución Política y el Convenio 169 de la OIT, es decir, Pueblos. El Viceministerio es el responsable de las políticas en materia de pueblos indígenas, velando por la transversalidad de lo multiétnico y pluricultural en las estructuras estatales (PINTO, 2003, p. 2).

O governo da Bolívia tem dado destaque às políticas públicas para os indígenas, em termos constitucionais e em cumprimento da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na Colômbia, as transformações em termos de política para os povos indígenas começaram a partir da Constituição de 1991. Segundo Vargas (2003),

A partir de la expedición de la Constitución Política de 1991, en nuestro país se han impulsado profundas transformaciones del Estado colombiano. Una de ellas, muy importante, es la dinámica de garantizar los derechos de los pueblos indígenas. Se ha avanzado en la clarificación y el reconocimiento de los derechos colectivos fundamentales de los pueblos indígenas: derecho al territorio, a la identidad, la diferencia cultural, la participación plural, a la autonomía política y de gobierno: jurídica, territorial, administrativa y fiscal, y al derecho al desarrollo propio. Derechos que han sido reclamados por los pueblos indígenas con sus luchas y que han logrado concretar un cambio constitucional y legal importante, pues en Colombia la aspiración principal de los pueblos indígenas ha sido por décadas la autonomía cultural, territorial y de gobierno. La consagración constitucional de los territorios indígenas como Entidades Territoriales de la República sintetiza, por vía del

ordenamiento territorial, esa reivindicación fundamental (VARGAS, 2003, p. 3-4).

O autor enfatiza que as modificações legais e práticas ocorridas na Colômbia em relação aos povos indígenas foi resultado de mobilizações políticas desses povos.

Portanto, verifica-se que em outros países há certa preocupação quanto às populações indígenas, cuja presença é visível e decorre de suas mobilizações políticas. Entretanto, no Brasil, os indígenas fazem parte da população pluricultural que se constitui no país, isto é, são menos numerosos e sua mobilização política é menos expressiva que nos demais países, inclusive se comparados aos países da América Latina, configurando-se isto como um problema para a população indígena brasileira.

Segundo Vidal (1991), conforme supracitado, desde 1970 o governo militar desenvolvimentista, mediante o discurso ideológico de que a população indígena era possuidora de muita terra se comparado ao seu contingente populacional, passou a defender, legitimado pelo discurso do “vazio demográfico”, a tomada e ocupação das terras indígenas. Mediante essas práticas autoritárias do governo ditatorial, ocorreu o avanço das relações capitalistas na Amazônia, sob a égide do grande capital.

Assim, durante esse período o autoritarismo persiste no Estado brasileiro, em particular no órgão indigenista oficial (FUNAI), tomado pela ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional. Aumenta o controle do Conselho de Segurança Nacional sobre as áreas indígenas e a questão da demarcação das terras fica sob a responsabilidade do Ministério de Assuntos Fundiários (MEAF), tornando todo o processo mais lento e consequentemente permitindo as mais diversas pressões regionais.

Apesar disso, em 1979 foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), permitindo o surgimento de lideranças indígenas e de uma política indígena contrária à política indigenista oficial. Esse fato novo teve repercussão positiva no interior do mundo indígena, no espaço das suas relações com a sociedade nacional e nos meios de comunicação de massa. Várias assembleias de indígenas passaram a ser realizadas com o objetivo de esclarecer aos diferentes povos indígenas sobre seus direitos e organizar suas lideranças para a luta política.

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, ao longo das diferentes etapas dos trabalhos, apesar dos indígenas não poderem se representar por meio de voto, marcaram presença por intermédio de seus aliados que defenderam suas reivindicações. Porém, para que conseguissem aprovar suas propostas, os indígenas e seus aliados tiveram de enfrentar grandes embates com os segmentos representativos dos interesses hegemônicos burgueses. Assim, às vésperas da Assembleia Nacional Constituinte os povos indígenas

encontravam-se organizados na defesa de seus interesses, com suas pautas de reivindicações demarcadas. Entretanto, apesar de toda essa pressão, o Congresso Nacional, representante do Estado brasileiro, desde aquele período histórico até a presente data, não atendeu a principal reivindicação dos indígenas, a aprovação de uma nova lei que disponha sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas<sup>14</sup> em substituição ao Estatuto do Índio.

## 2.5 REFORMA DO ESTADO E O APARATO LEGAL

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, embora não tenha sido a primeira a tratar da questão indígena, foi pioneira no que concerne a garantia dos direitos dos índios na preservação de seus costumes, línguas, crenças e tradições, bem como garantiu os direitos originários desta população sobre as terras que tradicionalmente ocupam, afirmando ser competência da União demarcá-las e protegê-las.

A CF/1988 também garantiu aos índios e suas organizações a salvaguarda de seus direitos, sem lhes impor a necessidade de intermediação em juízo, isto é, sem a necessidade de o Estado lhes dizer como devem se portar e agir. A seguir explicitar-se-ão esses direitos.

### 2.5.1 CF/1988, reforma do Estado e os indígenas

A Constituição Federal de 1988 promoveu legalmente mudanças na esfera institucional e na ação prática de políticas públicas dirigidas às populações indígenas, haja vista que o discurso jurídico pretende ser o “porta voz” da sociedade. Esse marco institucional impulsionou fragmentações na ação dos órgãos do Estado brasileiro em atendimento às necessidades das populações indígenas do país. Isto, em termos práticos, significou a divisão da atenção às populações indígenas por vários órgãos do poder público federal.

A Constituição atual enfoca os direitos constitucionais dos índios em capítulo específico (Título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e do art. 67 das Disposições Transitórias da Constituição. Em termos institucionais, a CF/1988 aparece como um documento composto de normas direcionadas para diversos setores da sociedade, em suas especificidades. Mas, no caso indígena, configurou-se em uma primeira estratégia em busca dos direitos indígenas, em

---

<sup>14</sup> Essa lei propõe princípios de um paradigma multicultural, no que diz respeito às diversidades étnico-culturais existentes no Brasil. No que se refere à educação, o respeito à pluralidade, à diversidade e às especificidades de cada povo indígena devem ser garantidos. Além de tratar da valorização da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições das sociedades indígenas (Artigo 101, inciso I).

que estão relacionados à terra, à educação, à saúde e à cultura, proporcionando maior visibilidade e participação política aos indígenas na arena institucional do país.

Após a promulgação da Constituição atual, modificou-se legalmente a abordagem da diversidade cultural. Os índios deixaram de ser considerados povos de cultura em vias de extinção, cujo destino desejável seria a incorporação à chamada “comunhão nacional”. Pelo contrário, ficou assegurada a alteridade cultural, abandonando-se qualquer referência a sua integração ou incorporação.

O *caput* do artigo 231 da CF/1988, Capítulo VIII – Dos Índios, trata do reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União a competência em demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Assim, a CF/1988 garante legalmente a proteção e o respeito à organização social, usos e costumes, línguas, crenças e tradições, e o reconhecimento dos direitos originários sobre as terras que ocupam. Nos parágrafos seguintes ao artigo o legislador atribuiu uma conotação especial, revolucionária se comparado ao teor das Constituições anteriores<sup>15</sup>, haja vista reportar-se ao direito a terra como direito originário à posse da terra, assim como a definição de “terras indígenas” que passam a incorporar novas conotações, tais como: terra como direito de posse e usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos existentes na terra originária, inclusive os relacionados ao aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos e a participação nos resultados da lavra das riquezas minerais. Além disso, o legislador, no § 4º, reafirma que as terras indígenas, tratadas no referido artigo, constituem-se como inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescindíveis. Com isso, as condições de sobrevivência das populações indígenas passam a ser incluídas como item importante na análise de estudiosos do assunto e nos pareceres sobre a criação legal das terras indígenas.

O disposto no *caput* do artigo 231 da CF/1988 regulamenta o direito à diversidade, revogando os demais artigos constitucionais que tratam da integração dos índios, reconhecendo as categorias de “índios”, “comunidades” e “grupos indígenas”, excluindo-se assim a perspectiva assimilacionista que concebe os índios como categoria transitória. Nesse sentido, os índios passam a ser considerados como categoria étnica, enquanto segmento diferenciado da sociedade nacional, com direitos regulamentados sobre a posse e garantia de

---

<sup>15</sup> Para melhor aprofundamento sobre essa questão ver Assis (2006).

suas terras, enquanto direitos originários, anterior à criação do próprio Estado, permitindo-lhes, assim, a administração de seu patrimônio.

O artigo 232 dispõe que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Com isso, este artigo retira do órgão indigenista oficial, a FUNAI, a tutela parcial sobre os indígenas. Assim, estabelecem-se limitações à interveniência da FUNAI nos atos dos indígenas, permitindo-lhes ingressarem na justiça sem a mediação da FUNAI e com o acompanhamento do Ministério Público em todo o processo.

Decisões importantes para os indígenas e as suas comunidades passam a depender de aprovação do Congresso Nacional, como a aprovação de projetos de mineração e aproveitamento de recursos hídricos e energéticos em TI, ouvidas as comunidades indígenas ao longo do processo. Entretanto, as decisões do Congresso Nacional nem sempre atendem aos interesses dos índios. Um exemplo disso se deu na aprovação da hidrelétrica de Belo Monte quando da aprovação do referido projeto, apesar da discordância dos indígenas.

Disso, pode-se inferir que os dispositivos da Constituição Federal de 1988 expressam legalmente a defesa dos direitos e interesses dos índios, no entanto o direito de fato pode não representar o expressado formalmente em lei, haja vista as ressalvas presentes na própria CF/1988 conforme identificado no § 6º no que concerne ao “[...] relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar [...]” (CF/1988, p. 131). Essa ressalva, disposta na CF/88 e as possíveis leis complementares subsequentes, autorizam o governo brasileiro, mediante aprovação no Congresso, colocar em discussão a implantação de macroprojetos, justificados por serem relevantes ao interesse público da União.

No que se refere à educação escolar indígena, o artigo 210 da CF/1988 estabelece que o ensino fundamental regular seja em língua portuguesa, com a garantia da utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Rodrigues (1988) se manifesta sobre isso durante a I Reunião Técnica sobre Educação Escolar Indígena, realizada em 1988 em Brasília, sob o patrocínio do MEC, com a participação da FUNAI e representantes de várias secretarias estaduais de educação.

Para esse autor a língua é o instrumento fundamental na educação, seja esta informal ou formal e escolarizada. Os processos cognitivos básicos dos seres humanos se desenvolvem em relação íntima com sua língua materna e isso faz desta o melhor instrumento de aprendizagem, tanto para a criança quanto para o adulto. Assim, assevera Rodrigues (1988), a utilização de uma segunda língua, na educação, só deveria ocorrer quando esta fosse

realmente dominada pelos alunos, pois, uma língua mal compreendida é um instrumento ilusório de educação, francamente prejudicial para os educandos.

A CF/1988 garantiu legalmente o direito à diferença. Apesar disso, sabe-se que na história do Brasil, as alterações legais não se traduzem necessariamente em mudanças nas políticas públicas, e neste caso indigenistas. A CF/1988 modificou a abordagem da diversidade cultural, em que os indígenas deixaram de ser considerados povos de cultura em vias de extinção, cujo destino desejável seria a incorporação à chamada “comunhão nacional”. Assegurou-se, conforme requerido pelos organismos multilaterais do capitalismo internacional, a alteridade cultural, a qual substituiu ideologicamente a referência à integração ou à incorporação do índio na comunidade nacional, que era a única via possível até a promulgação da citada Constituição.

Agora, o discurso remete ao índio o direito à existência não tutelada, do convívio coletivo social, ainda que isso expresse somente o discurso ideológico. Como consequência, têm-se o rompimento da unidade, em que o direito legal expressa a teoria e o direito de fato à realidade prática, concreta, uma vez que os avanços políticos não foram acompanhados de medidas concretas do exercício da chamada cidadania.

A Constituição de 1988 criou a necessidade de revisão da legislação ordinária e inclusão de temas novos no debate jurídico relativo aos índios. A partir de 1991, projetos de lei foram apresentados pelo Executivo e por parlamentares, a fim de regulamentar alguns dispositivos constitucionais e adequar à legislação anterior, pautada pelos princípios da integração dos índios à “comunhão nacional” e da tutela, aos termos da carta nova. Esses novos procedimentos legais serão tratados nas seções seguintes, mormente aos relativos a educação e saúde indígenas.

A reforma do Estado no governo Collor (1990-1992) retira da FUNAI a exclusividade sobre a elaboração e execução de política indigenista. Assim, as ações de saúde e educação passaram a ser de responsabilidade dos ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), inaugurando, com isso, um modelo de ação descentralizado sobre as populações indígenas.

Esse processo de desmembramento de ação permitiu a fragmentação na atuação do Estado brasileiro sobre a referida população. A esse respeito, Verdum (2003) assinala que a descentralização provocou uma desarticulação entre os atores governamentais e não governamentais indígenas e não indígenas, vez que não há “[...] um ou o ‘órgão indigenista governamental’, mas um conjunto de atores governamentais e não-governamentais indígenas e não indígenas, envolvidos em políticas indigenistas setoriais e intersetoriais” (VERDUM, 2003, p. 12). Segundo ele, os atores responsáveis pelas políticas indigenistas deveriam

[...] ser melhor articulados, coordenados e orientados por objetivos claros, respaldados por instrumento legal adequado, por um orçamento suficiente e por uma capacidade técnica e política de gestão e avaliação compatível com o desafio da democracia participativa (VERDUM, 2003, p. 12).

Esse pensamento encontra ressonância na opinião de um ex-indigenista da FUNAI, em entrevista realizada em setembro de 2008<sup>16</sup> sobre as ações institucionais do Estado brasileiro atualmente, visto que considera que a descentralização provoca a desarticulação entre os vários órgãos estatais e não estatais que atuam com as populações indígenas, o que, “[...] de certa forma, inviabiliza a implementação de políticas públicas, de projetos que visem conjuntamente o benefício dessa população” (Informação verbal, 2008).

Segundo Moreira Neto (2005) essa mudança, a descentralização dos órgãos indigenistas, não provocou grandes alterações na política indigenista do Brasil, visto que para este autor ela segue certa continuidade, pois desde suas origens, no período colonial, não houve mudanças significativas concretas até o presente momento (MOREIRA NETO, 2005). Para este autor a política indigenista brasileira caracteriza-se por certo imobilismo, haja vista que não proporcionou mudanças significativas para as populações indígenas no Brasil.

Em face dos preceitos legais da CF/1988, que apresenta modificações normativas nas relações do Estado com a sociedade civil, o Estado brasileiro, representado por suas instituições, viu-se obrigado a se adequar à CF/1988, criando novos dispositivos legais, a fim de que os mesmos atendessem as referidas alterações legais e normativas. Assim, as ações governamentais para essas mudanças foram promulgadas por meio de alguns decretos, leis, medidas provisórias e portarias, os quais serão examinados a seguir.

### **2.5.2 Processo de setorização institucional e saúde indígena**

O Decreto Presidencial nº 23, de fevereiro de 1991, transferiu a competência da saúde da FUNAI, responsável pela coordenação das ações de saúde destinadas aos indígenas e vinculada ao Ministério da Justiça, para o Ministério da Saúde. À FUNAI restou a atribuição de implementar o novo modelo de atenção à saúde indígena.

O Decreto Presidencial nº 1.141/1994 contraria essa posição devolvendo a coordenação das ações de saúde à FUNAI, restituindo-lhe a responsabilidade sobre a recuperação da saúde dos índios doentes, e a prevenção é mantida sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, assim como as ações de imunização, saneamento, formação de recursos

---

<sup>16</sup> O entrevistado solicitou anonimato ao conceber a entrevista.

humanos e controle de endemias. Entretanto, por meio da Medida Provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999, a assistência médico-sanitária das populações indígenas foi transferida da FUNAI para a FUNASA, órgão do Ministério da Saúde responsável pela atenção à saúde indígena.

Na sequência de decisões legais, em agosto de 1999 foi criado o Decreto nº 3.156 que dispôs sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e também incluiu a transferência de recursos humanos e outros bens da FUNAI para a FUNASA, destinados ao mesmo fim.

Em setembro de 1999, a Lei nº. 9.836 criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS. Nesse mesmo ano por meio da Portaria nº 852, de 30 de setembro de 1999, ficaram definidos e implantados no país os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Em janeiro de 2002 foi aprovada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas por meio da Portaria nº 254. A Portaria nº 70/2003 da FUNASA estabeleceu que fosse garantida a assistência à saúde apenas aos indígenas moradores nas aldeias. Essa portaria modificou a metodologia de atuação, porém não houve modificação na estrutura do órgão, permanecendo o modelo de execução, pois não foram dadas à FUNASA condições de colocar em prática o novo planejamento metodológico.

A Portaria nº 70/GM, de 20 de janeiro de 2004, estabeleceu as diretrizes da gestão da saúde indígena e atribuiu à FUNASA a total ingerência sobre a saúde indígena, conforme disposto no artigo terceiro, inciso I, o qual enuncia que competem à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) as seguintes funções: “I - Coordenar, normatizar e executar as ações de atenção à saúde dos povos indígenas, observados os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde”. Observa-se com isso que a FUNAI deixou de ser o órgão público responsável pelas políticas públicas de saúde, destinadas aos indígenas, vez que a FUNASA absorveu essas funções.

Segundo Garnelo e Brandão (2002), a saúde indígena, configurada como um subsistema do Sistema Único de Saúde, assume no Brasil diversas peculiaridades em relação às formas próprias de operar do SUS. Uma delas se refere à responsabilidade de gestão que cabe, por designação constitucional, ao Governo Federal. Essa disposição jurídica confere à saúde indígena uma movimentação oposta à trajetória de descentralização percorrida pelo SUS, pois nela o poder decisório deve permanecer concentrado no âmbito de órgãos federais, encarregados de prover atenção à saúde dos povos indígenas.



Conforme visto acima a responsabilidade pela prestação de cuidados de saúde aos povos indígenas se alternou nos últimos anos entre a FUNAI, órgão do Ministério da Justiça, e a FUNASA, órgão do Ministério da Saúde. No período de 1991 a 1994, a FUNAI promoveu várias iniciativas visando reassumir suas antigas atribuições, alocadas em outros órgãos federais, conforme Decreto nº 23/1991. Esses esforços relacionaram-se às ações de saúde e em 1994, com a revogação do Decreto supracitado e a edição do Decreto nº 1.141/1994, recuperou a responsabilidade sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil. Para Garnelo (2006) isso resultou, em termos concretos, na paralisação dos investimentos do Ministério da Saúde e no descumprimento do atendimento às necessidades sanitárias dos povos indígenas, visto que a FUNAI sofreu um profundo sucateamento.

Entretanto, em 1998, mediante um parecer do Ministério Público, foi apontada a inconstitucionalidade do Decreto nº 1.141/1994, o que ocasionou uma nova destituição da FUNAI ao provimento da saúde indígena, provocando um vácuo nesse provimento. Esse vácuo foi interrompido com a aprovação da Lei nº 9.836/1999 (Lei Arouca), que aprovou a criação do Subsistema de Saúde Indígena no âmbito do SUS.

Segundo Langdon (2000; 2004), a política de saúde indígena é setorial e produzida no contexto, tanto da política de saúde para a população brasileira em geral, quanto da política indigenista direcionada para as minorias étnicas que residem no território brasileiro. Na organização do SUS foi criado em 1999 o Subsistema de Saúde Indígena, que segundo seus mentores se deu face às desigualdades e iniquidades vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil.

Na década de 1990, com a política neoliberal do Estado mínimo, houve um impacto nas políticas de alocação de recursos no SUS, causando redução no quadro de servidores e ocasionando repercussões negativas no setor da saúde e, conseqüentemente na política setorial da saúde indígena.

Esse impacto repercutiu também no Subsistema de Saúde Indígena, mediante setorização do atendimento, o qual foi organizado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), compostos pelos postos de saúde no interior das Terras Indígenas (TI), pelos polos base e Casas do Índio. Nos postos de saúde passaram a atuar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN); nos polos base passaram a atuar as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI). Esse modelo foi adotado nos sistemas locais de saúde para a prestação de assistência à população aldeada.

No período de 1999 a 2000 a FUNASA implantou os 34 distritos sanitários existentes hoje no país. Com a distritalização houve extensão da cobertura sanitária para locais onde não

havia esse atendimento, entretanto essa setorização provocou a deterioração no serviço ofertado e na qualidade do referido serviço. Segundo Garnelo (2006) a qualidade dos serviços dos DSEI apresentou baixa resolutividade, mediante uso abusivo de medicamentos e acentuado etnocentrismo nas práticas sanitárias. Além desses problemas, Athias e Machado (2001), Pedrosa (2002) e Langdon (2004, 2007) destacam outros como: a baixa sensibilidade cultural da atenção dispensada, a irregularidade e baixa qualidade dos serviços, alta rotatividade da mão-de-obra nos distritos sanitários, entre outros. Para esses autores tais problemas estão vinculados à redução dos recursos destinados à saúde indígena, aos impactos da setorização e às deficiências da gestão da FUNASA. No que respeita à alta rotatividade da mão-de-obra nos distritos sanitários, esses autores assinalam que foram decorrentes de vários fatores, entre eles questões políticas, dificuldades de adequação ao trabalho, precárias condições de trabalho e pressões inerentes às funções dos profissionais que atuam nos distritos sanitários.

Langdon e Diehl (2007), ao analisarem o modelo de atenção à saúde indígena implantado a partir de 1999 no sul do país, especialmente em Santa Catarina, perceberam a existência de alguns entraves ao andamento eficiente desse modelo, o que dificultou a realização de um serviço básico com atenção diferenciada.

Para esses autores a capacitação dos AIS e o seu papel não foram bem definidos e isso ocasionou dúvidas e equívocos na execução das tarefas. Além disso, o processo de seleção desses agentes foi determinado por meio de interesses políticos internos e externos e isso dificultou na seleção de pessoal qualificado. Outro fator prejudicial assinalado por Langdon e Diehl refere-se às relações hierarquizadas dos AIS com os outros profissionais de saúde e com os índios. A atenção diferenciada, que seria o norte na condução das relações com os usuários desse sistema, foi pouco compreendida pelos AIS e pelos demais membros das Equipes Multiprofissionais de Saúde (EMS).

Para Garnelo (2006) o atual modelo de atenção à saúde indígena incorpora o antigo modelo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que consistia na persistência do modelo campanhista de assistência à saúde, baseado no deslocamento periódico de Equipes Volantes de Saúde (EVS) para as aldeias. Entretanto, nesse modelo, adotado na atualidade, a cobertura na atenção à saúde é descontínua, portanto, incapaz de prevenir doenças e promover a conservação da saúde.

Além disso, com a responsabilidade total da FUNASA na atenção à saúde indígena, esse órgão recebeu atribuições para as quais não dispunha de condições na sua estrutura, pois

não contava com recursos humanos em termos qualitativos e quantitativos<sup>17</sup>. Assim, diante dessas limitações, houve por parte da FUNASA a opção da terceirização, por meio de convênios, com prefeituras municipais, organizações indígenas e outras organizações não governamentais. Na realidade, essa experiência de terceirização não era nova, pois foi usada no passado como estratégia no SUS, com convênios entre o Governo Federal e as secretarias de saúde municipais, porém foi abandonada em decorrência de entraves burocráticos inerentes a esse tipo de pactuação.

A respeito da terceirização das ações à saúde indígena, Garnelo (2006) aponta dificuldades graves, como: lentidão no fluxo de custeio, descontinuidade das ações, gasto excessivo em atividades-meio de administração das convenentes e tendência ao uso inadequado dos recursos disponibilizados.

Segundo essa autora (2007), outro aspecto dificultador do modelo de distritalização refere-se ao abandono da noção de integralidade, visto que as práticas sanitárias se caracterizam pela fragmentação dos procedimentos e pela ausência de ações estruturais (intersetoriais) que proporcionem ampliação do acesso aos serviços de saúde e melhore as condições de vida.

Para Garnelo (2007), as análises dos documentos normativos do Subsistema de Saúde Indígena se mostram repetitivos em princípios genéricos de ação, como o que aponta para a articulação e fortalecimento dos sistemas de medicina tradicional, haja vista não se traduzirem em atividades concretas nas programações anuais dos DSEI e nem nas práticas sanitárias das equipes.

Quanto ao perfil de qualificação dos profissionais que pertencem aos quadros dos DSEI há dúvidas em relação à qualidade da formação destes, mediante habilidades e competências exigidas para a execução da função como profissionais empregados nos distritos sanitários que atendem a população indígena. Além disso, como os profissionais contratados possuem contrato fixo, por tempo restrito e não renovável, isto gera alta rotatividade na contratação, influenciando nos investimentos com vistas à capacitação. Como consequência, têm-se uma fragilidade nos vínculos trabalhistas dos contratados pelas conveniadas.

---

<sup>17</sup> Conforme dados do Tribunal de Contas da União (TCU)/Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo e Relatório de Auditoria na Fundação Nacional de Saúde, referente ao período de abrangência de 2000 a 2007, a FUNASA possuía cerca de 63,7 mil pessoas em sua folha de pagamento, entre eles 46% era cedido a estados e municípios, aproximadamente 36% eram aposentados ou pensionistas e apenas 18% do quadro efetivamente desempenhavam atividades de sua responsabilidade.

Outro aspecto também a destacar são as lacunas nos desenhos da programação das ações distritais, em decorrência da ausência de informações consistentes sobre o perfil epidemiológico e as necessidades de saúde das populações indígenas atendidas, que inviabilizam a execução do trabalho com qualidade.

Vale destacar que a implantação do Subsistema de Saúde Indígena se efetivou sob o ápice da descentralização no SUS, com a transferência de competências dos órgãos federais para as secretarias municipais de saúde. De modo inverso, mediante centralização, deu-se a política de saúde indígena vinculada à FUNASA, órgão federal gestor e executor do Subsistema de Saúde Indígena.

Depreende-se das leis acima citadas que a condução da saúde indígena, conforme interesses político-ideológicos do Governo Federal tem passado a gestão de um órgão a outro. Essas mudanças de gestão e a descentralização vêm gerando dificuldades na atenção da saúde indígena, visto que não há unidade de gestão, isto é, cada órgão e suas instâncias regionais deliberam as suas políticas independentemente. Um exemplo disso é o caso da FUNASA que sem condições de contratar pessoal, efetua convênios e contratos com prefeituras e organizações da sociedade civil, indígenas e não indígenas, para promoverem a saúde indígena. Esses procedimentos não levaram a resultados positivos. No caso das organizações indígenas que passaram a fazer a execução de projetos de saúde houve a mudança de papéis, visto que abandonaram a condição de controladores das ações dos órgãos, deixando de exercer o papel importante de controle social.

À semelhança do que ocorreu na saúde tem-se a descentralização da educação indígena, a qual será discutida a seguir.

### **2.5.3 Descentralização da educação escolar indígena**

A reforma do Estado brasileiro no governo do presidente da república Fernando Collor de Melo (1990-1992) altera de modo substancial a missão da FUNAI, a qual foi “esvaziada” em diversas de suas funções, como na saúde indígena, apresentada no item anterior. Na educação, essa mudança se deu inicialmente por meio do Decreto Presidencial nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, que estabelece:

Art. 1º - Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI;

Art. 2º - As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação (BRASIL, 1991, p. 1).

O Governo Federal, em 1991, retirou a incumbência exclusiva da FUNAI em conduzir as ações de educação escolar junto às comunidades indígenas e atribuiu ao Ministério da Educação (MEC) a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI.

As secretarias de educação dos estados e municípios juntamente com as secretarias nacionais de educação do MEC passaram a desenvolver ações para a efetivação da educação indígena no país. Os estados e municípios receberam a incumbência de suplementar a assistência aos grupos, comunidades e organizações indígenas, nos termos da Constituição Federal e mediante outras legislações, e passaram a atuar cooperativamente com a União nas ações que visavam a educação indígena. Com isso, inaugurou-se um novo modelo de ação sobre as populações indígenas, com atuações descentralizadas em várias instituições e nas três esferas de poder.

Após a promulgação do texto constitucional de 1988 e a reforma do Estado brasileiro, criaram-se medidas com vistas a regulamentar os preceitos legais da Carta Magna em relação a vários temas. Essas medidas, especialmente as relacionadas à educação e educação escolar indígena, passaram a nortear o processo educacional, quais sejam: a) Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1993; b) Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996; c) Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998 (RCNEI); d) Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) de 1999; e) Decreto nº 6.861 de 2009, entre outras.

Em 1993 o MEC aprovou as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, documento com o qual pretendeu resguardar o compromisso do Plano Decenal de Educação de promover uma educação que estivesse de acordo com as expectativas dos povos indígenas, segundo as suas especificidades e que servisse de orientação para os planos operacionais dos estados e municípios. Embora essas *Diretrizes* tivessem a pretensão formal em tela, sabe-se, como assinala Silva (1998), que na prática isso dependeria de vontade e decisão política, além de muito esforço por parte dos envolvidos, para que a realidade das escolas indígenas pudessem efetivar de fato os princípios das referidas *Diretrizes*. Como enuncia o documento, as escolas indígenas deveriam ser específicas e diferenciadas conforme características de cada comunidade, no entanto, em que pese essa intenção ambiciosa, isso não ocorreu.

As *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena* de 1993 foi o primeiro documento editado no âmbito das chamadas novas regras “multiculturais”, constituindo-se estas como uma nova etapa do neoliberalismo em que intenta demarcar uma visão ideológica de diversidade de raças, em substituição ao conceito de interculturalidade, cunhado nos movimentos sociais, nas lutas sociais por grupos subalternizados como os movimentos indígenas<sup>18</sup>.

Em conformidade com a CF/1988, as *Diretrizes* afirmam o propósito de entender os povos indígenas não mais como grupo subalternizado, como uma “[...] espécie em vias de extinção ou como categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento” (DIRETRIZES, 1993, p. 9). Também foi enfatizado nas *Diretrizes*, em concordância com o texto constitucional, que cabe à União legislar sobre as populações indígenas e protegê-las e não mais incorporá-las à comunhão nacional, garantindo-lhes especificidades em relação à questão educacional (DIRETRIZES, 1993).

No que concerne à educação escolar indígena, as *Diretrizes* assinalaram que seriam de responsabilidade do Estado, entretanto a execução dos projetos seria descentralizada, por intermédio dos estados e municípios, com a supervisão e apoio do MEC, da FUNAI e das universidades, mas alertam que isso só se efetivaria se as *Diretrizes* fossem assumidas por todos os agentes envolvidos. Em relação à formação de professores índios e a formação de quadros não-índios, esta se daria em nível local, nas secretarias de estado, nas administrações regionais da FUNAI, delegacias do MEC, nas prefeituras etc.

Cabe destacar que no contexto das *Diretrizes* que a “escola indígena” encontra-se subordinada ao Sistema Nacional de Educação, o que denota uma contradição face às especificidades dessa escola quando comparada à escola para os demais indivíduos habitantes do Brasil. Desse modo, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro reconhece a necessidade de que as escolas indígenas sejam específicas e diferenciadas, as vincula ao Sistema Nacional de Educação, com parâmetros e regras próprios aos quais as escolas indígenas terão de se submeter.

Para Coelho (2001), os povos indígenas guardam em si as condições de indígenas e nacionais como parte da nação brasileira. Essa situação inexistia quando a educação escolar estava a cargo da FUNAI, visto que até a emissão do Decreto nº 26/1991 as escolas das

---

<sup>18</sup> A ideia de interculturalidade questiona tanto o colonialismo, opressor das populações indígenas, quanto o imperialismo atual, opressor da humanidade em geral, embora se entenda esse conceito como uma política cultural e um pensamento de oposição situado em um contexto sócio histórico, voltado para a construção de uma proposta alternativa de civilização e sociedade.

aldeias não estavam subordinadas à estrutura burocrática nacional, isto é, as escolas indígenas não precisavam cumprir currículos mínimos determinados pelo Estado brasileiro.

Quanto ao objetivo da escola indígena, o texto das *Diretrizes* (1993, p. 12) expressava:

[...] A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia socioeconômico e cultural de cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência – sintetizada em seus etnoconhecimento, bem como no acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades indígenas e não indígenas.

Esse objetivo da escola indígena acentua a conquista da autonomia social, econômica e cultural dos povos indígenas, isto é, a autodeterminação dos povos indígenas. Para isso, as *Diretrizes* enfatizam a recuperação da memória histórica, mediante reafirmação da identidade étnica, da valorização da língua e da ciência, além de proporcionar o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade envolvente brasileira e das outras sociedades indígenas e não indígenas. Essa concepção de escola indígena se diferencia dos objetivos da educação direcionada aos índios nos períodos colonial, imperial e republicano até a promulgação da Carta Magna de 1988, quando a escola era um instrumento de “civilização e de integração dos indígenas à comunhão nacional”.

Observa-se que os objetivos nas *Diretrizes* (1993) privilegiavam a escola como instrumento de autodeterminação e reafirmação das especificidades culturais dos povos indígenas. Nesse contexto, os princípios gerais que orientavam a educação escolar indígena prescreviam uma educação intercultural e bilíngue, específica e diferenciada. A especificidade e a diferença se referem às tradições culturais próprias vivenciadas pelos povos indígenas, em especial, por meio de seus processos históricos distintos. Cada povo é portador de uma identidade própria, específica, com base na língua, no território habitado, nas crenças, costumes e na organização social. Além disso, as sociedades indígenas têm modos próprios de vida comunitária, de ensino e aprendizagem, baseadas na transmissão oral do saber coletivo e dos saberes de cada indivíduo.

Quanto às características das escolas indígenas, conforme as *Diretrizes* (1993, p. 10), “[...] deverão ser específicas e diferenciadas, ou seja, as características de cada escola, em cada comunidade, só poderão surgir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos respectivos grupos como agentes e coautores de todo o processo”.

Essas *Diretrizes* (1993) estabeleciam que as escolas indígenas possuísem características específicas e diferenciadas, que atendessem as aspirações, o compromisso das

comunidades indígenas envolvidas no processo de educação indígena, e que fossem efetivadas por meio do diálogo entre os atores participantes. Dessa maneira, cada escola teria uma característica própria, em cada comunidade indígena.

No tocante ao princípio da interculturalidade, as *Diretrizes* afirmavam o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades:

[...] Não se pode ficar satisfeito só em valorizar, ou mesmo ressuscitar conteúdos de culturas antigas. Deve-se pelo contrário, ter em vista o diálogo constante entre culturas, que possa desvendar seus mecanismos, suas funções, sua dinâmica (DIRETRIZES, 1993, p. 11).

Observa-se que a interculturalidade foi pensada não apenas como valorização dos conteúdos das culturas antigas, mas como diálogo continuado entre culturas, a fim de se conhecer seus mecanismos, suas funções, sua dinâmica.

Quanto às línguas, as *Diretrizes* partem do pressuposto que o monolinguismo total em língua indígena é transitório e corresponde aos primeiros momentos de contato com a sociedade nacional brasileira. Assim, tem-se a defesa no documento da educação bilíngue, isto é, a permanência de língua materna e a aquisição do português.

Segundo Coelho (2001), a concepção de bilinguismo presente nas *Diretrizes* (1993, p. 12), reforça o significado da língua materna para um povo, como:

[...] parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade. Novos conhecimentos são mais natural e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas.

Ressalta-se a importância dessa visão, da manutenção da língua materna como parte imprescindível da cultura de um povo, importante tanto para o seu aprendizado quanto para a política indigenista. Essa política, também presente na atualidade, denota um avanço ao se considerar o texto oficial expresso e as práticas aplicadas nos períodos históricos do passado, as quais proibiam o uso da língua materna e obrigavam a aprendizagem do português.

Não obstante as orientações formais expressas nas *Diretrizes*, há um abismo no que concerne à realidade de fato, entre o formal e o real há um grande distanciamento. Cunha (1990), ao avaliar os programas de ensino bilíngue, observou que o uso da língua materna se restringiu ao período de alfabetização, pois, logo após a alfabetização o português passou a ser a língua predominante nas diversas atividades desenvolvidas no âmbito da escola indígena. Assim, concluiu que o bilinguismo foi usado na prática como uma “ponte” para facilitar e mesmo acelerar o processo de integração do índio à sociedade nacional.



Outro documento oficial que discute as diretrizes da educação nacional, com alguns artigos direcionados para a questão da educação escolar indígena, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que reafirma o princípio constitucional de assegurar às comunidades indígenas a utilização da língua materna no ensino fundamental regular (LDB, 1996, § 3º, art. 32).

A LDB reforça o respeito às etnias e à valorização das culturas na formação do povo brasileiro quando estabelece que “[...] o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (LDB, 1996, § 4º, art. 26)<sup>19</sup>. Essa concepção de respeito às etnias formadoras da sociedade brasileira é mais enfática no art. 26-A ao frisar que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008, não paginado). Assim, ao determinar-se a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, nos graus de ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas há a promoção formal da valorização das diversas culturas e etnias, entre elas, a indígena.

Na LDB/1996 em seus artigos 78 e 79 são estabelecidos parâmetros legais para a implantação de programas integrados de ensino e pesquisa específicos para os povos indígenas, entre o Sistema de Ensino da União e agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios para o atendimento de educação escolar bilíngue e intercultural. Dessa maneira, foi estabelecido pela LDB/1996 que a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural deve ser efetivada pelo Sistema de Ensino da União em regime de colaboração com agências federais de fomento à cultura e de assistência. Com isso, concede a participação do órgão de assistência aos índios - FUNAI o trato da educação escolar indígena, juntamente com outras instituições públicas.

Os objetivos dos programas integrados de ensino e pesquisa, presentes no art. 78 da LDB/1996 para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, consistem em:

I [...] proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

II [...] garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (MAGALHÃES, 2005, p. 535).

---

<sup>19</sup> Nova redação dada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Esses objetivos expressam a preocupação do legislador com a recuperação da memória histórica, com a identidade étnica, bem como a valorização das línguas indígenas e saberes. Além de garantir o acesso às informações e conhecimentos da sociedade nacional e de outras sociedades indígenas e não indígenas. Assim, verifica-se em termos legais a formalização da busca das tradições culturais indígenas e de outros tipos de conhecimentos por parte do Estado brasileiro.

Quanto à educação superior, no art. 79 desse documento (LDB/1996) foi incluído o parágrafo 3º por meio da Lei nº 12.416, de 2011, que cria medidas sobre a educação superior para os povos indígenas, com a seguinte redação: “No que se refere à educação superior, sem prejuízo de suas ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais (BRASIL, 2006)”. Dessa maneira, vinte e três anos após a aprovação da CF/1988 é instituído legalmente o acesso dos indígenas ao ensino superior no país.

Em 1998 foi aprovado o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (RCNEI), que foi apresentado como decorrente ao atendimento das determinações da Lei 9394/1996, quando esta estabelece a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema. Tal documento legal direciona os seus objetivos para o fornecimento de ideias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada “ciclo” escolar das escolas indígenas inseridas no ensino fundamental. Pretende ainda:

[...] fornecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas (BRASIL, 1998, p. 6).

Percebe-se que o RCNEI é um documento formativo que se apresenta como um instrumento de reflexão. Esse documento indica os caminhos a serem seguidos para a elaboração de programas de educação escolar indígena, os quais devem atender as aspirações e os interesses das comunidades indígenas, em respeito aos princípios de pluralidade cultural e equidade em relação a toda a população do país. Além disso, estabelece a necessidade de equidade na elaboração e na produção de materiais didáticos e formação de professores indígenas, assim como expressam a necessidade da revisão dos instrumentos jurídicos e burocráticos a fim de que estes se adequem à diversidade da população brasileira. Nesse sentido, o referido documento expressa:

[...] É preciso que os sistemas educacionais estaduais e municipais considerem a grande diversidade cultural e étnica dos povos indígenas no Brasil e revejam seus instrumentos jurídicos e burocráticos, uma vez que tais instrumentos foram instituídos para uma sociedade que sempre se representou como homogênea (RCNEI, 1998, p. 22).

Para Coelho (2001), o próprio RCNEI (1998) expressa a dificuldade em administrar a inclusão das escolas indígenas nos sistemas oficiais de ensino no país, haja vista a persistência de uma política pública homogeneizadora e a falta de experiência dos órgãos gestores nessa questão. Outra dificuldade apontada no documento por essa autora refere-se à participação dos professores no processo educacional, considerada insuficiente, apesar de ser fundamental. Além dessas dificuldades, Coelho assinala a rigidez das normas adotadas pelos sistemas de ensino que se opõe aos princípios da educação diferenciada. Com isso, ao serem tomadas como referências, impõem critérios que não se adaptam à realidade indígena.

No texto do RCNEI (1998) a escola deve seguir as concepções indígenas do mundo, do homem e dos modos de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos. Os seus fundamentos para a escola indígena estão na multietnicidade, na pluralidade, na diversidade, na autodeterminação, no reconhecimento da educação dos conhecimentos indígenas e da comunidade educativa para a educação indígena. Desse modo, o RCNEI ao estabelecer o reconhecimento da importância das concepções indígenas para o aprendizado escolar, considerando-se a escola como um lugar de aprendizado, mas não o único, valoriza a cultura da comunidade indígena, sua sabedoria, seus valores e os seus mecanismos de educação tradicional.

No ano de 1999 o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 3 (CNE/CEB), a qual fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, no contexto da educação básica, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídicos próprios e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue. Segundo essa resolução os elementos básicos para a estrutura, funcionamento e organização da escola indígena constituíam-se em:

- I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;
- II - exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
- III - o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
- IV - a organização escolar própria. (RESOLUÇÃO N. 3, 1999, p. 1).

Assim, observa-se que a Resolução nº 3 do CNE/CEB, que orientou a estruturação da escola indígena, seu funcionamento e organização, contém um padrão próprio de orientação. O espaço de ação à aplicação dessas medidas deve ser em áreas habitadas por indígenas, de modo a assegurar a assistência aos índios, independentemente do espaço geopolítico ocupado, pertencente a um estado ou a vários, de modo análogo aos municípios. Assinalava também que o ensino deveria ser exclusivo para os índios em suas comunidades e ministrado nas respectivas línguas maternas.

As prerrogativas previstas no artigo 4º da citada resolução, quanto ao funcionamento das escolas indígenas, também destacavam que:

- I-organização das atividades escolares, independentemente do ano civil, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas;
- II-duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-o às condições e especificidades próprias de cada comunidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Dessa maneira, por meio dessa resolução, estabeleceu-se que a organização das atividades escolares respeitasse o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas de modo a permitir o desenvolvimento das atividades das comunidades indígenas, inclusive em relação à duração dos períodos escolares, que eram planejados de acordo com a realidade de cada comunidade.

Na Resolução nº 3 a formação dos professores das escolas indígenas é enfatizada também de modo específico, vez que, subsidiada nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996, orienta que seja desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores.

Depreende-se disso que há nessa legislação uma valorização plena acerca das culturas dos povos indígenas, mediante afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. Mas, ao mesmo tempo em que dispõe sobre as especificidades das escolas indígenas, reclama a obediência aos preceitos constitucionais, legais e às orientações emanadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que fundamentam a instituição escolar brasileira.

Os preceitos constitucionais, legais, normativos e as orientações e diretrizes nacionais expressam a ideia de que as questões educacionais indígenas são tratadas efetivamente como uma questão nacional, devendo ser respeitadas no interior dos parâmetros do Estado nacional. Evidencia-se, assim, certa ambiguidade que marca o reconhecimento da diferença e o respeito aos povos indígenas, mas os mantém atrelados, subordinados ao sistema nacional de educação, visto que, a eles não é reconhecido o estatuto de minorias nacionais, nos termos concebidos por Kymlicka (1996, p. 25):

[...] os povos indígenas mantêm o desejo de seguir sendo sociedades distintas com relação à cultura majoritária da qual fazem parte e exigem, portanto, várias formas de autonomia e autogoverno para assegurar sua sobrevivência como sociedades distintas.

Pode-se observar que, apesar de estar assegurado no plano legal aos povos indígenas o estatuto de sociedades distintas, interculturais, esses povos não obtêm o reconhecimento das suas diferenças, considerando-se a cultura dominante, tendo-se como consequência a ausência de autonomia e autogoverno.

No que concerne às esferas de competências, a Resolução nº 3 do CNE/CEB define que essas seguiriam em regime de colaboração entre União, estados e municípios, de modo a dinamizar a atuação de cada instância do poder público no plano institucional, administrativo e organizacional. Essa resolução também destacou as competências e atribuições dos conselhos estaduais de educação.

Nos municípios, a referida resolução definiu que o oferecimento da educação escolar indígena dar-se-ia “[...] em regime de colaboração com os respectivos estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas” (RESOLUÇÃO Nº 3, 1999, p. 3). Desse modo, conforme essa divisão de competências, os municípios poderiam assumir as escolas indígenas, em regime de colaboração com os estados, desde que criassem seus próprios sistemas de ensino, além de disporem de condições técnicas e financeiras, após consulta às comunidades indígenas interessadas.

Em relação aos conselhos estaduais de educação, a Resolução nº 3 previa que deveriam:

a) estabelecer critérios específicos para a criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas; b) autorizar o funcionamento das escolas indígenas, bem como reconhecê-las; c) regularizar a vida escolar dos alunos indígenas, quando for o caso” (RESOLUÇÃO Nº 3, 1999, p. 3).

Contudo, apesar da resolução deliberar, por meio dos conselhos estaduais de educação, a criação, a regularização e o funcionamento das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas, assim como a regularização da vida escolar dos alunos indígenas, os municípios brasileiros não propiciam as condições necessárias à implementação efetiva dessa resolução, uma vez que não criam um sistema próprio de ensino, condição esta imprescindível à efetivação prática da referida resolução.

Em 2008, o MEC/SECAD, a FUNAI, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), os

representantes dos povos indígenas e outras instituições governamentais e não governamentais, iniciaram um ciclo de conferências locais<sup>20</sup> e regionais<sup>21</sup> em territórios definidos pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI)<sup>22</sup>. Essas reuniões se estenderam até o ano de 2009, convergindo com a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena<sup>23</sup> (I CONEEI), realizada em Luiziânia - DF, no período de 16 a 20 de novembro de 2009, com o objetivo de analisar e propor novas diretrizes para a educação indígena no país. A proposta governamental consistiu em criar arranjos etnoeducacionais, que privilegiassem aspectos culturais e étnicos das populações indígenas ao invés dos político-administrativos. Assim, o Estado brasileiro, por meio de suas agências governamentais, criou um novo modelo de ação para a educação indígena.

Os representantes das instituições organizadoras desses eventos pretenderam com eles atingir os seguintes objetivos: a) criar e fortalecer os espaços de participação comunitária na elaboração das políticas públicas de educação escolar indígena; b) promover uma educação escolar intercultural que contribua com os projetos de futuro e de cidadania dos povos indígenas; c) debater avanços e desafios da educação escolar indígena no país, estabelecendo prioridades às políticas públicas em andamento (TRILHAS DO CONHECIMENTO, 2009).

Dessa maneira, mediante a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, o MEC pretendeu oportunizar espaços em que representantes indígenas e gestores públicos pudessem discutir programas e políticas para a educação básica e educação superior em uma perspectiva intercultural<sup>24</sup>, visando apoiar os projetos societários de cada comunidade indígena, compatíveis com o reconhecimento da pluralidade cultural e autodeterminação dos povos indígenas.

Entretanto, apesar do cronograma das conferências, locais e regionais, prever esses encontros até agosto de 2009, em 27 de maio de 2009 foi definida a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais (DIREITO & JUSTIÇA INFORMÁTICA LTDA, 2010), por meio do Decreto nº 6.861. Esses territórios compreendem as terras

---

<sup>20</sup> Essas conferências foram realizadas nas escolas indígenas com o intuito de se elaborar uma proposta que atendesse os diversos interesses dos participantes em relação ao papel que a educação escolar deve assumir para o fortalecimento cultural e a construção da cidadania indígena.

<sup>21</sup> As conferências regionais foram propostas como espaços para que representantes dos povos indígenas, dirigentes e gestores dos sistemas de ensino, universidades, FUNAI, entidades da sociedade civil e demais instituições refletissem e debatessem a situação atual da oferta da educação escolar indígena e propusessem encaminhamentos para a superação de inúmeros desafios.

<sup>22</sup> Estas foram realizadas a partir de dezembro de 2008 em todas as regiões do país.

<sup>23</sup> A conferência nacional constitui-se em momento de reflexões e discussões dos delegados e delegadas eleitos nas conferências locais e regionais sobre um conjunto de compromissos compartilhados anteriormente e que servirão para orientar a ação institucional, com vistas ao desenvolvimento da educação escolar indígena.

<sup>24</sup> Em 2005 foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) para a formação de professores indígenas em nível superior, referenciada na interculturalidade.

indígenas, inclusive as descontínuas<sup>25</sup>, independentemente da divisão político-administrativa do país.

A despeito das diversas mudanças apresentadas ao longo do período estudado, a mudança organizacional, apontada como uma solução para os impasses que impedem a efetividade dos direitos indígenas no setor educacional, na prática não representam as melhorias preconizadas.

No que respeita ao desenho do regime de colaboração entre os entes federados, organizado em autonomias e individualidades, em função de diversos territórios indígenas se sobreporem a vários municípios e estados da federação, têm-se uma gestão com diferentes orientações burocrático-administrativas à estruturação e funcionamento das escolas indígenas, o que leva a disparidades nas condições de participação democrática no planejamento, na avaliação da gestão e da educação escolar indígena.

No que concerne à autonomia pedagógica, garantida nos textos legais em relação ao aspecto curricular e organizacional das escolas indígenas, ainda há muito a ser feito, haja vista as exigências normativas e legais requeridas para a implementação dos direitos de fato.

Os impasses, provocados por interesses divergentes entre o Governo Federal e demais instituições governamentais e não governamentais representativas da educação escolar indígena, além das inúmeras especificidades dessa educação, dificultam a implementação dos direitos educacionais dos povos indígenas.

No capítulo a seguir, apresentar-se-á a caracterização da área de estudo, enfatizando-se aspectos físicos, populacionais e indicadores sociais e econômicos de Belém e Manaus, assim como as ações dos governos em relação às populações indígenas residentes nessas cidades.

---

<sup>25</sup> Ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

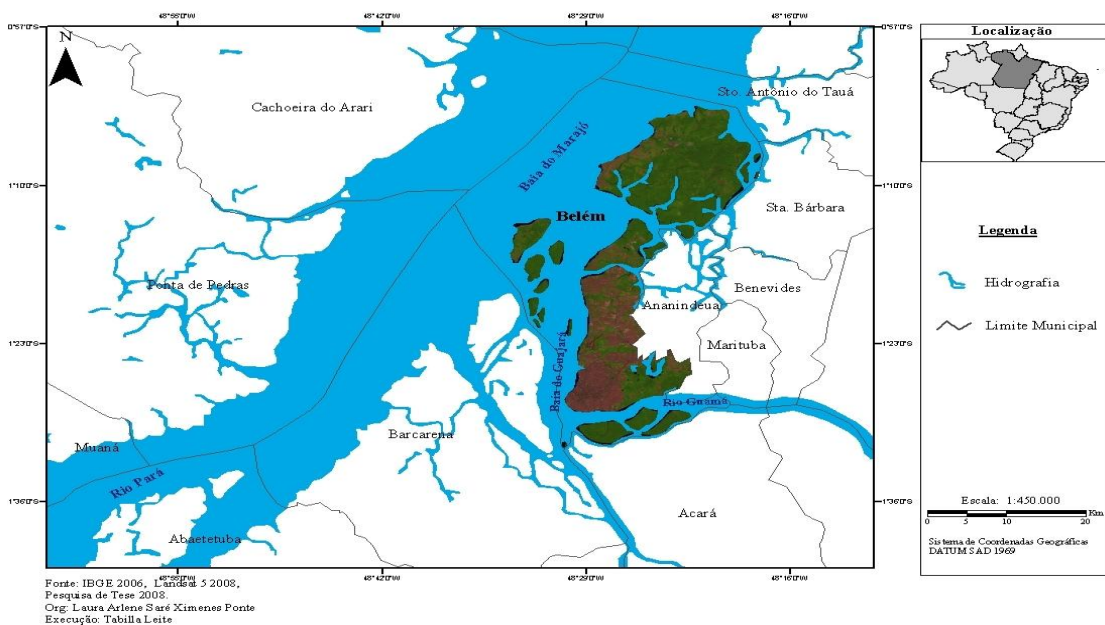
### 3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: BELÉM E MANAUS

No presente capítulo apresentam-se os cenários das áreas de estudo, das cidades de Belém e Manaus, locais em que a pesquisa foi realizada. Neles, destacam-se características da população indígena estudada, denominados pela literatura de índios urbanos ou de cidadãos, assim como, apresentam-se aspectos físicos, sociais e econômicos das duas cidades, além de se tratar das ações das instituições públicas no âmbito das esferas estadual e municipal. Busca-se com isso oferecer ao leitor as condições para perceber o contexto socioeconômico em que se insere o objeto deste estudo, a situação dos indígenas e a atuação das instituições junto à referida população.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DE BELÉM

A cidade de Belém está localizada às margens da baía do Guajará e do rio Guamá, no estuário do rio Pará, a  $1^{\circ} 27' 18.62''$  S de Latitude e  $48 30' 08.48''$  O de Longitude. Ocupa uma área de 51.569,30 ha, em que mais da metade são formadas por ilhas. Possui clima tropical úmido ou superúmido, sem estação seca, temperatura média do mês mais quente superior a  $18^{\circ}\text{C}$ , com *clima monçônico* tipo Am, segundo a classificação de Köppen-Geiger. Possui um alto índice de precipitação pluviométrica, característico da região Norte. O Mapa 1 mostra a localização de Belém e os rios formadores da baía do Guajará.

**Mapa 1 – Localização da cidade de Belém**





O município de Belém possui uma área territorial de 1.065 km<sup>2</sup>. É formado na atualidade por 71 bairros, 8 distritos, com uma população de 1.392.031 habitantes, conforme a contagem do IBGE (2010). Em relação à população indígena, conforme dados do IBGE (2010), tem-se um contingente populacional de 2.268 habitantes.

Em relação à situação de ocupação na Região Metropolitana de Belém, os dados do IBGE (2009)<sup>26</sup> informam que havia 694 homens e 873 mulheres indígenas trabalhando em diferentes afazeres, com idade de 10 anos ou mais<sup>27</sup>.

No município de Belém, os principais agrupamentos de atividades econômicas constituem-se no comércio, nos serviços e na indústria. Segundo estatísticas do IBGE (2009), da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio e da Indústria, verifica-se a permanência da formação capitalista histórica da cidade, voltada ao setor terciário da economia, especificamente nas áreas de comércio e de serviços. Depreende-se disso que a indústria não se constituiu enquanto atividade econômica relevante no município, ocupando nas estatísticas oficiais a terceira posição, apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1 – Principais agrupamentos de atividade econômica na RMB**

<b>Agrupamento de atividade econômica</b>	<b>Quantitativo</b>
Comércio	9.103
Serviços	4.231
Indústria	2.023

Fonte: IBGE (2009)

No que respeita à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal belenense, a situação segue outra lógica, mediante preponderância de ocupação do agrupamento econômico de serviços. A Tabela 2 enfoca essa distribuição do emprego formal, conforme atividade econômica no município de Belém. Ressalte-se que ainda não se têm dados formais estatísticos que retratem a origem étnica dessa inserção no mercado de trabalho.

**Tabela 2 - Emprego formal segundo atividade econômica no município de Belém, 2009**

<b>Atividade econômica</b>	<b>Pessoal ocupado</b>
Serviços	103.287
Comércio	93.444
Indústria	91.512

Fonte: IBGE (2009)

<sup>26</sup> Os dados informados sobre a população indígena ocupada foram consultados no IBGE no ano de 2009, pois os relativos ao Censo de 2010, até a conclusão desta tese, ainda não haviam sido disponibilizados.

<sup>27</sup> Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/ANO. Disponível em: [www.ibge.gov.br/2009](http://www.ibge.gov.br/2009). Acesso em: 20 jan. 2010.

O destaque nas atividades econômicas voltou-se para o setor de serviços, com saldo de 103.287 trabalhadores no ano de 2009. O comércio teve um saldo de 93.444 trabalhadores e a indústria obteve um saldo de 91.512 de pessoal ocupado neste setor. Em 2008 o Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado corrente atingiu R\$ 15.316.130 mil reais<sup>28</sup> e o Valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) atingiu R\$ 245.092.069,35<sup>29</sup>.

A Tabela 3 destaca que a indústria de transformação foi responsável pela maioria das atividades empresariais desenvolvidas no município de Belém com 1.382 unidades. O setor de construção ficou em segundo lugar, com 840 unidades.

**Tabela 3 – Estrutura empresarial do município de Belém, 2008**

<b>Estrutura empresarial</b>	<b>Unidades</b>
Indústrias extrativas	27
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>1.382</b>
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	31
<b>Construção</b>	<b>840</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 05 ago. 2008.

O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento no período era de 3,6 salários mínimos, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes no município de Belém (IBGE, 2010). À época da pesquisa no IBGE (2008), observou-se que em Belém o rendimento médio mensal das pessoas era quase 3,6 vezes maior do que o salário mínimo, embora esses dados não expressassem a distribuição de renda, haja vista a precariedade nas condições de vida da maioria da população belenense, a qual apresentava um crescimento demográfico acelerado.

As razões para esse fenômeno decorrem da implantação de projetos desenvolvimentistas e das políticas públicas fragmentadas para a Amazônia, posto que não atendessem igualmente as necessidades de todos os segmentos sociais, tampouco pretendiam resolver os problemas da população carente. Isso ocasionou a exploração dos recursos naturais, o aumento dos conflitos fundiários e provocou migrações de segmentos empobrecidos, inclusive indígenas, para as periferias das cidades, como por exemplo, Belém.

Essa população migrante, no processo de busca de um lugar para morar, acaba por se instalar em locais inadequados, sem condições mínimas de sobrevivência. Além disso, em certos casos, instalam-se em áreas de invasão inadequadas à habitação, ocasionando prejuízos

<sup>28</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.phn?uf=pa> e <http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>.

<sup>29</sup> Ano 2008, conforme o site [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/municipios.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp).

ao meio ambiente, conforme registrado por Cabral (2010), o qual analisou invasões próximas a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA METROPOLITANA DE BELÉM, 2010).

Outro fator responsável pelo crescimento demográfico desordenado e acelerado e pela migração relacionou-se também ao crescimento industrial, mediante criação de empresas que se instalaram tanto no meio urbano quanto no meio rural, inclusive em terras indígenas e áreas de proteção ambiental, poluidoras do meio ambiente, como as que atuam no setor madeireiro e as de plantação de arroz.

Apoiados em um modelo de dominação, de globalização e de internacionalização da economia, em que o importante é aproveitar as vantagens fiscais oferecidas pelos países e por diferentes estados destes, as empresas conquistam os mercados mundiais. Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento dirige seus esforços exclusivamente para o crescimento econômico, abandonando as variáveis sociais, ambientais, culturais e políticas, dentre outras.

Esses fatores, além de outros, promoveram o crescimento demográfico de Belém, acrescido pela migração da população rural e indígena, desassistidas de políticas públicas, apesar dos preceitos normativos-legais que visam essas populações. Assim, ocorre a migração dessas populações, ou por serem expulsas de seus *habitats*, ou por serem desassistidas, ou por influências ideológico-culturais.

### **3.1.1 Caracterização dos indígenas de Belém**

A população indígena existente na cidade de Belém é caracterizada por povos diversos, que se instalaram no ambiente urbano por inúmeros fatores, tais como: a busca por assistência médica, educação escolar, qualificação profissional, trabalho assalariado, além do casamento com não indígenas. Esses indígenas citadinos podem ser oriundos das aldeias, de cidades vizinhas ou podem ter nascido em Belém.

Em relação às etnias encontradas em Belém, observou-se a presença de indígenas de diferentes etnias: Juruna, Sateré-Mawé, Gavião, Munduruku, Caripuna, Kambeba, Amanayé, Tembé, Galibi e Apalai. Associado a isso se tem a definição de pertencimento ou não à condição de indígena de uma determinada etnia, pois a mesma depende do reconhecimento dos que vivem nas aldeias, assim como, do seu próprio esforço em fortalecer os laços de indianidade, mediante a realização de viagens à aldeia de origem ou de seus pais, como o registrado na pesquisa de Patrício (2000) no município de Altamira (PA).

Os indígenas que residem nas cidades estão sujeitos a inconvenientes, mas conforme Silva (2001), “[...] a situação à qual são submetidos, não pode ser considerada como a ausência de controle e de desestruturação da família, nem como perda da orientação do sentido étnico [...]”. Neste sentido, os códigos e os valores simbólicos tornam-se importantes para a compreensão da própria identidade e do universo social indígena no cenário urbano, uma vez que como indígenas citadinos vivem contextos próprios, convivem com não indígenas em ambientes de trabalho, em instituições de ensino e mesclam-se com os costumes da cidade, mas preservam sua identidade com suas origens étnicas.

Quanto à população indígena residente em Belém, observa-se que as condições de vida e de trabalho não apresentam grandes disparidades, visto que as atividades que exercem no mercado de trabalho assemelham-se às ofertadas a todos, inclusive em relação à questão salarial. As ocupações são de funcionários públicos, estudantes, donas de casa, além dos aposentados, cujos salários variam conforme a contribuição previdenciária.

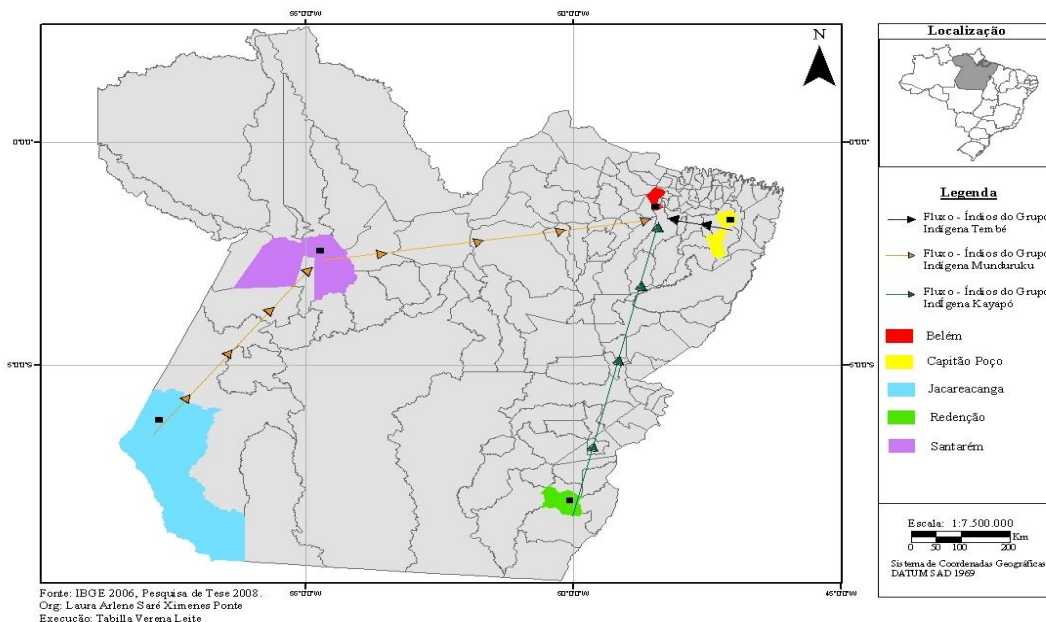
Em relação aos locais de moradia, alguns são residentes em bairros centrais, como São Braz, ou periféricos, como o Bengui, ou ainda em municípios vizinhos, como Santa Izabel do Pará e Benevides. Essa distribuição habitacional dispersa gera dificuldades à comunidade indígena citadina, uma vez que ocasiona desmobilização destes em relação à sua organização política no espaço urbano, que em termos práticos significa ausência ou pouco contato para realização de reuniões, encontros, enfim, momentos que poderiam agregar as famílias ou indivíduos, que em sua maioria são de etnias diferentes.

Para Darcy Ribeiro (1978), o contato dos indígenas com a sociedade nacional, seja pela ação “civilizada” com as aldeias, seja pela influência de grupamentos urbanos, ocasiona perdas de suas referências culturais. Esse contato, isto é, o processo de integração pelo qual passam as populações indígenas, provocou seu envolvimento com a sociedade nacional.

Na Amazônia, os indígenas integrados passam a ser vistos como “caboclos” nas áreas rurais ou nos centros urbanos, como é o caso dos índios que vivem em Belém. As razões que levam aos processos de migração dos indígenas deram-se de modo diferente, com trajetórias distintas. A migração do tipo indireto ocorre quando o índio se desloca aldeia para um município próximo, como por exemplo, o caso dos índios Munduruku, cujas aldeias localizam-se no município de Jacareacanga (PA), os quais migram para o município de Santarém (PA) e depois para Belém (PA). De modo semelhante ocorre com os Tembé da terra indígena do Alto Rio Guamá, que migram inicialmente para o município de Capitão Poço (PA) e depois para Belém (PA). Além desse tipo de migração há também as migrações diretas

das aldeias para Belém, como por exemplo, a migração dos Kayapó, que migram do município de Redenção para Belém (Mapa 2).

**Mapa 2 - Migração dos grupos indígenas Tembé, Munduruku e Kayapó para Belém**



É sob o rótulo de caboclos que os autores Galvão (1979) e Loureiro (2009) os percebem misturados aos demais habitantes. O reconhecimento da identidade étnica de índios, na etapa de integrados não vem acontecendo, e nem a autodeclaração como indígena tem ocorrido, visto que, em geral a identidade étnica é negada, manipulada, o que tem levado a invisibilidade diante do “outro” não indígena.

Assim, ao se analisar a questão dos índios de Belém, segundo a perspectiva de Assis<sup>30</sup>, a presença deles é requisitada em eventos, porém sem a continuidade de uma política que trate da temática indígena ou de demandas específicas para essa parcela da população cidadina. Esse fenômeno, somado à questão demográfica dos indígenas presentes em Belém, os quais somam 2.268 indígenas (IBGE, 2010), provavelmente remete à dificuldade encontrada na tentativa de organização política desses indígenas.

A cidade de Belém possui muitos ambientes culturais, dentre os quais se destaca o Memorial dos Povos Indígenas, cuja obra pretendeu dar destaque a presença indígena, além de reforçar a ideia de que o lugar poderia servir como referencial para a construção da identidade étnica, em local diferente da aldeia. Essa construção foi realizada durante a gestão do Prefeito Edmilson Brito Rodrigues do Partido dos Trabalhadores (PT). Na gestão petista

<sup>30</sup> Esta autora opinou desse modo, durante exame de qualificação da presente tese, em 2008.

foi realizado o *Congresso da Cidade* no período de 2001 a 2004, que segundo Rodrigues (2008, p. 365) foi uma experiência de democracia participativa, a qual “[...] permitiu o debate e o exercício do poder decisório sobre todos os problemas e dimensões da cidade, sua gente e seu território, aperfeiçoando e aprofundando os instrumentos de democracia direta”. Nesse sentido, Rodrigues (2008) informa que a população belenense teve acesso aos debates do congresso e com isso exerceram poder de decisão sobre os problemas da cidade de Belém.

Segundo Ponte (2005), no citado lugar<sup>31</sup>, após a sua fundação, realizaram-se encontros e exposições de produtos indígenas, no entanto as gestões posteriores interromperam a ocorrência desses eventos. A provável motivação para a construção desse Memorial, por parte do governante municipal da época, era de devolver a dignidade aos indígenas que contribuíram para a construção de Belém. Para os índios, tal espaço nunca foi ocupado com as finalidades propostas, visto que não o ocuparam efetivamente como espaço de exposição e comercialização de produtos indígenas e nem como território, espaço simbólico da aldeia na cidade.

Para Cardoso de Oliveira (1976, p. 63), a territorialidade construída é simbólica, é o local em que “[...] procuram manter uma relativa forma de organização e de sustentação do grupo”. O território simbólico permite que o grupo se mantenha organizado. No estudo desenvolvido por Patrício (2000) os grupos indígenas construíram no espaço territorial em que vivem, seja na aldeia, seja na cidade, um espaço simbólico que os aproxima em termos de pertencimento à mesma condição étnica.

Entretanto, a construção da territorialidade simbólica do Memorial em Belém foi passageira, efêmera, tanto para os índios, quanto para os moradores da capital, os quais não identificam esse espaço como relacionado à presença indígena. Assim, observa-se que a pretensão inicial com a referida construção não conseguiu atingir o seu objetivo, uma vez que os índios residentes em Belém são invisibilizados pela população belenense, embora seus monumentos sejam visíveis, conforme assinala Simonian (2010). As imagens apresentadas pela autora denotam a visibilidade indígena na cidade de Belém por meio dos monumentos, entretanto isso não ocorre em relação à visibilidade dos índios e não índios no cotidiano das relações sociais, isto é, nas relações concretas.

Outra característica da população indígena residente em Belém pode ser identificada em termos demográficos, pois, conforme já mencionado, é pouco representativa, daí sua

---

<sup>31</sup> Em Yázigi (2002), o lugar é um dos referenciais indispensáveis à vida, nas esferas do cotidiano, do trabalho, dos afetos e dos ideais, mas, desoladamente, com perdas indizíveis. E a personalidade do lugar é composta de vários suportes e formada pelo mais amplo sentido da ecologia, isto é, as relações mútuas do meio e com o homem envolvendo a biosfera, a cultura material, a memória, as animações e as cognições.

limitada influência no grau de organização política. Mesmo em momentos em que o poder público ofereceu espaço à participação dos índios desaldeados de Belém, não houve a criação de uma entidade representativa de seus interesses.

Este foi o caso do governo do prefeito Edmilson Rodrigues, o qual proporcionou vários espaços de participação e discussão de questões relativas aos índios, como por exemplo, no Congresso da Cidade, contudo, essas oportunidades não foram aproveitadas no sentido de viabilizar a sua organização. Somente em 2009, após cinco anos do governo petista, os índios se organizaram em torno da Associação dos Índios da Área Metropolitana de Belém (AIAMB).

Em relação à articulação dos índios de Belém com o governo de Ana Júlia Carepa, que esteve à frente do executivo estadual no período de 2007 a 2010, essa administração possibilitou o acesso político na ocupação de cargos em algumas secretarias de Estado. Na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), uma indígena da etnia Tembé assumiu a Coordenação de Educação Indígena, e na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDHU), uma indígena da etnia Tapuia assumiu a Coordenação de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais. Além dessas secretarias de Estado, outro órgão que desenvolveu ações significativas para os índios de Belém, tanto aldeados quanto desaldeados, foi a Fundação Curro Velho, mediante apresentações de artes indígenas, a organização de encontros, entre outras atividades.

Assim, pode-se dizer que a população indígena habitante em Belém vem construindo sua identidade étnica no meio urbano, apesar das deficientes políticas públicas dirigidas a essa população, em especial as de educação e saúde objeto deste estudo. A seguir apresenta-se a ação do poder municipal em Belém em relação à questão indígena.

### **3.1.2 Ação do poder municipal de Belém e os indígenas**

Nesta seção trata-se das ações do poder público municipal para os indígenas de Belém, com exceção da educação e saúde, que serão objeto de discussão em outro capítulo. No período de 1988 a 2010 a ação dos governos municipais dirigidas aos indígenas que moram na área metropolitana de Belém foi pontual, visto que apenas no governo do prefeito Edmilson Rodrigues havia registros sobre as referidas ações. Nesse governo, tanto os indígenas da área metropolitana de Belém, quanto aqueles que residem em municípios relativamente próximos à Belém, no nordeste do Pará como os Tembé de Capitão Poço, bem como outros da fronteira Pará-Maranhão, receberam atenção desse governo.

No referido governo foi inaugurado um novo modelo de administração, a gestão participativa, a qual foi denominada por cientistas políticos, como Santos (2003), de “democracia participativa”. Esta gestão se organizou mediante a realização anual do “Congresso da Cidade”, no qual havia a participação por setores segundo segmento social e étnico.

Os indígenas de Belém e de áreas próximas participaram do referido Congresso por meio da Conferência dos Índios. Além disso, os indígenas citadinos participaram de alguns conselhos municipais, os quais também agregavam outras minorias. Por ocasião desse evento houve a construção de um espaço planejado para ser simbólico em Belém, supracitado, o Memorial dos Povos Indígenas, conforme a Fotografia 1.

**Fotografia 1 - Memorial dos Povos Indígenas**



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2006) e Associação dos Indígenas da Área Metropolitana de Belém (AIAMB), 2006.

No atual governo municipal se desconhece iniciativas em relação à população indígena que mora em Belém. Sabe-se, mediante conversas informais com os indígenas e pronunciamentos por ocasião de uma sessão livre, intitulada “Conflitos sociais na Amazônia: mapeamento de identidades e territorialidade de novos movimentos sociais”, realizada no ano de 2007 no XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), da ausência de políticas públicas para os indígenas citadinos e da inexistência de espaço político junto ao atual governo municipal.

Observa-se que a ação do poder municipal em relação aos indígenas relaciona-se à concepção teórica, filosófica e ideológica, assim como dos compromissos sociais, políticos e



econômicos dos gestores municipais. Nesse contexto, verifica-se a descontinuidade nas ações nos governos municipais relacionadas aos indígenas citadinos, residentes em Belém.

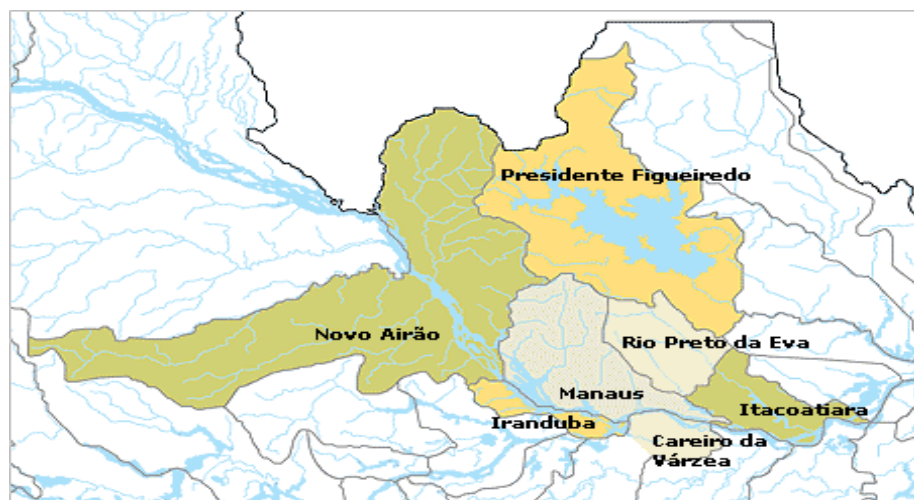
No que respeita à organização indígena belenense, mesmo com a criação da AIAMB não houve visível mobilização política desses atores sociais, visto que pouco pressionaram os poderes públicos no município no intuito de tratar suas reivindicações. Ressalte-se que tiveram de enfrentar questões relacionadas a assuntos coletivos, como por exemplo, a exclusão ao acesso às “Ações Afirmativas” por ocasião da reprovação indígena no processo seletivo especial ao ensino superior, na UFPA, em 2010.

Feitas essas considerações sobre a cidade de Belém, direciona-se a atenção para a cidade de Manaus e para as políticas públicas dirigidas aos indígenas de Manaus, com exceção das de educação e saúde, nos âmbitos estadual e municipal, as quais serão tratadas no próximo capítulo.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DE MANAUS

Manaus localiza-se na mesorregião do Centro Amazonense, na margem esquerda do rio Negro, sendo a maior cidade da região Norte do Brasil, situada à Latitude de -3,10194 e Longitude de -60,025, com área de 11.401,01 km<sup>2</sup> e densidade de 158,06 hab./km<sup>2</sup>. Seu clima é considerado tropical úmido, tipo Af na classificação de Köppen Geiger, com aumento de chuvas no verão e temperatura média anual de 33,9°C. Devido à proximidade da linha do equador, o calor é constante.

Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões. É a cidade mais populosa da Amazônia, com uma população metropolitana de 2.210.825 habitantes de acordo com o IBGE (2010), a qual 1.802.014 residem na cidade. Destes, 48,82 % da população são homens e 51,18 % são mulheres; e 99,49 % vivem em área urbana e 0,51 % em área rural, constituindo-se como a sétima mais populosa do Brasil. Limita-se com os municípios de Presidente Figueiredo, Careiro, Iranubá, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Novo Airão (Mapa 3).

**Mapa 3 - Localização de Manaus**

Fonte: [www.manausonline.com/tur\\_mapas\\_rmm.asp](http://www.manausonline.com/tur_mapas_rmm.asp). Acesso em: 02 out. 2008.

O estado do Amazonas possui a maior população indígena do país, abrigando aproximadamente 168 mil índios, 66 etnias e 29 línguas. Segundo estimativa da prefeitura, vivem atualmente em Manaus cerca de 30 mil índios<sup>32</sup>.

Esta cidade apresenta características que a tornam diferente de Belém, e uma das mais importantes decorre da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967. A criação da ZFM constituiu ação estratégica de geopolítica dos governos militares, cuja preocupação central incidia em ocupar os espaços amazônicos com atividades modernas e de integração aos eixos de desenvolvimento considerados mais dinâmicos do país, como o Centro-Sul (MACHADO et al., 2006). Nesses anos de existência a ZFM sofreu metamorfoses<sup>33</sup> que permitiram torná-la o único empreendimento herdado da ditadura militar ainda em funcionamento.

Para Manaus e para o estado do Amazonas, a ZFM tem ensejado a formação do mercado interno de bens de consumo duráveis, a partir da produção industrial com alto grau de nacionalização dos insumos, mediante trabalho intensivo, com produtividade, modernização e redução da absorção de mão-de-obra direta. A criação da ZFM propiciou a melhoria na qualidade e nas condições dos empregos restantes, com salto de produtividade, como assinala Machado (2006).

<sup>32</sup> Os dados foram consultados em diversas fontes (CIMI, Prefeitura Municipal de Manaus, IBGE), uma vez que os relacionados à população indígena nos municípios, até a conclusão desta tese, não foram disponibilizados pelo IBGE (2010).

<sup>33</sup> A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), foi criada em 1967 com a finalidade de gerir o Modelo ZFM, além de administrar os fluxos de mercadorias contempladas com esses incentivos, na área territorial da Amazônia Ocidental e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá, e de aplicar recursos em infraestrutura econômica de apoio à produção (transportes, armazenagem, eletrificação, máquinas e equipamentos etc.) nesses estados (MACHADO et al., 2006).

A economia atual da cidade de Manaus se baseia fundamentalmente na indústria, com polos industriais na área da Zona Franca, no comércio e no turismo. Criada como área de livre comércio, a ZFM se tornou um polo de intensa atividade comercial e industrial. Nela concentram-se as principais indústrias de aparelhos eletroeletrônicos, que abastecem o mercado interno brasileiro.

O comércio oferece produtos importados de alta tecnologia a preços acessíveis. Manaus é considerado um dos maiores entrepostos aduaneiros da América Latina, constituindo-se em porta de saída de produtos de exportação para os mercados do Caribe e dos Estados Unidos<sup>34</sup>.

A dinamização do setor comercial e industrial não foi acompanhada pelo setor agrícola, e a população residente em áreas rurais foi levada a migrar, ocasionando um despovoamento do interior do estado e crescimento desordenado na capital, ou seja, após a implantação da ZFM houve uma grande migração populacional para Manaus, porém não foram oferecidas as mínimas condições de vida a essa população (OLIVEIRA, 2003).

A configuração urbana de Manaus apresenta na atualidade uma população de 1.802.014 habitantes<sup>35</sup>, cuja maior parte se concentra nas zonas leste e norte da cidade, sendo a Cidade Nova (Zona Norte) o bairro mais populoso, com mais de 300 mil moradores.

Na década de 1980, Manaus possuía, em termos numéricos, um Distrito Industrial e 37 bairros. No presente, existem 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não se caracterizam oficialmente como bairros<sup>36</sup>, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares.

No estado do Amazonas, a presença massificada da população urbana em Manaus é significativa, representando uma concentração elevada da população nesse Estado, conforme os dados dos últimos censos, os quais demonstram que a população da cidade se elevou de 321.125 habitantes em 1960 para 437.545 habitantes em 1970. De 1980 a 2010, a cidade apresentou um crescimento progressivo, conforme se pode constatar pelos indicadores a seguir: Em 1980 a população se elevou para 922.477 habitantes; em 1990, para 1.001.403; em 2000, para 1.347.590 e em 2010, para 1.802.525 habitantes. Esse crescimento possibilitou a elevação da densidade demográfica em Manaus para 90,0 hab./km<sup>2</sup>. Em termos percentuais, o aumento populacional da cidade entre 1960 e 1970 foi de 47,5%, enquanto que de 1970 a

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/municipios.php?cod=41>. Acesso em: 10 ago. 2010.

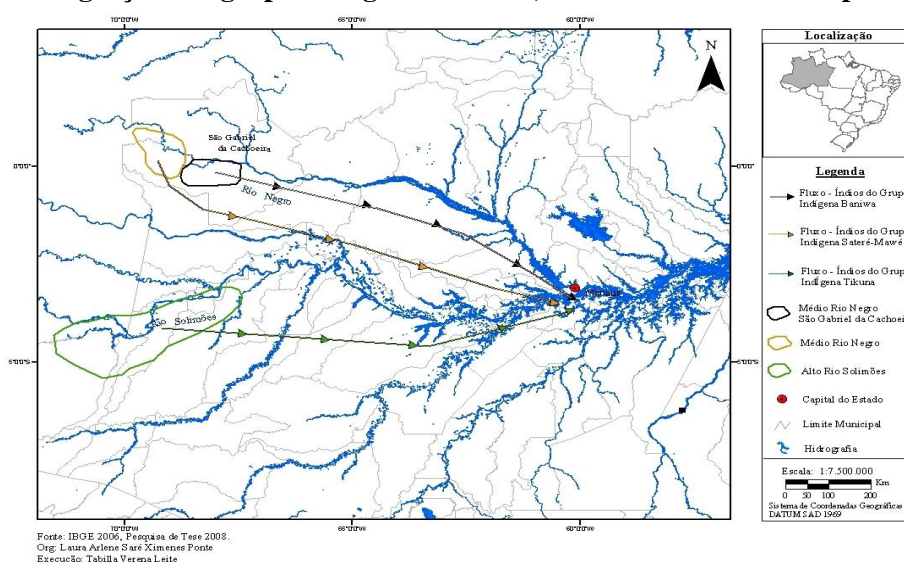
<sup>35</sup> Conforme Censo do IBGE em 2010.

<sup>36</sup> Essa situação registrada em Manaus não é isolada, visto que houve uma mudança no padrão de urbanização da sociedade brasileira, com aumento no número de cidades e no nível de urbanização, conforme os últimos censos demográficos.

1980 foi de 95%. Em 1990, o crescimento populacional foi de 9,5%, enquanto que de 2000 a 2010, o índice de crescimento populacional atingiu o patamar de 66%.

Nesse contexto, insere-se também a população indígena, que historicamente tem migrado de suas aldeias, geralmente situadas em áreas rurais do país, para pequenas, médias ou grandes cidades brasileiras, além de regiões de fronteira do Brasil. Entretanto, é singular a situação observada na cidade de Manaus, a qual possui na atualidade um contingente aproximado de 30.000 indígenas<sup>37</sup>. A migração para Manaus, à semelhança da observada em Belém, é de dois tipos: indireta e direta. A do tipo indireta ocorre quando o índio se desloca da aldeia para um município próximo, como por exemplo, a ocorrência da aldeia para os centros urbanos de pequeno ou médio porte; ou do tipo direta, em que há a migração da aldeia para Manaus, como se verifica no Mapa 4.

**Mapa 4 - Migração dos grupos indígenas Baniwa, Sateré-Mawé e Tikuna para Manaus**



A produção agropecuária centra-se no cultivo de mandioca, cupuaçu, cítricos e hortaliças. A pecuária é representada principalmente por bovinos e suínos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local. A pesca é abundante, com exportação para os demais estados do país e exterior.

Em 2008 o Produto Interno Bruto chegou a R\$ 38.116.495,350 mil reais (IBGE, 2008) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,774 (PNUD/2008). No que respeita à Mortalidade Infantil o índice foi de 21,26 por mil crianças até 5 anos; e a Taxa de Alfabetização chegou ao patamar de 97,63% de pessoas.

<sup>37</sup> Os dados são variáveis conforme a fonte pesquisada, CIMI, Prefeitura de Manaus e outros.

A estrutura empresarial de Manaus é composta, mormente pelos setores ligados ao comércio e a indústria, como já assinalado, e também voltada à reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Além disso, possui também uma indústria de transformação considerável, o que tem contribuído para a economia da cidade, conforme expressa a Tabela 4.

**Tabela 4 - Estrutura empresarial de Manaus, 2008**

<b>Estrutura empresarial</b>	<b>Unidades</b>
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	14.674
Indústrias de transformação	2.553
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.357
Transporte, armazenagem e comunicações	1.528
Construção	1.334

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 20 ago. 2008

Apesar desse crescimento econômico, Manaus mantém a histórica diferenciação político-econômica capitalista, refletida nas ofertas diferenciadas de moradia, visível especialmente nos espaços urbanos, mediante a existência de bairros distintos em que habitam a classe hegemônica e as subalternas. Em pesquisa realizada por Ponte (2008) em Manaus, durante junho de 2008, foi observada a existência de uma expansão urbana desordenada, com áreas que não possuem a mínima infraestrutura básica, tampouco oferecem condições adequadas de sobrevivência. Geralmente, nesses bairros da periferia é que habitam os índios citadinos, a exemplo do bairro da Cidade de Deus, em que residem os índios Tikuna. No referido bairro há falta de saneamento básico e os esgotos são expostos (Fotografia 2).

**Fotografia 2 – Acesso ao Centro Cultural Tikuna, Manaus, 2008**

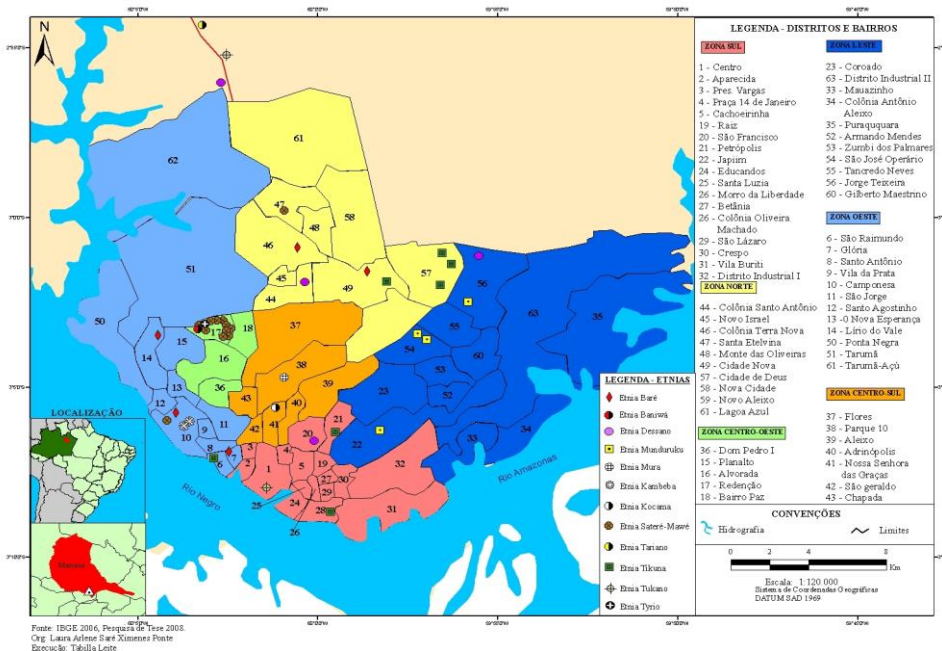


Fonte: Laura Arlene Saré Ximenes Ponte (2008)

### 3.2.1 Caracterização dos indígenas de Manaus

A população indígena residente em Manaus é constituída por várias etnias, a saber: Apurinã, Arapasso, Baniwa, Baré, Dessano, Kambeba, Kocama, Kuripako, Mura, Munduruku, Piratapua, Sateré-Mawé, Tariano, Tikuna, Tukano, Tuyuka e Wanano (SIMONIAN, PONTE, 2010). Essa população indígena se concentra nos seguintes bairros: N. Sa. de Fátima, Lírio do Vale II, Vale do Sinai, São João, Novo Israel II, 23 de Setembro, Compensa II, Japiim I, São José I, Gustavo Nascimento, Jorge Teixeira I, Cidade de Deus, Nova Esperança, Parque das Laranjeiras, São Raimundo, Petrópolis, Compensa III, Cachoeirinha, Centro, Cidade Nova I, Alvorada, São Lázaro, São Francisco, João Paulo II e Glória, identificados no Mapa 5.

Mapa 5 – Etnias pesquisadas em Manaus



Essa população em sua maioria reside em áreas de ocupação, como é o caso dos Sateré-Mawé e dos Tikuna, residentes respectivamente nos bairros de Redenção e Cidade de Deus. Os Tikuna originam-se das comunidades de Umariçu II e Filadélfia, no Alto Solimões. Os Sateré-Mawé chegaram a Manaus no período compreendido entre 1989 e 1992, e ao residirem em proximidade constituíram um grupo familiar dessa etnia.

Os Tikuna, ao chegarem a Manaus, instalaram-se inicialmente no bairro Raiz, na zona centro sul da cidade. Contudo, mudaram para a Cidade de Deus, apesar da precariedade de saneamento básico desta área de ocupação, no intuito de evitar o dispêndio relativo aos

aluguéis, os quais se viram obrigados a pagar ao migrar, uma vez que desempregados e mediante baixa formação educacional não possuíam condições de inserção no mercado de trabalho, conforme aponta Rodrigues (2005). Este autor constatou em Manaus o desemprego e o limitado grau de formação educacional dos Tikuna, apesar de muitos jovens dessa etnia terem concluído seus estudos.

À semelhança dos Sateré-Mawé, as famílias Tikuna também passaram a morar próximas umas das outras. Dessa maneira, aos poucos conseguiram reforçar seus laços étnicos e de convivência, devido à proximidade física (SIMONIAN, PONTE, 2010).

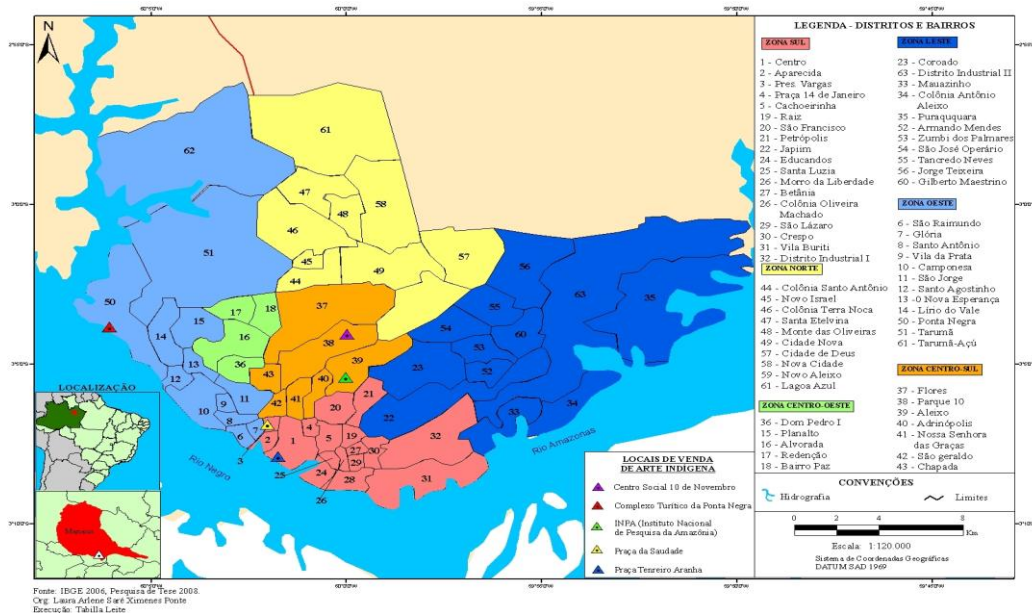
Assim, verifica-se que os indígenas ao migrarem para cidade formam uma “aldeia indígena”, ao estabelecerem ligação por meio dos laços étnicos e políticos. Consequentemente, ao migrarem para Manaus transportam traços culturais que são utilizados no âmbito urbano como referência do passado vivenciado na aldeia. A situação vivida pelos Sateré-Mawé, no bairro de Redenção, na referida cidade, pode servir de exemplo para outras etnias, vez que produzem coletivamente bens artísticos e culturais como meio de sobrevivência.

Segundo Silva (2001), os indígenas residentes em Manaus definem as suas fronteiras interétnicas nos seus aspectos políticos e nas relações sociais com os “parentes”. Nesse centro urbano, os indígenas de etnias diversas apresentam uma organização social, embora sem registrar uma exclusividade em relação à ocupação de um território ou territórios, com limites geográficos estabelecidos. A rede de relações sociais se constitui no fio condutor para a condição étnica, como elemento que propicia a ligação para o pertencimento étnico. Outro elemento existente usado, entre os índios de Manaus para delimitar as fronteiras étnicas é a procedência regional e étnica. No entender de Silva (2001), essas procedências são aplicadas como mecanismo de inclusão e/ou exclusão.

Esse processo de migração de indígenas para cidades brasileiras é fato recorrente, como tratado por muitos autores (FIGOLI, 1982; OLIVEIRA, 1968; SARAIVA, 2008; SIMONIAN, 2010), dentre outros. Um dos mais significativos é o que se observa em São Paulo com os Pankararu de Pernambuco (RICARDO, 1996). Eles percorreram cerca de 2.200 km em busca de emprego e condições de vida melhores, mas foram levados a morar em favelas, como em Real Park e Paraisópolis, no bairro Morumbi, constituindo em 1996 uma população de cerca 1.500 índios. A migração decorreu de conflitos fundiários com invasores da TI Pankararu. Como se percebe, a situação dos que migram para Manaus é muito similar à deles.

A população indígena residente em Manaus desenvolve várias atividades produtivas, dentre elas a produção de peças de arte. Essas são expostas e comercializadas semanalmente por grupos étnicos diferenciados, em locais variados, tais como: Praça Tenreiro Aranha, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Praça da Saudade, Estrada da Ponta Negra, dentre outros. Nesses lugares, os índios de Manaus interagem, mantendo contato com patrícios da mesma etnia e de outras, que são indicados no Mapa 6.

**Mapa 6 - Locais de comercialização de arte indígena**



Outras ocupações no mercado de trabalho exercidas pelos indígenas residentes em Manaus são de: professores, vigias, merendeiras de escolas, operários da construção civil, de serviços gerais, de empregos domésticos, entre outras, que serão tratadas posteriormente nesta tese. Além disso, também se registrou a formação de uma *intelligentsia* indígena em Manaus, que é constituída por indígenas exercendo lideranças em associações, cargos em Organizações não governamentais (ONG), estudando nas universidades, atuando em instituições públicas etc. (SIMONIAN; PONTE, 2010).

A organização dos indígenas que moram em Manaus tem se intensificado com a criação de um número expressivo de associações que congregam os indígenas conforme critérios étnicos, regionais, étnicos-regionais-gênero, profissional, entre outros. Esse crescimento está relacionado às políticas públicas, visto que parte significativa dos programas governamentais, voltados às ações sociais, exigem que as propostas sejam encaminhadas por associações. A criação dessas organizações constitui uma estratégia com objetivo de



concorrer ao financiamento de projetos, como os de produção artística, com a finalidade de minimizar as condições precárias de subsistência, além de se constituírem com meio de superar a ausência de políticas públicas emanadas do Estado brasileiro. Essas organizações políticas são utilizadas como espaço de expressão das reivindicações dos indígenas nesse centro urbano, conforme aponte Silva (2001), devido à sua invisibilidade em Manaus.

Em função dos indígenas se constituírem como segmentos sociais discriminados na sociedade capitalista, tornam-se invisíveis à sociedade, levando-os a assumirem uma identidade silenciosa. Esse fato é recorrente entre os indígenas que residem em centros urbanos, e devido a isso, parte dessa população não assume a sua identidade étnica, passando a assumir a identidade de caboclo.

Segundo Silva (2001), o caboclo e o índio se confundem no espaço urbano de Manaus, pois optam pela mesma identidade de caboclo, a fim de minimizar a carga de preconceitos existentes na sociedade do capital. Contudo, ao usar essa identificação, o indígena recebe a mesma carga de preconceito, historicamente construída acerca do caboclo. Outra maneira utilizada pelos indígenas para ocultamento de sua identidade e como modo de resistência à discriminação capitalista ocorre ao se identificarem como peruanos ou colombianos, por acreditarem que os latinos estrangeiros receberiam melhor tratamento em Manaus.

Dessa maneira, reféns de preconceitos e discriminações, usam o mecanismo do silêncio, da manipulação da identidade étnica, da invisibilidade. Com isso, passam a ser confundidos com os caboclos regionais ou até mesmo com estrangeiros latinos. Entretanto, nesse novo território onde residem e no Centro Cultural Indígena buscam a autoafirmação como indígenas, pertencentes a uma dada etnia, situações em que os indígenas de Manaus deixam de ser invisíveis e passam a assumir a identidade étnica publicamente.

### **3.2.2 Ação do governo do Amazonas e os indígenas**

O Governo do Estado do Amazonas há alguns anos desenvolve projetos e ações dirigidos às populações indígenas, entre os quais, destacam-se: 1º Feira Cultural Indígena, Semana dos Povos Indígenas, 1ª Conferência de Pajés, Cursos de Gestão de Lideranças Indígenas, Oficinas Pedagógicas nas Escolas de Manaus e do Interior do Estado, Assessoria às Organizações Indígenas, além de outros.

Em 2001 foi criada a Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), reconhecida pelo Governo do Estado do Amazonas como uma política de ação institucional que visava romper com paradigmas de discriminação e exclusão social. As ações da FEPI se basearam

em uma declaração de princípios, acordada publicamente entre o Governo Estadual e as organizações indígenas durante a realização do Curso de Gestão de Lideranças Indígenas e na Reunião Ordinária do Conselho de Educação Escolar Indígena (CEEI), eventos estes realizados em setembro de 2001.

Além disso, a FEPI tem buscado aprovação de projetos junto a programas do Governo Federal, tais como: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), entre outros.

No período de abril a junho de 2003, a partir de inúmeros encontros entre o poder público e lideranças indígenas, mediante a realização de oficinas de planejamento nas onze regiões de atuação da FEPI, foi gestado um programa intitulado “Programa Amazonas Indígena”. Para a criação do referido programa foram realizados estudos e diagnósticos desenvolvidos sobre as questões indígenas pelas secretarias estaduais, órgãos federais, instituições de pesquisa, comunidades e organizações representativas dos povos indígenas no intuito de elaborar um relatório sobre a situação e condição dos povos indígenas na Amazônia, cuja versão conclusiva foi aprovada na 1ª Conferência dos Povos Indígenas do Estado do Amazonas, realizada em novembro de 2003 (PROGRAMA AMAZONAS INDÍGENA, 2004).

O “Programa Amazonas Indígena” tinha como objetivo geral

Garantir condições de segurança alimentar, geração de renda, direitos a cidadania, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, preservação e valorização das culturas para o bem estar dos povos indígenas do Estado do Amazonas (PROGRAMA AMAZONAS INDÍGENA, 2004, p. 34).

Assim, o programa supracitado pretendia assegurar os direitos, necessidades e as demandas dos povos indígenas, com vistas ao etnodesenvolvimento<sup>38</sup>, por meio de projetos e implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, produção e sustentabilidade, cultura e direitos indígenas, além do fortalecimento das organizações indígenas.

Para os idealizadores desse programa o momento de implantação foi apropriado, pois coincidia com o início do processo de concepção da Zona Franca Verde (ZFV), que objetivava combinar a geração de emprego e renda à conservação da natureza e da diversidade cultural do estado do Amazonas, isto é, associação entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade.

---

<sup>38</sup> A política de etnodesenvolvimento é uma das diretrizes do Governo Federal a ser implantada pelos governos estaduais para os povos indígenas.

Esses objetivos foram descritos no relatório de gestão do Governo do Amazonas no ano de 2007, no qual informava os três eixos temáticos focalizados pela FEPI: desenvolvimento sustentável; valorização e promoção da diversidade cultural e dos direitos dos povos indígenas e fortalecimento das organizações indígenas. No referido relatório observou-se a preocupação do Governo Estadual em implementar ações que expressassem o seu compromisso “[...] com a melhoria da qualidade de vida, a garantia do equilíbrio do meio ambiente e o rompimento dos velhos paradigmas de relação entre o Governo e os Povos Indígenas” (AMAZONAS, 2007, p.149).

Em 2009, o Governo do Estado do Amazonas, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, executou o “Programa Amazonas Indígena”, o qual teve como órgão interlocutor, entre os indígenas e o Governo do Estado, a Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), conforme se apresenta no Diagrama 1.

**Diagrama 1 – Política de etnodesenvolvimento do Governo Federal**



Fonte: <[http://www.fepi.am.gov.br/programas\\_02.php?cod=1092](http://www.fepi.am.gov.br/programas_02.php?cod=1092)>. Acesso em: 20 jun. 2008.

As políticas públicas tradicionalmente direcionadas aos indígenas são de competência do Governo Federal, entretanto o Governo do Estado do Amazonas assumiu também para si a responsabilidade na sua criação e implementação, com a finalidade de atender as demandas das organizações e comunidades indígenas do estado. Nesse contexto, para atender a essas demandas, o Governo do Estado do Amazonas desenvolveu os seguintes programas: “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, “Programa de Valorização e Organização Artesanal”, “Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas”,

“Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural”, “Programa de Turismo em Terras e Comunidades Indígenas” e “Programa de Crédito e Financiamento”, envolvendo vários municípios, inclusive o de Manaus. Esses programas atenderam os indígenas de modo diferenciado, de acordo com a natureza e a finalidade de cada um, variando o atendimento entre 180 a 96.000 mil, como se observa no Quadro 1, conforme Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de 2007, do Governo do Estado do Amazonas.

**Quadro 1 – Programas e ações de etnodesenvolvimento**

PROGRAMAS E AÇÕES DE ETNODESENVOLVIMENTO		
PROGRAMAS	LOCAL	INDÍGENAS BENEFICIADOS
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Maués, Barreirinha, Itacoatiara, Nova Olinda do Norte e Manaus	640
Programa de Valorização e Organização do Artesanato	Alto Solimões, Vale do Javari e São Gabriel da Cachoeira	7.089
Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas	Manicoré, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Itacoatiara, Nhamundá e Alto Solimões	6.820
Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural	Todo o Estado	96 mil
Programa de Turismo em Terras e Comunidades Indígenas	Parintins, Barreirinha, Maués, Terra Preta e Manaus	180
Programa de Crédito e Financiamento	São Gabriel da Cachoeira, Alto Solimões, Manaus	2.400

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Manaus, 2007, p. 149.

Em continuidade a essas políticas, o Governo do Estado do Amazonas criou o Conselho Estadual de Educação Indígena (CEEI/AM) por meio do decreto governamental nº 20.819, de 29 de março de 2000, que visava fortalecer a educação escolar indígena, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM). O referido conselho possui um colegiado, que se constitui em fórum de discussão, constituído por 28 conselheiros, tendo em sua composição, indígenas, em sua maior parte, indicados por suas organizações, com aprovação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Como resultado da regulamentação da CEEI, a SEDUC/AM instituiu um setor específico para gerenciar a educação indígena, a Gerência de Educação Escolar Indígena, haja vista às exigências normativo-legais que requeriam uma educação diferenciada para essa

população, a qual foi viabilizada em colaboração dos municípios. Destaca-se como ação empreendida pela Gerencia a elaboração de um programa de formação de professores indígenas, denominado de Pira-Yawara, a fim de atender ao ensino fundamental e médio normal, o qual será discutido em capítulo posterior. O Mapa 7 apresenta a abrangência do “Programa Amazonas Indígena”.

**Mapa 7 - Área de abrangência do programa “Amazonas Indígena”**



Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Manaus, 2007, p. 150.

### 3.2.3 Ação do governo municipal e os indígenas

Nos últimos anos da década passada, na gestão do prefeito Serafim Côrrea, foi criada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMDIH), por ocasião da reforma administrativa da prefeitura de Manaus. Regulamentada pelo decreto municipal nº 8.395/2006, essa secretaria objetivava promover os direitos das minorias políticas da população, entre os quais o da população indígena (MANAUS, 2007, p. 1).

Da estrutura organizacional da SEMDIH faziam parte cinco coordenadorias e um conselho tutelar, que articulados promoviam ações dirigidas às minorias políticas, compreendendo: Coordenadoria de Promoção dos Direitos Indígenas, Coordenadoria de Proteção dos Direitos do Consumidor, Coordenadoria de Políticas de Gênero, Raça e

Inclusão, Coordenadoria da Infância e Juventude e Coordenadoria Jurídica.

Segundo Luiz Maciel<sup>39</sup>, coordenador da Coordenadoria de Promoção dos Direitos Indígenas na gestão de Serafim Corrêa, esta coordenadoria da SEMDIH é um órgão de articulação, o qual não dispunha de orçamento próprio. Para Maciel, a referida coordenadoria deveria ser ocupada por um indígena, entretanto não havia, segundo ele, formação técnica dos indígenas para isso.

A Coordenadoria de Promoção dos Direitos Indígenas desenvolveu diversas ações, durante esse período, dentre elas: “1º Encontro Municipal das Comunidades Indígenas de Manaus”, ocorrido em dezembro de 2006; e o “1º Seminário Construindo Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial: perspectivas e desafios”, realizado em maio de 2007.

O 1º Seminário teve como objetivo “[...] debater as diretrizes e políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial em nível federal, visando elaborar propostas de políticas locais” (MANAUS, 2007, p. 7). O referido seminário foi organizado pelas coordenadorias de Promoção dos Direitos Indígenas e de Políticas de Gênero, Raça e Inclusão e contou com a presença de representantes de órgãos do Governo Federal, tais como: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Articulação Social e Universidade Federal do Amazonas.

O destaque da programação desse evento foi a palestra denominada “Indígenas na cidade e indígenas da cidade: direitos, diversidade e cidadania”, ministrada pelo professor Raimundo Nonato da Silva, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o qual realizou pesquisas no mestrado sobre essa temática. Nessa palestra, esteve também presente a representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Ocidental (COIAB), Miquelina Barreto.

Também em 2006, conforme o Relatório de 1 ano de atividades, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (MANAUS, 2007, p. 6), foi realizada em Manaus, no mês de agosto, uma audiência pública, com o objetivo de discutir com a sociedade propostas para a elaboração de políticas públicas e promoção de direitos de diversos segmentos sociais, entre os quais os indígenas.

Em abril de 2008, a Coordenadoria de Promoção dos Direitos Indígenas realizou no período de 13 a 19 a “Semana dos povos indígenas”. Nesse período, de 01 a 19 de abril, em

---

<sup>39</sup> Obtiveram-se esses dados a partir de entrevista realizada com o referido coordenador em junho de 2008, em Manaus.

alusão ao “Dia do Índio”, também foi executada uma campanha institucional midiática denominada “Valorização da diversidade étnica”.

Durante o mês de maio de 2008, nos dias 21 e 22, realizou-se uma programação visando à promoção dos “direitos dos povos indígenas”, por meio de uma oficina para lideranças indígenas, atendendo 60 pessoas. No período de 01 a 10 de setembro foi realizado exame preventivo para mulheres indígenas, contando ainda com palestras ministradas por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Em 2008 a SEMDIH promoveu o projeto “Balcão da cidadania: direitos indígenas e caravana dos direitos”, cujas metas consistiram em promover à população indígena, residente em Manaus e no seu entorno, assistência jurídica, ações de sensibilização a garantias e direitos do indígena e formação de lideranças comunitárias. A ação pretendeu atender os indígenas que residiam em bairros distantes da sede dessa secretaria.

Nesse mesmo período, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local (SEMDEL) de Manaus desenvolveu projetos para atender os indígenas residentes nesta capital por meio da “Gerência de Terceirização e Quarteirização”, com a realização mensal da “Exposição indígena Pú Kaa – mãos da mata”, no espaço da “Praça da Saudade”, uma das mais antigas de Manaus, fundada em 1865<sup>40</sup>. Oliveira (2003) faz referência à construção de alguns sobrados para os funcionários municipais na década de trinta do século XX. Na década de cinquenta do século XX foi construído um prédio na parte fronteira a oeste, pretendendo abrigar a casa da cultura e depois a Secretaria de Educação, provocando também uma modificação na sua arborização (OLIVEIRA, 2003). Em período mais recente, em evento ocorrido no mês de junho de 2008, observou-se o estado de deterioração da referida praça, motivo pelo qual a Exposição Pú Kaa foi transferida para outro local.

Esta exposição foi idealizada pela Prefeitura Municipal de Manaus por meio da SEMDEL, a partir de fevereiro de 2006, como resultado de diálogos entre o poder público municipal e as organizações indígenas, que moram na capital do estado do Amazonas e no seu entorno. Foi concebida para oferecer à população indígena cidadina condições de sobrevivência, por meio de um projeto de empreendedorismo indígena a partir de: comercialização de produtos indígenas artesanais, gastronomia típica e expressão cultural

---

<sup>40</sup> Essa praça era inicialmente conhecida como Largo da Saudade. Seus limites eram o Instituto de Educação do Amazonas (IEA) e o Cemitério São José, onde hoje se encontra a sede do Atlético Rio Negro Clube. Passou à denominação de praça em 1897, mas só em 1932 foram construídos os jardins e os passeios. Fonte: <<http://www.manaus.am.gov.br/secretarias/implurb/praca-da-saudade-historia/?searchterm=Praça%20da%20Saudade>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

(grupos de danças e músicos indígenas), divulgação e conhecimento dos aspectos culturais dessa população, conforme ilustra a Fotografia 3.

**Fotografia 3 – Exposição Pú Kaa, Manaus, 2008**



Fonte: Laura Arlene Saré Ximenes Ponte (2008)

A Prefeitura de Manaus é a mantenedora dessa exposição por meio de suas secretarias, sendo a Pú Kaa de competência da SEMDEL, como assinalado acima, embora a cada edição sejam estabelecidas parcerias com outros órgãos governamentais e não governamentais, a exemplo da FEPI e da COIAB.

Essa exposição é composta de: artesanato, com 17 barracas, culinária, com 12 barracas de gastronomia típica; e outras, com uma barraca de arco e flecha e ainda um barraca de pintura corporal/grafismo indígena. Há também manifestações culturais realizadas via apresentações de grupos de danças e de músicos. Os grupos e respectivas etnias que vêm se apresentando são em número de 13: Inhaã-Bé Curi – Sateré-Mawé; Aicunã – Tikuna; Bayaróá – Tukano, Tariano e Dessano; Mipynancuri - Sateré-Mawé; Wotchmaücu – Tikuna; Munduruku – Munduruku; Mira Igara – Baniwa, Sateré-Mawé, Munduruku, Arapaso, Apurinã; Waranã Mepy't – Sateré-Mawé; Kokama – Kokama; Protetores da Floresta – Sateré-Mawé; Magüta – Tikuna; Mirehu – Sateré-Mawé e por último, Waikihu – Sateré-Mawé.

Conforme Margareth Cerqueira, técnica da SEMDEL, entrevistada em junho de 2008, responsável diretamente pela Exposição Pú Kaa, essa exposição é totalmente indígena, apenas o apoio da equipe técnica é externo com funcionários da SEMDEL, porém, o restante das atividades são de criação artística e cultural das organizações indígenas, por meio de seus



respectivos líderes, envolvendo a participação de aproximadamente 90 indígenas, pertencentes a 16 etnias: Apurinã, Arapaso, Baniwa, Baré, Dessano, Kambeba, Tuiuka, Munduruku, Kokama, Pira-Tapuya, Sateré-Mawé, Tariano, Tikuna, Tukano, Wanano e Wai-Wai<sup>41</sup>.

Nesse mesmo evento, realizou-se entrevista com uma indígena participante dessa exposição, obtendo-se o seguinte depoimento: “[...] hoje a gente ainda tem, tem esses serviços. É o único local que a gente tem para mostrar o nosso trabalho”<sup>42</sup>. Percebe-se na fala da referida índia uma crítica à inexistência de locais para a exposição e comercialização exclusiva da produção artística indígena, constituindo-se a Pú Kaa como um dos poucos locais remanescentes para esse fim, haja vista que os demais realizam exposições em conjunto com outros segmentos sociais.

A SEMDEL, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), disponibiliza aportes financeiros para remuneração dos grupos artísticos que se apresentam na exposição. Os casais de apresentadores indígenas, contratados como locutores da exposição, também recebem essa remuneração. Os resultados financeiros arrecadados durante a Pú Kaa são destinados exclusivamente aos expositores indígenas e suas organizações.

Mediante entrevistas realizadas com indígenas participantes da Pú Kaa, em junho de 2008, obtiveram-se registros de insatisfação sobre diversas questões, entre as quais se pode citar: pagamentos atrasados da prefeitura (SEMDEL e SEMC) aos participantes; entraves burocráticos para o repasse dos pagamentos; problemas relacionados a transportes dos grupos indígenas e de seus produtos para comercialização na “Praça da Saudade”; problemas com o pessoal de apoio da Prefeitura, que se negaram à prestação de serviços aos indígenas; ausência de banheiros públicos na “Praça da Saudade” para atendimentos aos indígenas; ausência de apoio da assessoria de comunicação da SEMDEL na divulgação do evento; condições de deterioração da “Praça da Saudade” para a realização do evento, entre outras.

Um ponto polêmico na relação entre a Prefeitura de Manaus e os indígenas, nessa exposição, diz respeito à caracterização exótica dos expositores. Em reunião da Prefeitura com os indígenas acerca do evento em junho de 2008, o gerente da Exposição Pú Kaa (Abel de França Pedraça Filho) pronunciou-se sobre a importância da caracterização dos expositores indígenas, pois, segundo ele “[...] os que vão visitar a exposição desejam ver índios”,

---

<sup>41</sup> Dados obtidos em entrevista com Margareth Cerqueira, Manaus, junho de 2008.

<sup>42</sup> Entrevista de uma índia da etnia Dessano durante a Oficina “Nova Cartografia Social da Amazônia” em 17/06/2008. Publicação do Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, Manaus, em 2008.

evidenciando-se em sua fala o caráter comercial e exótico da exposição com o objetivo de chamar a atenção dos “turistas” para esse aspecto peculiar de Manaus.

Esse pronunciamento provocou manifestações favoráveis e desfavoráveis por parte dos indígenas, cuja divisão de opiniões possibilitou na referida reunião, debates sobre as tradições culturais dos grupos étnicos ali presentes. Um dos manifestantes pertencente à etnia Tuiuka destacou sua preocupação em se caracterizar como indígena, pois, segundo ele, se o fizer desrespeitaria uma tradição cultural de seu grupo étnico ao ter que usar o cocar, haja vista que os costumes tradicionais de sua etnia condenam o uso deste, uma vez que se constitui em prerrogativa exclusiva dos chefes tribais. Com isso, observa-se o desrespeito à diversidade indígena, ao se homogeneizar as diversas etnias, como se todas elas possuíssem os mesmos hábitos e costumes, ou ainda, como se houvesse uma cultura indígena genérica.

Apesar de a maioria discordar do enquadramento cultural, mediante uma caracterização exótica, esdrúxula, uma indígena Sateré-Mawé pronunciou-se a favor do uso da caracterização, considerando que a mesma fazia parte da essência da exposição. Além disso, observou aos partícipes que a referida exigência constava no Regimento da Exposição Pú Kaa, criado pelos próprios indígenas. O gerente da exposição informou ainda sobre a confecção de camiseta patrocinada por funcionários da SEMDEL para ser usada no decorrer da Pú Kaa.

Essas práticas evidenciam o interesse do executivo municipal em transformar a Exposição Pú Kaa em mais um evento do calendário turístico de Manaus, embora sem receber o estímulo financeiro. Observa-se com isso o distanciamento entre a proposta inicial da Pú Kaa e o novo caráter que lhe foi empreendido, isto é, seu direcionamento aos interesses político-ideológicos, partidários, como meio estratégico de promoção do grupo representante do poder político municipal e estadual, especialmente no decorrer de momentos eleitorais.

## **4 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO AMAZONAS E NO PARÁ**

Neste capítulo, trata-se da educação escolar e da saúde indígena nos Estados do Amazonas e do Pará respectivamente, considerando-se os preceitos legais. Inicialmente abordam-se as orientações da CF/1988 no que concerne às populações indígenas, seguindo-se os preceitos da legislação nacional relativos à educação e à saúde, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), decretos governamentais e normas dos Conselhos Estaduais, assim como, os decretos e leis que regem as políticas de assistência à saúde indígena.

### **4.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO AMAZONAS**

#### **4.1.1 Educação escolar indígena no Amazonas**

A CF/1988 e os seus princípios direcionados à educação das populações indígenas, e outros aportes legais, como a LDB/1996, constituíram-se em marcos relevantes para a efetivação do processo de construção da educação escolar indígena no país, e em especial os estudados neste capítulo, relacionados ao Amazonas. A fim de cumprir as exigências legais da Carta Magna de 1988, foram regulamentados no estado do Amazonas os instrumentos legais necessários para a sua operacionalização.

Um desses instrumentos é a Constituição do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 1989) que se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais do coletivo social, mormente dos povos indígenas nesse Estado. No que concerne à garantia e à assistência a esses povos, o título V da CE/AM/1989, intitulado *Da Ordem Econômica e Social*, em seu capítulo XIII, *Da População Ribeirinha e do Povo da Floresta*, prescreve no artigo 249 que, “[...] o Estado e os Municípios suplementarão, se necessário, a assistência aos grupos, comunidades e organizações indígenas, nos termos da Constituição da República e da legislação própria, e atuarão cooperativamente com a União nas ações que visem a preservação de sua cultura” (AMAZONAS, 1989, p. 130).

Para assegurar essa assistência, o legislador considerou a necessidade de reconhecimento dos direitos originais da população indígena sobre as terras que tradicionalmente ocupam e a demarcação dos seus territórios, fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas, conforme estabelece o artigo 250 do mesmo capítulo da CE/AM:

[...] O Estado, através de prepostos designados ou indicados especialmente para tal fim, acompanhará os processos de delimitação dos territórios indígenas, colaborando para a sua efetivação e agilização, atuando preventivamente à ocorrência de contendas e conflitos com o propósito de resguardar, também, os direitos e meios de sobrevivência das populações interioranas [...] (AMAZONAS, 1989, p. 130).

Mediante esses preceitos legais, observa-se que a CE/AM/1989 procura inserir a garantia dos direitos indígenas a um dos objetivos prioritários do estado, qual seja, assegurar e garantir o exercício dos direitos sociais e individuais a toda a sociedade, os interesses da coletividade e o respeito à diversidade cultural, e nesse particular os direitos da população indígena na preservação de sua cultura. Ao Estado cabe fazer respeitar os direitos, bens materiais, crenças, tradições e todas as demais garantias conferidas aos índios na CF/1988.

Nesse contexto, considerando-se as políticas voltadas para a redução das desigualdades educacionais e respeito à diversidade cultural, a CE/AM define políticas públicas para a educação no estado do Amazonas por meio de um sistema estadual de ensino que “[...] respeitando a dimensão universal e nacional do homem, preserve e ressalte a identidade cultural do povo amazonense” (AMAZONAS, 1989, Art. 2º, p. 1-2).

Também em relação às políticas que visem à redução das desigualdades regionais e a valorização da diversidade, nos princípios que definem o Sistema Estadual de Educação, preconizados na CE/AM/1989, há a recomendação da observância obrigatória à “[...] preservação de valores educacionais regionais e locais” (AMAZONAS, 1989, Art. 199, p. 109), no qual se valorizem os saberes, as crenças, os mitos e o modo de vida de todos, incluídos os povos indígenas presentes na cultura regional.

Percebe-se, a partir dessa recomendação legal, o interesse da lei estadual em preconizar a construção de valores educacionais regionais que referenciem a cultura amazonense, no contexto nacional e universal, com o devido respeito à preservação, valorização e revitalização cultural e étnica dos grupos “nativos” da região, sobretudo do índio, do caboclo e do ribeirinho, reafirmando-se, conforme preceitos da CF/1988, o respeito às diversidades étnicas e culturais da região.

No contexto da valorização da diversidade étnica e cultural existente no Amazonas, destaca-se a importância do ensino da Língua Portuguesa junto às formas próprias de utilização da linguagem nativa, conforme o art. 199 da CE/AM/1989 ao expressar que “[...] a língua portuguesa será o veículo de ensino nas escolas de educação fundamental, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (AMAZONAS, 1989, Art. 199, p. 109). Assim, nos programas

educacionais destinados às comunidades indígenas podem ser utilizadas a língua portuguesa e suas línguas maternas. Nesse sentido, o Estado deverá proteger o sistema de vida indígena, o que inclui a utilização de suas línguas e dos modos de transmissão de seus conhecimentos, bem como assegurar o respeito à diversidade cultural.

Em relação ao ensino fundamental, a CF/1988 estabelece que seja de responsabilidade do Estado o acesso dos educandos ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo (BRASIL, 1988, Art. 208). Muito embora, a Constituição Amazonense, na matéria da educação, tenha omitido o estatuto do direito público subjetivo ao ensino fundamental, este princípio fica assegurado no próprio texto, quando afirma a garantia dos direitos públicos subjetivos como prioridade do Estado. Em conformidade com o preceito legal da Carta Magna, a CE/AM reafirma como dever do Estado, “[...] o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (AMAZONAS, 1989, Art. 201, capítulo VII, p. 111) e, nesse sentido, estão incluídos os povos indígenas.

Assim, a CE/AM/1989 reafirma os princípios da CF/1988 e introduz preceitos em regime de colaboração com a União e os municípios para as comunidades indígenas. O período após 1989 está associado à adequação do sistema público de ensino do Amazonas diante da política nacional para educação escolar indígena. Desse modo, a educação escolar indígena no Amazonas está alicerçada nos princípios e diretrizes da educação nacional e avança para obter o reconhecimento sociocultural e linguístico nos currículos escolares das escolas indígenas, distribuídas por todo o solo amazonense. Um exemplo disso é o município de São Gabriel da Cachoeira, onde a língua tucano já é reconhecida.

O Governo do Estado do Amazonas, visando cumprir o Decreto nº 26/1991 do então-presidente Fernando Collor de Melo, estabeleceu que a educação escolar indígena passasse a fazer parte das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Educação Rural do Estado do Amazonas (IER/AM), órgão vinculado à SEDUC/AM desde 1991. De acordo com o depoimento de Clóvis Fernando Palmeira<sup>43</sup>, a partir de 1991 foi implantada a política de educação rural. Nessa ocasião, o referido entrevistado passou a compor uma equipe técnica<sup>44</sup> responsável pela formulação da educação rural, a qual elaborou as diretrizes da referida modalidade educacional para o Estado do Amazonas.

---

<sup>43</sup> Secretário do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas (CEEI/AM) em 2009 e ex-funcionário do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IER/AM), em entrevista realizada em julho de 2009, na cidade de Manaus.

<sup>44</sup> Tal equipe, segundo Palmeira (ENTREVISTA/MANAUS, 2009) foi submetida a várias capacitações, para que assim pudessem executar um trabalho efetivo. Ou seja, um trabalho que pudesse realmente respeitar o que a legislação preconizava, mas que somente tratava da educação rural.

Nesse contexto, o governador<sup>45</sup> da época entendeu que a educação escolar indígena deveria se constituir em modalidade de educação rural, desenvolvida na área rural. Em consequência disso, a política de educação indígena passou a ser atribuição do IER/AM, a partir de 1991, permanecendo até 1997<sup>46</sup>. Durante esse período foi criado um projeto-piloto de formação de professores indígenas denominado Pira-Yamara.

Na versão inicial do projeto Pira-Yamara, realizaram-se experiências de capacitação com professores índios, mediante a realização de cursos e oficinas, nos quais várias questões foram abordadas, servindo de subsídios no desenvolvimento do projeto. Desse modo, foram agregados inúmeros elementos para a consecução do desenho curricular do referido projeto, englobando questões de ordem antropológica, linguística, pedagógica, política, entre outras, com o objetivo de atender às necessidades indígenas e possibilitar a criação de unidades escolares nas tribos indígenas. Para proceder à elaboração do projeto supracitado o IER/AM contratou assessorias externas<sup>47</sup>, as quais auxiliaram no desenvolvimento do desenho curricular do projeto Pira-Yamara.

O IER/AM, por solicitação do MEC, criou em 1991 uma Comissão Interinstitucional, sob sua presidência, com a participação de diversas entidades: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), FUNAI de Manaus, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), Secretaria Municipal de Educação (SEMED/MANAUS), Programa Waimiri-Atroari, (PWA), Delegacia Regional do MEC e Instituto Tecnológico do Amazonas (ITAM). Essa Comissão tinha como finalidade “[...] elaborar uma proposta de diretrizes para a educação indígena” no estado do Amazonas (AMAZONAS, 1991, p. 5).

A referida comissão, com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta das diretrizes para a educação indígena no estado do Amazonas, realizou um estudo-diagnóstico sobre a complexidade do processo educacional nas áreas indígenas. Esse estudo resultou na elaboração de um quadro diagnóstico das áreas indígenas que apontou os seguintes indicadores: a) grande concentração populacional indígena calculada em aproximadamente 12.000 estudantes, distribuídos entre 200 escolas fixadas nas aldeias; b) inúmeras comunidades indígenas que reivindicavam a implantação de escolas em suas aldeias; c)

---

<sup>45</sup> Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que governou o estado do Amazonas durante três períodos: 1959 a 1963, 1983 a 1987 e 1991 a 1995.

<sup>46</sup> Devido ao enxugamento da máquina administrativa, esse órgão foi desativado em 1997, fato esse lamentado por Palmeira (ENTREVISTA/MANAUS, 2009).

<sup>47</sup> A exemplo de um professor de sociolinguística, do estado de Santa Catarina, com vasta experiência tanto no campo da educação escolar indígena, quanto na Antropologia e na Linguística. Além desse profissional, foram contratados mais dois profissionais: um antropólogo e uma professora de Etnomatemática, de Campinas (SP).

existência de multilíngüismo e pluralidade de culturas no Estado; d) multiplicidade de organizações religiosas de diferentes credos (Missões Salesianas, Summer Institute of Linguistic (SIL), Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM), que desenvolveram ações de assistência educacional às populações indígenas; e) dificuldades no acesso às comunidades devido à dispersão, localização e dimensão geográfica do estado; f) diferentes situações de contato; g) prática de uma política desenvolvimentista na Amazônia com a implantação de projetos econômicos em território indígena, interferindo essencialmente no processo educacional.

Esse diagnóstico subsidiou os trabalhos dessa comissão para a elaboração do documento *Diretrizes para a Educação Indígena no Estado do Amazonas*, em 1991, no qual a educação indígena foi concebida como modalidade diferenciada de educação. O resultado imediato dessa proposta foi a criação do Subprograma de Educação Indígena, cujos fundamentos foram estruturados sobre três princípios: organização, participação e solidariedade<sup>48</sup>. A partir da instituição desse subprograma há a consolidação de uma concepção de educação escolar indígena no estado do Amazonas como modalidade específica, ainda que vinculada oficialmente à educação rural.

Infere-se que o Subprograma de Educação Indígena expressou o reconhecimento por parte do poder público, da predominância indígena na composição da população amazonense, evidenciando que o indígena é uma referência à identidade cultural da região. Neste sentido, a educação se constituiria como instrumento de valorização étnica e cultural. Para tanto, a educação indígena deveria ser assumida não apenas como um programa de escolas das comunidades dos ‘índios’, mas como dimensão essencial de um processo educacional, no qual se insiste na descoberta e na valorização das culturas destas populações que, no caso do Amazonas, constituem elementos fundamentais na formação da sociedade.

Apesar das *Diretrizes* apresentarem indicações sobre os princípios que deveriam nortear as ações, elas não continham uma compreensão conceitual do que vem a ser uma educação escolar indígena diferenciada, tampouco definiram os elementos necessários a sua implementação nas comunidades. Pode-se dizer que as mesmas não continham uma proposta pedagógica definida, mas apresentavam ações que previam a implantação de uma estrutura

---

<sup>48</sup> A “organização” previa que as ações educativas devem estar voltadas para o fortalecimento das organizações indígenas, no sentido de atentar para suas reivindicações, pelo estabelecimento de condições dignas de vida em que seus direitos e necessidades sejam priorizados e atendidos. A “participação” fundamentava-se no efetivo envolvimento dos indígenas na tomada de decisões quanto às ações compreendidas nos vários momentos do processo educativo, isto é, no planejamento, na definição de prioridades, na formulação de diretrizes, no estabelecimento de programas, etc. A “Solidariedade” atuaria como forma de compartilhar os problemas e o compromisso para resolvê-los e deveria significar o esforço das ações educativas em fortalecer e assegurar a consecução dos direitos fundamentais dos indígenas, já previstos na CF/1988.

gerenciadora, mediante compromisso entre os diversos agentes responsáveis pela educação indígena no estado.

As ações previstas para a implementação dessas *Diretrizes* demandavam a mobilização de instituições públicas, de organizações indígenas e da sociedade civil, bem como o aporte técnico e financeiro da União, do estado e das prefeituras municipais por meio de suas secretarias de educação. Não obstante a mobilização demandada, a comissão concluiu que era possível realizar um trabalho educacional conjunto e de modo integral com os povos indígenas por intermédio do uso de estratégias participativas com as populações envolvidas.

A aprovação da LDB/1996 obrigou o Conselho de Educação Escolar do Estado do Amazonas (CEE/AM) a criar procedimentos que adequassem o sistema educacional do estado do Amazonas às diretrizes e bases da educação nacional. Assim, na Resolução nº 99, de 19 de dezembro de 1997, artigo 37, estabeleceu-se que: “[...] todas as escolas indígenas, por seu caráter diferenciado, deverão ficar sob a orientação do estado, com a coordenação do MEC, órgão que definirá princípios, diretrizes e políticas nacionais” (AMAZONAS, 1997).

Mediante o teor dessa resolução, observou-se o esforço do estado do Amazonas em criar orientação legal que atendesse as novas regras sobre a educação indígena, em conformidade com a LDB/1996. Outro movimento nesse sentido foi a recomendação do CEE/AM para que as comunidades indígenas utilizassem as suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, com o objetivo de evidenciar o caráter diferenciado da escola indígena. Contudo, poucas ações previstas no aparato legal foram concretizadas, devido a fatores pontuais, entre os quais, a dificuldade de articulação política entre as organizações não governamentais, representantes das populações indígenas, e o Governo do Estado do Amazonas.

As normas legais estabelecidas pelo estado do Amazonas em 1997, criadas para efetivar as medidas previstas na LDB/1996, determinaram que a SEDUC/AM efetivasse o Comitê Interinstitucional de Educação Escolar Indígena por meio da Resolução nº 99/97, cuja composição se constituía como paritária entre os representantes indígenas (por meio de suas organizações, em especial a dos professores) e não indígenas (instituições governamentais e não governamentais), envolvidos diretamente na questão, com a finalidade de assessorar os órgãos normativos.

O referido comitê foi substituído pelo Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEI) em 1998, no âmbito do poder executivo, como “[...] órgão consultivo e deliberativo sobre matérias relativas a ações e projetos de educação escolar, desenvolvidos junto às comunidades indígenas do Amazonas” (AMAZONAS, 1997). Nesse conselho foi



aprovada a composição paritária de seus membros na mesma representação do extinto comitê interinstitucional.

O CEEI/AM foi criado em 1998 e por meio da Resolução nº 11, de 13 de fevereiro de 2001, foram definidas suas funções, as quais consistiam em: a) assessorar e dar pareceres técnicos para autorização e reconhecimento de escolas indígenas pelo CEE/AM; b) oferecer assessoramento e proceder ao acompanhamento e avaliação das escolas indígenas; c) participar do planejamento da educação escolar indígena de cada sistema de ensino no estado do Amazonas; d) assessorar o CEE/AM nas matérias omissivas, relacionadas à educação escolar indígena (AMAZONAS, 2001). Outro ponto definido nessa resolução estadual (2001) relaciona-se ao reconhecimento da escola indígena localizada em TI<sup>49</sup> como estabelecimento de ensino no âmbito da educação básica.

O CEEI/AM visava com isso fortalecer a educação escolar indígena, no âmbito da SEDUC/AM, em setor específico para gerenciar um tipo de educação diferenciada para os indígenas. O referido conselho possuía um colegiado que se constituía em fórum de discussão composto por 28 conselheiros indígenas, em sua maior parte, indicados por suas organizações, mediante aprovação da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

A despeito das ordenações legais, a Declaração da II Reunião do CEEI, em 2002, evidenciou as atividades do conselho junto às comunidades indígenas apenas como órgão consultivo, e revelou a falta de autonomia e de orçamento para seu funcionamento. Observa-se com isso que o CEEI deixou de ter poder deliberativo, tornando-se um órgão tão somente consultivo, sem poderes políticos para implementar ações efetivas à educação escolar indígena. Além disso, conforme depoimento do presidente do CEEI/AM<sup>50</sup>, a ausência de remuneração aos membros do Conselho teria provocado dificuldades quanto à participação dos mesmos nas reuniões do CEEI/AM.

A partir da leitura da Declaração da II Reunião foi possível constatar a negação oficial do poder de decisão ao indígena, visto que, na prática, o Conselho se efetivou de modo diferente daquilo que havia sido aprovado em sua instituição. Observou-se com isso a contradição entre os preceitos normativos formais e a realidade expressa, pois os indígenas continuaram sem representatividade efetiva, isto é, com participação restrita no órgão que

---

<sup>49</sup> Por terras indígenas, a resolução define como aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (AMAZONAS, 2001).

<sup>50</sup> Em entrevista realizada pela autora, em 2009.

normatizava as ações de educação indígena e sem poder de decisão sobre o modelo de educação que almejavam.

Quanto à execução da política de educação escolar indígena no Amazonas, após a extinção do IER/AM, em 1997, sua estrutura foi remanejada para a Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), integrante do Departamento de Políticas e Programas Educacionais da SEDUC/AM. Assim, a GEEI assumiu a execução dessa política, priorizando a formação de professores, a qual é por ela desenvolvida até o presente.

A GEEI tinha como objetivo geral “[...] assegurar condições de acesso e de permanência na escola à população indígena, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, comunitária e de qualidade, que responda aos anseios e necessidades desses povos” (AMAZONAS, 2008, p. 1). Essa gerência elencava seis ações que, conforme fontes documentais a seguir, responsabilizavam-se pela:

- 1) elaboração, análise e avaliação da política pública de educação escolar indígena; 2) planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e planos de ação voltados a educação escolar indígena; 3) implantação e implementação do Projeto Pira-Yawara; 4) desenvolvimento e acompanhamento da educação básica; 5) assessoria às prefeituras e as SEMEC que trabalham com povos indígenas; 6) implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Piloto Escola Ativa Indígena – MEC/SEDUC (AMAZONAS, 2008, p. 2-4).

Em 1998 a SEDUC/AM reapresentou o projeto Pira-Yawara<sup>51</sup> - Programa de Formação de Professores Indígenas no Estado do Amazonas. A primeira versão desse projeto foi implantada no período de 1993 a 1997, como já exposto, correspondendo ao ensino fundamental com qualificação para o magistério. Em 1998, o referido projeto passou por redimensionamento em sua estrutura (AMAZONAS, 1998).

No *Plano Decenal de Educação Para Todos do Amazonas (PLANDET/AM) – 1993/2003* constavam programas específicos de ensino, dentre os quais se incluía o programa de educação no meio rural para o atendimento educacional às comunidades indígenas. O conteúdo desse plano expressava uma proposta de educação rural em que a “[...] realidade histórica, sociolinguística e cultural do grupo étnico, onde a escola está inserida” pudesse ser considerada (AMAZONAS, 1993, p. 36-37), e previa também a construção de um currículo que deveria “[...] estar de acordo com o contexto cultural, de forma que assegure ao aluno indígena a preservação de sua cultura” (AMAZONAS, 1993, p. 40).

---

<sup>51</sup> Pira-Yawara é um termo genérico da língua geral utilizado para denominar espécies de boto.

Percebe-se que havia uma tentativa formal na busca de uma educação diferenciada para os índios, entretanto, por estar inserida no contexto da educação rural, pensada como meio de promover o desenvolvimento econômico e o aproveitamento das potencialidades locais, sua efetivação não ocorria. Além disso, na proposta de educação escolar indígena no PLANDET do Amazonas não estavam definidos os mecanismos capazes de garantir a sua implantação.

O projeto Pira-Yawara, reeditado a partir de 1998 na GEEI da SEDUC/AM, pretendia “[...] assegurar condições de acesso e de permanência na escola à população escolarizável para o ensino fundamental nas TI, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, comunitária e de qualidade [...]” (AMAZONAS, 1998, p. 1) que respondesse aos anseios desses povos. Nesse sentido, esse projeto buscava qualificar os professores índios que estavam no exercício da docência no nível inicial do ensino fundamental, transformando-os em pesquisadores de seu próprio universo cultural, tendo por objetivo a aquisição de conhecimento sócio, político e cultural.

Nesse intuito, o referido projeto oferecia aos professores indígenas condições para gerir seus processos de aprendizagem, fortalecendo a identidade étnica de seus membros. O projeto também visava capacitar coordenadores pedagógicos e técnicos das secretarias municipais de educação que diretamente atuavam nas escolas indígenas (AMAZONAS, 1998).

Com os cursos de formação para o magistério indígena, a SEDUC/AM pretendia criar condições para que os indígenas desenvolvessem competências, conhecimentos e habilidades para formularem e desenvolverem práticas de avaliação, currículos mais próximos da realidade de cada etnia e programas próprios de educação escolar. Para esse fim, estimulava-se a produção de materiais didáticos e a utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

Em termos de resultados obtidos, o projeto Pira-Yawara apresentou em 2008 os seguintes resultados, conforme os dados apresentados na Tabela 5.

**Tabela 5 - Quantidade de atendimentos realizados pelo Pira-Yawara, por área de atuação e público atingido**

Área de atuação e público atingido	Quantidade de atendimentos
Municípios atendidos	44
Etnias atendidas	31
Escolas atendidas	785
Professores envolvidos	735
<b>Alunos beneficiados</b>	<b>57.258</b>
Escola municipal	48.226
Escola estadual	9.032
Obras publicadas*	21
Livros distribuídos	33.000

Fonte: SEDUC/AM/GEEI, 2008, p. 3. (Adaptado pela autora).

\* Etnias Sateré-Mawé, Tukano, Mura e Munduruku.

Observa-se que do total dos 62 municípios do estado do Amazonas (IBGE, 2010), 44 deles recebiam atendimento pelo projeto Pira-Yawara. O município com maior número de indígenas foi o de São Gabriel da Cachoeira, com um total de 23 mil índios.

Em 2009, o número de etnias do estado do Amazonas totalizava 65, conforme dados da FUNAI/AM. Da totalidade dos municípios do Amazonas havia registros da presença indígena em sua grande maioria, visto que 44 municípios eram atendidos com educação escolar indígena, compreendendo um atendimento a 31 etnias, das 65 existentes no estado.

O número de escolas atendidas pelo projeto totalizava 785, somadas as redes municipais e rede estadual do ensino fundamental do Amazonas (AMAZONAS, 2008), beneficiando 57.258 alunos dessas redes, alcançando um percentual de atendimento equivalente a 84,23 % de alunos das escolas municipais e 15,77% de alunos da rede estadual. Os alunos da rede estadual beneficiados pelo Pira-Yawara totalizam 9.032, atendidos nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Santo Antonio do Içá, Benjamin e Santa Isabel, como demonstra a Tabela 6.

**Tabela 6 - Alunos da Rede Estadual atendidos pelo Pira-Yawara no ano de 2008, por município**

Município	Quantidade
São Gabriel da Cachoeira	6.696
Tabatinga	1.172
Santo Antonio do Içá	689
Benjamin	277
Santa Isabel do Rio Negro	198
<b>Total</b>	<b>9.032</b>

Fonte: Adaptado pela Autora com base em Amazonas (2008)

Em relação aos professores, o número de indígenas professores envolvidos no projeto era de 735, e no que concerne às obras publicadas, teve-se um total de 21 obras com uma tiragem de 33.000 mil exemplares, referentes às etnias Mura, Munduruku, Sateré-Mawé e Tukano.

As linhas de ação do projeto Pira-Yawara consistiam em:

- a) formação inicial de professores indígenas; b) formação continuada de professores indígenas e técnicos das secretarias municipais de educação e da equipe central; c) diagnóstico linguístico e antropológico da realidade indígena no Amazonas; d) desenvolvimento e fomento ao uso das línguas indígenas no Estado; e) produção, editoração, publicação e distribuição de material didático específico e diferenciado; f) distribuição de material escolar e didático-pedagógico; g) assessoria técnico-pedagógica e administrativa às secretarias municipais (AMAZONAS, 2008, p. 3-4).

Como visto, esse projeto atuava junto aos professores indígenas e também no atendimento aos técnicos das secretarias municipais de educação. Pretendia-se, com isso, conceder autonomia às escolas indígenas para a construção do seu plano pedagógico. Além dessa autonomia, visava a participação plena de cada comunidade nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas.

A expectativa desse projeto era a de inserir a discussão e a elaboração das informações no contexto da formação dos professores, promovendo a conexão destes com outras realidades, para responder às demandas dos povos indígenas, como nos processos de recuperação e fomento das línguas indígenas no Amazonas. Mantinha também um programa editorial próprio, fomentando a produção de material didático<sup>52</sup> específico e diferenciado a fim de instituir, entre os professores, a formação de indígenas pesquisadores, escritores e redatores, com estímulo ao etnoconhecimento de sua sociedade.

Os gestores do projeto Pira-Yawara perceberam a necessidade de produzir um material impresso, que pudesse ser levado às comunidades, haja vista que o material produzido pelos professores indígenas, no contexto do curso, era submetido à aprovação das aldeias, pois os alunos não possuíam autonomia para decidir por suas comunidades. Conforme entrevistas realizadas com lideranças, obtiveram-se informações de que há uma hierarquia nas comunidades indígenas. A produção de um texto, por exemplo, relacionado à cultura, obrigatoriamente precisava ser conhecida e avaliada pela comunidade indígena, especialmente no caso de um jovem professor indígena, o qual era obrigado a recorrer ao auxílio dos mais

---

<sup>52</sup> Essa produção surgiu em decorrência de terem observado, que a partir do momento em que se começou a discutir, a refletir, a compreender, a desenvolver todo um processo de conhecimento da realidade, havia também necessidade de instrumentalizar o conhecimento sobre essa realidade, com material impresso.

velhos da comunidade para esclarecimentos sobre elementos específicos da cultura. Nesse particular, a orientação dos técnicos do órgão governamental para os professores indígenas era a de que procurassem fazer reuniões amplas em suas comunidades, com as lideranças étnicas e suas famílias.

Nas reuniões com os outros membros das comunidades indígenas, fomentava-se o diálogo entre o professor indígena e os demais membros da comunidade. Nesse momento, o referido professor apresentava de modo sistematizado um texto de sua autoria. Na etapa seguinte do curso, ele apresentava, juntamente com os outros professores, o material produzido, contendo tanto as questões abordadas quanto as modificações propostas pelos membros da comunidade e da família. O resultado dessas discussões era a produção do material didático coletivamente construído.

Na entrevista com Palmeira (2009), observou-se a importância que o entrevistado concedia a esse método de elaboração de material didático, identificado pelo mesmo como princípio do processo de formação de pesquisadores do Programa de Formação de Professores. Em sua fala, esse método se constituía em estratégia metodológica e princípio a ser seguido em todo processo de formação, pois segundo esse interlocutor, “[...] sem pesquisa não há como construir, como é que ele vai trazer informação, como é que ele vai fazer uma leitura da realidade a partir do nada, do vazio, então a pesquisa é princípio básico da formação” (ENTREVISTA/MANAUS, 2009).

Desse modo, o professor indígena seria um pesquisador, condição esta obrigatória para a produção e o acesso ao material didático. A partir disso foi criado um programa de editoração de materiais, referente ao material produzido pelo professor, publicado quando autorizado pela comunidade.

Em geral, o material produzido era utilizado nos cursos de formação para leituras e reformulações. Assim, em todo curso, eram publicadas duas a três obras que refletiam as questões debatidas. O material didático publicado foi resultado da atuação do movimento indígena, que buscou recursos junto ao MEC para essa finalidade<sup>53</sup>.

A finalidade da produção desse material visava tanto a qualificação técnica, mediante a sua confecção nas oficinas, quanto a qualificação pedagógica, visto que o material objetivava promover a leitura em língua portuguesa e na língua materna, com o intuito de conhecer a estrutura das duas línguas. A escolha sobre qual das duas línguas deveria ser

---

<sup>53</sup> Segundo Palmeira, a reivindicação para a publicação do material didático iniciou em 2004, mas sua efetivação só ocorreu em 2009.

produzido o material didático dependia do que fosse considerado como prioridade. Caso fosse privilegiada a língua materna, havia um assessoramento de linguistas.

A ideia que norteava a produção do material didático na língua materna baseava-se no princípio segundo o qual o conhecimento dessa língua se constituía em patrimônio indígena. O linguista contratado participava do curso na condição de assessor e durante esse processo descrevia as etapas por meio de um trabalho sociolinguístico, isto é, discutindo a função da língua a fim de responder questões relacionadas à sua origem, revitalização e fomento da referida língua. As respostas obtidas determinavam a produção do material, o qual seria utilizado na formação dos professores indígenas.

O projeto Pira-Yawara também se responsabilizava pela distribuição do material escolar e didático-pedagógico, conforme as demandas das comunidades indígenas, com a finalidade de prover recursos materiais e didáticos de apoio ao trabalho do professor e aos alunos em sala de aula. Com isso, desenvolviam-se ações que contribuíssem para o incentivo, a promoção, a implantação, a implementação de políticas pedagógicas e curriculares para escolas indígenas. Essa política foi discutida em assembleias e conferências com a participação dos indígenas, além de depender de parecer favorável do CEEI/AM (AMAZONAS, 2008).

Outra questão apontada por Palmeira como problema grave durante o desenvolvimento do projeto Pira-Yawara, também identificada pelos técnicos do IER/AM, consistia na falta de interação e de suporte dos órgãos oficiais executores aos professores responsáveis pelas formações, conforme o depoimento a seguir:

[...] o Estado ia lá, fazia a execução e quando nós nos retirávamos do campo eles ficavam sozinhos nas aldeias e tinham dificuldades e não tinham com quem tirar essas dificuldades, porque eles iam de mês em mês e recebiam o salário, quando chegavam na cidade, na secretaria de educação municipal, a secretaria não tinha, não sabia como orientar, até porque nós tínhamos toda uma motivação para que os técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Manaus participassem da formação, e como os cursos eram na aldeia indígena, nós dificilmente fazíamos na cidade por certas questões (Informação verbal, 2009).

Conforme assinala o entrevistado havia descontinuidade e desarticulação entre as ações da SEDUC/AM e as secretarias municipais, visto que os técnicos dos municípios só permaneciam nas aldeias por um período de 30 a 50 dias. Em decorrência disso, o IER/AM aprovou um programa de capacitação para as equipes técnicas das secretarias municipais de educação (SEMED), orientando teoricamente, por meio de textos da antropologia, conceitos básicos como: preconceito, cultura, etnocentrismo, diversidade cultural. Depreende-se da fala

de Palmeira que a discussão introdutória se fazia necessária diante do quadro recorrente de preconceito em relação à população indígena no estado do Amazonas, não obstante a composição pluriétnica de sua formação, que se manifestava nas atitudes dos técnicos da SEMED.

O problema da desarticulação entre os governos municipais e o governo estadual no Amazonas é apontado por Palmeira como um dos maiores entraves durante a execução do projeto Pira-Yawara. Conforme o interlocutor, essa desarticulação decorria “[...] da falta de compromisso das prefeituras municipais em relação à educação escolar indígena, que mandam e desmandam mais do que o próprio MEC, que embora tenha criado diretrizes não tem mecanismos de fiscalização” (Informação verbal, 2009). Ainda segundo o entrevistado, a carência de capacitação dos técnicos da SEMED dificultava o acompanhamento do trabalho do professor indígena durante seu exercício docente.

Além dos aspectos abordados, observou-se que o contexto político-partidário nos municípios interferiu no processo de escolarização indígena no Amazonas. As gestões municipais que se sucederam praticaram descontinuidades nas políticas públicas relacionadas à educação indígena. Um exemplo evidente disso ocorreu no município de Parintins (AM), onde habitam os Sateré-Mawé, em que a Prefeitura Municipal, com as mudanças de gestão, desativou um Departamento de Educação Escolar Indígena.

Em relação à situação citada, o CEEI/AM realizou reuniões técnicas com a finalidade de retomar a educação escolar indígena em Parintins e em outros municípios amazonenses com problemas semelhantes, discutindo proposições para as políticas públicas da educação escolar indígena nos municípios, inclusive procurando convencer os prefeitos municipais sobre a importância do apoio das prefeituras à educação escolar indígena. Enfim, todo o trabalho para revitalização da língua materna e de outros traços culturais.

No que se refere ao processo de revitalização da língua materna, um exemplo significativo ocorreu no município de Borba (AM). Nesse município, o Governo do Estado do Amazonas, em parceria com a prefeitura, desenvolveu um programa de revitalização da língua falada pelos índios Munduruku. Constatou-se que em Borba (AM) os Munduruku não expressavam mais a língua materna, à exceção dos mais antigos remanescentes do estado do Pará.

Desse modo, o Governo do Estado do Amazonas procurou revitalizar a língua e os costumes dos Munduruku por meio de registros da fala dos índios mais velhos e portadores dessa forma de falar. No decorrer do programa, entretanto, a ausência de especialistas na área da linguística acabou por interromper o projeto, em virtude da indefinição do governo em



realizar a contratação desse profissional. Observou-se através desse exemplo que havia dificuldades na execução das ações devido à ausência do poder de decisão governamental em sanar dificuldades como essa.

A partir das fontes pesquisadas, pode-se inferir que o estado do Amazonas enfrentou dificuldades para a execução de uma política educacional indígena a contento. Dessa maneira, verificou-se que este estado esteve ausente e os poucos avanços decorreram das reivindicações do movimento indígena, em especial do Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM).

No ensino fundamental, o professor indígena recebia uma orientação geral de Língua Portuguesa, Antropologia, Sociologia, Linguística, Etnomatemática e Etnohistória. Essa formação inicial se adequava às discussões em torno de questões próprias daquela comunidade em que o curso estava programado, visto que estava em debate o projeto de vida e o futuro da comunidade indígena, a partir da sua formação. Grande parte dessa população procurava se apropriar do espaço escolar e criar uma escola que servisse de instrumento de luta, reivindicação e fortalecimento da língua.

A partir da leitura das fontes sobre o processo de formação, observou-se que a realização desses cursos demandavam altos recursos orçamentários por parte do Estado nas esferas federal e estadual, porém, nem sempre acompanhados dos necessários aportes financeiros para sua realização. Essa situação permitia a utilização de argumentos oficiais pelo poder público municipal para justificar a inoperância das ações para a educação escolar indígena. Entretanto, alguns depoimentos colhidos apontam para uma suposta ausência de vontade política dos gestores em executar os cursos de formação, porém, devido às pressões exercidas diretamente ao MEC pelos indígenas havia a liberação parcial de recursos.

A metodologia do projeto Pira-Yawara previa a execução de cursos, divididos em nove etapas. Da primeira a quinta etapa era destinada ao ensino fundamental, por meio de formação geral. Da sexta etapa em diante, iniciava-se o ensino médio, quando acontecia o estágio supervisionado.

O estágio supervisionado era realizado na própria aldeia onde o técnico permanecia por um período de tempo necessário à convivência e observação do processo pedagógico, acompanhado dos professores índios, pais e alunos. Após esse período procedia-se à avaliação do estagiário e do processo desenvolvido, em que faziam parte as populações indígenas envolvidas, os professores, os técnicos e os alunos, emitindo parecer sobre o modelo de educação indígena implementado.

Nessa avaliação, eram registrados vários aspectos da realidade educacional vivenciado na aldeia, especialmente os relacionados à forma de produção e transmissão do conhecimento sob a perspectiva da interculturalidade. De posse dos resultados do procedimento avaliativo, as questões surgidas suscitavam novos problemas e desafios a serem superados no processo de ensino e aprendizagem com as populações indígenas.

Na prática, os cursos do projeto Pira-Yawara se constituíam em fóruns de discussões nas comunidades indígenas, em que eram utilizados procedimentos permanentemente avaliados, tais como estratégias de ensino que mediavam o saber formal e o conhecimento tradicional das populações. No decorrer dos cursos de formação, os procedimentos formais de ensino eram aplicados, com avaliações e estágios supervisionados.

No que se refere ao ensino superior, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) adotou políticas de interiorização de ensino e pesquisa, com a finalidade de oportunizar aos indígenas a participação nos processos seletivos. Isso foi viabilizado via abertura de polos universitários em alguns municípios estratégicos, nos quais foram ofertados alguns cursos na modalidade de salas de extensão.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ofertou o curso de graduação em Educação Intercultural, desde 2009, o qual integrava o Programa de Magistério Indígena. Esse curso foi ofertado a 50 municípios do estado do Amazonas, inclusive Manaus<sup>54</sup>, funcionou por meio do Sistema Presencial Mediado, realizado nos meses de janeiro, fevereiro e julho. A inscrição no processo seletivo<sup>55</sup> foi facultada aos professores de escolas indígenas da capital ou do interior, ou pessoa que exercesse atividade em Programas Educacionais Indígenas.

O acesso dos indígenas ao ensino superior no estado do Amazonas se deu em decorrência de pressões do movimento indígena, em especial do Movimento dos Estudantes Indígenas de Manaus (MEIM). Essas pressões ocasionaram a seleção por meio de processo diferenciado, iniciado em 2005 na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pelo sistema de cotas.

Segundo os entrevistados, o acesso dos indígenas ao ensino superior de modo diferenciado se justifica pelas dificuldades dos mesmos em competirem com os demais candidatos, visto que são procedentes de escolas com baixa qualidade de ensino, a qual não os prepara adequadamente para concorrerem com os demais candidatos, melhores preparados.

---

<sup>54</sup> Esta pesquisadora aplicou formulários em 2009 aos estudantes desse curso, na turma que funciona na Faculdade de Educação da UEA.

<sup>55</sup> Este consistiu de uma prova de múltipla escolha, constituída de 60 questões objetivas, das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia, com duração máxima de 4 horas.

Os indígenas apontaram como uma das maiores dificuldades do processo seletivo, o domínio da Língua Portuguesa, devido ao desconhecimento de vocábulos técnicos, da gramática e de seus significados, bem como da falta de conhecimento de temas amplos.

Na UEA foram requeridos alguns critérios para concorrer pelo sistema de cotas, tais como: apresentação de documento da FUNAI, que reconhecesse que o pleiteante pertence a uma etnia indígena, devendo também ser reconhecido como indígena na aldeia.

A partir do exposto sobre as ações relacionadas à educação indígena no estado do Amazonas, observou-se que, embora o Governo Estadual tenha buscado implementar políticas públicas fundamentadas nas normas legais expressas na CF/1988, na LDB/1996 e no RCNEI/1998, ainda há muito a ser efetivado. Diversos problemas foram detectados no decorrer da pesquisa para a viabilização dessas ações, tais como: ausência de formação, de capacitação e deficiência no acompanhamento do trabalho do professor indígena por parte dos técnicos das SEMED; deficiência de recursos financeiros; falta de vontade política dos gestores públicos; descompromisso do poder executivo municipal; instabilidade política no contexto político-partidário em decorrência de eleições, que deflagram situações de descontinuidades das ações e projetos em vigor, assim como geram alta rotatividade dos seus gestores e executores; além da ineficiência dos mecanismos de fiscalização e acompanhamento do processo pelo MEC, ocasionando o descumprimento das diretrizes.

Diante dos problemas assinalados durante o processo de execução das políticas públicas dirigidas à educação indígena no estado do Amazonas, o ensino superior indicou sinais positivos com a implantação de projetos de extensão pela academia e a efetivação do sistema de cotas para o acesso dos indígenas à universidade.

Apesar disso, constatou-se que essas ações foram pontuais e resultantes de mobilizações patrocinadas pelas organizações indígenas, fato este que denotou o poder de pressão do movimento indígena, que em algumas situações apresentava limitações. Um exemplo desse limite foi observado na relação com o EEI/AM, visto que a despeito da conquista da criação de um conselho de educação específico para tratar da educação escolar indígena, como o CEEI/AM, este não possuía poder de decisão, haja vista ser apenas consultivo.

Dessa maneira, percebeu-se um descompasso entre o formal/legal e o real, especialmente em torno de problemas relacionados à descontinuidade e desarticulações entre as ações nas esferas estadual e municipal.

#### 4.1.2 Saúde indígena no Amazonas

O Decreto nº 3.156/1999 e a Lei 9.836/1999 representam o ordenamento legal sob o qual se assentou nos últimos doze anos o modelo de atendimento à saúde indígena no estado do Amazonas. A FUNASA, baseada nesse modelo, estruturou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de oferecer condições básicas de assistência à saúde dos povos indígenas. Para atingir esse objetivo, o referido subsistema, vinculado à Coordenação Regional da FUNASA, foi organizado em sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI): Manaus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Médio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Vale do Rio Javari e Parintins, este último abrangendo também uma área do estado do Pará.

Em relação ao DSEI Manaus, era constituído de polos-base<sup>56</sup>, postos de saúde indígena e a Casa de Saúde do Índio (CASAI), que segundo avaliação do Ministério Público Federal, sediado em Manaus, apresentava condições de funcionamento insatisfatórias, com vários problemas na estrutura física do prédio onde funcionava.

Durante a pesquisa de campo constataram-se deficiências em relação à saúde odontológica da população indígena pesquisada. Apesar de haver um consultório dentário equipado, não havia atendimento, visto o desprovimento de profissional especializado para esse fim. Essa situação decorria do cancelamento de repasse de recursos da FUNASA do Amazonas à conveniada Associação Saúde Sem Fronteiras, ONG responsável por ações direcionadas à saúde dos indígenas na CASAI de Manaus e em algumas aldeias do estado do Amazonas<sup>57</sup>. Em decorrência, a conveniada deixou de executar as ações previstas no convênio, entre as quais os pagamentos aos funcionários da CASAI de Manaus, bem como aos que atuavam nos polos-base, ocasionando impactos negativos na atenção à saúde indígena.

A FUNASA do Estado do Amazonas coordenava os programas direcionados à população indígena, segundo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja finalidade consistia em atender as especificidades sociais, étnicas, culturais e geográficas dessa população. Para assegurar o desenvolvimento desses programas, a FUNASA apontava algumas ações, tais como: garantir a atenção à saúde dos povos indígenas nos DSEI;

---

<sup>56</sup> Na pesquisa de campo realizada em Manaus, constatou-se que esses polos não estavam localizados na capital do Amazonas, mas estavam subordinados ao DSEI Manaus, conforme o estabelecido pela estrutura organizacional e administrativa da FUNASA.

<sup>57</sup> As razões para esse cancelamento desde 2007, segundo noticiário da época, estavam ligadas a problemas de fiscalizações sobre as ONGs conveniadas que eram terceirizadas para atendimento à saúde indígena.

implantar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em área indígena; e construir, ampliar, reformar ou adaptar os estabelecimentos assistenciais de saúde indígena e as CASAI<sup>58</sup>.

A atenção à saúde indígena nas aldeias era desenvolvida por Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI), compostas por médicos, enfermeiras, agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento, entre outros. Mediante informações coletadas na pesquisa de campo, verificaram-se descompassos entre o estabelecido pela estrutura formal e a realidade nas aldeias, haja vista as constantes ausências de profissionais responsáveis. A explicação para isso, conforme um dos entrevistados foi atribuído à rejeição dos baixos salários oferecidos aos profissionais da saúde.

O Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União<sup>59</sup>, datado de 2007, referente aos exercícios de 2000 a 2006, apontou irregularidades quanto ao modelo adotado pela FUNASA de descentralização de recursos para a saúde indígena, o que permitiu, segundo o Relatório, desvios de recursos. A partir da leitura do referido Relatório, observou-se que o problema estava relacionado ao modelo de terceirização que passou a ser adotado pela FUNASA durante o período investigado e que não se restringia ao Estado do Amazonas, haja vista que em outros Estados da federação houve registros dessa ordem. Segundo o referido relatório, um terço das despesas da FUNASA, por intermédio de convênios, foi destinado à terceirização de recursos.

Os dados indicados pelo relatório supracitado apontam que no período de 2000 a 2006 a FUNASA repassou cerca de R\$ 7 bilhões a entidades conveniadas para desempenharem atividades de saneamento e saúde indígena. A análise do relatório permite inferir que nesse período de sete anos foram iniciados 16.253 convênios com um número maior de recursos aplicados em 2001, ano que antecedeu a eleição presidencial de 2002, o qual a FUNASA celebrou a maior quantidade de convênios do período supracitado.

A FUNASA, ao celebrar os convênios para a prestação de assistência à saúde dos indígenas, ação governamental de caráter contínuo, ia de encontro ao disposto no art. 1º da IN/STN nº1/1997, o qual estabelecia que a celebração de convênios se restringisse à realização de atividades com prazo determinado. Entretanto, detectaram-se renovações sucessivas desses convênios com as mesmas entidades, para a execução de iguais atividades, fatos estes que reforçam o entendimento de que o objeto desses instrumentos referia-se a

---

<sup>58</sup> Informações extraídas do site [www.funasa.gov.br/internet/conv\\_saudeInd.asp](http://www.funasa.gov.br/internet/conv_saudeInd.asp). Acesso em: jun. 2008.

<sup>59</sup> Conforme dados apresentados no Relatório de Auditoria de Natureza Operacional, nos exercícios de 2000 a 2006.

atividades de caráter contínuo, o que exigiria processos licitatórios os quais não ocorreram. A Tabela 7 demonstra alguns desses convênios celebrados em 2004:

**Tabela 7 – Relação dos convênios analisados nos relatórios de auditoria**

<b>Instituição</b>	<b>Nº do convênio</b>
União das Nações Indígenas de Tefé (UNITEFÉ)	1.327/2004
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)	1.336/2004
Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT)	1.423/2004
Associação dos Moradores Indígenas de Atalaia do Norte (AMIA-TAN)	1.427/2004
Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (SECOYA)	7/2005
Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá (AGIRTAGMA)	2.098/2004

Fonte: Relatórios de Auditoria do TCU (2007)

Segundo o Relatório do TCU as notas técnicas da auditoria interna da FUNASA registraram ausência de articulação entre alguns DSEI com as entidades convenentes. Apontavam também fragilidades quanto à fiscalização sobre as ONG e classificaram como insatisfatória a gestão administrativa e operacional das atividades desenvolvidas por esses distritos. Somam-se aos problemas relatados as deficiências observadas nos recursos humanos da FUNASA para melhorar o controle e o acompanhamento dos convênios.

Os problemas detectados no Relatório do TCU apontavam riscos para a qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas estabelecidas no termo pactuado, como a baixa capacidade de coibir e combater casos de fraude e corrupção. Segundo o Relatório do TCU, a despeito do orçamento significativo e do alto custo administrativo da FUNASA, o alcance das metas dos indicadores propostos pelo órgão tornava-se insatisfatório. Em 2005, por exemplo, os indicadores de desempenho utilizados pela Fundação para medir os resultados alcançados por suas ações finalísticas indicavam que os resultados estavam abaixo das metas previstas.

Os convênios celebrados com as ONG aumentaram consideravelmente o custo administrativo da FUNASA em 58% dos gastos com a saúde indígena, conforme indicou o Relatório do TCU, haja vista que entre 2000 e 2006 foram repassados mais de R\$ 7,2 bilhões por meio desses convênios. Essa prática revelava mecanismos de potencializações de desperdícios de recursos públicos em situações de indícios de irregularidades. Os sobrestamentos verificados nos relatórios de auditoria da FUNASA referiam-se a despesas

sem o devido processo licitatório, anteriores à vigência do convênio e pagamento de multas e juros, em afronta aos artigos 8º (incisos V e VI) e 27 da IN/STN nº 01/1997, conforme destaca a Tabela 8.

**Tabela 8 – Razões e valores sobrestados no convênio nº 1336/04**

<b>Motivo</b>	<b>Dispositivo da IN/STN nº 01/97 descumprido</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Despesas sem licitação	Artigo 27	2.542.410,44
Despesas anteriores à vigência do convênio	Artigo 8º/inciso V	478.950,06
Pagamento de taxas/juros Bancários	Artigo 8º/inciso VI	78.114,48
<b>Total</b>		<b>3.099.474,98</b>

Fonte: Coordenação Geral de Auditoria Interna da Funasa (CGAUD)

Conforme o Relatório do TCU, a FUNASA possuía o segundo maior orçamento da Função Saúde com cerca de R\$ 4 bilhões orçados em 2006. O orçamento da FUNASA era menor apenas que o Fundo Nacional de Saúde (FNS), considerando-se que o referido Fundo era responsável por todas as ações do SUS de competência da União e pelo repasse para estados e municípios. Apesar disso, a FUNASA não tinha alcançado resultados satisfatórios na execução das ações que estavam sob sua responsabilidade, em especial, na área da saúde indígena.

Na estrutura organizacional da FUNASA, os DSEI chamavam a atenção pelo modo como se encontravam organizados na instituição. Em seu organograma, os DSEI estão ligados às Coordenações Regionais (CORE), porém o regimento interno atribuía ao Departamento de Saúde Indígena (DESAI) a responsabilidade de planejar, coordenar e supervisionar as ações e serviços desenvolvidos pelos DSEI.

Em reação às irregularidades existentes na FUNASA/AM, cita-se o caso do processo TC nº 004.578/2004-1 que trata de representação solicitada pelo Procurador da República do Amazonas sobre tomada de contas especial referente à possível contratação irregular de médico para trabalhar no Programa de Saúde da Família Indígena do Alto Solimões. O contrato foi realizado por meio do Convênio nº 95/2002, celebrado com o Conselho Geral da Tribo Tikuna – Amazonas, pelo qual foram transferidos mais de R\$ 12 milhões. Além disso,

foram detectadas falhas na atuação da FUNASA no que concerne à análise e à supervisão do convênio<sup>60</sup>.

A Fundação Oswaldo Cruz do Amazonas (FIOCRUZ/AM) foi outra instituição pesquisada que também atendia a saúde da população indígena no estado. Essa fundação desenvolveu durante o período de 1988 a 2008 os seguintes projetos<sup>61</sup>: Análise de Situações de Saúde, Doenças e Condições de Vida de Populações Indígenas; Ambiente, Saúde e Cidadania das Mulheres do Alto Rio Negro; Consumo Abusivo de Álcool por Populações Indígenas do Alto Rio Negro; Estudo de Alternativas para Implantação de Melhorias Sanitárias e de Hábitos no Distrito de Iauaretê – SGC - AM; Tuberculose e Hanseníase em Áreas Indígenas: pesquisa avaliativa de ações programáticas; Transição Nutricional do Povo Suruí, Terra Indígena Sete de Setembro – Rondônia; Tuberculose em Populações Indígenas da Amazônia: uma abordagem transdisciplinar entre os povos Suruí de Rondônia; Saúde Ambiental no Distrito de Iauaretê do Município de São Gabriel da Cachoeira (AM); Estudo de Perfil Nutricional das Populações Indígenas do Leste de Roraima; População Indígena de Manaus: condição de vida e de saúde; Atenção Primária e Equipe Multiprofissional de saúde indígena: uma abordagem antropológica; Política de Saúde Indígena: processo de gestão, práticas sanitárias e atenção programática; Alimentação, Nutrição, Saúde e Condições de Vida do Grupo Indígena Baniwa; Análise Situacional da Saúde Sexual do Alto Solimões; Implementação de um sistema de monitoramento nutricional para menores de cinco anos no DSEI Leste – RR; Curso de Atualização para Capacitação de Conselheiros Indígenas; Curso de Especialização em Saúde Indígena; Curso Técnico de Agentes Comunitários Indígenas em São Gabriel da Cachoeira(AM).

Esses projetos abrangiam ampla área que comportava o Amazonas e outros estados da região Norte. Quanto às etnias contempladas havia uma grande variedade, atingindo inclusive povos multiétnicos de diversas áreas indígenas do Amazonas, como os Tukano, Tariano e Dessano do Alto Rio Negro (AM). Esses povos eram atendidos pelo projeto “Ambiente, Saúde e Cidadania das Mulheres do Alto Rio Negro”, que beneficiou diretamente 158 mulheres. Em relação às etnias atendidas pelos citados projetos foram as seguintes: Tukano, Tariano, Dessano, Mura, Kanamari, Kulina, Baniwa, Yanomami, Suruí, Macuxi e Tikuna. Quanto ao número total de pessoas beneficiadas havia 7.995 entre índios e não índios.

---

<sup>60</sup> A leitura do Relatório do TCU foi imprescindível para essa pesquisa, especialmente no que se refere ao parecer técnico do DSEI, para a análise dos dados financeiros do convênio, a despeito da resistência por parte do DSEI/CORE/AM em fornecer essas informações.

<sup>61</sup> Os dados que seguem foram obtidos por meio de pesquisa de campo, mediante a aplicação de formulário em Manaus (AM), 2009.



Em relação às metas alcançadas no período de 1988 a 2008, a FIOCRUZ/AM apresentou as seguintes: 26 publicações em revista indexada; 02 publicações em revista não indexada; 05 publicações em capítulo de livro; 33 apresentações em eventos científicos; 05 projetos de ação comunitária desenvolvidos; 01 curso técnico de agentes comunitários indígenas em São Gabriel da Cachoeira (AM); 05 Cursos de Atualização para Capacitação de Conselheiros Indígenas; 01 Curso de Especialização em Saúde Indígena; 275 alunos matriculados no Curso Técnico de Agentes Comunitários Indígenas em São Gabriel da Cachoeira/AM; 420 alunos (conselheiros) egressos do Curso de Atualização para Capacitação de Conselheiros Indígenas; 45 alunos (conselheiros) egressos do Curso de Especialização em Saúde Indígena e 05 (cinco) dissertações, concluídas na temática da saúde indígena.

Essas ações proporcionaram alguns resultados, refletidos na melhoria da informação e no monitoramento das condições de saúde das populações envolvidas; ampliação da força de trabalho em saúde indígena qualificada; incremento da participação social indígena nas instâncias de gestão das políticas públicas e valorização de iniciativas comunitárias para o aprimoramento da gestão da política de saúde indígena.

Um estudo desenvolvido por Garnelo (2009) sobre o processo de construção das políticas públicas voltadas à saúde indígena demonstra que o avanço dessas políticas depende do grau de participação da população indígena nas instâncias representativas desse setor. Para esta autora, a participação indígena, mediante a atuação das lideranças desses povos, estabelece-se por meio dos conselhos de saúde nos planejamentos institucionais e nas reuniões comunitárias. Além desses canais de representação a realização de eventos relacionados às questões da saúde indígena constitui-se como fórum de debates e de mobilização das associações que representam a população indígena, tais como encontros, conferências, exposições e seminários temáticos.

Ainda em relação a esse estudo, Garnelo (2009) chama a atenção para a carência nutricional das crianças indígenas no estado do Amazonas. Segundo essa autora, o índice de crescimento demográfico dos indígenas alcança a taxa de 5% a exemplo do que ocorria na TI Andirá, em comparação à realidade nacional cujo índice demográfico atinge aproximadamente 2%. Esse fato decorria de vários fatores, tais como: território limitado em relação às condições de sustentabilidade na pesca, na agricultura, enfim, nos recursos naturais. Assim, a área limitada e o crescimento humano elevado levaram a desnutrição, fome e migração.

A questão da desnutrição infantil aliada ao modelo de terceirização patrocinado pela FUNASA, abordado nesta seção, permite inferir a existência de graves dificuldades quanto ao

atendimento da saúde indígena no estado do Amazonas por parte do poder público. No intuito de minorar esse quadro, o movimento indígena, a partir de 2007, passou a reivindicar a criação de outro órgão governamental para tratar da saúde indígena em substituição à FUNASA.

A mobilização das organizações indígenas resultou na edição do Decreto presidencial nº 7.335/2010 que retirou da FUNASA a responsabilidade sobre os cuidados da saúde indígena<sup>62</sup>. Outro decreto, o de nº 7.336/2010, criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Governo Federal à qual foi atribuída a responsabilidade específica de atendimento à saúde indígena.

## 4.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA NO PARÁ

### 4.2.1 Educação escolar indígena no Pará

A educação formal para os indígenas, no âmbito do estado do Pará, teve início há mais de 35 anos. Essa educação foi ofertada inicialmente sob a responsabilidade do SPI e depois pela FUNAI, em colaboração com a SEDUC/PA. Entretanto, essa articulação burocrática foi modificada devido à aprovação do Decreto Presidencial n. 26, de 04 de fevereiro de 1991, que retirou da FUNAI a exclusividade sobre a responsabilidade em ofertar a educação formal para as comunidades indígenas, transferindo para o MEC a coordenação das ações referentes a esse tipo de educação escolar no país.

As portarias 60/1992 e 490/1993 instituíram no MEC o Comitê de Educação Escolar Indígena, criado com a incumbência estratégica de subsidiar ações e proporcionar apoio técnico e científico às decisões que envolvem programas educacionais voltados para as comunidades indígenas no território nacional. Essas portarias também definiram que as secretarias estaduais de educação promovessem programas educacionais adequados aos diversos povos, mediante consulta e apoio à FUNAI, a partir da capacitação e formação de professores que atuassem em aldeias.

Segundo Gonçalves (2010), a ação precursora da educação escolar indígena no estado do Pará foi o Programa de Educação Parkatêjê, criado por meio do Convênio nº 0333/1990, entre a SEDUC/PA, a FUNAI (AER-Marabá), a Companhia Vale Rio Doce (CVRD) e o povo indígena Parkatêjê, da TI Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do estado do Pará. Para Alvarez (2000), esse programa foi o responsável pela criação de uma

---

<sup>62</sup> O referido decreto atribui a FUNASA apenas ações de saneamento a populações não indígenas nos municípios.

escola intercultural e bilíngue para atendimento do ensino fundamental, ligado ao sistema estadual de educação. O funcionamento dessa escola permaneceu até 1995, quando por decisão do grupo houve sua paralisação, em que parte do seu corpo docente passou a atuar na sede da SEDUC, especificamente no Departamento de Ensino Fundamental, Divisão de Currículo, Seção de Educação Escolar Indígena, com a incumbência de tratar de ações direcionadas às comunidades indígenas.

No início dos trabalhos dessa seção houve um vasto levantamento de campo sobre a situação escolar e sociolinguística dos grupos indígenas do estado do Pará. Para a execução de suas atividades, a Seção de Educação Escolar Indígena contou com poucos recursos e corpo técnico reduzido, requerendo o apoio do Serviço de Educação das Administrações Executivas Regionais (AER) da FUNAI.

Em 2007, durante governo de Ana Júlia Carepa (2007-2010), a Seção de Educação Escolar Indígena foi substituída pela Coordenação de Educação Escolar Indígena, sob a coordenação de uma indígena<sup>63</sup> pertencente ao povo Tembé, da TI Alto Rio Guamá. A sua indicação para o cargo foi resultado de acordo político entre a Secretaria de Educação do Estado do Pará e o movimento indígena.

A referida coordenação foi vinculada à Diretoria de Educação para Diversidade, Inclusão e Cidadania (DEDIC) da SEDUC. A partir dessa organização institucional a coordenação passou a desenvolver ações de educação escolar indígena em parceria com o MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em atendimento ao previsto na legislação que tratava do assunto.

Algumas medidas adotadas pelo Governo do Estado do Pará a partir de 2007 foram consideradas como avanços para a educação indígena, dentre elas, pode-se citar:

- a) nomeação de indígena para o cargo de Coordenadora da Educação Escolar Indígena do estado do Pará;
- b) produção de material didático específico elaborado por professores indígenas assessorados pelos técnicos da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena, em parceria com o MEC;
- c) implantação do Ensino Médio Profissionalizante em convênio com a Associação Indígena Pahyhy'p do povo Munduruku;
- d) ampliação do Ensino Médio Normal ofertado pela Escola Itinerante de Formação de Professores Índios do Pará para 4 polos – Santarém, Marabá, São Félix do Xingu e Altamira, beneficiando 335 indígenas, em parceria com o MEC;
- e) implantação de Ensino Médio em mais 10 aldeias, beneficiando 377 indígenas;
- f) execução do Plano de Ações Articuladas (PAR). Apoio e participação na implantação de políticas educacionais públicas;
- g) realização da Conferência Regional de Educação Escolar Indígena realizada em São

---

<sup>63</sup> Puyr Tembé, militante do movimento indígena que com outros indígenas residentes em Belém-PA, participou da criação da Associação dos Indígenas da Área Metropolitana de Belém (AIAMB).

Félix do Xingu, aldeia Kokraxmor, em parceria com o MEC, FUNAI e Secretaria Executiva de Educação Municipal de São Félix do Xingu; h) articulação com as prefeituras para assinatura do Termo de Compromisso entre SEDUC/PA, MEC e os municípios; i) articulação entre secretarias de Estado e órgãos federais para a execução de ações voltadas para os povos indígenas do Estado (PARÁ, 2007, p. 9).

Conforme a Assessoria de Comunicação da SEDUC-PA, no dia 4 de julho de 2007 os representantes do Ministério da Educação (MEC), da FUNAI, de prefeituras municipais e lideranças indígenas participaram de uma reunião para traçar novas diretrizes para a educação indígena. O encontro serviu ainda para consolidar o compromisso entre os governos federal, estadual e municipal para a retomada da educação indígena no estado, por meio da assinatura de um termo de compromisso, firmado pelos representantes das instituições presentes, após a apresentação das demandas dos povos indígenas (PARÁ, 2008).

Kleber Matos Gesteira<sup>64</sup> se pronunciou nessa reunião afirmando: “O Ministério da Educação garantirá, por meio das secretarias estaduais e municipais de educação, reforços nas principais necessidades do segmento, como formação para professores indígenas, ampliação do ensino médio e profissionalizante e, construção de escolas” (PARÁ, 2008).

O então secretário adjunto de ensino da SEDUC-PA, Bira Barbosa, informou nessa ocasião que seriam destinados ao Pará o montante aproximado de 10 milhões de reais para a educação indígena. Por este motivo, considerava o secretário a necessidade de promoção de encontros, seminários e fóruns para definir as prioridades nos investimentos dos recursos disponíveis e destinados ao estado por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Durante o mês de agosto de 2007 foi realizado no município de Oriximiná um curso de Formação de Professores Indígenas do Alto Mapuera, do qual participaram 38 professores índios das etnias Wai-Wai, Katuera, Hiskariana e Tirió. A programação do referido curso consistiu em palestras e aperfeiçoamento da língua portuguesa e indígena, matemática, artes, filosofia e sociologia. As formações ministradas pela SEDUC/PA foram transmitidas em língua portuguesa e na língua específica de cada povo.

Essa formação fazia parte do projeto Escola Itinerante e procurava respeitar o calendário dos indígenas, com suas datas festivas e dias sagrados. O funcionamento do projeto se deu de forma presencial e semipresencial, ministrado nas comunidades indígenas, em conjunto com a coordenação da SEDUC/PA.

---

<sup>64</sup> Coordenador nacional das escolas de educação indígena.

Em novembro de 2007, outra formação foi ministrada pela SEDUC/PA para 98 professores indígenas residentes em Santarém, pertencentes às etnias Arapium, Cara Preta, Jaraqui, Munduruku, Borari, Tupinambá, Maytapu e Tupaiu. Além da formação, visitaram o Museu João Fona e uma escavação arqueológica no município, coordenada pela pesquisadora norte-americana Anna Roosevelt, que desde 1997 escava regiões do Estado.

No mês de abril de 2008, ocorreu a II Semana dos Povos Indígenas com a temática “Educação, cultura e comunicação”, em que houve a discussão do tema “Educação indígena na Amazônia: experiências e perspectivas”, em uma mesa-redonda, com a participação de especialistas da área e professores indígenas. Essa programação incluiu também um seminário sobre educação indígena, sob a responsabilidade da SEDUC/PA.

Nesse evento, a partir das manifestações dos gestores entrevistados, observou-se uma perspectiva positiva quanto à alocação de recursos para a implementação de projetos para a efetivação da educação escolar indígena no estado do Pará, contudo, o maior desafio para esses entrevistados consistia na preparação técnico-pedagógica. Sobre essa questão a secretária municipal de Pau D’Arco, no Pará, Rosa Alves, em entrevista, manifestou suas preocupações quanto às dificuldades em desenvolver a educação indígena nas aldeias, em virtude da didática diferenciada, que deveria ser condizente com a realidade das escolas localizadas nos municípios paraenses, e devido à necessidade de formação específica aos professores.

Na mesma reunião, Aloísio Guapindaia, diretor da assistência da FUNAI, representando o presidente desse órgão, enfatizou os esforços olvidados para o atendimento às reivindicações propostas pelo movimento indígena. A manifestação do referido dirigente sugere indicar uma relação mais próxima da FUNAI às lideranças representativas do movimento indígena, suscetível as suas pressões.

Ainda em abril de 2008 foi realizado o *Seminário Estadual de Educação Escolar Indígena na Amazônia*, no Centro de Convenções da Amazônia, na cidade de Belém. O evento fez parte das programações da *II Semana dos Povos Indígenas do Pará*, promovida pelo Governo do Estado. Participaram cerca de 250 indígenas de 45 etnias de 115 escolas municipais do estado.

A então governadora do estado do Pará, Ana Júlia Carepa, participou da cerimônia de encerramento desse evento e destacou o compromisso de seu governo em honrar direitos, afirmando “Temos o compromisso de fazer do estado do Pará terra de direitos, terra de pessoas, de indígenas, de paraenses. Todos serão contemplados.” Com isso, a governadora firmou um compromisso para atender aos direitos dos indígenas (PARÁ, 2008).

No encerramento desse evento os participantes apontaram algumas necessidades educacionais mais urgentes, tais como: educação diferenciada; inclusão digital; construção de um conselho educativo e gestão escolar, representado por indígenas<sup>65</sup>. Observou-se nesse evento a participação de autoridades e representantes das instituições governamentais (FUNAI, FUNASA, Fundação Curro Velho etc.) que debateram questões sobre a educação indígena, em busca de alternativas para a sua realização de modo eficaz. Essas e outras iniciativas governamentais pretendiam atender aos anseios do movimento indígena, que buscava uma inserção com equidade na sociedade nacional.

O resultado desses eventos possibilitou a oficialização das *Diretrizes da Política de Educação Escolar Indígena no Pará* a partir dos seguintes princípios: a) especificidade e diferença, visto que as sociedades indígenas brasileiras possuem tradições culturais próprias; b) interculturalidade; c) bilinguismo; d) globalidade do processo de aprendizagem; e) currículo com base nas práticas socioculturais de cada sociedade indígena; f) implantação e implementação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” no currículo da rede de ensino, valorizando e reconhecendo a importância dos povos indígenas; g) dar prioridade aos professores indígenas para exercerem as atividades docentes nas escolas indígenas; h) implantação do projeto de bibliotecas escolares em escolas indígenas; i) orientação e acompanhamento dos projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas (PARÁ, SEDUC/PA, 200?).

Para o biênio 2008 e 2009 a SEDUC/PA estabeleceu as seguintes metas para a educação indígena:

- 1) ampliar a oferta de atendimento da educação básica, prioritariamente em nível médio, com ensino regular e profissionalizante; 2) garantir atendimento diferenciado nas Unidades Regionais de Ensino nos municípios que atendem educação indígena; 3) ampliar a oferta de Exames Supletivos Especiais – Resolução nº 541/08 do CEE/PA para indígenas; 4) elaborar e executar programas de Formação Continuada específica para professores e técnicos das escolas indígenas, garantindo a participação de líderes indígenas; 5) atuar na elaboração de propostas de reformulação das normas da educação escolar indígena com o CEE/PA; 6) elaborar e produzir material didático diferenciado e livros bilíngues específicos; 7) publicar livros de autoria indígena com orientação técnica da SEDUC/PA, beneficiando seis polos de formação, compondo material didático para 416 professores indígenas; 8) formar indígenas em nível médio para que estejam aptos a ingressar nas universidades; 9) formar indígenas no curso de magistério indígena para assumirem o cargo de professor nas escolas localizadas nas aldeias; 10)

---

<sup>65</sup> A reivindicação foi justificada pelo fato de haver somente um representante indígena como diretor de Escola, a Parkatejê Pêtukre, pertencente ao município de Bom Jesus de Tocantins (Pará), localizado na TI Mãe Maria, dirigida por Atomti Jantramtre Parkartêje, que tomou posse em 2008.

garantir o bom funcionamento das escolas fornecendo material didático-pedagógico; 11) ampliar a quantidade de cursos oferecidos no ensino médio integrado à educação profissional com a implantação de laboratórios especializados; 12) participar da construção da proposta de oferta de ensino superior para os povos indígenas do Pará, em parceria com as instituições públicas de ensino superior do estado; 13) fortalecer as manifestações culturais e linguísticas incentivando e apoiando essas práticas; 14) estabelecer parcerias com outros órgãos para melhor atender as demandas apresentadas pelos povos indígenas; 15) acompanhar a construção das 17 escolas totalizando 60 novas salas de aula, destinadas a 8 Terras Indígenas e 17 aldeias, beneficiando 2366 alunos, conforme convênio FNDE/SEDUC 806024/2007 (PARÁ, 2007, p. 8).

No que se refere às ações desenvolvidas pela SEDUC/PA, por meio da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena no biênio 2008/2009, podem ser identificadas:

Aplicação de exames especiais supletivos para os povos indígenas dos polos de Tumucumaque, de Altamira e de São Félix do Xingu, beneficiando 454 indígenas; certificação de Ensino Fundamental para 38 indígenas do povo Kayapó; formação continuada para professores, técnicos e não indígenas lotados nas escolas indígenas das aldeias; elaboração da Proposta de Ensino Médio específico e diferenciado para indígenas; participação e colaboração para a realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena; entrega de equipamentos: motor para embarcação; bicicletas; mobília e materiais escolares diversos beneficiando 4.800 alunos dos povos: Tembé do Guamá, Wai-Wai, Parkatêjê, Krikatêjê, Asurini do Trocará, Aikewara, Xikrin do Cateté, Tembé de Paragominas, Arapium, Munduruku; oferta de Magistério Indígena em seis polos para 416 alunos dos povos Wai-Wai, Tembé, Ka'apor, Atikum, Asurini, Aikewara, Anambé, Amanayé, Akrankyikatêjê, Guarani, Karajá, Kykatêjê, Parkatêjê, Xikrin do Cateté, Arapium, Borari, Jaraki, Maytapu, Munduruku, Cara Preta, Tupaiu, Tupinambá, Kayapó, Juruna, Xipaya, Kuruaya, Ararar, Araweté, Parakanã; promoção de oficina ministrada por professor indígena durante a Feira Pan-Amazônica do Livro, com a participação de aproximadamente 200 pessoas; participação em concurso estadual com o consulado do Japão em Belém, com aluna do povo Tembé da Escola Itinerante de Formação de Professores Indígenas do Pará obtendo o primeiro lugar; oferta de ensino médio modular e EJA para 412 alunos; apoio às atividades educativas e culturais nas escolas indígenas; divulgação da cultura indígena por meio de exposições, palestras, conferências, exibição de filmes e documentários (PARÁ, 2009, p. 11-12).

Quanto às metas ainda não alcançadas, o documento da SEDUC/PA elenca o que denomina de desafios, que são:

Conciliar datas de formação considerando o calendário financeiro, administrativo, escolar e atividades dos indígenas em formação; realizar concurso público específico para provimento de cargos nas escolas indígenas; implantar o projeto Barco Biblioteca para propiciar acesso às atividades de estímulo à leitura e encontro com autores nas aldeias; informatizar as escolas indígenas; implantar laboratório multidisciplinar nas escolas indígenas; adquirir embarcações, bicicletas para viabilizar o transporte escolar; implantar e implementar infraestrutura adequada à

permanência dos professores do Ensino Fundamental e Médio, quando não residirem nas aldeias onde ocorrem as festas; propor diretrizes para reconhecimento e regularização da carreira de professor indígena no Estado; superar as dificuldades de comunicação e acesso às aldeias considerando as dimensões continentais do Estado; formar indígenas em nível médio para que obtenham condições de pleitear as vagas a eles reservadas pela Universidade Federal do Pará; fomentar cultura de autoavaliação das escolas e implantar um programa de avaliação do ensino da educação escolar indígena no estado do Pará (PARÁ, 2009, p. 10).

Conforme fonte documental da SEDUC/PA (PARÁ, 2009, p. 3-13), as ações referentes à Educação Escolar Indígena no Estado do Pará estão expressas nos dados apresentados da Tabela 9.

**Tabela 9 - Dados gerais quantitativos da educação escolar indígena no estado do Pará nos anos de 2008 e 2009**

Dados gerais	Quantidade
População indígena	50.000
Etnias	55
Línguas faladas*	28
Escolas indígenas	116
Estadual	11
Municipal	105
Professores	478
Alunos	11.203

\* Línguas catalogadas pelo Museu Emílio Goeldi.

Fonte: Adaptado pela autora com base em SEDUC/PA (2009)

Em relação ao número de escolas indígenas e o de alunos matriculados no estado do Pará entre 2008 e 2009, os dados da Tabela 10 indicam o seguinte:

**Tabela 10 - Quantidade e percentual de escolas indígenas e número de alunos matriculados no estado do Pará nos anos de 2008 e 2009**

Dados escolares	Quantidade	Percentual(%)
Instituições de ensino	130	
Municipal	122	93,85
Estadual	08	6,15
Alunos matriculados	11047	
Creche	148	1,34
Pré-escola	875	7,92
Anos iniciais	6899	62,45
Anos finais	1843	16,68
Ensino médio	38	0,35
EJA	1244	11,26

Fonte: Adaptado pela autora com base em SEDUC/PA (2009)



Em relação aos recursos investidos no mesmo período pela SEDUC e FNDE/MEC na educação escolar indígena no Pará, os dados da Tabela 11 indicam:

**Tabela 11 - Recursos investidos pela SEDUC e FNDE/MEC na educação escolar indígena no Pará, nos anos 2008 e 2009**

Instituição	Ano			
	2008		2009	
	Valor investido (R\$)	Percentual (%)	Valor investido (R\$)	Percentual (%)
SEDUC	1.179.932,18	97,88	1.555.363,00	10,34
FNDE/MEC	25.580,00	2,12	13.482.941,34	89,66
Total	1.205.512,18	100,00	15.038.304,34	100,00

Fonte: Adaptado pela autora com base em SEDUC/PA (2009)

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará (CEE/PA), órgão responsável pela regulamentação dos sistemas de ensino no Estado, também desenvolve ações em relação à educação escolar indígena. Esse conselho foi criado pela Lei Estadual nº 2.840, de 18 de julho de 1963, como órgão normativo, consultivo e fiscalizador. Entretanto, somente em 1998, por meio da Lei nº 6.170, de 15 de dezembro de 1998, passou a deliberar sobre a inserção da diversidade cultural e étnica no ensino de História, conforme determina o seu Artigo 22.

A partir dessa Lei houve a obrigatoriedade de incorporação de conteúdos no ensino de História sobre as diferentes culturas e etnias para a formação do povo latino-americano, brasileiro e paraense. Esse artigo da Lei n. 6. 170 foi alterado pela Lei n. 6.967, de 27 de abril de 2007, conforme assinalado a seguir: “[...] O ensino da História dará ênfase à História do Pará, do Brasil e da América Latina e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e paraense, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (PARÁ, 2007, p. 41).

Em entrevista com Ferraz<sup>66</sup> (2010), o então presidente do CEE/PA informou que até o final de seu mandato havia no estado 70 aldeias indígenas, entretanto enfatizou que somente uma escola indígena estava regularizada, a Krikatêjê. Também em relação a isso assinalou que outra escola indígena estaria em processo de renovação da regularização, a dos Parkatêjê, ambas situadas no município de Marabá. Segundo esse informante, a escola na aldeia Krikatêjê foi mantida exclusivamente com recursos do Estado, fato este que demonstra que as políticas públicas dirigidas à educação indígena no Pará ainda se encontra em condição

<sup>66</sup> Roberto Ferraz, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará de 2007 a 2010.

embrionária quando comparada aos demais estados da federação, os quais já possuem políticas públicas bastante avançadas, como é o caso do Mato Grosso.

Ferraz (2010), ao comentar sobre a Resolução nº 3 de 1999 do CNE/CEB, no que concerne ao Artigo 9º, o qual trata da competência da União, dos estados e dos conselhos estaduais de educação, enfatiza que compete ao governo do estado, “[...] responsabilizar-se pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios” (BRASIL, 1999, p. 25). No que concerne à competência municipal, assim prescreve a referida resolução:

[...] Os Municípios poderão ofertar educação escolar indígena em regime de colaboração com os respectivos Estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas (BRASIL, 1999, p. 26).

Percebe-se na análise de Ferraz acerca da Resolução nº 3/1999, a defesa sobre a responsabilidade do Estado em relação à educação indígena, considerando que a decisão de municipalizar o ensino de educação escolar indígena seria “extremamente negativa”. Esses interlocutores gestores municipais, em geral, possuíam interesses contrários aos dos indígenas, manifestando preconceitos e discriminações. Nesse sentido, a municipalização do ensino ficaria vulnerável à interferência do poder local, de fazendeiros, de madeireiros, entre outros interessados nas terras indígenas, e, além disso, os gestores municipais sentiam-se incomodados com a existência de outra instância de poder, representada pelos conselhos estaduais de educação, os quais poderiam interferir na gestão municipal.

Ainda segundo Ferraz, até o período de sua gestão no CEE/PA, do total de 143 municípios no Pará, somente 20 contava com sistemas de ensino regularizados. Isso se deve à burocracia dos CEE, os quais são responsáveis pela autorização, regulamentação e fiscalização dos sistemas de ensino, que criam obstáculos à implantação dos sistemas de ensino municipais, ficando os municípios dependentes dessa aprovação para o funcionamento dos seus próprios sistemas de ensino.

No Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação de 1999, no capítulo IV – Das Câmaras e Comissões, Artigo 30, havia referência à Comissão de Educação Escolar Indígena. A partir de 2010, após modificações nesse regimento essa comissão foi extinta, passando a incorporar a Educação Básica, onde se insere a educação indígena. Atualmente o CEE/PA está dividido em Educação Básica e Educação Superior e isso, conforme assinalou Ferraz, facilitou o trabalho de fiscalização do conselho, visto que em algumas situações

transitavam, ao mesmo tempo, vários processos no CEE/PA referentes ao mesmo estabelecimento de ensino.

Em 2010 ocorreu um evento onde estiveram presentes a SEDUC/PA, a SEJUDH/PA, outras instituições e representantes indígenas, cujo objetivo era de discutir e aprovar o Regimento Escolar Unificado das Escolas Indígenas do Estado do Pará, o qual pudesse instruir a constituição de uma oferta de educação indígena flexível, a fim de atender a diversidade de condições de vida dos indígenas do Pará. Na ausência de um sistema de ensino municipal, esse regimento unificado serviria de base para a regularização das escolas indígenas pelo CEE/PA.

No entanto, até o final da redação desta tese não se teve conhecimento quanto à aprovação do referido regimento. Porém, foi aprovada em reunião do CEE/PA, conforme “Ata da Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação” de fevereiro de 2010, a participação de um representante indígena nas reuniões do citado conselho.

Em relação ao ensino superior, conforme assinala Suzana Guimarães<sup>67</sup>, a situação é difícil, pois os indígenas não conseguem nem completar o ensino fundamental, quanto mais chegarem ao ensino superior.

A oferta de educação no ensino superior para os povos indígenas do estado do Pará foi efetivada pela primeira vez no ano de 2010, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). O ingresso dos candidatos indígenas se deu por meio do Processo Seletivo Diferenciado, que consistiu em uma prova de Língua Portuguesa (redação) e uma entrevista com análise do histórico escolar. Nos dois anos consecutivos, em 2010 e 2011, foram acrescentadas duas vagas em cada curso de graduação, oferecidas nos diversos campi da UFPA exclusivamente para os candidatos que comprovarem pertencimento a etnias indígenas.

Quanto aos critérios de pontuação e classificação dos candidatos, estes não foram informados pela comissão avaliadora. As inscrições são gratuitas, mas os boletos devem ser gerados para efeito de comprovação da inscrição. Para homologação da inscrição, a UFPA exige a apresentação do histórico escolar (cópia do original) do ensino médio, o boleto de pagamento e uma declaração que comprove o pertencimento do candidato indígena à determinada etnia, emitida e assinada por autoridade indígena, que pode ser uma liderança tradicional ou política e dirigente de associação indígena.

---

<sup>67</sup> Interlocutora da pesquisa que ao ser entrevistada avaliou a educação escolar indígena no Pará; funcionária do MEC/SECAD; pesquisadora, com dissertação de mestrado relacionada a questões indígenas; também exerceu o magistério em aldeia.

Essa oferta de vagas no ensino superior, embora possa ser considerada como um passo importante na criação de ações afirmativas, não significa a garantia de que os alunos indígenas universitários concluirão efetivamente os seus respectivos cursos. No caso dos alunos da UFPA, conforme entrevistas realizadas, grande parte tem dificuldades de adaptabilidade no centro urbano de Belém<sup>68</sup>.

A consequência disso reflete-se na permanência dos alunos indígenas nos cursos superiores da UFPA, constituindo-se como um problema para os indígenas citadinos, visto que apesar da oferta não conseguem prosseguir os estudos, cujos impactos, somente pesquisas posteriores poderão avaliar, embora os relatos dos indígenas entrevistados indiquem desistência na realização dos cursos, com retorno às aldeias.

Percebeu-se, ao longo da investigação, que há uma tentativa de articulação entre as esferas de poder federal, estadual e municipal para atender a educação escolar indígena no Pará. Além disso, observou-se a preocupação com a formação dos professores indígenas, entretanto, a despeito do interesse e dos dispositivos legais emanados pela União, estado e município introduzindo mudanças no antigo ordenamento legal em busca da promoção de políticas públicas acerca da educação escolar indígena, percebeu-se as dificuldades da consolidação dessas políticas. Além disso, detectou-se o conflito existente entre as instâncias governamentais, as quais por interesses ideológicos e políticos disputam o poder administrativo da coisa pública e ao mesmo tempo fragilizam a luta das comunidades indígenas pela autodeterminação e autonomia escolar, voltada aos princípios da pluralidade cultural.

#### **4.2.2 Saúde indígena no Pará**

A partir da aplicação dos formulários elaborados para proceder esta pesquisa, obtiveram-se resultados, relatados a seguir, os quais foram cruzados com as entrevistas realizadas com técnicos, funcionários e gestores. Além desses procedimentos, realizou-se análise de inúmeros relatórios, cedidos por funcionários dos órgãos públicos responsáveis pela saúde indígena, onde se buscou examinar as políticas e ações dirigidas a essas populações, a fim de averiguar sua contribuição no que concerne à saúde indígena no Pará.

---

<sup>68</sup> Alguns entrevistados relataram: falta de condições de moradia, residindo de modo improvisado em hotéis e até em repartições públicas; carência de alimentação; dificuldades de aprendizagem; carência financeira; precarização da formação anterior etc.

Nesse contexto, foi detectado que a FUNASA/PA desenvolveu vários planos, projetos e programas destinados às populações indígenas a partir de 1988, período objeto deste estudo, as quais são identificadas a seguir: Programa de Saúde da Mulher e da Criança; Imunização; Assistência Farmacêutica; Vigilância Ambiental; Malária; Saúde Bucal; Saúde Mental e DST/AIDS. Segundo informações coletadas dos técnicos da FUNASA/PA foram obtidos os seguintes resultados: controle de casos de malária; vigilância epidemiológica da Influenza H1N1; controle da tuberculose; cobertura vacinal de acordo com o PNI; vigilância epidemiológica da DST/AIDS. No que diz respeito às metas alcançadas, as mesmas fontes apontaram os seguintes indicadores: redução dos casos de malária; esquema vacinal completo superior a 85%; redução dos casos de tuberculose; cobertura vacinal para H1N1 superior a 90%; redução dos casos de desnutrição em crianças de cinco anos e gestantes. Como metas não alcançadas foram relatadas: a construção dos postos de saúde e o saneamento básico em 100% das aldeias.

A partir de 2009 todos os projetos e programa da FUNASA/PA foram desenvolvidos de acordo com as metas descritas no Plano Distrital de Saúde Indígena (2008-2010), atendendo um total de 6.852 indígenas pertencentes ao DSEI Guamá Tocantins, cujos resultados obtidos propiciaram o desenvolvimento das Ações de Saúde e Vigilância Epidemiológica nas áreas indígenas, de acordo com o que preconizava a Política Nacional de Saúde Indígena. Conforme os relatórios da FUNASA/PA, a redução da morbimortalidade dos povos indígenas pertencentes ao DSEI Guamá Tocantins foi a principal meta alcançada pelo Plano Distrital de Saúde Indígena (2008-2010). A FUNASA/PA declarou como meta não alcançada a construção dos postos de saúde e o saneamento básico em 100% das aldeias.

As ações contidas na Política Nacional de Saúde Indígena, assim como as metas estabelecidas no Plano Distrital de Saúde Indígena, foram desenvolvidas nesse período por intermédio da FUNASA/PA. Na discussão de planos, projetos e programas direcionados à saúde dos povos indígenas houve a participação das lideranças das comunidades indígenas, os quais sugeriram proposições a esse respeito. Também estiveram presentes nesses debates representantes dos Conselhos Locais de Saúde Indígena e Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Do mesmo modo ocorreram as discussões e debates para a elaboração dos planos distritais de saúde indígena, ao mesmo tempo em que algumas lideranças indígenas promoveram o acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas nas aldeias, por meio do controle social e da gestão.

Em relação à Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Pará (SESPA), os técnicos entrevistados relataram que até 2008 não houve registros de política de saúde às populações indígenas, tampouco para as populações tradicionais, em decorrência de não existir na estrutura dessa secretaria uma coordenação específica para esse fim. Em 2008, esse quadro mudou com a criação da Coordenação Estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais, que mesmo recém-criada, em parceria com outros órgãos governamentais, desenvolveu algumas ações, tais como: a Conferência Estadual dos Povos Indígenas (2008); Fórum Social Mundial (2009); Oficinas de acompanhamento das Diretrizes de Humanização do Contexto Indígena; cursos de capacitação para técnicos da rede estadual de saúde para teste/diagnóstico de HIV; e treinamento em teste tuberculino na área de Jacareacanga.

A SESPA também atuou de forma ativa durante as discussões sobre a política de saúde indígena junto a gestores, técnicos e até usuários do SUS, através de oficinas, cursos de formadores e apoiadores de política nacional de humanização. Como metas alcançadas, os técnicos da SESPA entrevistados evidenciaram a criação da Coordenação de Humanização, que teve como resultados obtidos, entre outros, o GTS - Humanização e Saúde. Já como metas não alcançadas, os mesmos entrevistados indicaram: melhor estrutura dos postos de saúde nas aldeias e os investimentos na área da saúde indígena.

A partir do exposto nesse capítulo, pode-se inferir que a política indigenista no país vem sendo praticada de modo descontínuo, voltada a atender interesses de alguns segmentos da sociedade nacional, ou ainda como instrumento de barganha política eleitoral. Mesmo à época do SPI, em que as políticas públicas indigenistas se pautavam sob a ótica rondoniana integralista, a população indígena foi ignorada no que concerne às suas necessidades de saúde, uma vez que se pretendia a adaptação do povo indígena à sociedade nacional, apesar de suas múltiplas diversidades.

Com a ditadura militar instalada no comando do país, a ideologia desenvolvimentista se tornou o foco central da política de governo e seu reflexo para as populações indígenas foi desastroso, em especial as da Amazônia, conforme assinalado por Davis (1978) e outros autores.

A mobilização indígena e não indígena para a Constituinte e a posterior aprovação da CF/1988, com medidas legais favoráveis a essa população, foi um marco importante na conquista dos direitos indígenas.

Apesar disso, em decorrência do Decreto nº 26 de 1991 e outras medidas legais, provenientes do processo de reforma do Estado no contexto das políticas neoliberais adotadas no país na década de 90 do século XX, ocorreram retrocessos nas conquistas das populações

indígenas, visto que houve a descentralização da política indigenista dividindo-se a responsabilidade dessas políticas, o que resultou na setorização e conseqüentemente na fragmentação e fragilização das políticas públicas indigenistas.

Em relação à articulação entre os órgãos governamentais envolvidos na política indigenista, observa-se ausência desta e sua consequência geram ações isoladas, quase sempre ineficazes, como as ocorridas nos estados do Amazonas e do Pará. Assim, as pretensas políticas públicas de educação e de saúde delineadas pelas instâncias governamentais às populações indígenas não atendem as suas necessidades reais, caso pretendessem fazê-lo, ocasionando prejuízos a essa população.

## **5 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM MANAUS E BELÉM**

O crescimento populacional indígena no Brasil é significativo. Em 1991 a população indígena oficial do Brasil era de 294.000 indivíduos. A partir do ano 2000 o IBGE passou a registrar aumentos de até 150% no número de indivíduos que se autodeclararam indígenas, especialmente nas áreas urbanas ou em urbanização. No ano 2010 foram estimados quase 900.000 indígenas no Brasil e a região Norte teve papel de destaque nesse contexto, pois segundo o IBGE (2010) 54,2% da população indígena do Brasil habita a Amazônia Legal, com destaque para os estados do Pará e do Amazonas, os quais concentram grande parte desse contingente populacional. Há diversos motivos para este crescimento estatístico, que ocorreu principalmente nas regiões urbanas e em urbanização. Destacam-se, o reavivamento cultural, a movimentação política e a busca pelos incentivos governamentais.

Neste capítulo, abordam-se as ações do poder público municipal de Manaus e Belém nos setores de educação e saúde dirigidas às populações indígenas, cujo objetivo consiste em apresentar os projetos e programas desenvolvidos nessas capitais, a fim de compreender e identificar se as políticas públicas implementadas nesses municípios respondem às necessidades da população indígena cidadina.

Nesse sentido, realizou-se a pesquisa de campo mediante exame documental, aplicação dos questionários, formulários e entrevistas, os quais são apresentados analiticamente. Neste capítulo, analisaram-se dados obtidos de 54 indígenas em Manaus (AM) e 50 indígenas em Belém (PA), os quais colaboraram com a pesquisa e se colocaram à disposição da mesma, constituindo-se como uma amostra do subconjunto dos indígenas que habitam essas cidades.

### **5.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM MANAUS**

#### **5.1.1 Educação escolar indígena em Manaus**

O desenvolvimento de projetos educacionais dirigidos à população indígena de Manaus e do seu entorno, iniciou-se em 2005 através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por intermédio do Núcleo de Educação Escolar Indígena (NEEI), criado naquele mesmo ano. Para atender essa demanda, segundo documentos oficiais, o NEEI executou suas atividades embasadas em objetivos definidos que consistiram em: elaborar, coordenar e executar o currículo de educação escolar indígena; planejar, orientar, monitorar e avaliar os



programas e projetos que integram as atividades do processo ensino-aprendizagem na área de educação escolar indígena; elaborar políticas públicas voltadas à educação escolar indígena; propor, monitorar e avaliar os programas de formação inicial e continuada dos professores da educação escolar indígena; orientar pedagogicamente as gerências distritais zonais e unidades de ensino sobre as culturas indígenas e exercer outras competências correlatas.

Os trabalhos do NEEI<sup>69</sup> estavam direcionados para a elaboração e a execução de projetos, seminários, encontros pedagógicos, oficinas, palestras, visitas de acompanhamentos, jogos, mostras de arte e cultura e programa de formação de professores indígenas denominado de projeto Manaó<sup>70</sup>. Uma das atividades relevantes do NEEI, no ano de sua criação, diz respeito à realização do “II Seminário de Educação Escolar Indígena: perspectivas e desafios na rede municipal de ensino”<sup>71</sup>. Esse evento contou com a presença de representantes das comunidades e organizações indígenas, professores e instituições de ensino e pesquisa, entre outros. O resultado desse evento culminou com a elaboração de diretrizes para o processo de consolidação da educação escolar indígena em Manaus (MANAUS, 2005).

Com o objetivo de atender as populações indígenas ribeirinhas, o NEEI desenvolveu entre março de 2006 e junho de 2008 um projeto denominado “Cotidiano das Comunidades Indígenas dos Rios Negro e Cueiras” (MANAUS, 2006) com a finalidade de atender a comunidade escolar que habitava as margens dos rios supracitados, cuja área de abrangência se justificava em decorrência da presença da comunidade escolar indígena, tanto da área urbana quanto rural. Este projeto também atendia alguns grupos indígenas que moravam na área urbana de Manaus, porém estudavam em escolas do sistema de ensino regular, nas quais não se executavam trabalhos pedagógicos específicos relacionados à educação indígena<sup>72</sup>.

Os autores do citado projeto registraram no documento oficial do mesmo (MANAUS, 2006) que os indígenas considerados “ribeirinhos”, estudavam na modalidade regular de ensino e precisavam de escolas que oferecessem educação escolar diferenciada, em respeito à diversidade étnica e cultural desses grupos. Para atender essa demanda, o projeto visava conhecer a dinâmica das comunidades indígenas ribeirinhas, por meio de pesquisas que

---

<sup>69</sup> Esse setor da SEMED/Manaus foi desativado em 2009, após a eleição do atual prefeito de Manaus, o sr. Amazonino Mendes. Nesse ano, durante pesquisa de campo observou-se a extinção do NEEI, cujas atribuições passaram a fazer parte de outro setor dessa Secretaria.

<sup>70</sup> A coordenação do Projeto Manaó foi composta por técnicos da NEEI e da Gerência de Formação do Magistério da SEMED (GFM), além dos representantes das comunidades indígenas da área urbana e rural que viviam em Manaus e no seu entorno.

<sup>71</sup> Esse evento ocorreu em Manaus no período de 28 e 29 de março de 2005.

<sup>72</sup> Para os elaboradores desse projeto o processo de colonização e a omissão da identidade étnica por parte dos indígenas constituíram fatores que permitiram o deslocamento desses grupos às escolas de Manaus.

forneciam dados para fundamentar a implantação da Educação Escolar Indígena na rede municipal de Manaus.

A partir desses dados, vários projetos multidisciplinares foram elaborados e aplicados de acordo com a dinâmica da comunidade escolar. Os dados coletados também eram utilizados para outras finalidades, tais como: fornecer informações acerca da Educação Escolar Indígena aos professores itinerantes; assessorar os polos do projeto itinerante; e produzir material didático. Com isso, a SEMED pretendia atingir metas de expansão de material didático e paradidático à rede regular de ensino.

Com base na leitura do projeto “Cotidiano das Comunidades Indígenas dos Rios Negro e Cueiras”, verificou-se que sua metodologia baseava-se na pesquisa qualitativa, através da coleta de dados obtidos a partir de visitas de acompanhamento pedagógico, que duravam quatro meses, realizadas por técnicos do NEEI nas áreas de abrangência do projeto. Depreende-se do documento que as entrevistas executadas pelos técnicos eram abertas com roteiro pré-determinado e os necessários instrumentos utilizados na pesquisa de campo (caderno de campo, máquina fotográfica, gravador, filmadora e computador). Conforme relatado no documento, após as viagens de campo, os técnicos apresentavam relatórios parciais para a sistematização final da pesquisa, que serviam à elaboração dos projetos multidisciplinares. De forma simultânea, durante as visitas, os técnicos também realizavam assessoramento aos professores do projeto itinerante de 5ª a 8ª séries, por meio de conversas, oficinas e orientações pedagógicas (MANAUS, 2006).

Em 2007, a Prefeitura de Manaus contratou, por meio da SEMED, 12 professores indígenas com o objetivo de implantação da modalidade Escolar Indígena no município (MANAUS, 2007). Um dos efeitos dessas contratações resultou na exposição desses professores na I Mostra de Trabalhos Pedagógicos dos Professores Indígenas de Manaus, intitulada “Construindo práticas pedagógicas diferenciadas”, realizada em dezembro do referido ano, em Manaus. Os professores participaram de oficinas pedagógicas com o objetivo de aperfeiçoarem a metodologia aplicada junto às práticas tradicionais das comunidades indígenas.

Nessa exposição, os professores da área ribeirinha desenvolveram suas atividades nas escolas rurais em parceria com os professores da rede de ensino do município de Manaus. Os da área urbana desenvolveram suas atividades nos “centros culturais” de suas respectivas comunidades, dando ênfase ao ensino da língua e à revitalização da cultura indígena. O tema

escolhido, conforme relatado, resultou de discussões mensais entre os professores indígenas e os assessores do NEEI<sup>73</sup>.

O objetivo dessa exposição consistiu em socializar as atividades realizadas pelos professores indígenas para divulgar o andamento das atividades desenvolvidas pelo NEEI. Mediante esse objetivo, a Secretaria Municipal debateu aspectos da implantação da educação escolar indígena, a partir da avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido pelos referidos professores, considerando os interesses da comunidade.

No decorrer da pesquisa realizada em Manaus, no mês de junho de 2008, observou-se *in locus* parte do trabalho desenvolvido pelos técnicos da SEMED/NEEI nas sedes das comunidades indígenas, registrando-se tanto o acompanhamento pedagógico, quanto as instalações físicas de alguns desses locais. Como exemplo, identificou-se a sede do “Centro Cultural Tikuna” (Fotografia 4), localizada em um dos bairros da periferia de Manaus, denominado “Cidade de Deus”.

**Fotografia 4 – Centro Cultural dos Tikuna, Manaus, 2008**



Fonte: Laura Arlene Saré Ximenes Ponte (2008)

Depreende-se da fotografia apresentada que as sedes das comunidades denotam precariedades físicas, as quais dificultam o trabalho a ser realizado pelos técnicos da SEMED. Do mesmo modo, em instalações precarizadas como a registrada, o trabalho pedagógico

---

<sup>73</sup> A mostra consistiu em palestras, mesas-redondas, comunicações orais dos trabalhos realizados pelos professores indígenas, exposições dos trabalhos efetuados pelos alunos, apresentações dos alunos atendidos nos Centros Indígenas e Escolas (MANAUS, 2007).

supracitado é gravemente comprometido, haja vista a necessidade de meios e condições propícios à realização de uma formação educacional de qualidade.

A partir das entrevistas, das fontes documentais consultadas, da observação direta e dos registros fotográficos realizados, detectou-se o desenvolvimento de algumas ações para a população indígena residente em Manaus, tanto por parte do governo estadual de Eduardo Braga, quanto por meio do municipal de Serafim Correa. A Tabela 12 a seguir identifica os dados referentes a esses atendimentos, no ano de 2008.

**Tabela 12 - Atendimentos realizados pelo Núcleo de Educação Escolar Indígena, no ano de 2008**

<b>Etnias e público</b>	<b>Quantidade</b>
Etnias	12
Professores envolvidos	30
Famílias atingidas	300

Fonte: Adaptada pela autora com base em Manaus/SEMED (2008)

Os dados levantados em 2008 na SEMED/Manaus revelaram a existência de dezessete etnias residentes em Manaus<sup>74</sup>, entretanto somente doze receberam atendimento naquele ano. O número de indígenas envolvidos nas atividades da SEMED atingiu um total de 30 professores, envolvendo 300 famílias. Esses dados denotam um quantitativo reduzido em relação à população indígena residente em Manaus. Depreende-se disso também que as políticas públicas voltadas a essa população não a atendem de fato, apesar do discurso dos representantes políticos locais e da legislação vigente dirigida à mesma.

Um dos problemas mais evidentes da educação indígena em Manaus, observado durante a pesquisa de campo em 2008, diz respeito à criação de escolas indígenas no município. A Prefeitura de Manaus não criou escolas específicas para os indígenas, apesar das inúmeras reivindicações dos indígenas residentes em Manaus, conforme relataram os entrevistados.

Em entrevista, um representante da SEMED justificou o não atendimento a essa demanda, argumentando que os indígenas deveriam estudar com alunos não indígenas. Percebe-se no relato a negação do direito constitucional, associada a dos direitos presentes na constituição estadual e lei orgânica municipal de Manaus, as quais prescrevem compulsoriamente o acesso à educação específica aos indígenas de forma intercultural e bilíngue, bem como a produção de material didático-pedagógico específico.

<sup>74</sup> As dezessete etnias residentes em Manaus eram: Apurinã, Arapasso, Baniwa, Baré, Dessano, Kambeba, Kokama, Kuripako, Mura, Munduruku, Piratapuia, Sateré-Mawé, Tariano, Tikuna, Tukano, Tuyuka e Wanano.

Ainda na mesma entrevista foi relatado, apesar da defesa em relação ao estudo dessa população citadina com não indígenas, que foram contratados professores indígenas diante da necessidade de atendimento a essa demanda. Segundo Aldenor Tikuna, liderança indígena entrevistada em junho de 2008, foram contratados doze professores indígenas em caráter de urgência, sem concurso público, decisão considerada acertada pelo interlocutor.

Apesar das ações promovidas pelo poder público em relação à educação escolar indígena, alguns obstáculos foram observados. Um deles se referiu à ausência de suporte financeiro para os projetos, ocasionando a desistência de participação de técnicos, inicialmente envolvidos<sup>75</sup>.

Além disso, verificou-se a ausência do envolvimento de outros setores da própria SEMED para atender as reivindicações indígenas. Esses setores demonstravam desinteresse em relação à educação indígena. Um exemplo disso foi observado durante o acompanhamento às visitas semanais da SEMED/NEEI, mediante contato rápido com os indígenas, justificado em decorrência de o transporte atender outros setores da SEMED, apesar de estar a serviço exclusivo do NEEI.

A despeito dessas dificuldades observadas à época da pesquisa de campo, em 2009, em entrevista com a equipe de coordenação da SEMED, foram relatados alguns resultados, conforme o coordenador do NEEI, declarados como metas alcançadas quanto à efetivação da educação indígena na rede municipal de Manaus, as quais foram apontadas: a contratação de professores indígenas; o começo da formação inicial dos professores indígenas; a ampliação dos recursos humanos para o NEEI; a implantação da modalidade educação escolar indígena na rede municipal; a garantia de permanência dos professores indígenas sem formação inicial; e melhorias quanto ao assessoramento e rotina de trabalho no NEEI.

Alguns desafios, entretanto, foram apontados como metas não alcançadas: a liberação da merenda às crianças, adolescentes e adultos; a construção e adequação dos espaços para escolas indígenas; a oficialização da categoria de escola e professor indígenas; e a ampliação do atendimento a outros povos indígenas.

A carência de recursos financeiros e humanos e a evasão de técnicos do NEEI foram dificuldades à consolidação da educação indígena em Manaus, situação que se agravou com os problemas de descontinuidades administrativas, decorrentes de questões relacionadas a períodos eleitorais. Um exemplo ocorreu na eleição municipal de 2008, na qual o prefeito

---

<sup>75</sup> Um exemplo disso observou-se no número de técnicos que compunham o núcleo de educação indígena em 2008. Dos dez membros da SEMED/NEEI restaram apenas três, e nesse período a coordenação desse setor foi mudada por duas vezes.

Serafim Correa não se reelegeu e seu sucessor, em 2009, desativou o NEEI, deslocando suas atividades e o corpo técnico para outro setor, o qual tratava da educação dos quilombolas.

No que se refere à ação de organismos não governamentais para o atendimento da educação indígena em Manaus, há de se destacar o papel da Igreja Católica. A Arquidiocese de Manaus, através de sua Pastoral Indigenista, desenvolveu projetos de educação para os indígenas citadinos. Um deles, realizado com os Kokama, visava o ensino da língua desse povo indígena por meio da produção de material didático, cartilhas e gravação das falas dos indígenas aldeados. Esse projeto, inicialmente desenvolvido por um sacerdote linguista, desencadeou uma pesquisa realizada com os Kokama do Alto Solimões. O material didático produzido foi utilizado no ensino das crianças Kokama, visto que para os idealizadores do projeto o conhecimento da língua materna pelos indígenas constituía um modo de resistência vivenciado no centro urbano de Manaus. Outros projetos dessa pastoral objetivavam o resgate da história e da cultura indígena, quase sempre esquecida no meio urbano.

Em relação à FUNAI, sediada em Manaus, constatou-se a ausência de projetos educacionais realizados por esse órgão. No formulário da pesquisa aplicada aos entrevistados, o único citado, sob a responsabilidade do referido órgão, diz respeito a um projeto de capacitação para produção de arte indígena junto aos Tikuna, atendendo 12 famílias, em um total de 72 pessoas.

A partir dos depoimentos dos indígenas entrevistados foi possível aferir que o referido projeto possibilitou melhorias na qualidade dos produtos e aumentou a produção e a renda das famílias envolvidas, entretanto, a impossibilidade de aquisição de equipamentos mais sofisticados constitui-se em um obstáculo para a produção e a qualidade dos produtos de modo a torná-los compatíveis às exigências do mercado. Outra dificuldade apontada consistiu na ausência de espaço para a exposição e a comercialização desses produtos. Vale destacar que a loja da FUNAI existente em Manaus foi desativada, e segundo um funcionário entrevistado a mesma era um espaço procurado por turistas do Brasil e do exterior.

Em relação às políticas voltadas ao ensino superior, a entrevistada Suzana Gill Guimarães<sup>76</sup> destacou um programa de licenciatura indígena em andamento no Amazonas e em outros estados brasileiros sob a coordenação do MEC e com parceria de instituições de ensino superior federais e estaduais. Na mesma entrevista destacou também que fora publicado no Diário Oficial da União a criação de escolas municipais para índios, o que

---

<sup>76</sup> Essa entrevistada pertencia à época da pesquisa de campo, em janeiro de 2009, à Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, Diretoria de Educação para a Diversidade, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC (SECAD/MEC), em Brasília, DF.

possibilitou por parte da SEMED a solicitação ao chefe do Executivo Municipal para proceder a criação de escolas indígenas em Manaus a partir do segundo semestre de 2009.

Outro entrevistado, José Ivan Aquino<sup>77</sup>, destacou o Plano de Ação Articulada Indígena (PAR-INDÍGENA), da SECAD/MEC, que tinha como objetivo desenvolver uma estratégia de pactuação com os municípios para construção de escolas, produção de material didático e formação de professores. A criação dos Territórios Étnicos<sup>78</sup> em todo o país foi um dos eixos de discussão das conferências regionalizadas. Estas se realizaram em vários estados brasileiros, dentre eles o Amazonas e o Pará<sup>79</sup>.

As etapas regionais, em um total de dezoito, tiveram início a partir do território do Alto Rio Negro, no período de 15 a 19 de dezembro de 2008, englobando os municípios de São Gabriel da Cachoeira (sede do evento), Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (noroeste do Amazonas). A Conferência Regional da Região de Manaus foi realizada no período de 18 a 21 de maio de 2009.

A I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena foi lançada no dia 02 de dezembro de 2008, pelo Ministro da Educação, FUNAI e Secretaria da SECAD/MEC. A referida Conferência foi previamente embasada por um documento orientador que serviu de parâmetro para as discussões, além de conter a proposta do regimento. Essa documentação prévia foi elaborada em parceria com a comissão organizadora da conferência, institucionalizada pelas portarias nº 1.062 e 1.063, de 26 de agosto de 2008. Os eixos da pauta de discussões foram: educação escolar, territorialidade e autonomia dos povos indígenas; práticas pedagógicas indígenas; políticas, gestão e financiamento da educação escolar indígena; participação e controle social; e diretrizes para a educação escolar indígena.

A comissão nacional do referido evento constituiu-se como um fórum de assessoramento em fase de transição do comitê consultivo para o deliberativo, e as suas expectativas eram de que os resultados dessas conferências fossem encaminhados ao Conselho Nacional de Educação, em 21 de setembro de 2009. Dessa maneira, esses eventos foram pensados como espaços de discussão sobre a educação escolar indígena, na busca de pactuação da gestão étnica e de valorização dessa modalidade de educação.

Marcos Têrena, em janeiro de 2009 (Informação verbal<sup>80</sup>), ocupava o cargo de diretor

---

<sup>77</sup> Atuava na época da pesquisa de campo na Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, na SECAD/MEC, Brasília, DF, janeiro de 2009.

<sup>78</sup> Esses consistem em uma configuração territorial e educacional, envolvendo as TI, seus povos e a oferta de educação escolar indígena, independente da divisão geográfica por municípios.

<sup>79</sup> A autora desta tese participou da Conferência Regional do Pará (Belém) na condição de Relatora do GT-5 e das plenárias de discussão e aprovação de propostas, em julho de 2009.

<sup>80</sup> Entrevista efetivada em Brasília, DF, em janeiro de 2009.

do Memorial dos Povos Indígenas de Brasília, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal<sup>81</sup>. Para ele, o processo de setorização de ações da política indigenista era problemático, pois criava inúmeras dificuldades para a obtenção dos direitos indígenas, na medida em que promovia uma descentralização. Segundo Têrena, havia a necessidade da criação de um ministério para tratar dos assuntos indígenas e não uma fundação, semelhante ao que ocorreu em relação aos negros e mulheres que conquistaram no Governo Federal, a partir do Governo Lula, secretarias executivas com status de ministérios. Para ele, enquanto o movimento indígena não conseguisse um ministério para tratar de assuntos indígenas, seria necessário ter um dirigente indígena no comando máximo da FUNAI.

Têrena informou na ocasião da entrevista que entre os setores do governo havia vontade política de extinguir a FUNAI, ideia da qual discorda, apesar de reconhecer os limites dessa fundação na assistência ao indígena. Na opinião de Marcos Têrena, o atual administrador da FUNAI, o historiador e antropólogo paraense Márcio Meira, destaca-se como “um grande administrador”, apesar da indicação partidária. A ocupação de cargos por indígenas na FUNAI/Brasília foi questionada por Têrena, que destacou em sua entrevista apenas Paulo Pankararu como ocupante de um cargo de destaque, no setor de direitos humanos, enquanto que os demais indígenas estavam nos escalões inferiores, segundo o entrevistado<sup>82</sup>.

Em relação às políticas públicas para os indígenas, Têrena opinou não existirem políticas para educação indígena e sim medidas pontuais, como o sistema de cotas para indígenas nas universidades, porém enfatizou em sua crítica que indígenas com trajetórias semelhantes às dele fizeram cursos superiores sem precisar desse sistema.

Ainda no tocante ao ensino superior, o entrevistado avaliou que em 2009 existia no Brasil cerca de dois mil indígenas com curso superior, número esse que contrastava com os dados pesquisados no Conselho Nacional de Educação, segundo o qual apontava um total de

---

<sup>81</sup> A história de vida de Têrena segue uma trajetória excepcional, visto que passa a se ver como indígena a partir de 1976, pois havia saído da sua aldeia para estudar em Campo Grande (MS) e depois para Brasília, já na condição de piloto. Em Brasília passou a ser piloto da FUNAI e constituiu, em conjunto com outros indígenas que também passaram a se reconhecer como indígenas, a União das Nações Indígenas (UNI). Em 1977, na ditadura militar, foram pressionados a abandonar Brasília, mas resistiram a tais pressões e permaneceram na cidade.

<sup>82</sup> Têrena avaliou na entrevista que a representação política dos índios no cenário da política nacional é pouco significativa. Para ele, o importante é ocupar a Câmara Federal, como foi o caso do Mário Juruna, que foi uma exceção. Na Amazônia houve duas lideranças expressivas, Paulinho Paiakan e Raoni, o primeiro responde a um processo criminal, restringindo as suas ações a de seu clã, enquanto o segundo ainda atua no movimento indígena. Conforme Têrena, Paulinho Paiakan poderia ter sido um parlamentar indígena de sucesso, pois apresentava um perfil de liderança indígena entre os “parentes” e nas relações com a sociedade nacional. No que se refere à participação por meio de delegação, Têrena questiona a participação de delegado indígena no Conselho Nacional de Educação, o que, segundo ele, seria um modo “branco” de participação, visto que os indígenas não se representam.



cinco mil indígenas, embora diferenciasse os que possuíam formação superior completa dos que cursavam o ensino superior no país.

No tocante ao sistema de cotas identificado por Têrena, ressalta-se que o mesmo resultou das políticas de ações afirmativas adotadas pelas instituições superiores públicas e privadas durante a década de 1990, o que permitiu a ampliação do acesso de indígenas ao ensino superior. No caso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) as cotas foram adotadas junto às políticas de interiorização de ensino e pesquisa, com a abertura de polos universitários em alguns municípios considerados estratégicos.

Na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) esse sistema de ingresso foi utilizado, mas, segundo relatos de indígenas entrevistados, sua continuidade sofreu riscos quando instâncias superiores desta universidade aprovaram sua extinção. Entretanto, em decorrência da mobilização do movimento indígena, especialmente do Movimento dos Estudantes Indígenas de Manaus (MEIAM), a política de cotas foi mantida. Uma indígena Kambeba entrevistada, assim justificou a permanência do sistema das cotas:

Porque não existe igualdade, não existe ensino de qualidade para as populações indígenas. Porque nós somos capazes, nós somos até melhores, porque na aldeia a gente come natural, fruto natural, peixe natural, sabe? Sem agrotóxicos, sem aqueles hormônios; então acho que isso faz parte [...] até ajuda no organismo da pessoa. [...] Porque eu particularmente sou a favor das cotas por um motivo, porque a gente não tem um ensino de qualidade que chega até as cotas; não tem uma capacitação, mas, por outro lado, é um pouco polêmico, porque também tem muita gente que precisa e não tem ensino de qualidade, né? Principalmente nos interiores, os ribeirinhos [...], eu não vejo só o meu lado indígena, a gente vive em sociedade, tem que tá bem pra um, tem que tá bem pra todos. Agora pra nós sim, é mais difícil porque muitos alunos às vezes não falam português; como ele vai disputar uma vaga, né? Num vestibular macro, onde não atende a realidade, a cultura daquele povo. Eu senti muita dificuldade; eu não conhecia as palavras técnicas e algumas palavras que não sabia o significado e eu me sentia assim, sabe? Eu me sentia pequena, eu me sentia assim: porque essas pessoas não ensinam de uma maneira pra gente ter esse conhecimento amplo. Eu culpava os professores que não tinham capacidade, inclusive afinidade técnica também pra ensinar a gente e faltava muito; e não tem um monitoramento, às vezes passava só um trabalho e dão dez pra gente, e aí a gente vai passando sem aprender, sem saber absolutamente nada (Informação verbal, 2009<sup>83</sup>).

A descrição dos projetos e programas acima relacionados, dirigidos à educação indígena em Manaus, denota o processo de desenvolvimento das políticas públicas nessa capital. No decorrer da pesquisa de campo procederam-se coleta e levantamento da realidade educacional dirigida aos indígenas citadinos. Nesse contexto, realizou-se a aplicação de

---

<sup>83</sup> Entrevista efetivada em Manaus, AM, em 2009.

formulários a uma amostra de 54 indígenas residentes em Manaus, de variadas etnias, cuja amostragem indica um perfil geral dessa população atendida pelas políticas públicas desenvolvidas na capital. Essa amostra representou os indígenas que se dispuseram a participar da pesquisa, uma vez que foram autorizados pelos caciques de suas etnias.

Para a consecução desse objetivo, a pesquisa aferiu os seguintes indicadores dos entrevistados: faixa etária, etnias, tempo de permanência, locais de moradia, estado civil, famílias por moradia, escolaridade dos pais, quantidade dos filhos por moradia, tipos de atividades que desenvolvem, tempo de permanência no trabalho, tipo de profissão, assistência institucional, participação em organizações políticas, percentual de conhecimento das políticas públicas.

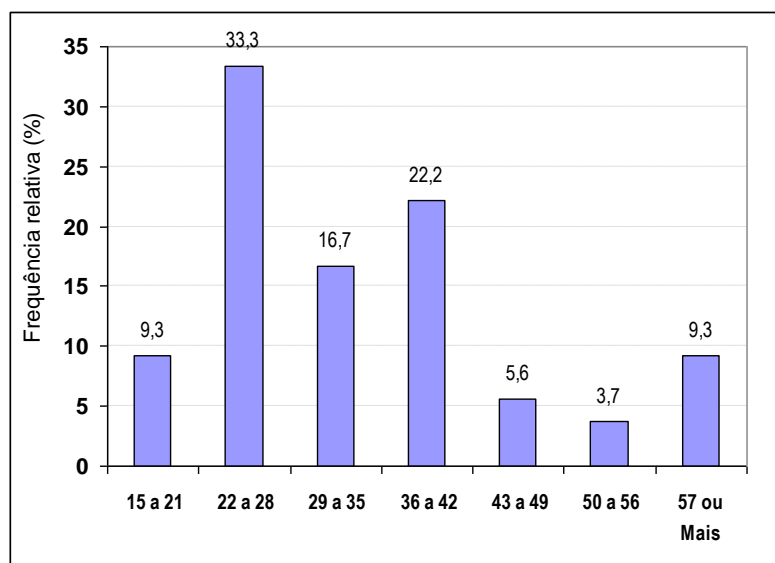
Em relação à faixa etária, detectou-se, conforme a Tabela 13 e o Gráfico 1, que o maior patamar etário dos moradores citadinos investigados registra a faixa de 22 a 28 anos, perfazendo um percentual de 33,3%. Em seguida, o segundo maior patamar identificado aparece na faixa etária compreendida de 36 a 42 anos, referente a um percentual de 22,2%, seguida da faixa etária compreendida de 29 a 35 anos, referente a um percentual de 16,7%.

No cruzamento dos dados etários com as entrevistas, pode-se perceber que a migração indígena em Manaus ocorreu em maior grau na população jovem, os quais relataram suas insatisfações relacionadas à busca por educação em níveis de ensino não ofertados nas aldeias, além de questões relacionadas à baixa qualidade do ensino e a procura por melhores condições de sobrevivência. As demais faixas etárias dos investigados são resultantes de indígenas migrados anteriormente, com maior tempo de permanência na cidade, identificados pelo vínculo empregatício e familiar, conforme relatado nas entrevistas, confirmado nos formulários preenchidos.

**Tabela 13 - Faixa etária dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

<b>Faixa etária</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
15 a 21	05	9,3
22 a 28	18	33,3
29 a 35	09	16,7
36 a 42	12	22,2
43 a 49	03	5,6
50 a 56	02	3,7
57 ou Mais	05	9,3
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da autora (2009)

**Gráfico 1 - Faixa etária dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Fonte: Dados da autora (2009)

Uma informação importante extraída das entrevistas com indígenas citadinos diz respeito aos níveis de confiança dos entrevistados em relação à melhoria de vida na cidade, maior ou igual a 70% para efeito de relação estatística. Desta maneira, pode-se destacar, a partir das entrevistas, que os indígenas pertencentes à faixa etária de 43 a 49 anos acreditavam que a vida na cidade seria melhor se houvesse políticas públicas para os mesmos, com percentual de confiança estatística de 98,88%. Já para os indígenas mais jovens, situados na faixa etária de 22 a 28 anos, consideraram que a vida de todos os indígenas seria melhor caso houvesse melhores condições de educação, com o percentual de nível de confiança estatística de 79,95%.

Observou-se ainda que para os indígenas na faixa etária de 36 a 42 anos, os aspectos que faziam referências à ausência de serviços de atendimentos básicos de saúde, à falta de recursos e ao isolamento são fatores, que segundo eles, contribuíam negativamente para uma satisfatória condição de vida na cidade. Tais aspectos foram apontados como importantes e essenciais para que a vida dos indígenas em Manaus melhorasse qualitativamente, obtendo-se neste aspecto em termos de confiança estatística percentuais de 88,83%, 97,77% e 89,40%, respectivamente para as questões que envolviam saúde, falta de recursos e isolamento.

Verificou-se também que para os indígenas com faixa etária de 29 a 35 anos a vida na cidade seria melhor se houvesse melhorias em aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, com confiança estatística de 98,71%. Os indígenas pertencentes às faixas etárias de 50 a 56 anos apontaram que a infraestrutura se constituía em um aspecto importante para a

melhoria da vida dos indígenas em Manaus, obtendo-se um percentual de confiança estatística de 100,00%.

A Tabela 14 apresenta os resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos de indígenas residentes em Manaus, entre a faixa etária *versus* opinião em relação a aspectos que correspondem à melhoria de vida dos indígenas de Manaus.

**Tabela 14 – Resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária *versus* opinião em relação a aspectos que melhorariam a vida dos indígenas em Manaus**

Faixa etária	Opinião dos indígenas									
	Políticas públicas para indígenas	Educação	Sustentabilidade econômica	Saúde	Falta de recursos	Infraestrutura	Apoio cultural	Habitação	Isolamento	Saúde e educação
De 15 a 21	0,04 (2,85)	0,24 (18,73)	-0,66 (0,00)	-0,51 (0,00)	-0,42 (0,00)	-0,30 (0,00)	-0,30 (0,00)	-0,30 (0,00)	-0,30 (0,00)	-0,30 (0,00)
De 22 a 28	-0,25 (0,00)	1,28 <b>(79,95)</b>	-1,26 (0,00)	-0,97 (0,00)	-0,79 (0,00)	-0,56 (0,00)	-0,56 (0,00)	1,22 <b>(77,66)</b>	-0,56 (0,00)	-0,56 (0,00)
De 29 a 35	-1,32 (0,00)	0,49 (37,28)	2,49 <b>(98,71)</b>	-0,69 (0,00)	-0,56 (0,00)	-0,40 (0,00)	-0,40 (0,00)	-0,40 (0,00)	-0,40 (0,00)	-0,40 (0,00)
De 36 a 42	-0,32 (0,00)	-0,73 (0,00)	-1,07 (0,00)	1,59 <b>(88,83)</b>	2,29 <b>(97,77)</b>	-0,48 (0,00)	-0,48 (0,00)	-0,48 (0,00)	1,62 <b>(89,40)</b>	-0,48 (0,00)
De 43 a 49	2,54 <b>(98,88)</b>	-0,79 (0,00)	-0,59 (0,00)	1,72 <b>(91,47)</b>	-0,37 (0,00)	-0,26 (0,00)	-0,26 (0,00)	-0,26 (0,00)	-0,26 (0,00)	-0,26 (0,00)
De 50 a 56	0,55 (42,00)	-0,69 (0,00)	-0,51 (0,00)	-0,40 (0,00)	-0,32 (0,00)	4,13 <b>(100,00)</b>	-0,23 (0,00)	-0,23 (0,00)	-0,23 (0,00)	-0,23 (0,00)
57 ou mais	0,04 (2,85)	-0,89 (0,00)	2,36 <b>(98,16)</b>	-0,51 (0,00)	-0,42 (0,00)	-0,30 (0,00)	3,08 <b>(99,79)</b>	-0,30 (0,00)	-0,30 (0,00)	3,08 <b>(99,79)</b>

Fonte: Dados da autora (2009)

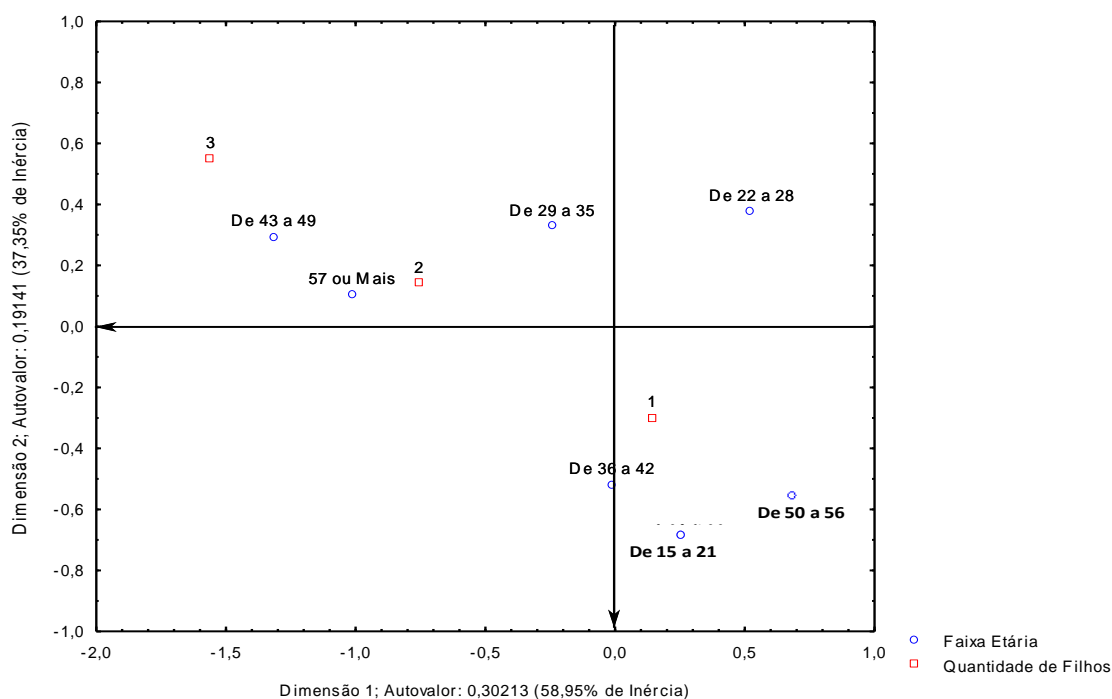
Os resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos de indígenas investigados residentes em Manaus, relacionando a faixa etária *versus* número de filhos de indígenas são apresentados na Tabela 15. Os valores destacados (negrito) na tabela representam os níveis de confiança maior ou igual a 70%, para efeito de relação estatística. Desta maneira, pode-se destacar que entre os indígenas investigados a probabilidade de terem pelo menos um filho ainda muito jovem era significativa, pois essa afirmativa apresentou percentual de confiança estatística de 75,00%, ou seja, dos indígenas que estavam na faixa etária de 15 a 21 anos havia a probabilidade de ter pelo menos um filho. Já os indígenas pertencentes às faixas etárias de 43 a 49 e 57 ou mais anos, possuíam maior probabilidade de terem de dois a três filhos. A Figura 1 apresenta graficamente os resíduos contidos na Tabela 15, evidenciando a similaridade entre os atributos em estudo. Os valores do percentual de inércia dos eixos 1 e 2, indicam que 96,30% das informações referentes aos indígenas do município de Manaus se mantêm, ou seja, mais de 90% das informações são significativas do ponto de vista estatístico.

**Tabela 15 – Resíduos e níveis de confiança resultantes da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária *versus* número de filhos de indígenas de Manaus**

Faixa etária	Número de filhos		
	Um	Dois	Três
De 15 a 21	1,10 <b>(73,00)</b>	-0,94 (0,00)	-0,51 (0,00)
De 22 a 28	-0,32 (0,00)	-1,21 (0,00)	-0,97 (0,00)
De 29 a 35	-0,65 (0,00)	0,34 (0,26)	0,76 (0,56)
De 36 a 42	0,71 (0,52)	0,48 (0,37)	-0,83 (0,00)
De 43 a 49	-0,93 (0,00)	1,55 <b>(88,00)</b>	1,72 <b>(91,00)</b>
De 50 a 56	0,85 (0,61)	-0,73 (0,00)	-0,40 (0,00)
57 ou mais	-0,61 (0,00)	1,20 <b>(77,00)</b>	1,44 <b>(85,00)</b>

Fonte: Dados da autora (2009)

**Figura 1 – Mapa perceptual resultante da análise de correspondência aplicada aos atributos faixa etária *versus* número de filhos de indígenas de Manaus**



Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação às etnias dos indígenas citadinos pesquisados, detectou-se que o maior número de indivíduos migrados para a cidade pertence à etnia Sateré-Mawé, atingindo um

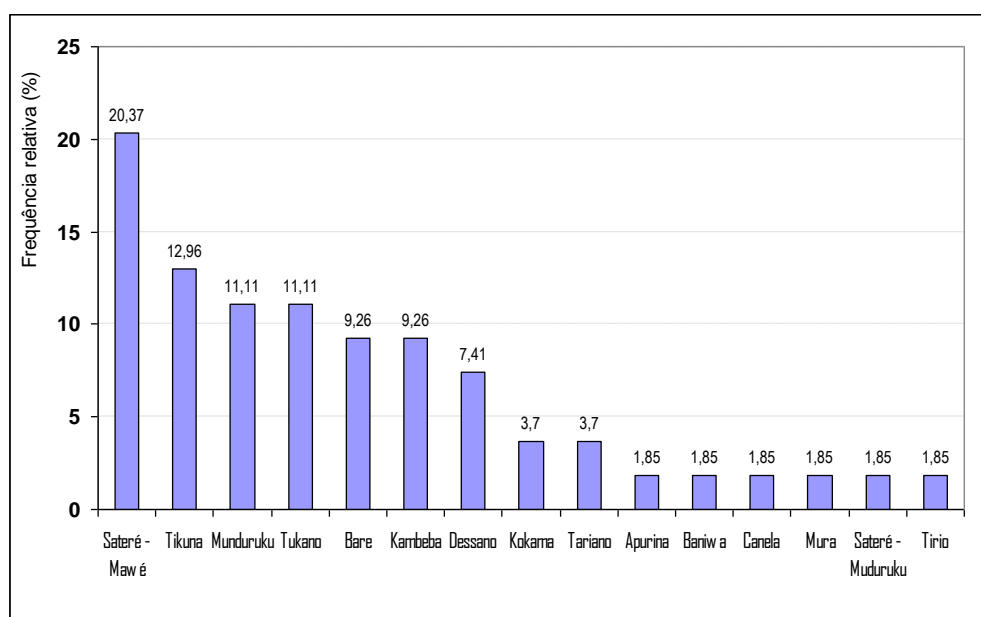
patamar étnico percentual de 20,37%, seguida dos Tikuna, com um percentual de 12,96%, dos Munduruku e dos Tukano, com 11,11% cada, e as demais etnias apresentadas com seus devidos percentuais (Tabela 16 e Gráfico 2).

**Tabela 16 – Etnia dos indígenas pesquisados residentes em Manaus (n=54)**

Etnia	Quantidade	Percentual %
Sateré-Mawé	11	20,37
Tikuna	07	12,96
Munduruku	06	11,11
Tukano	06	11,11
Baré	05	9,26
Kambeba	05	9,26
Dessano	04	7,41
Kokama	02	3,70
Tariano	02	3,70
Apurinã	01	1,85
Baniwa	01	1,85
Canela	01	1,85
Mura	01	1,85
Sateré-Muduruku	01	1,85
Tirio	01	1,85
Total	54	100,00

Fonte: Dados da autora (2009)

**Gráfico 2 – Distribuição (%) da Etnia dos indígenas pesquisados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Segundo relatos dos indígenas entrevistados, cruzados com dados de informações coletadas e confrontadas entre as associações e os órgãos governamentais, detectou-se uma variada diversidade étnica residente em Manaus, proveniente de diversas áreas do estado do Amazonas. Essa migração ocorreu independentemente da área geográfica na qual habitavam, haja vista que as etnias identificadas são procedentes do alto e médio rio Solimões ou baixo, médio e alto rio Negro.

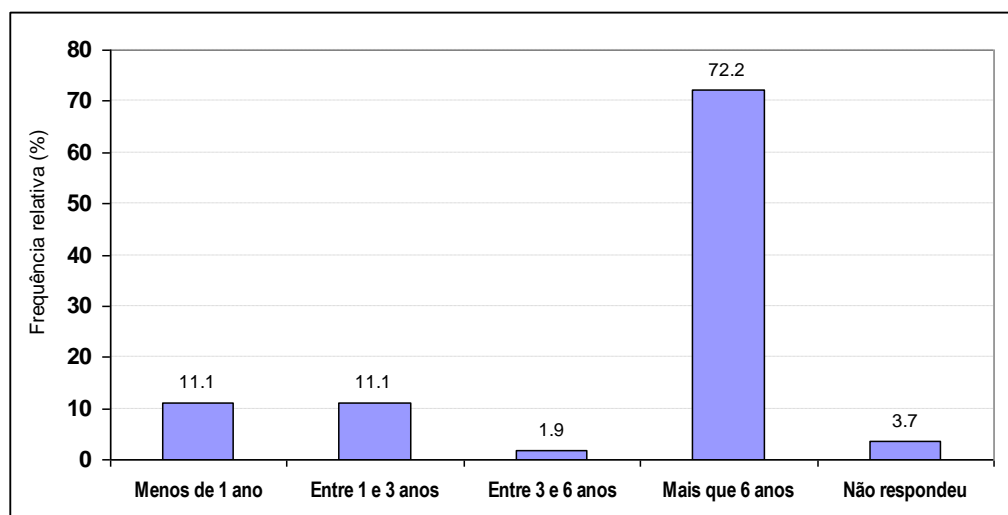
Quanto ao tempo de permanência em Manaus, identificou-se entre os indígenas citadinos investigados que o maior tempo de permanência alcançou um patamar superior a seis anos, com um percentual de 72,2%. Estes dados foram avaliados pelo teste do Qui-quadrado o qual resultou no p-valor <0.0001\* (altamente significativo) indicando uma real tendência para o tempo de permanência superior a 6 anos. Em ocorrências de menor proporção vem os indígenas com permanência entre 1 a 3 anos (11,1%) e do mesmo modo aqueles com período inferior a 1 ano (11,1%). Percebe-se que os indígenas citadinos de Manaus representam um percentual de crescente migração, o que pode representar uma tendência da presença indígena nos centro urbanos (Tabela 17 e Gráfico 3). Detectou-se também, cruzando-se as informações dos investigados, que a permanência se relaciona com a presença mais expressiva, isto é, os Sateré-Mawé são a etnia de maior tempo de permanência em Manaus, justificada por sua inserção no mercado de trabalho.

**Tabela 17 – Distribuição do tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

<b>Tempo em Manaus</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Menos de 1 ano	6	11.1
Entre 1 e 3 anos	6	11.1
Entre 3 e 6 anos	1	1.9
Mais que 6 anos	39	72.2
Não respondeu	2	3.7
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor <0.0001\*, Qui-quadrado

**Gráfico 3 – Distribuição do tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação às condições e modo de moradia, detectou-se entre os indígenas investigados que a maioria reside em casas, alcançando um percentual de 66,7%. Os mesmos informaram que preferem esse tipo de moradia a qualquer outro, pois em casas possuem maior liberdade e podem manter suas tradições culturais. Ao serem questionados se gostariam de residir em apartamentos, à semelhança da população urbana, responderam que esse tipo de moradia lhes tolheria a liberdade, e isso justifica o percentual de 1,8% dos indígenas investigados optarem por esse tipo de moradia. Outros disseram que preferem morar em comunidades familiares, à semelhança dos hábitos culturais originários, isto é, da vida na aldeia, representando um percentual de 27,7%. Esses que residem em comunidades moram em residências próximas, inclusive no entorno do centro de convivência social e de trabalho.

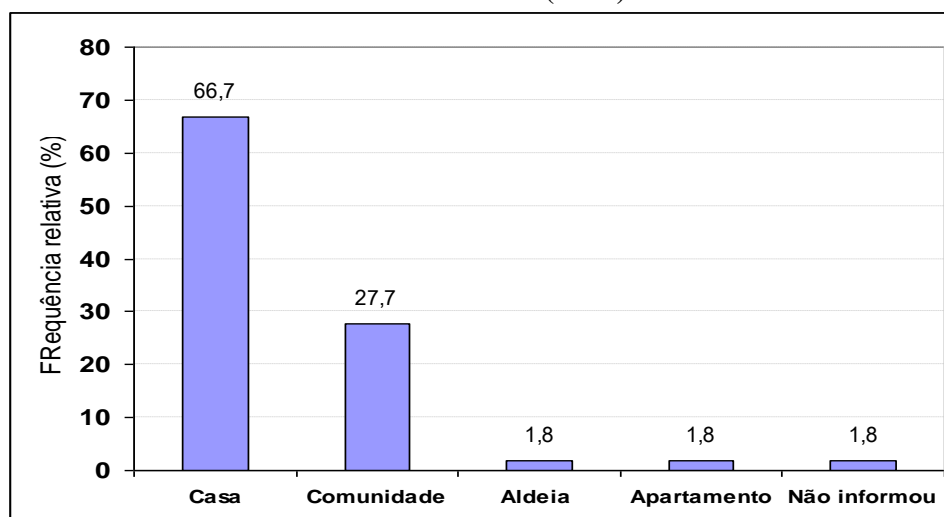
Os informantes relataram que um dos motivos que os levou a migrar para Manaus foram as condições precárias de vida nas aldeias, além dos jovens desejarem o acesso a escolas e a condições de saúde. Portanto, requeriam condições mínimas de sobrevivência que, apesar da carência financeira, consideravam viável encontrá-las no meio urbano. Ao se depararem com a cidade, perceberam as dificuldades para sua permanência, motivo pelo qual a maioria buscou áreas de invasões para fixarem residência (Tabela 18 e Gráfico 4).



**Tabela 18 – Local de moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Local de moradia	Ocorrências	%
Casa	36	66,7
Comunidade	15	27,7
Aldeia	01	1,8
Apartamento	01	1,8
Não informou	01	1,8
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado

**Gráfico 4 – Local de Moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação aos bairros onde os indígenas pesquisados fixaram residência em Manaus, os dados coletados na pesquisa de campo denotaram que os mesmos encontram-se distribuídos em vários deles. No entanto, observou-se que os indígenas da etnia Sateré-Mawé, maior contingente populacional indígena de Manaus e com maior tempo de permanência na cidade, fixaram residência na região Centro-Oeste, no bairro de Redenção, alcançando um patamar de 20,37%, maior destaque entre os indígenas investigados.

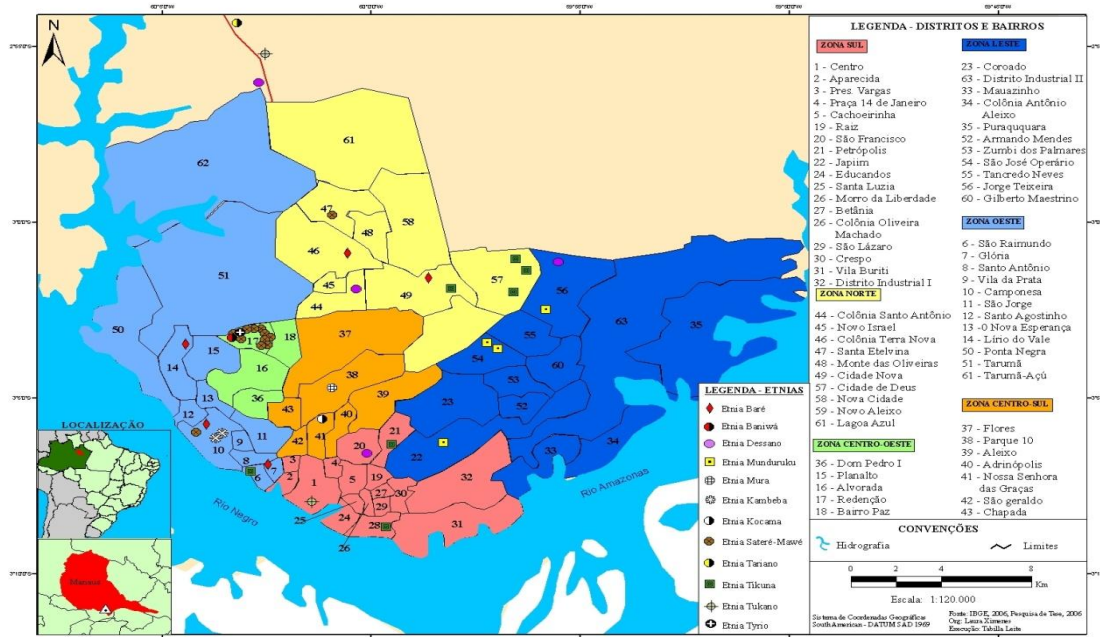
Observou-se também que a maioria encontra-se espalhada nos bairros da periferia de Manaus, porém não se detectou a presença de indígenas nos bairros nobres da cidade, como o de Adrianópolis e o de Ponta Negra. A Tabela 19 e o Mapa 8 apresentados ilustram esses dados.

**Tabela 19 – Bairros habitados pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

<b>Bairro</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
Redenção	11	20,37
Cidade Nova I	04	7,41
São João	03	5,56
Compensa II	02	3,70
Parque Duque das Laranjeiras Flores	02	3,70
Alvorada	01	1,85
Beco Santa Cruz Machado	01	1,85
23 de Setembro	01	1,85
Cachoeirinha	01	1,85
Centro	01	1,85
Colônia Terra Nova	01	1,85
Comandante Norberto Vogal	01	1,85
Compensa I	01	1,85
Compensa III	01	1,85
Glória	01	1,85
Gustavo Nascimento	01	1,85
Japiim I	01	1,85
Jesus de Deus	01	1,85
João Paulo II	01	1,85
Jorge Teixeira I	01	1,85
Lírio Do Vale II	01	1,85
Maracacuera	01	1,85
Mauzinho II	01	1,85
Nossa Senhora de Fátima	01	1,85
Nova Esperança	01	1,85
Novo Israel II	01	1,85
Petrópolis	01	1,85
Rio Negro	01	1,85
São Francisco	01	1,85
São José	01	1,85
São Lazaro	01	1,85
São Raimundo	01	1,85
Vale do Sinai	01	1,85
Cidade de Deus	02	3,70
Não informaram	02	3,70
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,00-</b>

Fonte: Dados da autora (2009)

**Mapa 8 - Etnias e localização da população indígena em Manaus**



Fonte: Adaptado pela autora (2009) com base em IBGE (2006)

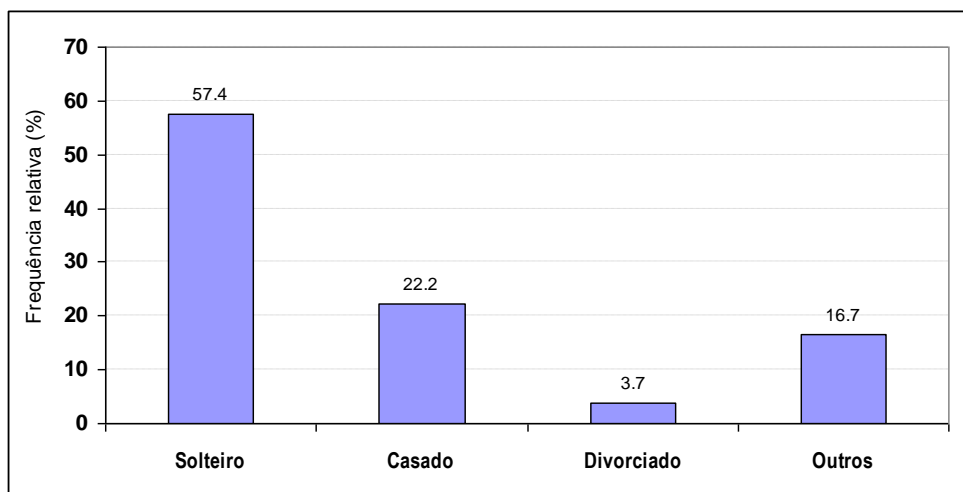
Em relação ao estado civil, detectou-se entre os indígenas informantes que a maior parte se declarou solteiro, representado por um patamar de 57,4%; seguidos dos casados com um patamar de 22,2% dos investigados. Outros indígenas não declararam seu estado civil, representando 16,7% dos informantes, e somente 3,7% são divorciados, conforme se observa na Tabela 20 e no Gráfico 5.

**Tabela 20 - Estado civil dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Estado civil	Ocorrências	%
Solteiro	31	57,4
Casado	12	22,2
Divorciado	2	3,7
Outros	9	16,7
Total	54	100,00

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor <0.0001\*, Qui-quadrado

**Gráfico 5 – Distribuição das respostas à pergunta sobre estado civil, por n=54 indígenas, Manaus-AM**



Fonte: Dados da autora (2009)

Ao se cruzar os dados relacionados à faixa etária e ao tempo de permanência, pode-se inferir que o percentual de solteiros atinge esse patamar elevado devido serem jovens e em função de sua migração recente. Em entrevistas, esses jovens relataram que ainda se encontravam solteiros, pois não possuíam condições de constituírem família, porém informaram que desejavam constituí-la. Também relataram que migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida, especialmente no que concerne a educação, saúde, habitação e trabalho, uma vez que nas aldeias viviam em condições de precariedade e para constituírem família seria necessário adquirir melhores condições de vida, considerando-se ainda a alta probabilidade de terem filhos jovens, conforme percentual de confiança estatístico supracitado de 75,0%.

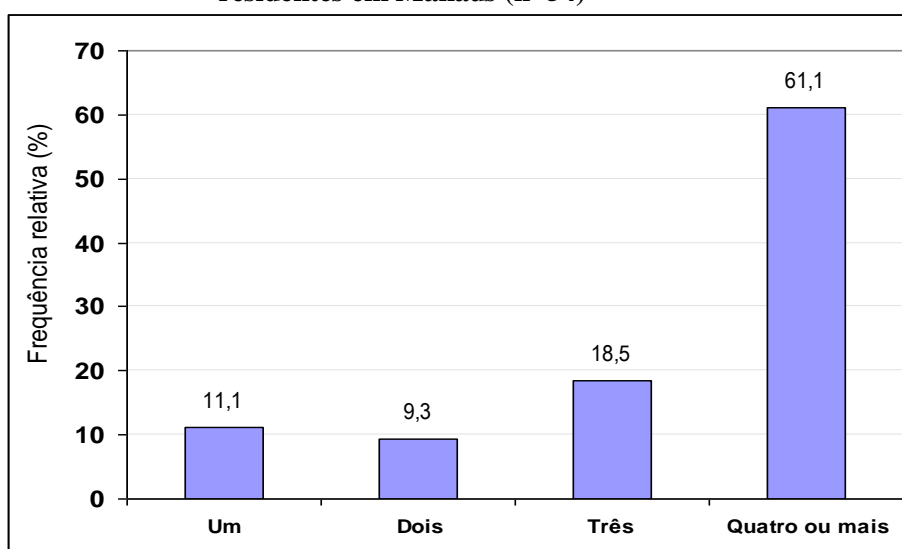
Com relação ao indicador “Habitantes por moradia”, verificou-se que dos indígenas investigados, 61,1% informaram que habitavam em seus domicílios com quatro ou mais pessoas. Outros, com patamar de 18,5%, informaram que habitavam com três pessoas, e 9,6% declararam habitar com duas pessoas. Depreende-se das informações e dos dados relatados pelos indígenas investigados que os mesmos formavam núcleos familiares, juntamente com os pais e agregados à semelhança dos hábitos culturais de convivência familiar vivenciados nas aldeias, os quais foram mantidos na cidade. A avaliação da tendência realizada pelo teste do Qui-quadrado resultou no p-valor <0.0001\*, o qual é altamente significativo, logo, indica uma real tendência para o contingente indígena que reside na capital do Amazonas habitar com quatro ou mais pessoas na mesma residência (Tabela 21 e Gráfico 6).

**Tabela 21 – Habitantes por moradia da população indígena investigada residente em Manaus (n=54)**

Habitantes por moradia	Ocorrências	%
Um	6	11,1
Dois	5	9,3
Três	10	18,5
Quatro ou mais	33	61,1
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor <0.0001, Qui-quadrado

**Gráfico 6 – Habitantes por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação ao indicador “Famílias por moradia”, pode-se inferir que 40,7% dos investigados moravam com suas famílias nucleares. Há um maior percentual de uma única família conviver em uma mesma moradia, com 40,7%, com leve diferença em relação às outras ocorrências, conforme representado na Tabela 22 e na Figura 8, em que a convivência de duas famílias atinge o patamar de 20,4% e três famílias dividindo a mesma moradia atingem o patamar de 25,9%. Com isso, percebe-se que mesmo havendo maior proporção para moradia por família nuclear, também ocorre a divisão do mesmo espaço por moradia com mais de duas famílias, visto que o p-valor =0.1270 não é significativo. Observa-se que coexistem, por razões diversas, os dois modos de convivência familiar: o da família nuclear e o da família extensa. Essa pode ser uma indicação de que o tradicional e o moderno

constituem, na atualidade, a regra de convivência familiar, embora o moderno apresente um percentual superior.

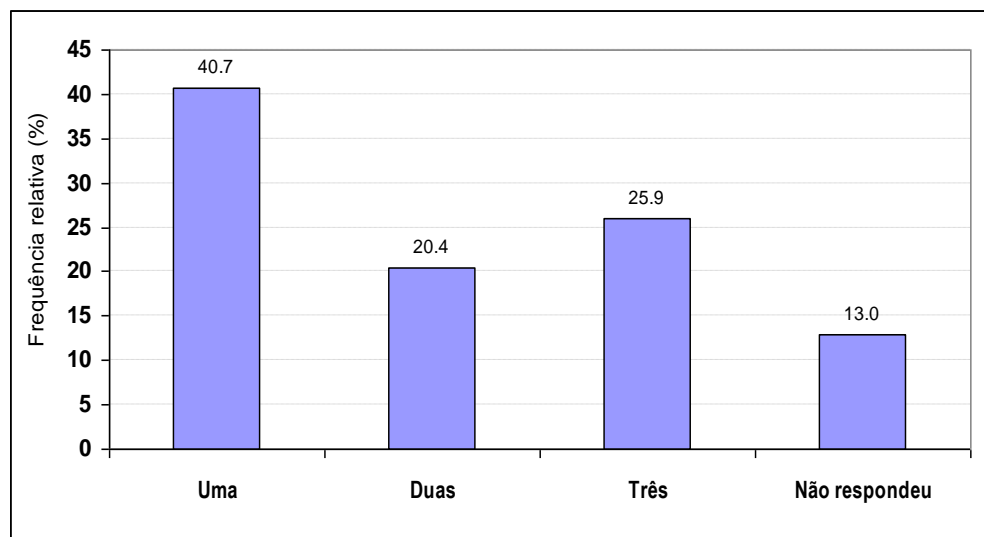
**Tabela 22 – Famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

<b>Famílias por moradia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Uma	22	40,7
Duas	11	20,4
Três	14	25,9
Não respondeu	7	13,0
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)

p-valor =1270, Qui-quadrado

**Gráfico 7 – Famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

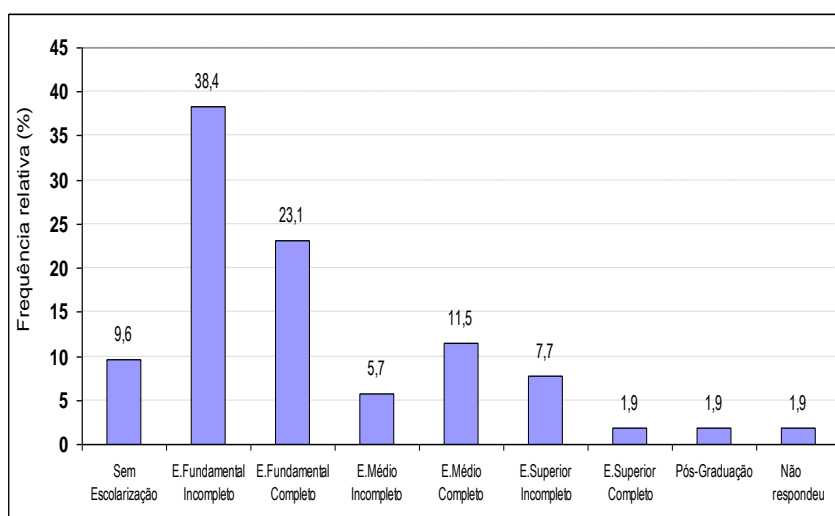
Em relação ao indicador “Grau de escolaridade paterna”, verificou-se uma tendência estatisticamente significante para o ensino fundamental incompleto, apresentando um percentual de 38,4%, seguida dos que possuem ensino fundamental completo, com percentual de 23,1%. Os que não possuem escolarização (9,6%) são superiores aos que no extremo oposto possuem ensino superior completo (1,9%) e pós-graduação (1,9%), conforme se pode identificar na Tabela 23 e no Gráfico 8.

**Tabela 23 – Grau de escolaridade paterna dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Escolaridade	Ocorrências	%
Sem escolarização	5	9,2
E. fundamental incompleto	20	37,0
E. fundamental completo	12	22,2
E. médio incompleto	3	5,6
E. médio completo	6	11,1
E. superior incompleto	4	7,4
E. superior completo	1	1,9
Pós-graduação	1	1,9
Sem informação	2	3,7
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor <0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 8 - Grau de escolaridade paterna dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

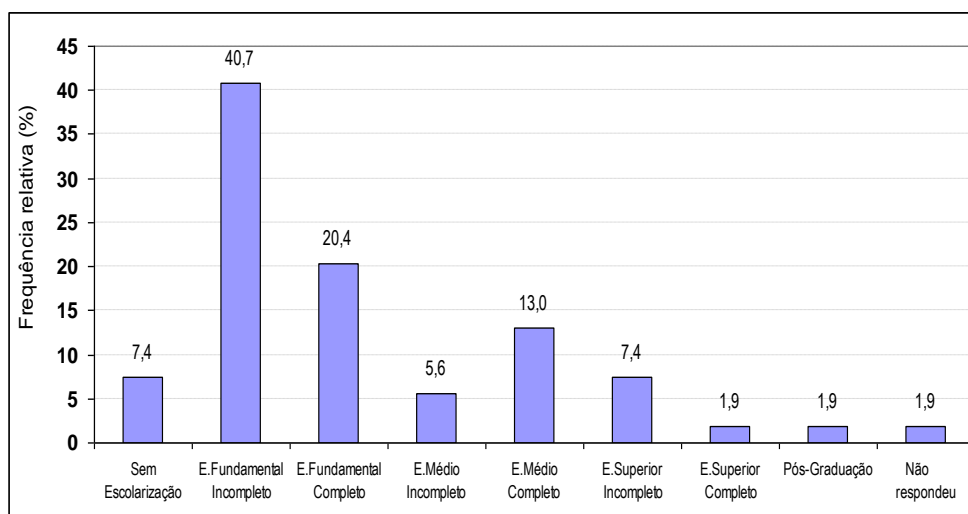
No que concerne ao “Grau de escolaridade materna” verificou-se um patamar percentual superior no subgrupo que possui o ensino fundamental incompleto de 40,7%. Essa tendência foi confirmada pelo p-valor <0.0001\*, o qual é altamente significativo. Em seguida, situaram-se as pertencentes ao subgrupo que possui ensino fundamental completo, com percentual de 20,7%, seguidas das que possuem ensino médio completo com percentual de 13%. As que não possuem escolarização, representando um patamar de 7,4%, apresentam um percentual superior em relação àquelas que possuem ensino superior completo (1,9%) e pós-graduação (1,9%), conforme identificam a Tabela 24 e o Gráfico 9.

**Tabela 24 – Grau de escolaridade materna dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Escolaridade	Ocorrências	%
Sem escolarização	4	7,4
E. fundamental incompleto	22	40,7
E. fundamental completo	11	20,4
E. médio incompleto	3	5,5
E. médio completo	7	13,0
E. superior incompleto	4	7,4
E. superior completo	1	1,9
Pós-graduação	1	1,9
Sem informação	1	1,9
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor <0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 9 – Grau de escolaridade materna dos indígenas investigados residentes em Manaus, (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Os dados revelaram que a baixa escolaridade ainda se constitui uma tendência significativa entre os indígenas migrados a Manaus, uma vez que tanto os pais quanto os interlocutores respondentes dos questionários apresentam percentuais expressivos situados nos níveis de ensino fundamental incompleto e completo.

No que concerne ao indicador “Quantidade de filhos por moradia”, verificou-se que a maioria dos interlocutores da pesquisa possui somente um filho, representando um patamar estatístico de 46,3%, seguidos dos que possuem dois e três filhos, com patamares de 22,2% e 14,8% respectivamente (Tabela 25 e Gráfico 10).

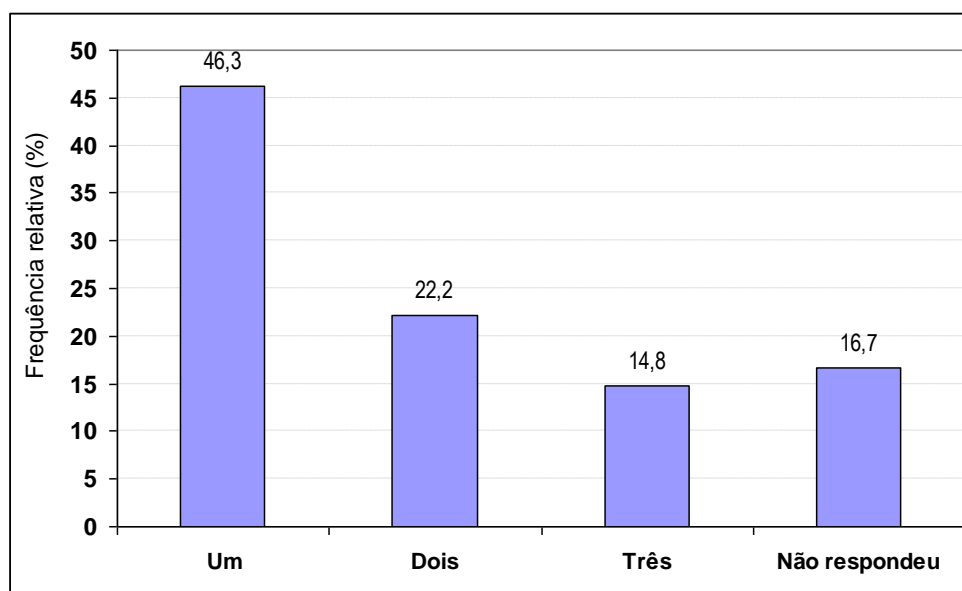


**Tabela 25 – Quantidade de filhos por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Quantidade de filhos	Ocorrências	%
Um	25	46,3
Dois	12	22,2
Três	8	14,8
Não respondeu	9	16,7
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor = 0.2252\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 10 – Quantidade de filhos por moradia dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Ao se cruzar as informações relativas ao indicador “Famílias por moradia” com “Quantidade de filhos por moradia”, observou-se a predominância de uma família por moradia com apenas um (01) filho, visto que os patamares percentuais são mais expressivos para esses subgrupos de informantes. Portanto, pode-se inferir que há uma tendência das moradias indígenas na cidade abrigarem apenas famílias nucleares por moradia, com um (01) filho, fato este que pode estar relacionado ao nível de renda familiar que caracteriza a amostra. Além disso, essa realidade também representa as condições precárias de vida e inclusão da população indígena citadina investigada.

Em termos da participação dos indígenas residentes em Manaus em atividades produtivas, observou-se que a maioria dos pesquisados encontra-se inserida no mercado de

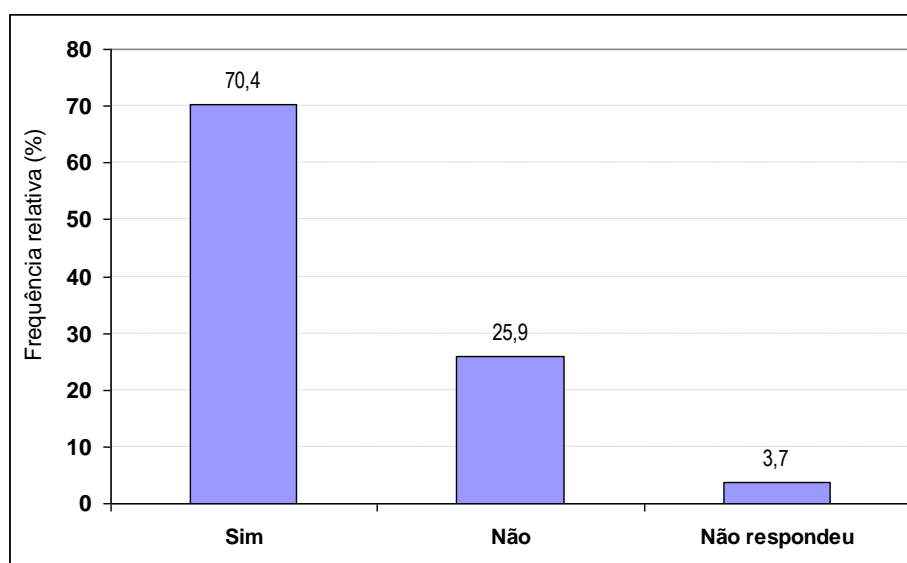
trabalho. A Tabela 26 e o Gráfico 11 denotam essa situação em termos percentuais, em que se identificou um patamar de mais do dobro do proporcional de interlocutores inseridos em atividades produtivas, ou seja, 70,4% trabalham e 25,9% não realizam atividades produtivas. Pode-se inferir também, a partir do teste de hipótese do Qui-quadrado, o qual resultou no p-valor=0.0014 (altamente significativa), que a mão-de-obra indígena vem sendo absorvida pelo mercado de trabalho.

**Tabela 26 – Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Inserção no mercado de trabalho	Ocorrências	%
Sim	38	70,4
Não	14	25,9
Sem informação	02	3,7
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor =0.0014\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 11 – Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Os dados apresentados a seguir indicam que embora o mercado de trabalho tenha absorvido a mão-de-obra indígena, conforme supracitado, essa inserção ocorreu em funções que exigem menor grau de escolarização (Tabela 27). A atividade produtiva que apresentou o maior nível de ocupação foi o artesanato (14,8%), seguida das atividades de serviços gerais e atendente de pizzaria com patamar de 5,6%. Detectou-se também que as atividades de artesanato foram associadas a outras como a de doméstica, de comerciante e a de músico.

Depreende-se disso que os interlocutores mantêm suas tradições culturais, realizando-as em concomitância com as atividades da cidade. O artesanato, representativo dessas tradições culturais no ambiente urbano, propiciou aos interlocutores uma fonte de renda para atender suas necessidades materiais e de sobrevivência.

**Tabela 27 – Funções exercidas no mercado de trabalho pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Funções exercidas no mercado de trabalho	Ocorrências	%
Artesão	8	14,8
Doméstica	2	3,7
Vigilante	1	1,9
Agente de saúde indígena	1	1,9
Arte marchetaria	1	1,9
Artesão/doméstica	1	1,9
Artesão/vendas	1	1,9
Artesão/músico	1	1,9
Metalúrgico e vidraceiro	1	1,9
Assistente administrativo	1	1,9
Comerciante	1	1,9
Pintor/mecânico/pedreiro/carpinteiro	2	3,7
Diretor da CAFI/Presidente do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena	1	1,9
Eletricista	1	1,9
Administração pública e professor	1	1,9
Estágio em advocacia empresarial	1	1,9
Professor	2	3,7
Professor e mecânico	1	1,9
Professor/condutor e técnico de laboratório	1	1,9
Bombeiro hidráulico	1	1,9
Salgadeira	1	1,9
Funcionário público (técnico/SEMED/SEDUC)	2	3,7
Fabricante de argola	1	1,9
Serviços gerais/atendente de pizzaria	3	5,6
Técnica do Núcleo de Educação Escolar Indígena	1	1,9
Técnica de enfermagem	1	1,9
Pedreiro	2	3,7
Sem informação	13	24,0
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação ao “Tempo de permanência no trabalho” os dados estatísticos indicaram que 29,6% dos indígenas investigados permaneceram no mercado de trabalho por um período superior a 6 anos, tendência esta confirmada pelo p-valor =0.0067\* que é altamente significativa. Em seguida encontram-se os indígenas com permanência de 1 a 3 anos no mercado de trabalho, representados por um patamar de 22,2%. Depreende-se disso que o tempo de permanência dos indígenas no mercado de trabalho em Manaus representa um grau

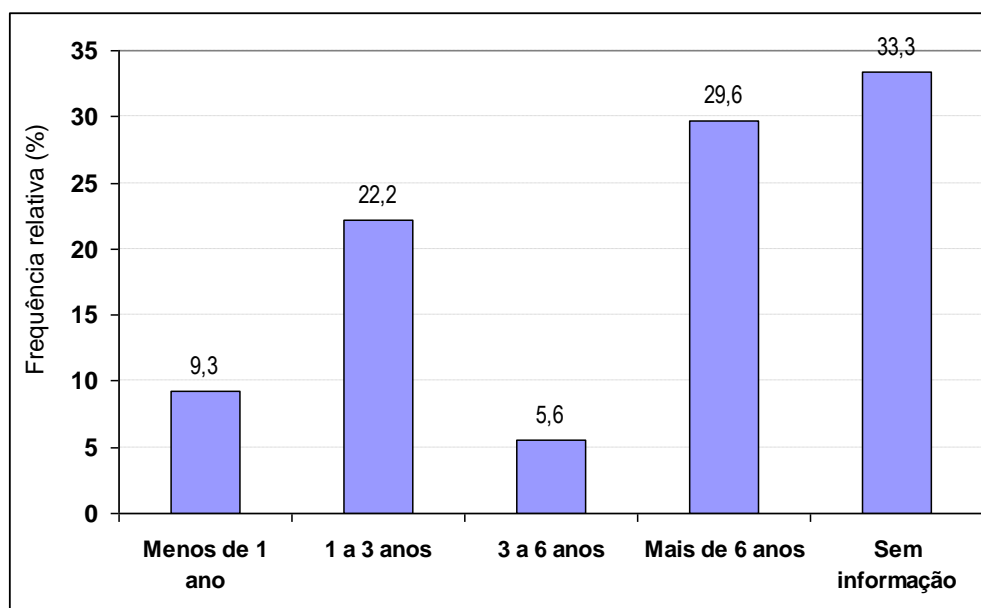
de razoabilidade, considerando-se as necessidades de sobrevivência em atividades cuja vulnerabilidade denota curta duração (Tabela 28 e Gráfico 12).

**Tabela 28 – Tempo de permanência no trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Tempo de Permanência	Ocorrências	%
Menos de 1 ano	5	9,3
1 a 3 anos	12	22,2
3 a 6 anos	3	5,6
Mais de 6 anos	16	29,6
Sem informação	18	33,3
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor =0.0067\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 12 – Tempo de permanência no trabalho dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Em termos de “Assistência institucional”, constatou-se que 75,9% de indígenas citadinos investigados não informaram o tipo de assistência que recebem do Estado. As razões para a abstenção em responder a esse indicador podem ser as mais variadas possíveis, o que não significa que não sejam assistidos ou desconheçam as ações de assistência institucional, daí não se ter uma conclusão definitiva a esse respeito. Considerando-se essa variável, para aferir a política de assistência governamental mais efetiva para os indígenas citadinos investigados, as 13 respostas obtidas foram submetidas ao teste de hipótese (Qui-quadrado). O

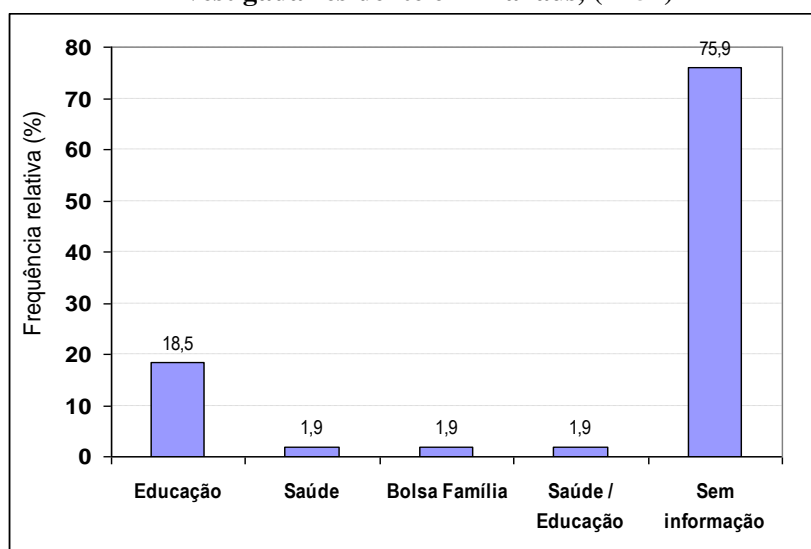
resultado dessas respostas mostrou que a assistência educacional, com 18,5% do total, foi a que apresentou maior proporção. Esse resultado foi corroborado pelo p-valor = 0.0023\* o qual é altamente significativo, expressando que esta ação governamental é aquela que é mais visível e reconhecida pelos indígenas, conforme identificam a Tabela 29 e o Gráfico 13.

**Tabela 29 – Tipo de assistência que possui a população indígena investigada residente em Manaus (n=54)**

Tipo de assistência	Ocorrências	%
Educação	10	18,5
Saúde	01	1,9
Bolsa Família	01	1,9
Saúde/educação	01	1,9
Sem informação	41	75,9
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor =0.0023\*, Qui-quadrado.

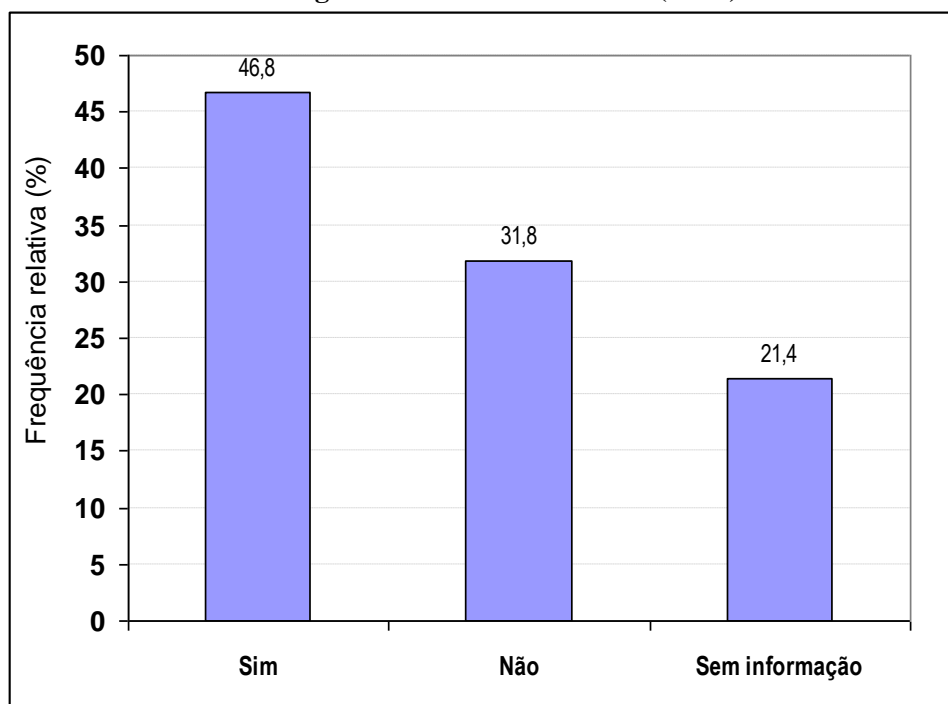
**Gráfico 13 – Tipo de assistência que possui a população indígena investigada residente em Manaus, (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

No que concerne à “Participação política em associações”, detectou-se que 46,8% dos indígenas investigados responderam de modo positivo, expressando que os mesmos podem encontrar nessas organizações espaços para manter os elos presentes com suas aldeias. Depreende-se disso que essa participação não é exclusiva do meio urbano de Manaus, mas uma continuidade daquilo que já era praticado em locais próximos às aldeias. O Gráfico 14 identifica essa participação política dos indígenas investigados.

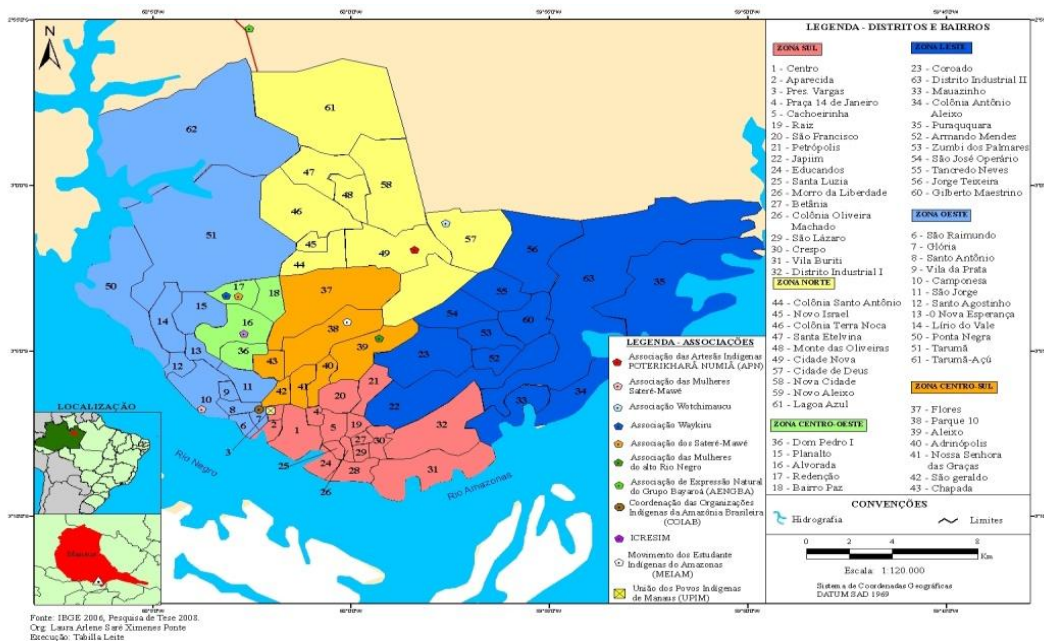
**Gráfico 14 – Participação política em associações da população indígena investigada residente em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

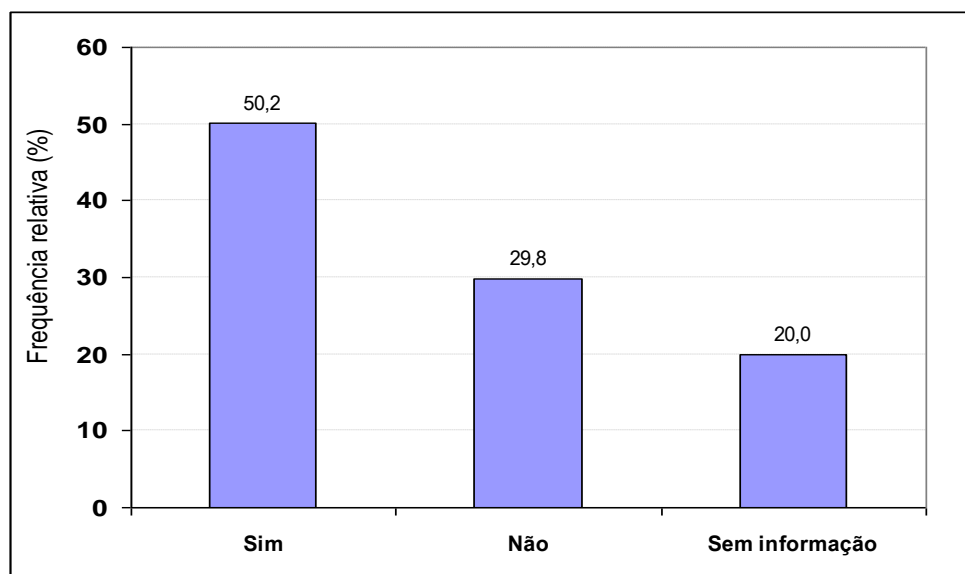
Quanto ao “Tipo de participação em associações”, observou-se que os indígenas investigados envolveram-se em organizações de diversas modalidades, representadas pelo tipo de agrupamento: por etnia, origem étnica, gênero, localização geográfica e categoria profissional, conforme indica o Mapa 9.

**Mapa 9 – Tipo de participação em associações dos indígenas em Manaus**



Em relação ao “Conhecimento de políticas públicas”, 50,2% dos indígenas investigados em Manaus declararam conhecer políticas públicas dirigidas para os mesmos (Gráfico 15).

**Gráfico 15 – Conhecimento de políticas públicas dos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

No que concerne ao “Tipo de política pública que conhecem”, detectou-se uma contradição nos dados levantados, uma vez que 34 dos indígenas investigados não informaram o tipo de política pública conhecida. Em relação aos demais indígenas, registrou-se o conhecimento, por indígena investigado, de apenas uma das políticas públicas a eles ofertadas, constatando-se a existência de ações governamentais diferenciadas nas esferas da saúde, da educação, da moradia, do emprego e renda, envolvendo a participação de instituições nos âmbitos federal, estadual e municipal (Tabela 30).

**Tabela 30 – Tipo de política pública conhecida pela população indígena investigada residente em Manaus (n=54)**

<b>Tipo de política</b>	<b>Ocorrências</b>
Assistência diferenciada para os índios urbanos	01
Assistência médica	01
Cotas UEA/ Saúde diferenciada/SEMSA	01
Curso de pedagogia intercultural indígena	01
Direitos indígenas e educação escolar indígena	01
Educação diferenciada	01
Educação e política pública	01
Educação escolar indígena	01
Educação SEMED	01
Feira indígena Pú Kaa e contratação de professores pela SEMED	01
FEPI/FUNAI/FUNASA	01
FEPI/COIAB	01
Implementação do ensino diferenciado e atendimento diferenciado no SUS	01
Moradia	01
Moradia e cultura	01
Na área política	01
Política de cotas da UEA	01
Política do governo para povos indígenas	01
Projeto SEPRO (Secretaria de Estado e Planejamento), para construção de casas para povos indígenas	01
Sistema de cotas da UEA e do PAIC Indígenas (FAPEAM)	01
Sem informação	34
<b>Total</b>	<b>54</b>

Fonte: Dados da autora (2009)

A respeito do atendimento aos indígenas mediante políticas públicas, 18,5% dos investigados em Manaus responderam que reconhecem a existência dessas políticas, na proporção de um para cada cinco (1/5) dos informantes. Dessas políticas, identificou-se o reconhecimento de um patamar de 14,8% para educação, seguida de 9,3% em relação à sustentabilidade econômica e 5,6% de saúde.

Após opinarem sobre o reconhecimento de políticas públicas dirigidas à população indígena residente em Manaus, os investigados assinalaram a necessidade do poder público investir financeiramente nessas políticas, haja vista reconhecerem que a falta de investimento, que promova a implementação dessas políticas, ocasiona problemas de diversas ordens, cujas consequências influenciam negativamente nas programações culturais, na habitação, na saúde e na educação dos mesmos. Na Tabela 31 e no Gráfico 16 são identificadas as sugestões dos indígenas investigados quanto às políticas públicas a serem adotadas aos mesmos.

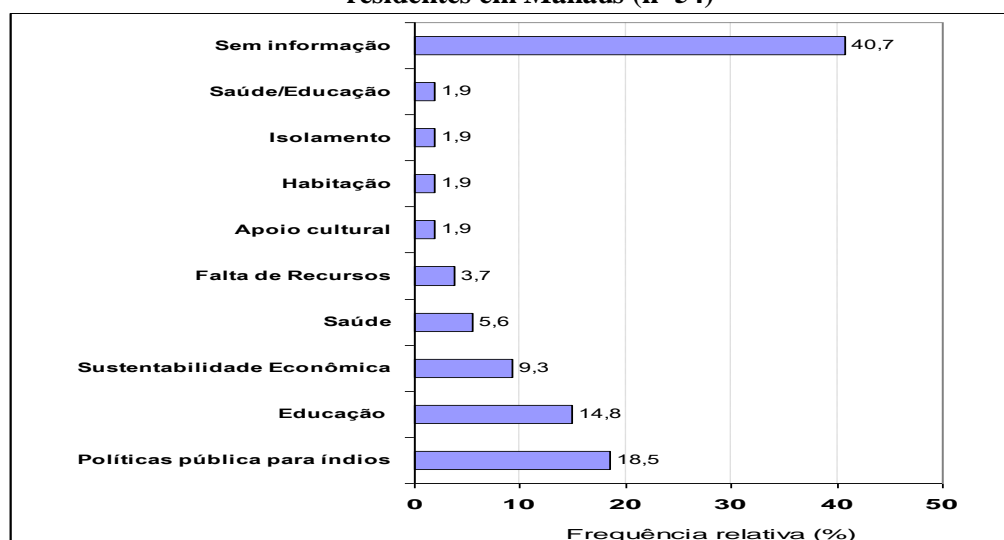


**Tabela 31 – Políticas públicas sugeridas como necessárias pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**

Sugestão de políticas públicas	Quantidade	Percentual %
Políticas gerais para indígenas	10	18,5
Educação	8	14,8
Sustentabilidade econômica	5	9,3
Saúde	3	5,6
Falta de recursos	2	3,7
Apoio cultural	1	1,9
Habitação	1	1,9
Isolamento	1	1,9
Saúde/educação	1	1,9
Sem informação	22	40,7
Total	54	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)

**Gráfico 16 – Políticas públicas sugeridas pelos indígenas investigados residentes em Manaus (n=54)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Da pesquisa realizada com os indígenas investigados residentes em Manaus, constatou-se que os mesmos apresentam-se com grande visibilidade política, pois os indicadores denotam uma variada e diferenciada representatividade étnica e demográfica na cidade, com uma população significativa, conforme assinalado anteriormente. Apontam também que se constituem por uma população em sua maioria de jovens, migrados há mais de seis anos, constituídos por famílias nucleares e extensas. Além disso, denota-se adaptabilidade aos padrões culturais e sociais citadinos, apesar da manutenção de hábitos culturais tradicionais. Vale ressaltar ainda que se encontram, em sua maioria, inseridos educacional e

profissionalmente, vez que atuam no mercado de trabalho local, tanto em atividades vinculadas à cultura indígena quanto à cultura urbana.

No que concerne à organização política, verificou-se que se encontram inseridos em várias associações, com articulação nas esferas do poder público, federal, estadual e municipal, apesar de sua invisibilidade perante a sociedade local. A despeito disso, esses indígenas apresentam-se politicamente organizados na sociedade civil local, o que denota uma contradição no sistema capitalista, o qual exclui os grupos considerados de menos valor, incluindo-os seletivamente.

Como exemplo dessa inclusão seletiva o Estado promoveu a criação da FEPI<sup>84</sup>, articulada aos indígenas aldeados, que se responsabilizou pela representação de assuntos voltados aos interesses indígenas no estado do Amazonas. Atualmente, essa instituição foi extinta, sendo substituída por um órgão estatal vinculado diretamente ao poder executivo do Estado, isto é, à Secretaria de Assuntos Indígenas, sob a coordenação de indígenas.

### **5.1.2 Saúde indígena em Manaus**

A saúde dos povos indígenas residentes em Manaus passou a ser objeto de ação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a partir de outubro de 2005, quando foi criado um setor direcionado à saúde indígena em Manaus denominado Núcleo de Saúde Indígena, pois, anteriormente, era de responsabilidade da FUNASA e da FUNAI, porém estas instituições só atendiam aos indígenas aldeados, pelos quais essas fundações respondiam.

Segundo o interlocutor Aldenor Tikuna<sup>85</sup>, as ações da SEMSA eram pontuais, haja vista os recursos orçamentários insuficientes. Além disso, a Secretaria não contava com um local próprio para o atendimento dos indígenas citadinos, uma vez que em Manaus apenas uma comunidade indígena era reconhecida, motivo pelo qual as ações de saúde eram dirigidas a ela.

Conforme relatos do interlocutor e dos indígenas entrevistados, a criação de um centro de referência indígena em Manaus, com os recursos financeiros disponíveis para o atendimento à saúde, constituía-se em uma das principais reivindicações das populações indígenas na capital. Essa reivindicação foi constantemente negada pelo poder público sob a justificativa de que isso poderia estimular a segmentação do atendimento à população em

---

<sup>84</sup> Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Sustentabilidade, dirigida por indígenas.

<sup>85</sup> Liderança do movimento indígena, com formação superior em Turismo e tempo de permanência em Manaus de 26 anos. Entrevista realizada em Manaus, 2009.

geral, haja vista que abriria precedentes para atender outros segmentos e minorias, além dos indígenas.

A FUNAI e a FUNASA ainda não reconhecem oficialmente a presença das comunidades indígenas residentes em Manaus, apesar de constarem em seus registros tais presenças, visto que a única comunidade reconhecida como indígena é uma comunidade rural localizada em Cuieiras, há aproximadamente 80 km de distância de Manaus. As demais comunidades não são reconhecidas pela FUNAI e pela FUNASA, motivo pelo qual não foram desenvolvidos projetos para comunidades indígenas citadinas. O atendimento dos indígenas residentes em Manaus era realizado de modo generalizado apenas pela prefeitura.

A luta pelo atendimento diferenciado à saúde indígena denota um debate de dupla dimensão. A primeira, de caráter cultural, em decorrência da necessidade de um atendimento que considere as tradições culturais das populações indígenas em relação ao uso da medicina pelos mesmos. Um exemplo disso foi apontado por Tikuna em sua entrevista ao relatar um episódio ocorrido com uma criança Yanomami:

[...] nossa luta é essa, que nós tenhamos pelo menos um centro de referência, por que a saúde diferenciada precisa ser entendida. Essa situação, [...] sobre um caso de uma garota Yanomami, [...] que tinha hidrocefalia e retornou pra aldeia, depois voltou para o hospital; quer dizer: a comunidade entendeu que realmente ela precisava de um tratamento médico e o pajé não conseguiu resolver. Se ela tiver que morrer aqui, ela vai morrer aqui, acho que agora a comunidade entendeu (ENTREVISTA/TIKUNA, MANAUS, 2009).

A segunda dimensão do debate quanto à gestão da saúde indígena é de ordem administrativa. A Casa de Saúde do Índio (CASAI) sediada em Manaus atende a todo o estado do Amazonas e ainda recebe indígenas do Acre e de Roraima, provocando um quadro de superlotação difícil de ser administrado. Além da CASAI, o problema do atendimento se repete na atuação do Distrito Sanitário Indígena de Manaus (DSEI/Manaus), que apesar de abranger dezenove municípios, inclusive Manaus, conforme relatam os entrevistados, somente uma das comunidades indígenas recebia atenção à saúde. Para Tikuna (2009) essa situação constitui um problema relacionado à estrutura organizacional do Ministério da Saúde, visto que a saúde indígena faz parte das atribuições das coordenações regionais da FUNASA, por meios dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Para esse interlocutor, a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, como órgão federal gestor da política de saúde indígena no país, possibilitou aos DSEI uma gestão diferenciada, na medida em que, com maior independência na gestão dos recursos, a coordenação do DSEI não dependerá do aval da coordenação da FUNASA para contratar e executar ações, o que, segundo o depoente, permitirá que o trabalho flua, suprimindo-se a burocracia.

Em 2006 a SEMSA realizou um seminário de saúde indígena na cidade de Manaus. O resultado do seminário foi considerado favorável pela interlocutora, uma vez que a presença da mídia refletiu no posicionamento dos gestores que passaram a se responsabilizar pela saúde indígena em Manaus. Ainda no mesmo ano, ocorreu uma capacitação para profissionais da rede de saúde, com ensino médio e superior.

No período de 2006 a 2007 a SEMSA desenvolveu em parceria com a SEMED um programa de capacitação, levantamento e localização sobre a saúde indígena, envolvendo quarenta pessoas das duas secretarias, o qual resultou na elaboração de um mapa.

Em 2008, segundo uma interlocutora da pesquisa<sup>87</sup>, foi efetivada uma parceria entre a SEMSA e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para capacitação de profissionais do INPA, da UFAM e da FUNASA por meio de um curso de especialização em Antropologia da Saúde, intitulado “Capacitação em Antropologia para a Saúde Indígena”.

No período compreendido entre 2008 e 2009 a SEMSA promoveu eventos, mediante a apresentação de diversos temas e pesquisas realizadas por esta, com o objetivo de divulgar o seu trabalho às instituições convidadas, tais como: SEMED, SEDUC, FUNASA, DSEI/Manaus e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Esses eventos visavam à efetivação de parcerias com as instituições convidadas, o que segundo a interlocutora supracitada gerou resultados positivos, proporcionando a abertura de canais por meio de convênios e parcerias com diversas associações. Os eventos contaram com a participação de indígenas, inclusive proferindo palestras, como no caso da indígena Celina Baré que proferiu palestra no Curso de Antropologia para a Saúde Indígena.

Depreende-se, a partir da leitura dos documentos e dos relatos dos técnicos, que as metas estabelecidas pela SEMSA, como o atendimento diferenciado ao indígena nas unidades básicas de saúde e a construção do mapa dos indígenas residentes em Manaus, foram alcançadas. Segundo os técnicos da SEMSA o atendimento diferenciado de saúde ao indígena foi a meta que mais se aproximou das reivindicações indígenas. A partir dessa ação os indígenas residentes em Manaus foram identificados nas unidades de saúde por meio de suas identidades étnicas, mediante preenchimento de formulários nas triagens.

Ainda em relação ao atendimento diferenciado de saúde, os indígenas entrevistados relataram que as principais lideranças indígenas cidadinas participaram ativamente nesse processo de construção dessas medidas, especialmente em 2009, durante a elaboração do

---

<sup>87</sup> Paula Francineth Fróes da Silva Azevedo - antropóloga, com especialização em Antropologia da Saúde e Antropologia Social e Gestão em Etnodesenvolvimento; responsável pela coordenação da saúde indígena na SEMSA. Entrevista realizada em 2009.

Plano Municipal de Saúde Indígena, que objetivava propor políticas de saúde indígena para o município de Manaus. O referido plano foi apresentado às lideranças indígenas e para a conselheira Maria do Carmo Wanano, do Conselho Municipal Indígena.

A referida conselheira, em entrevista realizada em Manaus, em 2009, avaliou que o processo de construção da política de saúde indígena não envolveu os setores acadêmicos da cidade. Segundo essa interlocutora o tema sobre a criação de uma política de saúde indígena no município não foi objeto de preocupação de etnólogos, indigenistas e antropólogos, pelo fato desses profissionais somente se envolverem com questões relacionadas aos indígenas aldeados. Depreende-se dessa avaliação, diante do suposto desinteresse da academia, que o governo municipal apropriou-se desse debate e construiu mediações políticas com as lideranças indígenas cidadinas para a elaboração do Plano Municipal de Saúde Indígena.

Conforme leitura do documento oficial da SEMSA (MANAUS, 2009) esse plano visava atender, em suas respectivas unidades de atendimento, aos seguintes povos indígenas: Baré, Tukano, Kambeba, Baniwa e Tucano Jawariano, no Posto de Saúde Rural (PSR) em Cueiras, assistindo a 536 indígenas; diversos povos indígenas na CASAI/Manaus com atendimento a 300 pessoas; Dessano e Tucano no PSR Nossa Senhora do Livramento, atendendo 101 indígenas; Tuika (275 atendidos) e Sateré-Mawé (72 assistidos), no PSR Nossa Senhora Auxiliadora; Mura, no PSR Nossa Senhora do Carmo, com 65 atendimentos. Ao todo, o Plano previa um atendimento anual em Manaus de 1.349 indígenas.

A SEMSA registrou em 2009 a presença de um contingente populacional de 10.000 indígenas citadinos de etnias diversas, habitando a periferia da capital (MANAUS, 2009). Relatos dos técnicos da SEMSA informaram que esses indígenas, organizados em grupos étnicos, foram encontrados de diversos modos: isolados, em associações e comunidades, ou apenas reunidos em torno da família nuclear. A organização social em grupos étnicos os diferenciava da população atendida pela SEMSA e contribuía para aumentar seu poder de pressão junto às instituições governamentais para a ampliação do atendimento à saúde indígena.

No tocante ao atendimento federal à saúde indígena em Manaus, entre 2008 e 2009 o debate, envolvendo as lideranças indígenas, movia-se em torno da criação da Secretaria de Saúde Indígena.

A esse respeito, a liderança Jocimar A. Gouvêa (Mara Kambeba)<sup>88</sup> opinou que a construção desse órgão foi resultado de um processo antidemocrático no qual os indígenas

---

<sup>88</sup> Militante indígena, inicialmente do movimento estudantil e atualmente do relacionado à saúde indígena. Residente em Manaus desde 1986, porém, somente a partir de 1995 passou a participar do movimento indígena e

menos favorecidos poderiam sofrer consequências negativas quanto ao atendimento à saúde. Segundo a interlocutora a criação dessa secretaria teria problemas na sua origem, pois nasceu no interior da FUNASA, há muito desgastada quanto à gestão da saúde indígena. Assim se pronunciou a interlocutora:

[...] Eu disse que eles iam trocar seis por meia dúzia, mesmo porque são as mesmas pessoas que hoje estão na FUNASA que estariam ajudando na construção desta Secretaria. [...] quando eu tinha questionado que deveria se fazer uma reestruturação, mudar o modelo de funcionamento de gestão, foi feita uma discussão grande aqui em Manaus e muitos me questionaram (Informação verbal, 2009).

Mara Kambeba havia se afastado das discussões sobre saúde indígena durante um determinado período, em virtude de seus estudos acadêmicos. Em 2009, entretanto, retornou ao debate, embora defendesse que as antigas lideranças denominadas de “parentes” deveriam ser convocadas a essa discussão, pelo fato de terem iniciado a luta pela saúde indígena. Apesar disso, ressaltou a existência de um movimento recente, qualificado e competente capaz de acompanhar as questões que envolvem a saúde indígena, conforme afirmou:

[...] a gente não sabe tudo. Sempre se precisa de uma palavra, de algum ajuste, de uma colaboração [...] um ouvindo o outro, e chegar a um determinado ponto comum que vai beneficiar a todos. Porque você tem que pensar no funcionamento, na estrutura, nos recursos humanos, no andamento, na finalidade dessa Secretaria (Informação verbal, 2009<sup>89</sup>).

Depreende-se da fala de Kambeba a existência de opiniões divergentes entre as lideranças indígenas quanto à criação da Secretaria de Saúde Indígena, uma vez que, conforme relatos dos indígenas entrevistados, uma corrente composta pela maioria das lideranças defendia a sua criação, outra defendia o retorno da saúde indígena à FUNAI. Kambeba reconhece a necessidade da criação da secretaria, embora considere que a edição do decreto presidencial que a criou não permita dirimir dúvidas em relação a algumas questões, tal como se a secretaria responderia pela saúde de todos os indígenas, aldeados ou citadinos.

Os relatos dos indígenas entrevistados apontaram a precariedade do atendimento à saúde indígena na periferia de Manaus. Em relação a isso, Kambeba reitera esses relatos ao enfatizar que o atendimento aos aldeados é mais estruturado em comparação aos citadinos, pelo fato desses últimos estarem à disposição do atendimento pelo SUS, o qual oferta um atendimento precarizado à população, inclusive aos indígenas.

---

do movimento de mulheres. É aluna do Curso de Serviço Social, da Faculdade Dom Bosco, sediada em Manaus (AM) e coordena o Instituto Centro de Referência e Apoio a Saúde Indígena de Manaus (ICRASIM). Entrevista realizada em Manaus, 2009.

<sup>89</sup> Entrevista realizada com Mara Kambeba, em Manaus, 2009.

Para a interlocutora, uma forma de minorar essa situação de atendimento aos indígenas, consistiu no trabalho realizado pelo Instituto Centro de Referência e Apoio a Saúde Indígena de Manaus (ICRASIM), o qual tinha a função de orientar, viabilizar e marcar consultas na rede de atendimento do SUS.

Além disso, segundo a interlocutora, quando os recursos existiam, a ICRASIM providenciava transportes e medicamentos aos indígenas adoecidos. Entretanto, mesmo reconhecendo a importância desse atendimento prévio, Kambeba teceu críticas a esse tipo de assistencialismo, afirmando que: “[...] não é assim que o estatuto do projeto prevê a interlocução junto ao SUS, para a viabilização do atendimento ao indígena, [...] mesmo porque o Instituto não tem condições, por se tratar de um Instituto sem fins lucrativos” (Informação verbal, 2009).

Outro agravante ao atendimento dessa população, diz respeito ao preconceito em relação ao indígena. Os indígenas entrevistados relataram que os postos de saúde e os hospitais recusavam o atendimento aos indígenas enfermos, direcionando-os à CASAI ou à FUNASA. Os indígenas entrevistados sugeriram um diálogo amplo entre as organizações indígenas, o poder público e os assistentes sociais dos hospitais e postos de saúde, com o objetivo de minimizar esse tipo de problema. Propuseram também que as conferências de saúde discutissem a questão do preconceito indígena relacionada à humanização do atendimento. Depreende-se desses relatos que uma das soluções para diminuir o preconceito no atendimento ao indígena, relaciona-se à capacitação dos profissionais da saúde quanto à necessidade de humanizar a relação com o indígena usuário do SUS.

Contudo, o atendimento diferenciado aos indígenas era muito questionado pelo poder público em Manaus. Para os indígenas entrevistados, somente a organização política dos indígenas na sociedade civil seria capaz de pressionar o Estado quanto ao reconhecimento desse direito. A dificuldade para isso, entretanto, estava na fragmentação e na setorização do atendimento à saúde indígena em Manaus, ofertada tanto por organismos federais quanto municipais, o que acabava por fragilizar a organização indígena.

A “pulverização” da oferta do serviço de saúde ao indígena repercute negativamente na sua mobilização, fragilizando a organização indígena cidadina na luta por seus direitos universais à saúde de qualidade. Além disso, devido à divulgação na mídia de informações deturpadas quanto a algumas reivindicações dos indígenas, como por exemplo, invasões de sede da FUNASA, protestos públicos, entre outras, ocasionaram repercussões desfavoráveis na sociedade local.

Kambeba, ao analisar essa situação, assinalou que isso gerou posturas de “anonimato” da condição étnica dessa população, afirmando que:

[...] por isso que algumas coisas que a gente passa, a gente prefere ficar no anonimato, lá quietinhos porque se sente com vergonha do movimento. Até por onde ando perguntam: e aí Mara, cadê os teus parentes? Sabe, eles me retaliam assim. Eu disse poxa, não sou eu, tem algumas pessoas, não generaliza. [...] A gente ficou muito mal visto como índios saqueadores (Informação verbal, 2009).

A partir do depoimento de Kambeba e dos relatos dos indígenas entrevistados, percebem-se zonas de invisibilidades na relação estabelecida entre indígenas e não indígenas em Manaus. Em situações que envolvem a mobilização indígena, geralmente as informações são manipuladas de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos, os quais se constituem como “formadores de opinião” na sociedade capitalista, e em Manaus são utilizadas como pretextos para discriminações étnicas.

A fragilização da organização indígena se refletia também nas negociações políticas. Um exemplo disso pôde ser constatado durante o processo de negociações sobre o preenchimento de cargo de coordenador da FUNASA/AM e do DSEI/Manaus, ocorrido 2009. Na disputa pela FUNASA participaram indígenas e não indígenas. O resultado desse processo não foi favorável aos indígenas em decorrência dos divergentes interesses políticos, nas diversas esferas do poder, que envolveram a negociação. Para os indígenas entrevistados o referido episódio denotou a fragilização do movimento indígena em Manaus.

A situação da saúde indígena também é agravada por condicionantes derivados da própria organização, uma vez que, apesar da inserção nos espaços representativos, não há um comprometimento efetivo com a comunidade. Kambeba assinala isso em sua fala ao criticar o comportamento dos próprios indígenas em relação ao compromisso com os “parentes”, haja vista considerar que “[...] o compromisso não é só dos ‘brancos’, mas principalmente dos índios” (Informação verbal, 2009). Nesse sentido, assume que por estarem inseridos nos espaços dos “brancos”, como no Conselho Nacional de Saúde têm culpa, pois mesmo ocupando esses espaços a situação da saúde indígena não melhora.

Segundo Kambeba, o problema da fragilização da organização indígena resulta também da setorização do atendimento da saúde destes, refletindo-se na fratura da unidade construída pelos povos indígenas no tocante às pressões sobre o Estado. Diante dessa situação de debilidade no atendimento da saúde indígena, as organizações convocam os órgãos indigenistas (FUNAI, FUNASA) para mediar conflitos relacionados ao precário atendimento de saúde. Ao invés de assumirem as dificuldades e resolverem os problemas, os



órgãos indigenistas transferem entre si a responsabilidade de resolvê-los, sem, entretanto, fazê-lo. Conforme assinala Kambeba, esse fato pode ser reflexo da:

[...] falta de união desses órgãos, de compromisso sério, da intersectorização. Quem é de saúde cuida da saúde, quem é de educação cuida de educação, aí é que está o nosso erro. A gente não consegue entender que todos são responsáveis pelo bem estar social da sociedade, principalmente dos povos indígenas, nosso povo. Tudo passo a passo; sem saúde a gente não tem educação. Sem saneamento básico, a gente não tem saúde; sem moradia, a gente não consegue viver bem [...]. Onde você vai dormir? Com quem você vai se alimentar? Não sabe nem se vai amanhecer bem, se vai chover; sabe! Então tudo isso é agregado ao bem estar social, onde todos deveriam estar unidos. Na verdade existe um esfacelamento das políticas (Informação verbal, 2009).

Mediante a fala da interlocutora e dos depoimentos dos indígenas entrevistados, constatou-se que a precarização do atendimento à saúde indígena em Manaus decorria da desarticulação entre os vários setores que atuavam com as populações indígenas, uma vez que para os interlocutores as instituições deveriam atuar de modo a abranger todos os aspectos da vida dos indígenas, seja na educação, seja na saúde ou na moradia. Além disso, as lideranças indígenas que participavam de conselhos representativos não eram estimuladas à capacitação, o que gerava desconfianças dos indígenas cidadãos em relação aos agentes da administração pública, no sentido de impedir a participação qualificada nas discussões sobre o precário atendimento à saúde indígena na cidade.

Outra questão apontada pelos interlocutores diz respeito à dificuldade de compreensão das lideranças indígenas no que concerne às problemáticas da saúde indígena, haja vista a complexidade da estrutura burocrática do Estado. Para esses interlocutores a solução seria a orientação, o esclarecimento e a conscientização dessas lideranças em relação aos problemas, uma vez que estas detêm um papel importante na mediação entre os órgãos e a população indígena.

Em termos da capacitação dos conselheiros indígenas, alguns interlocutores assinalaram que há limitações, “[...] que é muito difícil acompanhar os profissionais ‘brancos’”. Ao diferenciar a atuação entre um profissional “branco” e um indígena, observa a interlocutora que “[...] o ‘branco’ é um profissional que irá contribuir muito com os indígenas, já que é capacitado” (Informação verbal, 2009). Apesar disso, assinala que há alta rotatividade na função dos profissionais de saúde, gerando um descompromisso com o trabalho realizado, causando um prejuízo à comunidade indígena. Isso foi percebido na SEMED/Manaus com a saída de vários técnicos do setor que atuavam com a educação escolar indígena. As

justificativas para essa decisão eram diversas, desde sucateamento do setor que atuavam, até pessoais.

Os interlocutores apontaram ainda que os profissionais adequados para realizar as atividades com indígenas são os próprios indígenas, os quais requeriam a devida capacitação, visto que os “não indígenas” teriam dificuldades de se comunicar, assim como em se adaptarem aos hábitos e aos costumes.

Em relação à gestão nas instituições públicas que tratam dos assuntos indígenas os entrevistados reconheceram que as mudanças legais pós-CF/1988 inauguraram um novo modelo de gestão. Segundo Celina Baré<sup>90</sup> esse modelo significou uma conquista dos povos indígenas, visto que, anteriormente, a política indigenista era centralizada na FUNAI. Baré assinalou que os indígenas, a partir das mobilizações em torno da CF/1988, defenderam o controle social com a participação da sociedade civil e dos movimentos indígenas organizados na política de saúde, cujo resultado propugnou a legislação específica de atendimento diferenciado à saúde dos indígenas. Segundo relato dessa interlocutora, o fato que impulsionou essa mudança foi o genocídio sofrido pelos Yanomami, devido aos ataques de garimpeiros e doenças infectocontagiosas, que tiveram repercussão internacional.

Não havia mobilização do governo para impedir essas práticas, tampouco dos governos antecedentes. Igualmente, inexistiam planejamentos discutidos com a sociedade civil, visto que a meta era o desenvolvimento da Amazônia, constituindo a população indígena como obstáculo a esse processo, o que justificou esse extermínio.

A mobilização em busca dos direitos indígenas na Constituinte resultou no reconhecimento da população indígena em sua organização social, costumes, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Durante esse processo de mobilização, as conferências, os seminários e os encontros constituíram eventos de fundamental importância na luta pelo direito à saúde indígena, com a participação de suas organizações.

Contudo, apesar dessas mobilizações, os indígenas entrevistados em Manaus informaram que os órgãos indigenistas, além dos poucos recursos financeiros recebidos, contam com reduzido quadro de pessoal, baixa qualificação e precarizada formação diante das demandas a serem atendidas, considerando-se os graves problemas de saúde dos indígenas. Além disso, assinalaram que a continuidade desses problemas acirraria o quadro de

---

<sup>90</sup> Militante do movimento indígena, com vasta experiência política. Na época da entrevista (2009) era coordenadora da Organização de Desenvolvimento Econômico-Social dos Povos Indígenas (ODESPI), sediada em Manaus, em uma sala da FUNASA.

precarização da saúde vivenciado pela população indígena, haja vista a legislação nacional estabelecer restrições ao atendimento de saúde aos indígenas desaldeados.

Em sua entrevista, Baré enfatizou que o direito ao reconhecimento da saúde diferenciada, adequada à estrutura e às tradições indígenas, foi uma das maiores conquistas desta população ainda que restrita às aldeias. O resultado desse reconhecimento concretizou-se na implantação dos distritos sanitários indígenas (DSI), na estrutura da FUNASA, a partir de 1999. Os debates anteriores promovidos pelo movimento indígena nas conferências e seminários, conforme enfatiza a interlocutora, “[...] aceleraram o diálogo com as várias instituições do governo para a implantação dos DSI, por meio de proposições originadas nos fóruns e nos encontros nacionais” (ENTREVISTA/BARÉ, 2009)<sup>91</sup>.

Ainda em relação a esse processo, Baré não diferenciava as atuações da FUNAI e da FUNASA, uma vez que esta, mesmo contando com mais recurso que aquela, continua a enfrentar dificuldades quanto ao atendimento à saúde indígena de qualidade, cujo quadro de agravamento acirrou-se com o processo de terceirização desse atendimento quando os recursos financeiros da FUNASA passaram a ser repassados diretamente às ONGs. Essa terceirização foi apontada por Baré e pelos indígenas entrevistados como agravante à precarização do atendimento à saúde indígena, afetando diretamente sua qualidade de vida.

A partir das informações fornecidas por Baré, a interlocutora elencou os seguintes obstáculos à execução de políticas públicas efetivas aos indígenas em Manaus: falta de concurso público para FUNASA, especificamente para saúde indígena; regras rígidas nos editais dos concursos, visando à permanência de mão-de-obra nas aldeias indígenas; terceirização da saúde indígena; reduzida qualificação na formação dos próprios indígenas nas aldeias/bases; fragilização do movimento indígena frente aos graves problemas que afetam os direitos dos povos indígenas, principalmente nas questões que envolvem saúde e educação.

A respeito da temática da saúde indígena, no que concerne à ação dos órgãos indigenistas, é importante destacar a análise de Varga (1996) quanto ao quadro de desarticulação entre a FUNASA e a FUNAI, ocasionando impactos sobre a saúde dessa população. Para este autor, a FUNAI, desde sua criação, possuía como atribuição a atenção à saúde dos povos indígenas do país. Contudo, em decorrência do decreto presidencial que passou a responsabilidade da saúde indígena à FUNASA, problemas de desarticulações entre os órgãos nos primeiros anos de atuação desta fundação ocasionaram um baixo desempenho

---

<sup>91</sup> Baré (2009) destacou em sua entrevista duas personagens importantes na luta pelo reconhecimento da saúde diferenciada aos indígenas: Ubiratan Moraes que assumiu o Departamento de Saúde Indígena em Brasília; e Luiza Garnelo, primeira Coordenadora da FUNASA/AM.

nesse atendimento, o que teria inviabilizado a elaboração de um plano conjunto de trabalho e cooperação, além da perda considerável de recursos para subsidiar os projetos anteriormente desenvolvidos pela FUNAI.

A despeito dos problemas apontados por Varga (1996), a FUNASA e a FUNAI realizaram, em 1993, o I Fórum Nacional de Saúde Indígena, cujo resultado incidiu sobre a aprovação de um conjunto de diretrizes gerais para o setor e uma divisão de atribuições entre esses órgãos, determinando que elaborassem um plano conjunto de trabalho. Para esse fim foi constituída uma comissão, formada por técnicos dos dois órgãos das áreas de saúde, jurídica, auditoria e administração com o objetivo de normatizar a aplicação dos recursos disponíveis para o setor e definir diretrizes que regulamentassem convênios com ONG, universidades e demais centros de formação de recursos humanos.

Varga (1996) assinala que os dois órgãos, após pressões de seus respectivos servidores, nas diversas administrações regionais e conselhos regionais do país e pelos representantes do I Fórum, negociaram um entendimento mútuo, a fim de viabilizar a cooperação entre eles. Entretanto, conforme este autor, problemas decorrentes de descontinuidade administrativa na FUNASA criaram dificuldades na relação com os representantes do I Fórum e com os da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI), que era uma das comissões consultivas do Conselho Nacional de Saúde. Portanto, os debates iniciais sobre saúde indígena foram realizados com a ausência de representantes dos dois importantes segmentos do setor da saúde, no Brasil.

A partir desse levantamento histórico sublinhado por Varga (1996) depreende-se que, ao longo de décadas, a luta pelo atendimento diferenciado à saúde indígena foi tema constante nas mobilizações indígenas nos diversos encontros, seminários e conferências. No entanto, um fato ocorrido em Manaus, envolvendo uma criança indígena e profissionais da saúde favoreceu a transferência da discussão do campo teórico para o prático, conforme expressam os relatos a seguir dos indígenas entrevistados.

Em 2009, uma menina indígena de 12 anos da etnia Tukano foi picada por uma cobra em sua aldeia e trazida para Manaus a fim de obter tratamento médico-hospitalar. Após o diagnóstico médico houve a orientação para a amputação da perna da criança. Diante disso, seus parentes se recusaram a autorizar a cirurgia, sem antes submeter à enferma aos ritos de pajelança e ouvir a opinião de seus pajés. Contudo, a direção do hospital não permitiu a realização do ritual em suas dependências. Diante da recusa, os indígenas se mobilizaram junto ao MPF e à Procuradoria da República com o objetivo de retirar a criança enferma do hospital e transferi-la para outro, onde houvesse a permissão da prática dos rituais. Nesse segundo

hospital, o tratamento realizado foi por medicamentos, sem a amputação da perna da indígena.

O episódio acima descrito desencadeou uma reunião técnica, coordenada pelo MPF e Procuradoria da República no Amazonas, com a pauta: “A articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde e da medicina clássica ocidental no tratamento do paciente indígena nos hospitais da rede SUS”. Nessa reunião, houve várias manifestações nas quais se ressaltou o princípio da igualdade entre os partícipes, no que concerne aos aspectos jurídicos e nos sistemas internos hospitalares, objetivando traçar uma política de saúde indígena para o estado do Amazonas, partindo-se do princípio de que a legislação nacional reconhece o sistema tradicional de medicina indígena, porém não há normas técnicas na medicina formal que legitimem as práticas da medicina tradicional indígena.

Com essa reunião o MPF e a Procuradoria da República no Amazonas pretenderam traçar uma linha de ação pautada no diálogo da diversidade intercultural, a partir do pressuposto da igualdade entre as medicinas formal e indígena, mediante um debate interdisciplinar que envolvesse diversas áreas do conhecimento. Diante dessa situação, o MPF se propôs a traçar uma linha para orientar o atendimento aos indígenas nos hospitais. Depreende-se dessa reunião que houve interesse das instâncias governamentais em atender os reclames indígenas e o estabelecido na CF/1988 em relação ao respeito à diversidade e à interculturalidade<sup>92</sup>.

O exemplo da reunião supracitada envolveu o debate da interculturalidade em relação à questão do atendimento à saúde indígena. Contudo, a despeito das mobilizações protagonizadas pelas organizações representativas das populações indígenas na luta pelo atendimento diferenciado e de qualidade, mediante o respeito à diversidade cultural, o eixo de atuação do poder público nesse atendimento denota uma trajetória marcada pela precarização e desassistência no que concerne ao processo da oferta à assistência a saúde e à recuperação dos indígenas. Nesse contexto, a situação da CASAI em Manaus reflete as consequências desse quadro de precarização no atendimento à saúde indígena.

Nos últimos cinco anos, a CASAI de Manaus tem sido alvo de denúncias do Conselho Regional de Medicina e, por conseguinte, objeto de atuação do Ministério Público sob a acusação de que os indígenas estavam desassistidos. Em entrevistas com técnicos da CASAI há relatos sobre situações precárias relacionadas à assistência aos indígenas internados. Um desses depoimentos<sup>93</sup> apresenta as dificuldades relacionadas à recuperação dos indígenas,

---

<sup>92</sup> A esse respeito, diversos representantes indígenas se manifestaram na reunião, parabenizando a iniciativa do MP e da Procuradoria, haja vista reconhecerem a diversidade intercultural dos povos.

<sup>93</sup> Depoimento proveniente de entrevista realizada com a Psicóloga da CASAI/Manaus em 2009.

apesar das permissões para o uso de rituais e pajelanças complementares ao tratamento médico formal.

Resulta disso que os problemas enfrentados pelos indígenas não se restringem aos aspectos culturais, ou à sua diversidade, mas refletem as dificuldades enfrentadas por estes no contexto da saúde dessa população. Questões concernentes à infraestrutura, à dotação orçamentária, à gestão da saúde indígena, isto é, às políticas públicas dirigidas a essa população influem diretamente na saúde do povo indígena.

Em síntese, a partir dos relatos dos entrevistados e das observações implementadas no decorrer da pesquisa de campo, depreende-se que entre 2005 e 2009 houve a participação de indígenas citadinos na elaboração de políticas públicas indigenistas em Manaus. Essa participação se efetivou nas discussões sobre as proposições de planos, projetos e programas direcionados a esses povos. Apesar disso, percebe-se que a solução dos problemas indígenas está longe de ser equacionada, haja vista a complexidade desses problemas. Além disso, interesses de toda ordem permeiam as dificuldades vivenciadas por esses sujeitos, seja nas aldeias, seja na cidade. Nesse contexto, depara-se com os questionamentos dos indígenas em relação às insuficientes ações do poder público, visto que se declaram excluídos pelas três esferas do poder: federal, estadual e municipal. A seguir, apresenta-se o quadro da educação escolar e da saúde indígena em Belém.

## 5.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR E SAÚDE INDÍGENA EM BELÉM

### 5.2.1 Educação escolar indígena em Belém

A pesquisa de campo realizada em Belém (PA) nas instituições de ensino, na SEMEC/Belém e na FUNAI/Administração Regional, demonstrou reduzidos planos, projetos e programas direcionados aos indígenas residentes em Belém e em sua área metropolitana, ainda que os dados estatísticos do IBGE (2006) apontem a presença de uma população de 2.291 indígenas de diferentes povos, conforme indica o Mapa 10.

**Mapa 10 – Etnias e localização da população indígena por bairros da mesorregião metropolitana de Belém**



A despeito disso, algumas iniciativas foram observadas com relação a projetos e programas que incluem os indígenas nos planos educacionais. No primeiro mandato de governo do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2000) houve a criação e implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola Cabana, que apresentava como um dos objetivos a inclusão social da população historicamente excluída, inserindo-se nesta a indígena, como se pode comprovar nas discussões do I Congresso Geral da Cidade de Belém no ano de 2001 (p. 44):

Esta diretriz traduz o desejo de construir uma sociedade onde a Educação assume uma dimensão global, envolvendo toda a sociedade com o compromisso de garantir o provimento das necessidades educacionais para toda a população, e em especial aos grupos tradicionalmente excluídos do acesso à cidadania. Dessa forma, orienta-se pelos princípios da igualdade e justiça, possibilitando a educação para crianças e adolescentes, jovens e adultos trabalhadores e desempregados; pessoas com necessidades educativas especiais, negros, índios [...] Avançaremos para ser a escola de nossos índios, na língua do branco e do índio, com professor preparado para aprender e ensinar [...].

Conforme se pode perceber, a Escola Cabana se constituiu como a primeira iniciativa do governo de Belém no sentido de incluir na educação a população indígena residente na cidade. Nesse contexto foram realizadas discussões a respeito dos direitos humanos para a superação da exclusão e das desigualdades sociais do indígena, mediante seminários, fóruns, congressos e outros eventos. Apesar de tudo isso, a partir da leitura dos relatórios da referida

gestão, constatou-se a distância entre os projetos e a prática. Em um dos debates realizado em abril de 2002, por ocasião do Seminário de Direitos Humanos, os indígenas apontaram a educação como um dos problemas que mais os afligiam e propuseram medidas para que fossem efetivamente reconhecidos como cidadãos brasileiros.

Em 2003 o poder municipal propôs a criação de um projeto de estudo com a finalidade de posteriormente criar uma linguagem comum aos indígenas citadinos. Entretanto, isso não foi concretizado, conforme informações da SEMEC/Belém e de informantes indígenas.

Ao final de 2004 houve eleições para prefeitura de Belém, cujo resultado elegeu um prefeito da oposição. Diante disso, os projetos anteriormente aprovados e em execução ou em processo de execução foram suspensos, culminando na invisibilidade da população indígena cidadina, a qual passou a ser novamente ignorada, apesar de encontrar-se fixada em Belém e na RMB, conforme o Mapa 9.

Nos anos posteriores, de 2005 a 2008, não se teve conhecimento de políticas públicas dirigidas à educação escolar indígena em Belém. O debate das questões que envolveram os indígenas citadinos se resumiu a eventos pontuais como: a I Semana dos Povos Indígenas, realizada pela Fundação Curro Velho do Governo do Estado do Pará, em abril de 2007, e a Conferência Regional dos Povos Indígenas, realizada em 2008, preparatória à conferência nacional dos Povos Indígenas.

Diante desse quadro apresentado, foi realizada pesquisa de campo em Belém em 2009, cujo objetivo consistiu em aferir as opiniões da população indígena cidadina em relação às políticas públicas indigenistas aplicadas a essa população na cidade. Nesse contexto, realizou-se a aplicação de questionários compostos por dez perguntas a uma amostra de n=50 indígenas residentes em Belém, de variadas etnias, cuja escala de pontuação da opinião dos indígenas variou de zero (discordância total) a 100 pontos (concordância total), a partir dos seguintes itens: importância que o indígena atribui à escola na cidade; rapidez e facilidade de acesso até o local onde são ministradas as aulas; qualidade do material didático; adequação do conteúdo programático à cultura indígena; e aulas ministradas por professores que ensinam em língua portuguesa e no idioma indígena.

Para a consecução desse objetivo, a pesquisa aferiu os seguintes indicadores dos entrevistados: faixa etária, etnia, tempo de permanência em Belém, estado civil, mercado de trabalho, tempo de permanência no mercado de trabalho, escolaridade, número de famílias por moradia, número de pessoas na mesma moradia, opinião sobre política pública na área da educação.



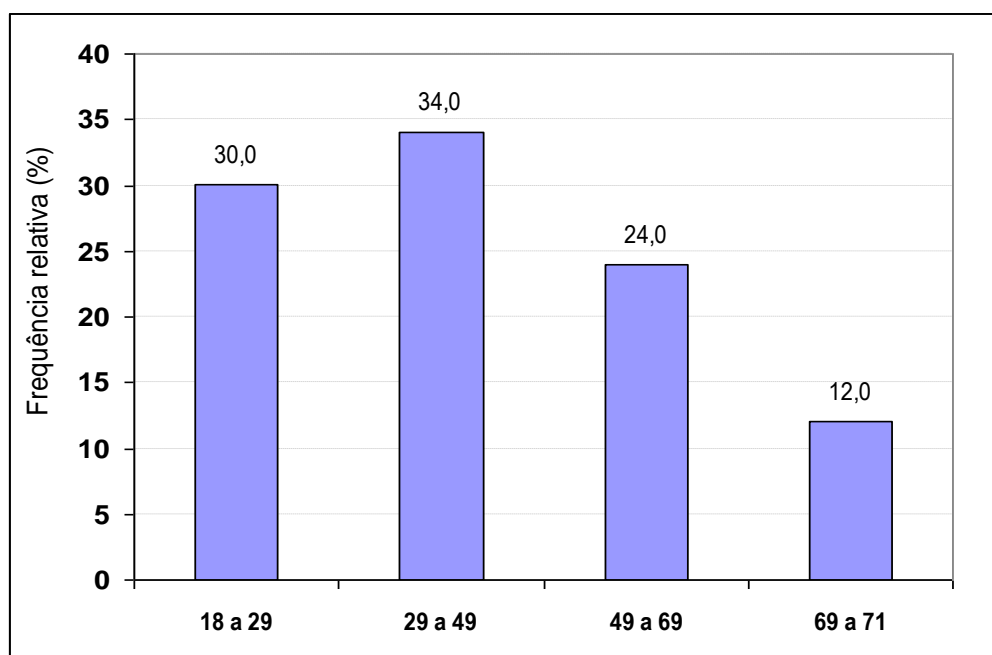
Em relação à “faixa etária” dos indígenas investigados e residentes em Belém, a distribuição por idade variou entre 18 anos (o mais jovem) e 71 anos (o mais idoso). A amostra não apresentou distribuição normal, portanto, caracterizou-se pela mediana (34 anos) e pelo intervalo 29 a 69 anos que abrange 58% da amostra. A etnia mais frequente foi Tembé com 19 indígenas (38%), conforme indicam a Tabela 32 e o Gráfico 17.

**Tabela 32 – Distribuição de faixa etária dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

<b>Idade (anos)</b>	<b>Ponto médio</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual %</b>
18  — 29	23.5	15	30.00 %
29  — 49	39.0	17	34.00 %
49  — 69	59.0	12	24.00 %
69  — 71	70.0	6	12.00 %
TOTAL		50	100 %

Fonte: Dados da autora (2009)

**Gráfico 17 – Distribuição de faixa etária dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

A análise estatística da distribuição étnica dos indígenas investigados na capital do estado do Pará baseou-se nas informações coletadas entre os grupos étnicos majoritários e com maior aproximação com a cultura predominante nessa cidade do Norte do Brasil, entre os quais os Tembé e os Munduruku. Entre os grupos não representados na amostra estão os

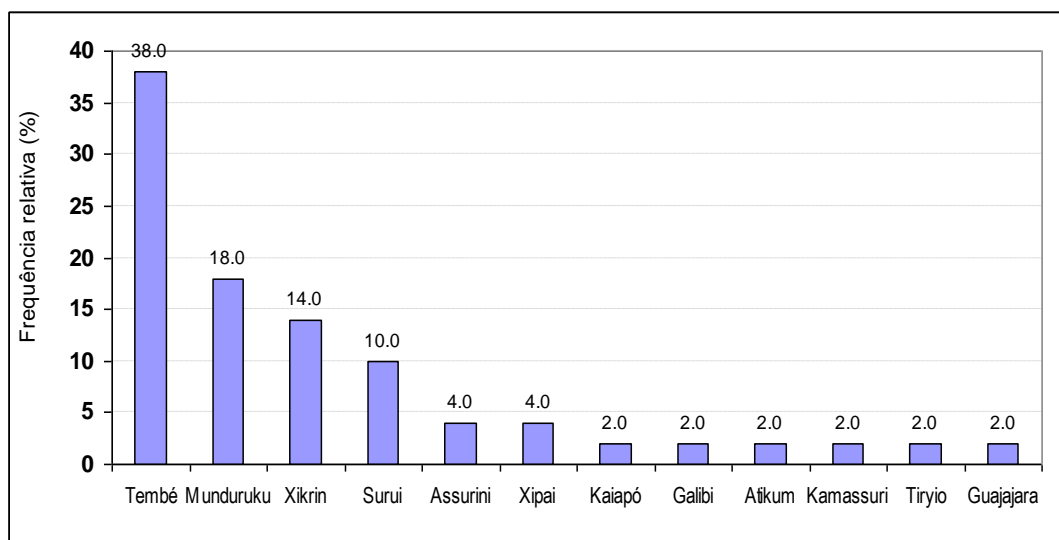
Turiwara, os Curuaia e os Gavião-Pakategê. A distribuição étnica dos dados amostrais indicou que alguns segmentos se apresentavam mais fortemente representados, em especial destaque para os Tembê (38%), os Munduruku (18%) e os Xikrin (14%). Por outro lado, algumas etnias foram representadas por apenas um indivíduo, como os Galibi, Atikum, Apiaká, Tiryó e Guajajara (Tabela 33 e Gráfico 18).

**Tabela 33 – Distribuição das etnias dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Etnias	N	%
Tembê	19	38.0
Munduruku	9	18.0
Xikrin	7	14.0
Surui	5	10.0
Assurini	2	4.0
Xipaia	2	4.0
Kayapó	1	2.0
Galibi	1	2.0
Atikum	1	2.0
Apiaká	1	2.0
Tiryó	1	2.0
Guajajara	1	2.0
Total	50	100

Fonte: Dados da autora (2009)

**Gráfico 18 – Distribuição das etnias dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

No que concerne ao “tempo de permanência” dos indígenas investigados residentes em Belém, os dados estatísticos demonstraram que o movimento migratório foi bem distribuído ao longo dos últimos seis anos. Esses dados foram avaliados pelo teste do Qui-quadrado o qual resultou no p-valor 0.4932 (não significativo), indicando que há tendência de

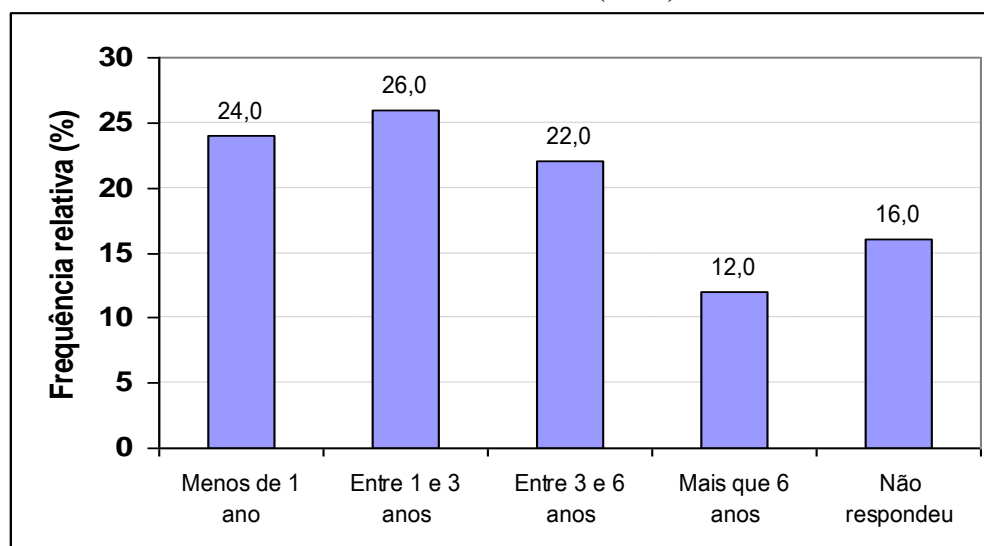
uniformidade na distribuição, a qual se estende em um período de 1 a mais de 6 anos de tempo de permanência em Belém. Foi observada diferença não significativa entre as proporções: menos de 1 ano (24%), entre 1 e 3 anos (26%), entre 3 e 6 anos (22%), e mais que 6 anos (12%). Detectou-se que esse dado não apresenta o mesmo padrão de tendência encontrada em Manaus (AM), onde 72,2% dos indígenas entrevistados residem há mais de 6 anos na capital amazonense. A Tabela 34 e o Gráfico 19, a seguir, apontam a distribuição dos indígenas investigados por tempo de permanência na capital do estado do Pará.

**Tabela 34 – Tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Tempo de residência em Belém	N	%
Menos de 1 ano	12	24,0
Entre 1 e 3 anos	13	26,0
Entre 3 e 6 anos	11	22,0
Mais que 6 anos	6	12,0
Não respondeu	8	16,0
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor = 0.4932, Qui-quadrado

**Gráfico 19 – Tempo de permanência dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Em relação ao “estado civil” dos indígenas investigados residentes em Belém, os dados demonstraram que a maioria (60%) é casada, seguidos de divorciados ou separados (20%), solteiros (12%) e um contingente de 8% que apresenta estado civil de união estável. O teste do Qui-quadrado, o qual resultou no p-valor <0.0001\* (altamente significativa), indica

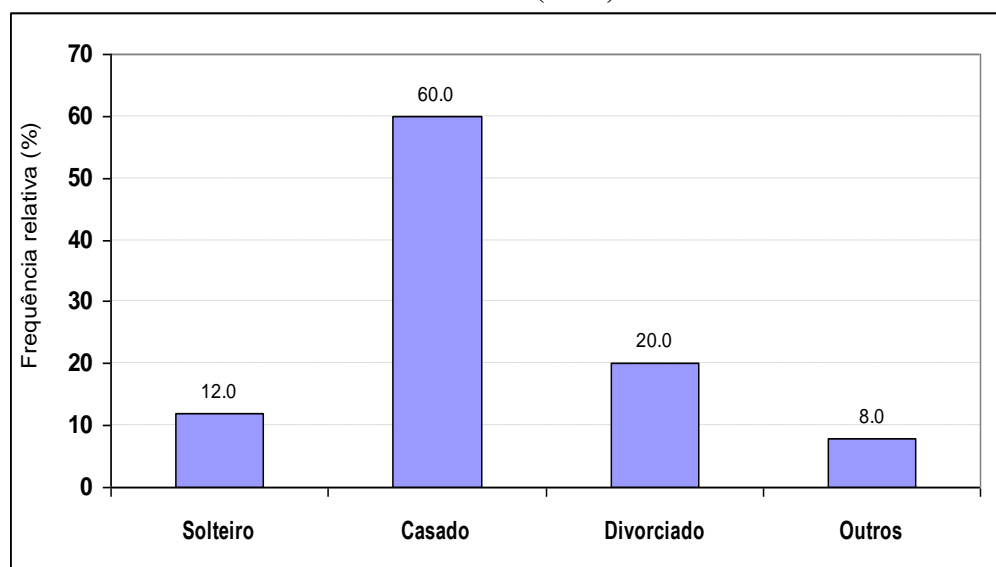
uma real tendência para o contingente indígena que habita a capital do Pará ser formado por indígenas casados. Essa constatação difere dos indígenas residentes em Manaus, os quais são preferencialmente solteiros (57,4%). A Tabela 35 e o Gráfico 20 indicam os dados relativos ao estado civil dos indígenas investigados em Belém.

**Tabela 35 – Estado civil dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Estado civil	Ocorrências	%
Solteiro	6	12,0
Casado	30	60,0
Divorciado	10	20,0
Outros	4	8,0
Total	50	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado

**Gráfico 20 – Estado civil dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

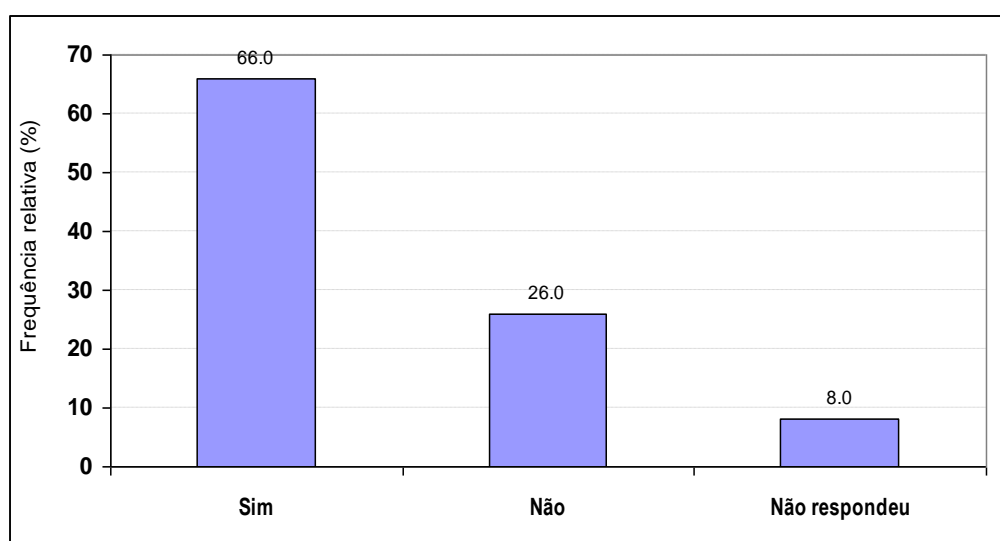
Em relação ao “Mercado de trabalho”, 66% dos indígenas investigados afirmaram que estão inseridos neste. Por outro lado, os dados demonstram que 26% desses indígenas estão fora do mercado de trabalho. A análise de tendência (teste do Qui-quadrado) resultou no p-valor <0.0001\* (altamente significativa), indicando fortes evidências da inserção desses indígenas citadinos no mercado de trabalho, concordando com os dados estatísticos de Manaus, onde 2 em cada 3 indígenas possuem emprego fixo. A Tabela 36 e o Gráfico 21 identificam a inserção dos indígenas investigados no mercado de trabalho em Belém.

**Tabela 36 – Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Inserção no mercado de trabalho	Ocorrências	%
Sim	33	66,0
Não	13	26,0
Não respondeu	4	8,0
Total	50	100

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado

**Gráfico 21 – Inserção no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

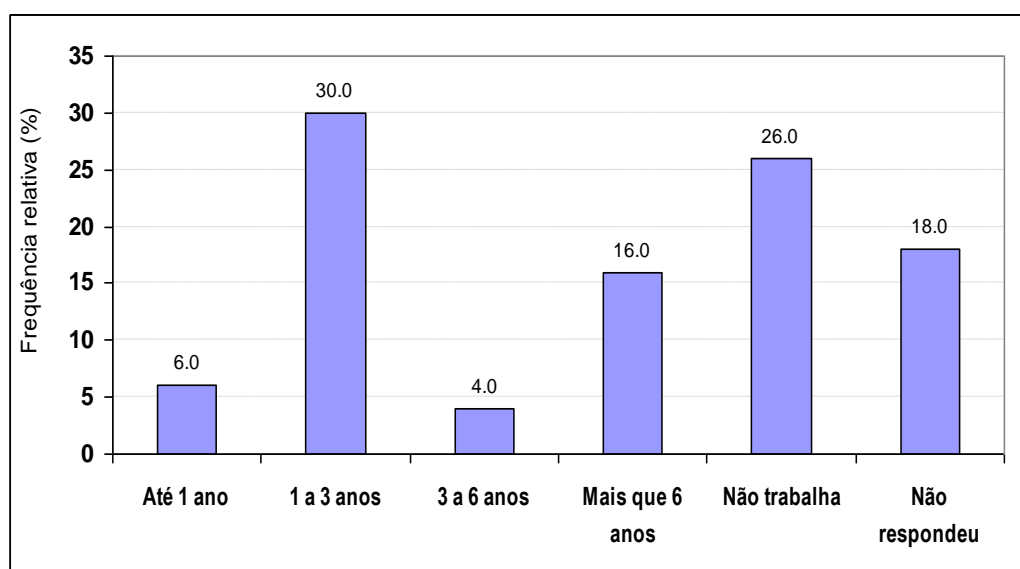
No que diz respeito ao “tempo de permanência no mercado de trabalho” a pesquisa demonstrou que 30% dos indígenas investigados trabalham entre 1 e 3 anos no mesmo emprego. Em seguida, encontra-se o grupo com mais de 6 anos de permanência no mesmo emprego com 16%, seguido daqueles com até 1 ano de permanência com o patamar de 6%, e por último o grupo com 3 a 6 anos de permanência com 4%. A análise de tendência do teste do Qui-quadrado resultou no p-valor <0.0001\* (altamente significativa), indicando a forte evidência para tempo de permanência no trabalho entre 1 a 3 anos. Essa tendência difere dos dados encontrados entre os indígenas entrevistados em Manaus, onde a maior proporção em relação ao tempo de serviço é maior que 6 anos (25,9%). A Tabela 37 e o Gráfico 22 indicam o tempo de permanência no mercado de trabalho dos indígenas investigados em Belém.

**Tabela 37 – Tempo de permanência no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Tempo de permanência	Ocorrências	%
Até 1 ano	3	6,0
1 a 3 anos	15	30,0
3 a 6 anos	2	4,0
Mais que 6 anos	8	16,0
Não trabalha	13	26,0
Não respondeu	9	18,0
Total	50	100

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 22 – Tempo de permanência no mercado de trabalho dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



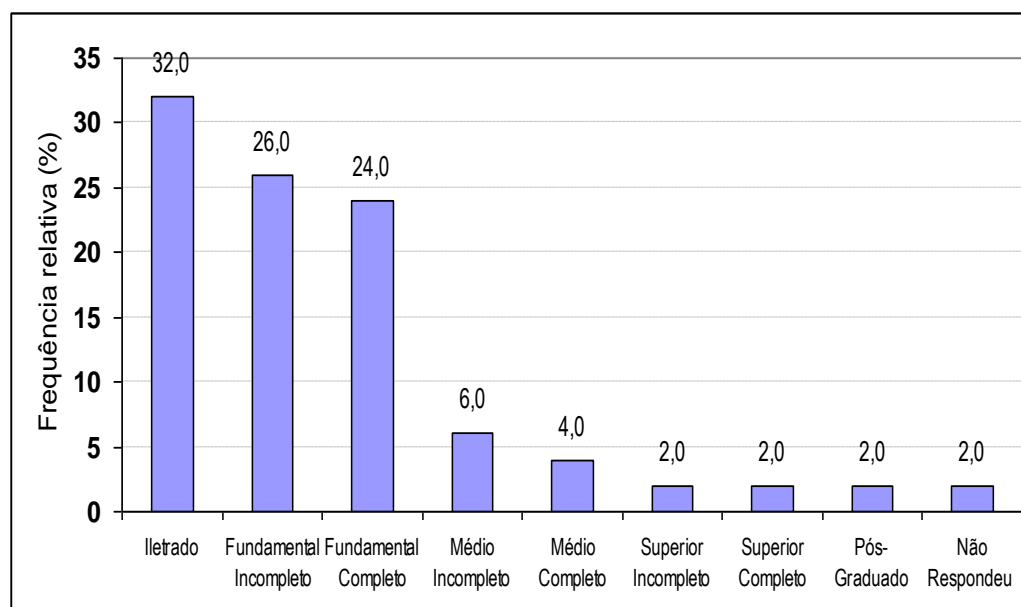
Fonte: Dados da autora (2009)

No que concerne à “Escolaridade”, detectou-se que 32% dos indígenas investigados em Belém declararam-se iletrados (sem escolarização), seguidos de 26% com ensino fundamental incompleto e 24% completo. O ensino médio incompleto (6%) e o completo (4%) representam o terceiro grupo mais numeroso. Destaque-se o fato de que na cidade de Belém houve três entrevistados indígenas que declararam cursar a graduação, tê-la concluído e estar na pós-graduação. Entretanto, o teste de hipótese resultou no p-valor <0.0001\*, o qual é altamente significativo, podendo-se concluir com isso que há indícios de sérias deficiências na escolaridade dos indígenas entrevistados em Belém (Tabela 38 e Gráfico 23).

**Tabela 38 – Escolaridade dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Escolaridade	Ocorrências	%
Iltrado	16	32,0
Fundamental incompleto	13	26,0
Fundamental completo	12	24,0
Médio incompleto	3	6,0
Médio completo	2	4,0
Superior incompleto	1	2,0
Superior completo	1	2,0
Pós-graduado	1	2,0
Não respondeu	1	2,0
Total	50	100

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 23 – Escolaridade dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Fonte: Dados da autora (2009)

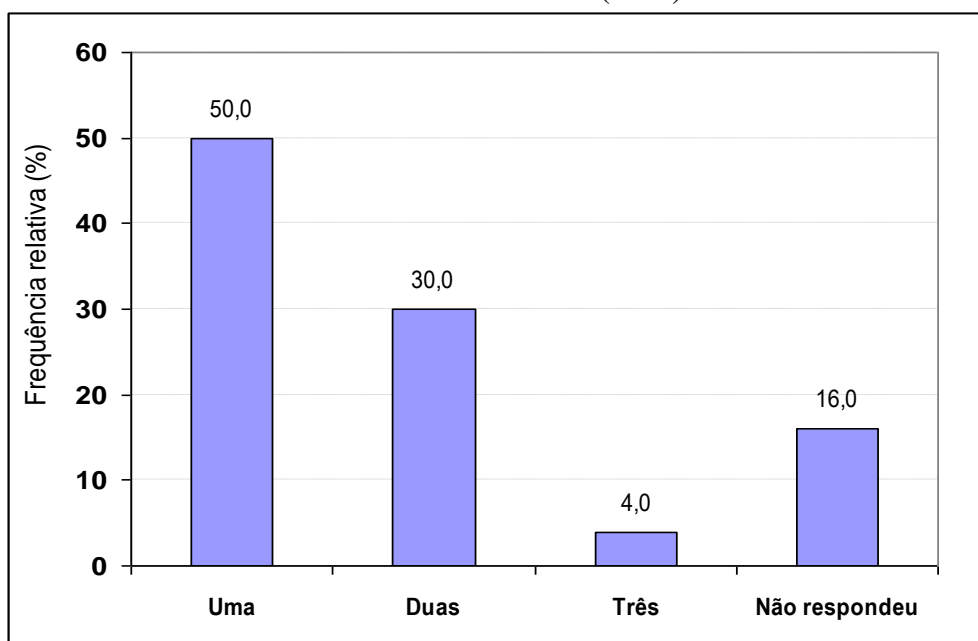
No que diz respeito ao “Número de famílias por moradia”, detectou-se que a tendência entre os indígenas investigados em Belém é de uma unidade familiar por habitação, alcançando um patamar de 50%, seguidos de duas famílias por moradia com 30% e três famílias por moradia com 4%. O teste do Qui-quadrado indicou a presença de uma tendência predominante, pois o p-valor <0.0001 é altamente significante. Esses dados expressam uma realidade semelhante a dos indígenas investigados em Manaus, em que se obteve um patamar percentual de 40.7% de indígenas, habitando com somente uma família na mesma residência (Tabela 39 e Gráfico 24).

**Tabela 39 – Número de famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Nº de famílias por moradia	Ocorrências	%
Uma	25	50,0
Duas	15	30,0
Três	2	4,0
Não respondeu	8	16,0
Total	50	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 24 – Número de famílias por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

No que diz respeito ao indicador “Número de pessoas por moradia” entre os indígenas investigados foram obtidos os seguintes resultados: uma pessoa (12%), duas pessoas (72%), três pessoas (12%) e o grupo menos numeroso formado por quatro pessoas ou mais que atingiu o patamar de 1%. O teste do Qui-quadrado indicou a presença de uma tendência predominante para os grupos formados por duas pessoas habitando na mesma residência, pois o p-valor <0.0001\* é altamente significativo. Esse dado difere dos resultados obtidos em Manaus, onde predominam os indígenas que moram em grupos de quatro ou mais pessoas (Tabela 40 e Gráfico 25).

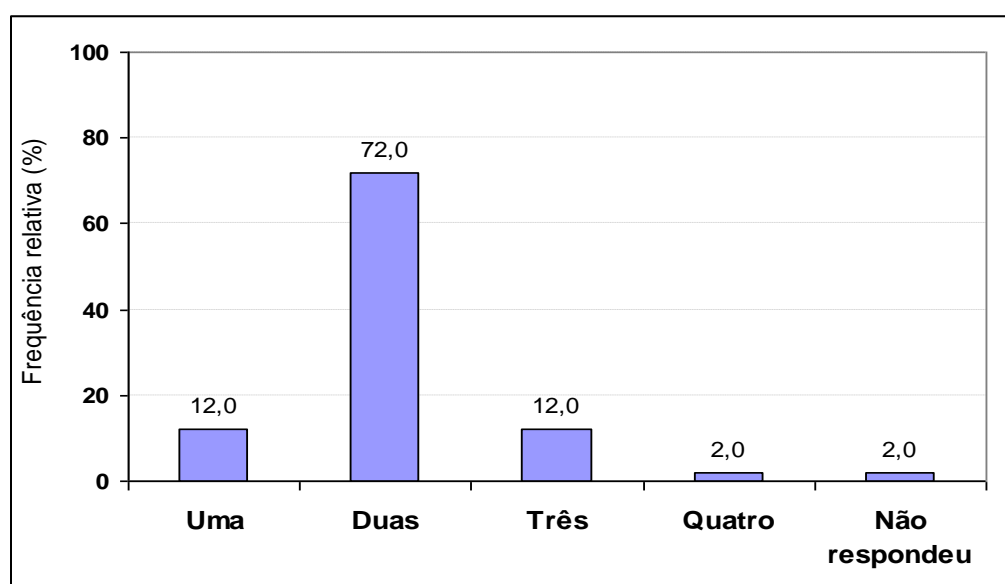


**Tabela 40 – Número de pessoas por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

Nº de pessoas por moradia	Ocorrências	%
Uma	6	12,0
Duas	36	72,0
Três	6	12,0
Quatro	1	2,0
Não respondeu	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: Dados da autora (2009)  
p-valor<0.0001\*, Qui-quadrado.

**Gráfico 25 – Número de pessoas por moradia dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

A avaliação da opinião de indígenas residentes em Belém sobre a política pública de educação foi realizada a partir da mesma amostra de n=50 indígenas. A escala de pontuação da opinião dos indígenas varia de zero (discordância total) a 100 pontos (concordância total). As pontuações intermediárias correspondem a níveis intermediários de concordância dos indígenas em relação às políticas públicas indigenistas.

A avaliação das políticas de educação foi realizada a partir dos seguintes itens: (C1) importância que o indígena atribui à escola na cidade; (C2) rapidez e facilidade de acesso até o local onde são realizadas as aulas; (C3) qualidade do material didático; (C4) adequação do conteúdo programático à cultura indígena; e, (C5) aulas ministradas por professores que ensinam em língua portuguesa e no idioma indígena. Na Tabela 41 estão indicadas as medidas de tendência central e variação do escore acerca das opiniões dos indígenas investigados.

**Tabela 41 – Medidas de tendência central e variação do escore de opinião sobre políticas públicas de educação dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

	Políticas públicas de educação para os indígenas				
	C1	C2	C3	C4	C5
Mínimo	0	0	0	0	0
Máximo	100.0	100.0	75.0	75.0	75
<b>Média aritmética</b>	<b>78.0</b>	<b>84.5</b>	<b>71.0</b>	<b>38.0</b>	<b>28.8</b>
Desvio padrão	17.0	15.0	12.7	14.0	8.7
Erro padrão	5.2	5.4	3.2	2.0	3.6

Fonte: Dados da autora (2009)

A avaliação das políticas indigenistas de educação mostrou variação em ambos os extremos da escala. Tanto houve indígenas que afirmaram total concordância (100 pontos), quanto houve os que afirmaram total discordância (0 ponto). As conclusões aferidas sobre as políticas indigenistas de educação foram as seguintes:

O item (C1), “Importância que o indígena atribui à escola na cidade”, obteve pontuação média de  $78 \pm 17$  pontos. Diante dessa pontuação, conclui-se que há tendência para os indígenas concordarem que é alta a importância quanto à frequência escolar na cidade.

O item (C2), “Rapidez e facilidade de acesso até o local onde são realizadas as aulas”, obteve pontuação média de  $84 \pm 15$  pontos. Conclui-se que os indígenas concordam plenamente que na cidade há facilidade de acesso e deslocamento até às escolas.

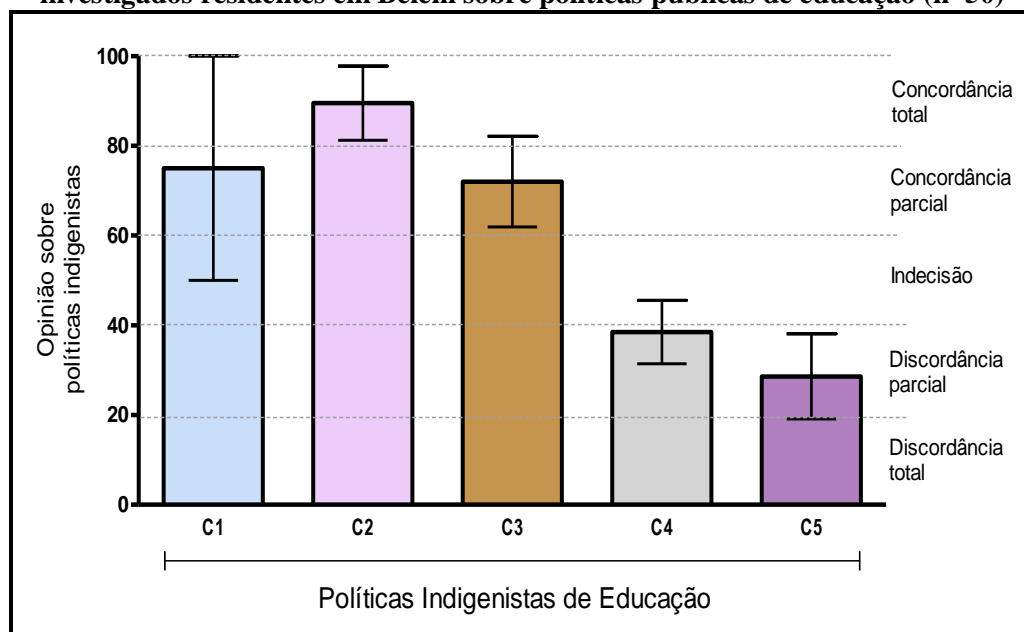
O item (C3), “Qualidade do material didático”, obteve pontuação média de  $71 \pm 12.7$  pontos. Portanto, conclui-se que os indígenas encontram-se parcialmente satisfeitos com a qualidade e apresentação do material didático/pedagógico que é disponibilizado nas escolas.

O item (C4), “Adequação do conteúdo programático à cultura indígena”, obteve pontuação média de  $38 \pm 14$  pontos. A partir desse resultado conclui-se que os indígenas encontram-se insatisfeitos, tanto com a adequação do conteúdo programático que é ministrado, quanto com a metodologia adotada para ministrar esse conteúdo nas escolas.

O item (C5), “Aulas ministradas por professores que ensinam em língua portuguesa e no idioma indígena”, apresentou média de  $28 \pm 8.7$  pontos. Isso indica que os indígenas não são atendidos por professores bilíngues, entretanto, presume-se, a partir de sua inserção no mercado de trabalho e permanência na cidade, que alguns já tenham acesso a aulas em português e no seu idioma nativo.

O Gráfico 26 indica a média e o desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém sobre políticas públicas de educação.

**Gráfico 26 – Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém sobre políticas públicas de educação (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

### 5.2.2 Saúde indígena em Belém

A saúde indígena em Belém, à semelhança do que ocorre com a educação escolar indígena nesta capital, não possui planos, projetos e programas específicos. Os indígenas citadinos na capital paraense são atendidos pelo SUS e os oriundos das aldeias pela CASAI, localizada no distrito de Icoaraci.

A atuação dessa casa tem sido objeto de crítica da imprensa local, haja vista relatarmos, mediante matérias jornalísticas, os descasos dos governos com a saúde indígena. Diversas matérias publicadas denunciam as situações de abandono, de descaso, de carência de recursos, inclusive no que concerne à administração da referida casa, refletida nas péssimas condições e na qualidade da assistência ofertada aos indígenas, os quais, provenientes das aldeias, recorrem à referida casa em busca de tratamento médico em Belém.

Em virtude desse quadro, este estudo mensurou a avaliação das opiniões dos indígenas residentes em Belém sobre as políticas públicas de saúde, a partir da mesma amostra de indígenas (n=50) da pesquisa realizada na área da educação. Também a semelhança do empreendido na educação, definiu-se uma escala de pontuação da opinião dos indígenas, com variação de zero (discordância total) a 100 pontos (concordância total), em que as pontuações

intermediárias correspondem a níveis intermediários de concordância dos indígenas em relação às políticas públicas de saúde.

A avaliação das políticas de saúde foi realizada a partir dos seguintes itens: (A1) atendimento médico de boa qualidade nos postos de saúde; (A2) rapidez e segurança do transporte até o local de atendimento médico; (A3) bom atendimento pelos profissionais de saúde; e, (A4) concordância dos médicos e enfermeiros com a utilização de remédios oriundos da cultura indígena. A Tabela 42 identifica essas medidas de tendência central e variação do escore de opinião dos indígenas investigados, residentes em Belém, acerca de políticas públicas na área de saúde.

**Tabela 42 – Medidas de tendência central e variação do escore de opinião sobre políticas públicas de saúde para os indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**

	Políticas Públicas de Saúde para os Indígenas			
	A1	A2	A3	A4
Mínimo	0	0	0	0
Máximo	100.0	100.0	100.0	100.0
<b>Média aritmética</b>	<b>56.0</b>	<b>38.0</b>	<b>87.5</b>	<b>58.3</b>
Desvio padrão	18.0	16.5	15.3	12.0
Erro padrão	5.4	6.6	3.6	4.1

Fonte: Dados da autora (2009)

A avaliação das políticas indigenistas de saúde demonstrou que em todos os quesitos houve variação em ambos os extremos da escala. Tanto houve indígenas que afirmaram total concordância (100 pontos), quanto houve os que afirmaram total discordância (0 ponto). Não obstante esse fato, a avaliação realizada neste estudo encontra-se fundamentada na média aritmética das observações, a qual, juntamente com o desvio padrão, expressa a tendência central do grupo entrevistado. Desta forma, as conclusões aferidas sobre as políticas indigenistas de saúde foram as apresentadas a seguir.

O item (A1), “Atendimento médico de boa qualidade nos postos de saúde”, apresentou  $56 \pm 18$  pontos, o qual denota que a opinião dos indígenas encontra-se no centro da escala. Isso permite inferir que as opiniões dos indígenas estão divididas acerca deste item, isto é, houve dúvidas entre os interlocutores sobre a qualidade do atendimento médico ofertado nos postos de saúde.

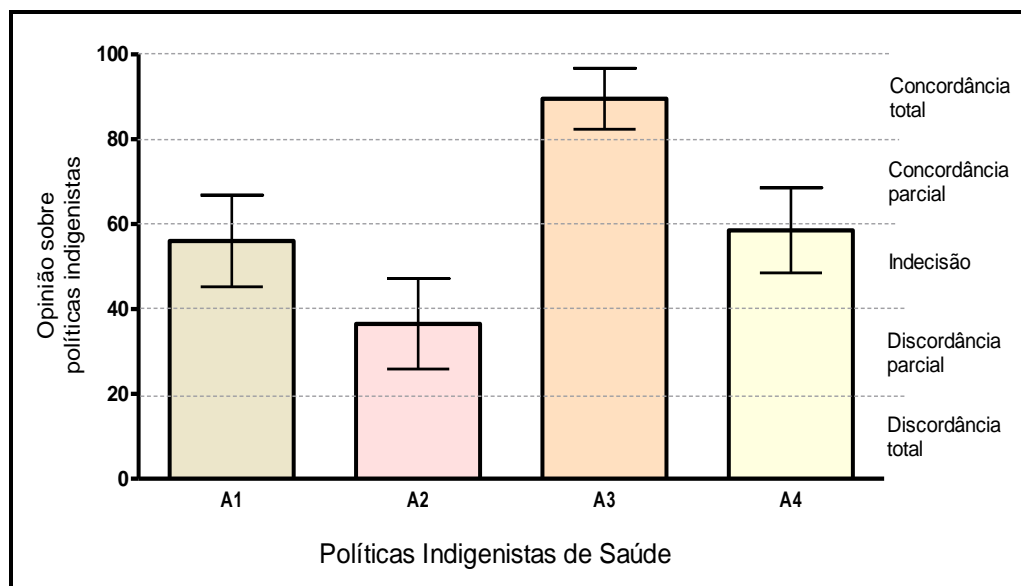
Em relação ao item (A2), “Rapidez e segurança do transporte até o local de atendimento médico”, obteve-se média de  $38 \pm 16.5$  pontos. Este resultado denota, na opinião dos indígenas, que há um descontentamento acerca deste item, isto é, não há transporte disponível e seguro que propicie o deslocamento para o atendimento médico dos indígenas citadinos.

No item (A3), “Bom atendimento pelos profissionais de saúde”, detectou-se média de  $87 \pm 15.3$  pontos. Estes resultados apontam que a opinião dos indígenas tende a concordar totalmente que os profissionais de saúde se empenham em promover um bom atendimento de saúde aos indígenas. Entretanto, percebe-se uma contradição nas respostas ao se comparar este item ao A1, haja vista a dúvida presente quanto à qualidade do atendimento ofertada nos postos de saúde, atendimento este realizado pelos mesmos profissionais.

Em relação ao item (A4), “Concordância dos médicos e enfermeiros com a utilização de remédios oriundos da cultura indígena”, obteve-se média de  $58.3 \pm 12$  pontos. Depreende-se dos resultados que a opinião dos indígenas aponta para indecisão associada de discordância em relação à concordância dos médicos e enfermeiros quanto ao uso da medicina indígena no tratamento da saúde.

O Gráfico 27 apresenta dados referentes à média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém acerca de políticas públicas de saúde.

**Gráfico 27 – Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém acerca de políticas públicas de saúde (n=50)**



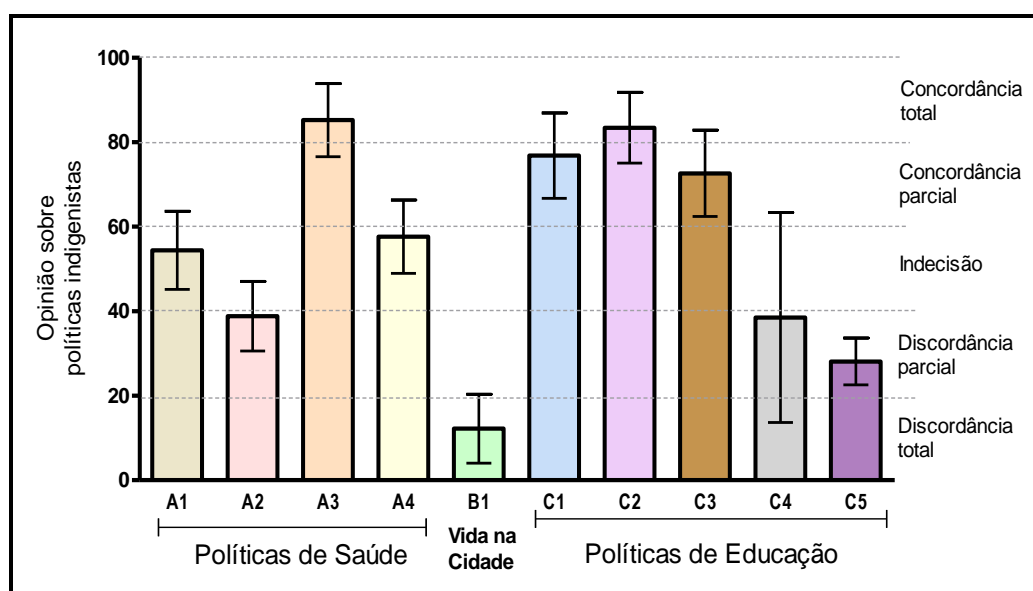
Fonte: Dados da autora (2009)

No que concerne à avaliação da adaptação dos indígenas ao meio urbano, a qual foi avaliada nesta pesquisa por meio de uma seção do questionário com o título “Vida na cidade”, considerando os dados relativos às mensurações dos 50 indígenas investigados residentes em Belém em relação a essa seção, os indicadores apontaram perspectivas que evocam reflexões sobre como eles percebem sua adaptação à vida na cidade.

Esta seção recebeu o mais baixo escore na avaliação dos indígenas (n=50). A opinião deles, sobre a suficiência de recursos para satisfação das suas necessidades em relação à adaptação ao meio urbano, apresentou tendência entre a “discordância parcial” e a “discordância total”. Esses resultados, representados pela média  $11.5 \pm 8.4$  pontos, revelaram na escala de pontuação deste estudo (0 a 100 pontos) a insatisfação com as condições cotidianas de sobrevivência no meio urbano.

No Gráfico 28 se apresenta a média e desvio padrão do escore de quantificação sobre as políticas públicas de saúde e educação, além da avaliação de adaptação à vida na cidade, está resumida a opinião supracitada dos indígenas investigados e residentes em Belém.

**Gráfico 28 – Média e desvio padrão do escore de quantificação da opinião dos indígenas investigados residentes em Belém (n=50)**



Fonte: Dados da autora (2009)

Após a apresentação e análise dos resultados aferidos na pesquisa de campo, realizada com os indígenas citadinos residentes em Manaus e Belém, passa-se à etapa seguinte, em que se expõem as considerações finais desta pesquisa, e nas quais compreendem as análises desta pesquisadora em relação ao estudo desenvolvido.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problematização implementada em torno das políticas públicas dirigidas às populações indígenas nas capitais dos estados do Amazonas e do Pará, entre 1988 e 2010, considera-se que o Estado brasileiro, em relação às populações indígenas, atuou historicamente de forma desfavorável quanto ao atendimento de políticas públicas. Contudo, essa atuação contradiz seus interesses e tem privilegiado os da classe hegemônica, como se pode constatar no início deste trabalho e através da literatura especializada sobre as ações dirigidas a essa população.

Conforme anunciado no início desta pesquisa, constatou-se que a descentralização das políticas indigenistas, dirigidas às áreas de educação e de saúde, no período examinado, possibilitou o desenvolvimento de ações institucionais setorizadas, voltadas à população indígena cidadina, o que provocou sua fragilização política, apesar de alguns autores afirmarem o contrário. A investigação suscitada no contexto social e histórico e no *locus* de observação, delimitado na tese, permitiu proceder algumas considerações aos resultados que se objetivou demonstrar.

No que concerne ao processo de setorização das políticas indigenistas, constatou-se que o mesmo não proporcionou melhorias nas ofertas educacionais e de saúde para os indígenas citadinos. A partir do governo Collor, no contexto pós-promulgação da CF/1988, o Estado limitou as ações da FUNAI, transferindo as questões anteriormente de sua competência e responsabilidade para outros órgãos do governo brasileiro. Como consequência disso houve uma precarização na oferta do atendimento de saúde e de educação aos indígenas.

A efetivação da educação indígena, nos dois estados amazônicos, com seus programas de formação de professores, demonstrou que, a despeito do reconhecimento de algumas fórmulas positivamente consagradas, nesse particular em Manaus, os indígenas investigados questionaram aspectos didáticos e pedagógicos quanto ao conteúdo ministrado, considerando-se em especial o saber tradicional dessas populações, o qual foi e ainda é desconsiderado.

Esse questionamento pode indicar que a implantação de um sistema de educação diferenciado, intercultural e bilíngue, conforme estabelecido na CF/1988 é complexo, mormente no que concerne a inclusão da educação indígena no Sistema de Educação Nacional. Isto é, se apregoa na CF/1988 os princípios supracitados, entretanto a educação indígena, em sua quase totalidade, segue os mesmos parâmetros da educação nacional.

Apesar disso, perceberam-se diferenciações nas políticas públicas educacionais dirigidas aos indígenas nas duas capitais. Comparativamente, detectou-se que em Manaus

houve um maior número de ações implementadas pelo poder público aos indígenas, apesar de alguns obstáculos, como por exemplo, a ausência de suporte financeiro e de formação permanente de professores indígenas.

Um dos motivos para essa diferenciação entre as duas capitais se deve à formação política dos indígenas, a qual é nitidamente mais acentuada nos indígenas residentes em Manaus, o que lhes garante maior poder político de pressão sobre o Estado, sobre o poder público. As organizações indígenas possuem maior representatividade quantitativa e qualitativa em Manaus, projetando-se por meio de mobilizações públicas, mediante encontros locais e nacionais, fóruns educacionais, conferências, além de se inserirem nas instâncias governamentais, o que lhes garante visibilidade política para requererem seus direitos sociais e políticos.

Em termos quantitativos, há mais indígenas residentes em Manaus do que em Belém. Considera-se que isso se deve ao fato dos indígenas de Manaus, conforme acima relatado, possuírem maior nível de organização e representatividade política, refletindo na migração de famílias inteiras das aldeias para a cidade. Entende-se também que essa migração é consequência da oferta educacional e profissional presente na cidade de Manaus, situação esta diferente da vivenciada pelos indígenas cidadãos belenenses, os quais não dispõem da mesma acessibilidade.

Em relação à saúde, o atendimento ao indígena caracterizava-se pela ação vertical das denominadas Equipes Volante de Saúde (EVS), sediadas em centros urbanos com deslocamentos periódicos às aldeias, para o atendimento de demandas espontâneas aos indígenas doentes. Essas equipes de saúde da FUNAI atuavam com limitações em relação à atenção primária à saúde. As práticas nos cuidados primários de saúde não incorporavam os avanços, tampouco os modelos novos de assistência, baseados na prevenção de doenças e na estrutura organizacional de sistemas locais de saúde.

Com a implantação do novo modelo de ação à saúde indígena, caracterizado pela distritalização sanitária, o Ministério da Saúde/FUNASA assumiu a responsabilidade sobre a saúde indígena. Porém, a partir de 1999 a atenção à saúde indígena foi transferida total ou parcialmente tanto para a esfera privada quanto para outros órgãos públicos, ocorrendo na região Norte a predominância do atendimento de saúde por intermédio da atuação de ONG por meio de contratos e convênios, inclusive de organizações indígenas.

Esse modelo de serviços à saúde indígena, executado por meio de convênios com as ONG, apesar de alguns avanços importantes na melhoria de serviços de atendimento nas aldeias, gerou muitos problemas. Apontam-se, de modo recorrente registrado na literatura e



nesta pesquisa, os seguintes: a) rotatividade elevada de recursos humanos, que levou à descontinuidade das ações; b) dificuldades de articulação com os níveis de referência dos órgãos estaduais e municipais de saúde; e c) tendência à pulverização e à descoordenação dos serviços intra e interdistritais.

Nesse contexto de descentralização do poder, destacou-se o papel das ONG indígenas na execução de políticas públicas, visto que foram conduzidas a um dilema ético e político ao assumirem recursos e responsabilidades do Estado, mormente no agir conforme a burocracia do Estado. Esses papéis novos geraram contradições em sua militância política, pois se por um lado é seu papel empreender lutas que garantam direitos civis, por outro, tornaram-se prestadoras de serviços, assumindo a peculiar atribuição de cobrar e fiscalizarem o seu próprio desempenho.

A responsabilidade gerada pelas funções sociais da ação de saúde, em virtude da complexidade técnica, administrativa e política que possuem, resultou no desvio de funções originais das organizações e das lideranças indígenas. Nesse contexto, tanto as organizações quanto as lideranças indígenas ocuparam-se quase integralmente das rotinas administrativas e burocráticas dos convênios, secundarizando suas lutas fundantes, históricas, prioritárias e abrangentes em defesa dos direitos indígenas, como por exemplo, o direito à posse da terra. Assim, as organizações indígenas passaram a desempenhar um papel contraditório, ambíguo e ambivalente situado entre o perfil de organização sociopolítica militante de contestação e o de organização profissional de prestação de serviços.

As consequências políticas desses convênios para as organizações indígenas e lideranças caracterizaram-se como negativas, haja vista que algumas organizações indígenas da região Norte, como a UNI-AC e a CUMPIR foram extintas, e outras, fragilizadas, buscam resistir às turbulências geradas a partir dos convênios. Isso reflete o dilema vivenciado historicamente pelo movimento indígena, o qual, ao longo de seu processo organizativo, tem travado severos embates com a política indigenista, recorrentemente lesiva aos seus interesses.

Outra questão complexa relativa às experiências das organizações indígenas por meio de convênios com a FUNASA relaciona-se ao controle social. Em alguns casos, uma organização indígena gestora de recursos, por meio de seus dirigentes, exercia também o papel de controladora e fiscalizadora, desvirtuando a importante função dos órgãos institucionais de controle e fiscalização. Esse papel duplo de controle e fiscalização comprometeu este último, o qual deveria ser exercido de forma autônoma e independente, conforme preconiza a legislação da gestão pública brasileira.

Entretanto, considera-se que a mais grave implicação para as lideranças e as organizações indígenas envolvidas no modelo de gestão mediado por convênios, situa-se no campo das relações políticas, haja vista que o referido modelo (convênios) gerou para as lideranças das organizações indígenas conveniadas, relações de subserviência, de cumplicidade e dependência, até então não verificados na prática do movimento indígena brasileiro, enfraquecendo a independência e a autonomia política das organizações indígenas que o constituem. Algumas lideranças indígenas, críticos deste modelo, afirmam que essa prática se constitui como uma nova e complexa forma de cooptação das lideranças indígenas, que envolve troca de cumplicidades, de favores e de dependência política.

A partir desse comportamento, depreende-se que o risco assumido pelos dirigentes indígenas ao aceitar a interface com o Estado, reside na busca pelo protagonismo político que lhes foi negado pela política indigenista estatal, a qual lhes atribuiu o rótulo de incapacidade tutelar. Além disso, buscam ainda responder às necessidades formuladas por suas bases políticas diante do caos dos serviços públicos de saúde ofertados nas aldeias.

Essa iniciativa assenta-se também na necessidade de manter e ampliar interações com o mundo não indígena, criar novos campos de aprendizado e na apropriação de competência técnica e estratégica, no intuito de sustentar novos ideários políticos pós-demarcatórios, dirigidos, notadamente, à autonomia e à gestão territorial.

Esse projeto político requer a necessidade de formação de quadros indígenas habilitados para a gestão e o desenvolvimento de novas habilidades técnico-administrativas, capazes de viabilizar o desejado protagonismo na gerência de políticas públicas, o que a rigor significa um aprimoramento da ação do movimento indígena.

Neste sentido, apesar de arriscada, a terceirização de alguns serviços de saúde junto às comunidades indígenas foi percebida pelas lideranças de organizações indígenas como uma oportunidade em potencial para a ocupação de novos espaços de poder e para a busca, a partir da iniciativa indígena, de soluções para os problemas enfrentados por suas comunidades, em face do descrédito da capacidade ou da vontade do Estado de cumprir o seu papel.

O problema, ao contrário do que pensavam algumas lideranças históricas do movimento indígena, foi que esse modelo acabou enquadrando as entidades etnopolíticas indígenas em propostas e finalidades pré-estabelecidas segundo a lógica burocrática do Estado, não favorecendo o processo de autonomia e a autogestão, em detrimento da lógica e das formas próprias de atuação do movimento indígena. Facultou-se às organizações indígenas apenas o planejamento, a gerência e a execução das ações de saúde, as quais se

restringiam aos limites de sua realidade local e distrital, e implementaram políticas de governo, cuja concepção não foram chamados a participar.

Os relatos e a leitura dos documentos disponibilizados a esta pesquisa, por um lado, apontaram que a experiência dos distritos e a execução de ações de saúde propiciaram uma interação mais burocrática entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, além de fortalecerem institucional e administrativamente as entidades indígenas no manejo das políticas públicas e na apropriação pelas lideranças de conceitos, metodologias e práticas sanitárias, indispensáveis à desejada equidade no acesso aos serviços de saúde. Por outro, gerou uma nova espécie de cooptação pela técnica adotada na razão instrumental desse mesmo Estado, fragilizando os canais de representação política e reivindicatória dos indígenas.

Diante desse contexto de fragmentação de competências e de responsabilidades decorrentes da postura do Estado brasileiro em relação às questões indígenas, fragilizaram-se também as políticas públicas dirigidas a essa população, negando-se os direitos historicamente conquistados e previstos em lei. Com isso as responsabilidades do poder público foram setorizadas em diversos órgãos nas três esferas do poder, cabendo o planejamento e a execução das ações às jurisdições específicas dessas esferas de poder.

O processo de setorização das políticas públicas de educação e saúde pode ser constatado no distanciamento de execução dessas políticas dirigidas aos indígenas residentes em Manaus e Belém, em que pesem as diferenças de ações e políticas estabelecidas nas duas maiores capitais da Região Amazônica do Brasil.

A reduzida presença de indígenas citadinos em Belém aliada ao desinteresse histórico das elites políticas em atender as necessidades educacionais e de saúde das populações excluídas nesta capital, agravaram o quadro de abandono das populações indígenas na capital paraense. Em Manaus, verificaram-se diferenças na relação entre o Estado e as populações indígenas citadinas, ainda assim a promoção de planos, projetos e programas efetivados pelo poder público apresentaram-se de forma fragmentada, cujos resultados foram recorrentemente contestados pelos indígenas residentes na capital do Amazonas.

Na prática, as ações concretas de educação e saúde para os indígenas dos centros urbanos de Belém e Manaus contradizem o discurso jurídico expresso na CF/1988, uma vez que as respostas fornecidas pelos dirigentes e técnicos das instituições oficiais responsáveis pela execução dessas ações contradizem a realidade verificada *in loco* e percebida nas respostas das lideranças e dos indígenas investigados nas duas capitais amazônicas. Ainda assim, percebeu-se neste estudo que o poder público em Belém não conseguiu implementar

políticas públicas para os indígenas que residem na sua região metropolitana, em oposição a Manaus, que conseguiu ofertar minimamente essas políticas, o que pode explicar a presença de um contingente de mais de 30.000 indígenas residindo na capital do Amazonas.

A partir dessa constatação, esta pesquisa, realizada nas duas capitais amazônicas, aponta que, a despeito dessa diferença no atendimento à saúde e à educação indígena, o quadro de precarização nas aldeias dos dois estados nortistas, apresenta-se sob condições semelhantes, o que propiciou movimentos migratórios de indígenas aldeados para os dois maiores centros urbanos da região Norte. *A priori*, considerando-se as respostas fornecidas pelos indígenas citadinos investigados, deduz-se que os mesmos buscam no meio urbano o acesso às condições mínimas de sobrevivência por meio de sua inserção no mercado de trabalho, melhoria no atendimento à saúde, maior educação formal, melhores condições de habitação, financiamento, segurança e bem-estar social.

No exame de questões mais profundas quanto a essas expectativas apontadas pelos indígenas citadinos, entende-se que esse deslocamento migratório aos centros urbanos reproduz os interesses do sistema hegemônico, que almeja a posse das terras indígenas dos aldeados. A esse respeito, destaca-se que o conceito de formação de propriedade, que remonta aos séculos XVIII e XIX, está ligado ao trabalho e tem uma dimensão excludente de quem não é proprietário.

A definição socioambiental da propriedade considera o apossamento (quais os recursos naturais utilizados), o grupo social (sistema de organização social, laços de parentesco, culturais, religiosos etc.) e as características do ecossistema (terra firme, várzea, lago etc.), visando a regularização fundiária com o mínimo de impacto ambiental. Essas condições legalmente consagram às populações indígenas aldeadas o apossamento da terra.

O critério do apossamento pré-existente, presente nas aldeias, é empregado para regularizar externamente a posse, exemplificado no caso de seringueiros e famílias de ribeirinhos ou beiradeiros que constituem espaços coletivos, com suas formas particulares de ocupação territorial de acordo com a atividade econômica. Nesses casos, não se pode dividir a propriedade em lotes, o que implicaria romper com a estrutura social existente e com o sistema de utilização diversificado dos recursos naturais. A ocupação das várzeas também apresenta suas características, devido ao regime de cheias e vazantes.

Dessa forma, as terras indígenas (TI) encontram-se protegidas legalmente do mercado imobiliário, uma vez que são terras da União, embora seus recursos naturais continuem a ser ilegalmente explorados. Nesse particular, os povos indígenas detêm legalmente o direito originário sobre seus territórios, sobre o qual qualquer outro perde direito. O quadro da

violência e dos assassinatos no campo (entre 1997 e 2003), associado ao trabalho escravo, demonstra, entretanto, uma perceptível violação do direito indígena à posse de suas terras, corroborando com isso que esta violação e a destruição ambiental caminham juntas no processo de expropriação estabelecida pelo capital.

De acordo com dados do ITERPA, 55% do estado do Pará são formados por unidades de conservação e terras indígenas, 7% por assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 3% por reservas extrativistas e 0,5% por quilombos já reconhecidos. No entanto, há cerca de 20 milhões de hectares a serem regularizados, representando 14% de terras devolutas, nos quais, diante da indefinição da propriedade, a conquista vem se dando pela força. Nesse particular, o Estado não atua de forma eficaz na intermediação do conflito de interesses, muitas vezes estimulando as negociações *pari passu* às políticas de migração para os centros urbanos.

A natureza excludente do sistema capitalista nega a todos o direito de ser sujeito social, negando-o também às populações indígenas, independente de seu *habitat* nos centros urbanos ou nas aldeias. Em última instância, o que as políticas públicas e as melhorias decorrentes delas estão promovendo é a extinção das populações indígenas aldeadas, uma vez que os indígenas citadinos possuem famílias nas aldeias.

Ao promover razoáveis melhorias aos indígenas citadinos, o poder público pode provocar um gradual processo de desaparecimento dos indígenas aldeados, haja vista que o sistema capitalista almeja as terras indígenas. Ao ofertar condições de sobrevivência nos centros urbanos, o Estado provoca correntes migratórias em massa dos aldeados para os centros urbanos em período mais curto, justificando o não investimento em políticas públicas e assim reproduzindo os interesses do sistema hegemônico, que visa a posse das terras indígenas.

O quadro paradoxal do dilema colocado ao Estado diz respeito à situação das políticas públicas de educação e saúde para as populações indígenas citadinas, dado o grau de complexidade que esse atendimento enseja entre oferecer e negar políticas públicas a essa população. A despeito dos discursos, aspectos normativos legais, pretensamente interessados em regulamentar e legalizar os direitos territoriais indígenas, o Estado brasileiro tem se pautado na adoção de políticas públicas que amparam e subsidiam a expropriação da terra indígena, apesar de ideologicamente declarar o oposto, haja vista que um dos interesses dos setores hegemônicos do Estado capitalista é a terra. Com isso o poder público acaba por promover políticas migratórias no intuito de que as populações indígenas migradas percam suas referências tradicionais.

No decorrer da pesquisa, verificou-se pelos relatos e depoimentos dos indígenas investigados um relativo grau de aceitabilidade aos direitos de cidadania, mediado pela necessidade de manterem suas bases tradicionais aldeadas. Um exemplo disso pode ser ilustrado quanto ao que denominam de educação e saúde diferenciadas aos indígenas.

Os conflitos de interesses entre essa necessidade de adaptação do indígena à qualidade dos serviços urbanos, no caso em tela relacionado à oferta de políticas públicas de educação e saúde para os indígenas citadinos, os remete a uma situação semelhante à histórica doutrina do “índio-cidadão”, ideologicamente sustentada pela política pombalina do século XVIII na Amazônia, segundo a qual os “índios” deveriam perder suas referências tutelares da Igreja e se “incluírem como cidadão” como detentor de direitos e obrigações ao Estado colonial, e nesse particular, como trabalhador “aparentemente livre”. O desafio posto aos indígenas citadinos é que, longe de suas referências de aldeados, estão sujeitos às regras impostas por essa nova sociedade urbana que os quer “cidadãos” e “livres” para o mercado, enquanto residentes no espaço da metrópole, porém invisíveis em sua condição de ser indígena.

Ao mesmo tempo em que o Estado não pode negar políticas públicas para as populações indígenas, criam-se condições de migração dos aldeados para os centros urbanos. A alternativa viável seria o fortalecimento das políticas nas aldeias, bem como subsidiar tanto os órgãos públicos quanto os indigenistas da importância de se promoverem políticas públicas eficientes e de qualidade em benefício dos interesses dos indígenas, que atendam as necessidades dessa população em seu próprio *habitat*.

Os dados obtidos na pesquisa apontam que as migrações indígenas para as cidades aumentaram em proporções crescentes a partir da década de 1980, em especial a partir da promulgação da CF/1988, configurando-se em situação irreversível, ainda que essa população não seja plenamente atendida nem apresente visibilidade no âmbito urbano. O modelo de desenvolvimento para a região Norte gerou novas conformações aos tecidos urbanos de Manaus e Belém, agravando os problemas sócio-políticos e históricos nessas capitais, herdados também a essa população migrada de indígenas aldeados.

Os resultados apontados pela pesquisa realizada com os 54 indígenas residentes em Manaus e os 50 residentes em Belém, revelaram o perfil geral dessa população, marcada pela diversidade étnica nas duas cidades, apesar da predominância dos Sateré-Mawé, em Manaus, e dos Tembé, em Belém. Esses resultados apontaram também os desafios enfrentados pela população indígena citadina no processo de inserção na sociedade urbana.

Em Manaus, constatou-se a predominância de jovens indígenas na faixa etária entre 22 e 28 anos de idade, casados, residindo nas áreas periféricas da cidade, o que demonstra a

tendência à busca de novas alternativas de vida no meio urbano, bem como a ausência de condições de sobrevivência nas aldeias, que atendam as necessidades e aspirações dos indígenas. A busca de educação em graus não ofertados nas aldeias, além da sua qualidade, tem levado à saída de jovens indígenas das aldeias. Desse modo, observou-se que a mudança do local de moradia, da aldeia para o centro urbano de Manaus, ocasionou mudanças culturais nessa população, entretanto houve a conservação de sinais diacríticos importantes responsáveis pela conservação da identidade étnica no meio urbano.

Os locais de moradia dos indígenas residentes em Manaus são compostos em sua maioria por casas, mas também se verificou que habitam com frequência menor em comunidades. Observou-se também que a moradia em apartamentos e nas aldeias às margens da Região Metropolitana de Manaus é de baixa ocorrência, inferindo-se que a opção por casas constitui-se na atualidade a alternativa mais viável, haja vista grande parte dos entrevistados morarem na periferia da cidade nas chamadas “áreas de invasões”. Mesmo os que vivem em comunidades moram em casas, que estão localizadas no mesmo espaço ou em espaços próximos ao centro cultural, que consiste em centro de convivência social e de trabalho.

O grau de escolaridade dos pais dos indígenas investigados residentes em Manaus apontou para a expressividade de ocorrência no ensino fundamental, revelando nesse dado o grau de atuação do Estado no Amazonas em relação à educação escolar indígena nas aldeias. A partir dos depoimentos dos indígenas percebeu-se que esse seria um fator preponderante para os movimentos migratórios à cidade, visto que os indígenas investigados informaram a pretensão em avançar em suas escolaridades.

Esse fator de escolarização apontou à complexidade do problema da educação escolar indígena, considerando-se que em Manaus existem órgãos oficiais voltados à educação escolar indígena, nas esferas estadual e municipal. Detectou-se que a existência de subsistemas de educação escolar indígena em Manaus não conseguiu dar conta da problemática educacional dessa população, visto estarem vinculados a um sistema de educação nacional, que por sua natureza funcionalista, pauta-se por uma cultura hegemonicamente não indígena.

O resultado aferido reflete-se no processo de formação que se arrasta há décadas nas aldeias e nas cidades. As lideranças indígenas entrevistadas na pesquisa apontaram como uma das soluções a formação de professores indígenas e maiores investimentos nas escolas existentes nas aldeias. A questão derivada disso, a qual se pretende investigar futuramente, remete à execução dessa proposta pelo poder público, visto que isso diminuiria efetivamente a migração dos jovens indígenas para os centros urbanos.

Também em relação à baixa escolarização dos indígenas citadinos, detectou-se que esta tem reflexos na sua inserção no mercado de trabalho em Manaus, onde a maioria trabalha com tempo de permanência nas atividades majoritariamente de 06 anos ou mais. Nessa capital, as atividades que apresentaram maiores ocorrências na pesquisa com os indígenas investigados foram o artesanato e aquelas dirigidas ao setor de serviços. Depreende-se disso que mesmo estando em um centro urbano, como Manaus, os indígenas residentes se ocupam de atividades que expressam continuidades de suas tradições culturais, como o artesanato. Quanto às atividades voltadas ao setor de serviço, verificou-se que estas se apresentam como as que mais facilitam a inserção indígena no mercado de trabalho, visto que são condizentes com sua formação educacional.

Em relação à assistência institucional e conhecimento de políticas públicas, a maioria dos indígenas investigados afirmaram desconhecer qualquer tipo de assistência ou de política pública executada pelo estado em Manaus, o que contrasta com os discursos oficiais da prefeitura e do governo do estado que apregoam, por meio de seus documentos e peças publicitárias, ações em massa de atendimento à saúde, educação e cultura indígena, no período delimitado na pesquisa. Ressalte-se, em particular, que a pesquisa não conseguiu objetivar as razões para a abstenção em responder a esse indicador, dada a diversidade de justificativas apresentadas pelos investigados, entretanto, não significa que não sejam assistidos ou desconheçam as ações de assistência institucional.

Destarte, mesmo considerando essa variável, os indígenas investigados que declararam conhecer assistência institucional e políticas públicas executadas em Manaus aos mesmos, apontaram majoritariamente as ações de educação e saúde como as de maior visibilidade. É importante evidenciar que, na mesma aferição, os indígenas investigados afirmaram em sua maioria participar de associações culturais e representativas dos direitos indígenas, apontando um grau de participação política elevada.

Quanto ao modo de participação, constatou-se o envolvimento desses indígenas em organizações de diversas modalidades, como as que agrupam indígenas por etnia, origem étnica, gênero, localização geográfica e categoria profissional. Depreende-se disso, que os indígenas citadinos encontraram nessas organizações os espaços políticos privilegiados para suas reivindicações e forma de agregação cultural.

Esses mesmos indígenas apontaram sugestões ao Estado quanto à efetivação de políticas públicas aos indígenas citadinos, cujo índice maior de reivindicação residiu na educação como prioridade central. Nesse particular, a busca por sustentabilidade econômica apareceu com mais evidência do que a sugestão por atendimento à saúde, o que permite



deduzir que os indígenas de Manaus reivindicam mais investimentos de recursos financeiros por parte do poder público em projetos habitacionais, programas e ações culturais que promovam a sociabilidade e a geração de renda aos indígenas, no intuito de possibilitar aos mesmos condições autônomas de sobrevivência no sentido de não serem tutelados pelas políticas assistenciais do Estado.

Na pesquisa realizada em Belém com os indígenas citadinos residentes nesta cidade, constatou-se a predominância de indígenas, nas faixas etárias entre 18 a 49 anos, maior do que as faixas etárias dos indígenas investigados em Manaus. Detectou-se também que a maioria é casada, com tempo de permanência na cidade entre 01 a 03 anos de residência, baixa escolaridade, inseridos no mercado de trabalho com tempo de permanência no emprego de 01 a 03 anos, morando com uma só família.

As avaliações mensuradas sobre as políticas públicas de educação e saúde aplicadas em Belém, dos indígenas investigados residentes nesta cidade, refletiram o grau de insatisfação dessa população quanto ao descaso do poder público em relação ao seu atendimento, conforme supracitado.

Na área da educação, declararam insatisfações quanto: à qualidade e apresentação do material didático-pedagógico, disponibilizado nas escolas; ao atendimento por professores bilíngues; e à adequação do conteúdo programático adaptada à cultura indígena. Apesar disso, consideraram importante a frequência escolar na cidade e concordaram com a rapidez e facilidade de acesso às unidades escolares, diferentemente da realidade vivenciada nas aldeias.

Na área da saúde indígena, à semelhança da educação escolar ofertada em Belém, os indígenas declararam desconhecer a existência de planos, projetos e programas específicos a eles dirigidos. De um modo geral, os indígenas citadinos belenenses, à semelhança dos manauenses, são atendidos pelo SUS, e os oriundos das aldeias pela CASAI. Esta, por sua vez, é alvo de críticas recorrentes desses indígenas. Os resultados da pesquisa refletiram o quadro geral em que se encontram os indígenas, pois relataram sua insatisfação quanto: à qualidade no atendimento, à rapidez e segurança no deslocamento até às unidades de saúde; e à adoção de remédios oriundos da cultura indígena pelos profissionais da saúde, refletindo-se nesse quesito o problema do não reconhecimento da diversidade cultural no trato da questão da saúde indígena. A despeito dessas insatisfações, os indígenas investigados reconheceram o empenho dos profissionais da saúde em prestar um atendimento humanitário, em que pesem as péssimas condições das unidades e da CASAI de Belém.

Resguardadas as diferenças pontuais na mensuração da pesquisa entre os indígenas investigados residentes em Manaus e Belém, pelas razões já apontadas na caracterização do atendimento pelo poder público nas duas capitais amazônicas, constatou-se que os problemas enfrentados pelas duas populações citadinas apresentam similaridades, indicando os resultados desfavoráveis aos mesmos mediante as políticas públicas dirigidas a essa população, executadas pelo poder público, de forma descentralizada e setorizada nos centros urbanos. A diferença substancial entre os indígenas citadinos de Manaus e Belém consiste na organização e participação política dos indígenas, de forma mais efetiva na capital do Amazonas, o que reflete, em última instância, as ações mais visíveis do poder público naquela cidade em relação à educação escolar e à saúde indígenas.

Em histórias marcadas e cruzadas por caminhos diferentes, os indígenas citadinos em Manaus e Belém, amalgamaram suas experiências na mediação entre a institucionalidade e a recorrência permanente de direitos, tecendo fios na tecelagem da vida urbana na sua condição de ser indígena, sob lógicas e tradições próprias, mas com interesse comum em seu “fazer-se” enquanto sujeitos, que é o de viver e sobreviver na cidade. O “ser indígena” e o “tornar-se cidadão” articula esses indígenas residentes nas duas principais capitais amazônicas, na busca recorrente por atendimento de saúde de qualidade e de uma educação formal que respeite suas diversidades e os insira no mundo não indígena.

Nessa construção, esses indígenas mediaram suas relações com o mundo urbano que os cadastra na lógica da exclusão e os torna invisíveis enquanto cidadãos. Estão, entretanto, os indígenas citadinos, afirmando por sua existência, outra lógica de resistência, sem flechas, tacapes, adornos ou tudo mais que a sociedade não indígena historicamente lhes projetou pelo etnocentrismo idiossincrático. Resistências essas moldadas na memória, nas ações partilhadas e nas experiências mescladas entre o tradicional e o moderno. No que possa refletir e mergulhar no passado, podem os indígenas citadinos perceber-se no presente como sujeito e construir novos destinos diante dos interesses de um sistema excludente, que insiste em lançá-los ao abismo da expropriação e da barbárie.

## REFERÊNCIAS

- AGUDELOS, Domingos Savio Camico. *Domingos Savio Camico Agudelos*: depoimento [set. 2009]. Entrevistadora: L. Ponte. Manaus: Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena - Manaus, 2009.
- AMAZONAS. *Constituição Estadual*. Disponível em: <www.manaus.am.gov.br/portal/.../Constituicao\_Estadual.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2011.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS. *Relatório de gestão 2007*. Manaus, 2007.
- \_\_\_\_\_. SEDUC. *Resolução/CEEI n. 11*, de 13 de fevereiro de 2001. Manaus: Conselho Estadual de Educação, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Pira-Yawara*: educação escolar indígena um direito, uma conquista. Manaus, 1998.
- \_\_\_\_\_. SEDUC. *Resolução/CEE n° 99*, de 19 de dezembro de 1997. *Estabelece normas regulamentares para implantação do Regime instituído pela Lei n° 9.394/96, no Estado do Amazonas*. Manaus: Conselho Estadual de Educação, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes para a educação indígena no Estado do Amazonas*. Manaus: SEDUC, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Constituição do Estado do Amazonas*. Manaus, 1989.
- ASSIS, Eneida. *Direitos indígenas num contexto interétnico*: quando a democracia importada. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: IUPPERJ; UFPA, 2006.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Educação Indígena na Amazônia*: experiências e perspectivas. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1996.
- ATHIAS, Renato; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: discursos antropológicos e médicos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 425-431, 2001.
- ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência*: colonizadores e Kayapó do sul no Brasil central. Goiânia: UCG, 1998.
- AYRES, Manuel et al. *BioEstat 5.3*: aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. 5. ed. Belém: Mamirauá, 2011.
- BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001.
- BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*. Brasília, v. 1, n. 7, p. 15-17, nov./dez. 2001.

BAINES, Stephen G. Monografias.com. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/política-indigenista-brasil-ustralia-canada/politic>> Acesso em: 25 nov. 2010.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

BARQUERO, Antônio V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BEAUD; STÉPHANE; WEBER; FLORENCE. *Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BECHER, Tony; TROWLER, Paul R. *Academic tribes e Territories*. Second Edition. Philadelphia: Filadélfia, 1989.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BIARD, François Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUCHILLET, Dominique. Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006). *IRD - Institute de Recherche pour le Développement*. França: Abya-Yala, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010. Dispõe sobre a retirada da FUNASA da responsabilidade sobre os cuidados da saúde indígena. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010. Dispõe sobre a fundação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, que passa a assumir a responsabilidade sobre os cuidados da saúde indígena. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 6.861 de 27 de maio 2009. Dispõe sobre educação escolar indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11.03.2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional do Índio. *III Jogos dos Povos Indígenas*. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/indios/jogos/3o\\_jogos/3\\_jogos.htm](http://www.funai.gov.br/indios/jogos/3o_jogos/3_jogos.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional do Índio. *VI Jogos dos Povos Indígenas*. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2\\_semestre\\_2003/setembro/un0918.htm#002](http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2003/setembro/un0918.htm#002)>. Acesso em: 28 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 426, de 24 de julho de 1845. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 02 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991. Dispõe sobre a criação da Coordenação Nacional de Educação Indígena, e dá outras providências. In: MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). *Legislação Brasileira e Normas Correlatas*. 3. ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

\_\_\_\_\_. FUNASA. *Relatório de auditoria da Auditoria da FUNASA*. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. FUNASA. Portaria nº. 852 de 30 de setembro de 1999. Cria os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. In: MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). *Legislação Brasileira e Normas Correlatas*. 3. ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

\_\_\_\_\_. Portaria nº. 70, de 20 de janeiro de 2004. *Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde*. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. FUNASA. *Relatório de auditoria da Auditoria da FUNASA*. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº. 254, de 31 de janeiro de 2002. *Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 3.156, de 27 de agosto de 1999. Dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas. Brasília, DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.836, de 23 de setembro de 1999. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Brasília, DF, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação; CNE/CEB. Resolução nº 03 de 10 de novembro de 1999. *Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das escolas Indígenas e de outras providências*. Brasília, DF, Ano. Disponível em: <[www.pen.uem.br/diretrizes/Resol\\_CNE-CEB\\_1999\\_03.doc](http://www.pen.uem.br/diretrizes/Resol_CNE-CEB_1999_03.doc)>. Acesso em: 24 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília, DF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional- LDB*. Art. 78. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes nacionais para educação escolar indígena*. Brasília, DF, 1993.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº. 1.106, de 16 de julho de 1970. Dispõe sobre a criação do Programa de Integração Nacional. Brasília, DF, 1973.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre a criação do Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973.

BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. *Operação Amazônia*. Belém, 1966.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº. 23, de fevereiro de 1991. Transfere para o Ministério da Saúde a responsabilidade pela coordenação das ações de saúde destinadas aos povos indígenas. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. Serviço de Documentação da Marinha. *Revista Marítima Brasileira*, v. 115, n. 10-12, p. 19-32, out./dez. 200?. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/4\\_dn/antecedentes\\_historicos.pdf](http://www.mar.mil.br/4_dn/antecedentes_historicos.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2010.

BUCLET, B. ONGs na Amazônia oriental: responsabilidades e poder na implementação do modelo socioambiental. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT11: o desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira, n. 26. 2002, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 2002.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURNS, E. Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Edição do Governo do Estado, 1966.

CABRAL, Cleiton Lopes. *Geografia da Área Protegida: uma abordagem sobre os efeitos da expansão urbana na qualidade de vida da APA Metropolitana de Belém (PA)*. 2010. 127f. Monografia (Curso de Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O olhar do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

\_\_\_\_\_. *A crise do indigenismo*. São Paulo: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: UNB, 1981.

\_\_\_\_\_. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. Companhia das Letras: São Paulo, 1990.

CASTRO, Edna. *Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. Processo de transformação e representações do rural - urbano em Altamira. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: UFPA, 2006. p. 161-215.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. As novas políticas indigenistas de educação. *Políticas Públicas*. São Luís, v. 5, n. 1-2, p. 22-37. jan./dez. 2001.

COMERFORD, John. *Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDIGENAS DA AMAZONIA BRASILEIRA-COIAB. *Quem somos?* Manaus, 2011. Disponível em: <<http://www.coiab.com.br/index.php?dest=quemsomos>>. Acesso em: 21 de fev. 2011.

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. *Da capela carmelita à catedral metropolitana de Manaus (AM): uma arquitetura da arquitetura*. 2005. 171 f. Tese (Doutorado em Museu de Arqueologia e Etnologia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/ UFPA, 2000.

COSTA, José Marcelino Monteiro. Grandes projetos e perspectivas da Amazônia. *Cadernos NAEA*, Belém: UFPA; n. 9, p. 3-16, 1987.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Bases para o diálogo entre a Igreja Missionária e o Estado. Demarcação e garantia de território e o fim da violência: exigências para uma nova política indigenista. In: \_\_\_\_\_. *Os povos indígenas e a nova república*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 51-83.

CUNHA, Luiz Otávio Pinheiro. *A política indigenista no Brasil: as escolas mantidas pela FUNAI*. 1990. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CUNHA JÚNIOR, M. V. M. *Análise Multidimensional de Dados Categóricos: a aplicação das análises de correspondência simples e múltipla em marketing e sua integração com técnicas de análise de dados quantitativos*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Org.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 1997.

DAMATTA, Roberto. Casa, rua e o outro mundo: o caso do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAVIDOVICH, Fani R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, Berta K. et al. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 79-96.

DESAI, Nitin. Cultivating an urban eco-society: the United Nations response. In: INGONUCHI, T; NEWMAN, E; PAOLETTO, G. (Ed.) *Cities and the Environment: new approaches for eco-societies*, Tokyo; New York; Paris. United Nations: University Press, 1999.

DIREITO & JUSTIÇA INFORMÁTICA LTDA. Disponível em: <[http://www.dji.com.br/decreto/2009-006861 htm](http://www.dji.com.br/decreto/2009-006861.htm)>. Acesso em: 9 dez. 2010

DRAIBE, Sônia Miriam. O "Welfare State" no Brasil: Características e Perspectivas. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1989.

DREYFUSS, Laurence; MARCHAND, Alain. Gouvernement local et légitimation: vers des républiques urbaines? *Futur Antérieur*. n. 29, Paris, Harmatton, 1995, p. 71-102.

DURKHEIM, Emile. *O suicídio: estudo sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

DYE, Thomas D. *Understanding public policy*. Englewood Cliffs, NJ; Prentice-Hall, 1984.

ELIAS, N. *Os Estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EASTON, David. *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1965.

FATHEUER, Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Org.) *Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e Agenda 21*. In: RELATOS E REFLEXÕES A PARTIR DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL, 1998. Belém. *Anais...* Belém: NAEA, UFPA, 1998.

FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.



FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. Os povos indígenas da Amazônia Oriental e o Programa Grande Carajás: avaliação e perspectivas. In: HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 130-141.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, manáos e tarumãs. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 53-60, fev./ mar. 1987.

FIRTH, Raymond. Elements of social organization. Londres: Watts, 1951. In: SOUZA, Jessé; ÖELSE, Berthold (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 2005.

FÍGOLI, Leonardo H. G. *Identidad étnica y regional: trayecto constitutivo de una identidad social*. Brasília/DF, 1982, 244 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Nacional de Brasília, 1982.

FLORES, Luiz Felipe Neves. Região e Nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 17-24.

GADOTTI, Moacir. *Interdisciplinaridade: atitude e método*. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Artigos/Portugues/Filosofia\\_da\\_Educacao/Interdisci\\_Atitude\\_Metodo\\_1999.pdf](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Filosofia_da_Educacao/Interdisci_Atitude_Metodo_1999.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2007.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GALÍPOLO, Gabriel; GALA, Paulo; FERNANDES, Danilo A. *Notas para uma avaliação da influência de Marx em Douglass North*. 2005. (Anais da ANPEC ,33).

GALVÃO, Clara. *Legislação indígena*. Ministério do Interior. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio; Centro de Documentação do Museu do Índio. Brasília, DF, 1983.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALVÃO, Olímpio J. A. Clusters e Distritos Industriais: estudos de caso em países selecionados e implicações de política. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA). Brasília, DF, jun., 2000.

GARNELO, Luiza; BRANDÃO, Luiz Carlos. *Distritalização Sanitária Indígena no Amazonas – uma avaliação em processo*. Curitiba, 2002. (Texto apresentado no 5 Congresso Brasileiro de Epidemiologia).

\_\_\_\_\_. Políticas de saúde indígena na Amazônia: gestão e contradições. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 - 2007.

\_\_\_\_\_.; ROCHA, E.; SAMPAIO, Sully; PEITER, P.; PONTES, AL; STAUFFER, A. *Trabalho, educação e saúde*. 2009. Disponível em: <<http://www.revista.epsjor.fiocruz.br/upload/revistas/r257.pdf>> Acesso em: jun. 2010.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLUCKMAN, Max. *Essays on the ritual of social relations*. FORDE, Daryll (Org.). Manchester: Manchester University Press, 1962.

GNERRE, Mauricio.; BOTTASSO, Juan. Del indigenismo a las organizaciones indígenas. In: AA.VV. *Del indigenismo a las organizaciones indígenas*. Abya Yala. Colección Ethnos, 1986.

GOMES, Mércio Pereira. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, C. XIX-XX. *História Unisinos*. set./dez. 2006, p. 281-292. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicações\\_científicas/.../art04\\_gomes.pdf/similares](http://www.unisinos.br/publicações_científicas/.../art04_gomes.pdf/similares)>. Acesso em: 29 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os Índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira. *Autonomia e sustentabilidade indígena: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará entre 1988 e 2008*. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.

HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores)

JUNQUEIRA, Carmen. The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Example of the Xingu National Park. International Work Group for Indigenous Affairs Copenhagen. Genebra, 1973.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO E. A. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

KAMBEBA, Mara. *Mara Kambeba: depoimento* [set. de 2009]. Entrevistadora: L. A. S. X. Ponte. Manaus: Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus, 2009.

KÖPPEN, W. *Climatologia: com um estudo de los climas de La Tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.

KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford: Published to Oxford Scholarship Online, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LANGDON, Esther Jean. Saúde e Povos Indígenas: os desafios na virada do século. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES Y MEDICINA, 5. 1999. Venezuela. *Anais ...* Isla de Margarita, Venezuela, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre a antropologia e profissionais de saúde. In: LANGDON, E. J. ; GARNELO, L. (Org.). *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa; ABA, 2004. p. 33-51

LANGDON, Esther Jean; DIEHL, Eliana E. Participação e autonomia nos espaços interculturais de saúde indígena: reflexões a partir do sul do Brasil. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 19-36, 2007.

LASWELL, H. D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LEFF, Enrique. *Aventuras da Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Garamond, 2004.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 73, ago. 2005.

LENIN, Vladimir Ilich. *Política*. Florestan Fernandes (Org.). São Paulo: Ática, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores, v. 3)

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari; LIMA, Antonio Carlos de Souza. *As fronteiras da nação: o serviço de proteção aos Índios, 1910-1930*. Rio de Janeiro: MN; PPGAS, 1985.

LIKERT, R. *A technique for the measurement of attitudes*. Archives of Psychology, 1932.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Diversidade cultural e política indigenista. *Tellus (UCDB)*, Campo Grande, v. 3, p. 11-31, 2002.

\_\_\_\_\_. *Um grande cerco da paz*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *On indigenism and nationality in Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1994.

\_\_\_\_\_. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 155-172.

\_\_\_\_\_. A identificação como categoria histórica. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *Os poderes e as terras dos índios*. Comunicação. Rio de Janeiro: MN; PPGAS n. 14, p. 137-203, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; BARROSO-HOFFMANN, Maria. O Novo PPA e as Políticas Públicas para os Povos Indígenas. In: *Orçamento & Política Socioambiental*. Brasília, DF: Publicação INESC, v. 2, n. 6, jun. 2003.

LING, O. Civil society and the urban environment. In: INGONUCHI, T; NEWMAN, E; PAOLETTO, G. (Ed.) *Cities and the Environment: new approaches for eco-societies*, Tokyo: University Press, 1999.

LINDBLOM, Charles E. The science of muddling through. *Public Administration Review*, n. 36, p. 78-88, 1959.

LYNN, L. E. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica, Cali: Goodyear, 1980.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

LOUREIRO, Refkaufsky Violeta. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MACHADO, José Alberto da Costa et al. Metamorfose do modelo Zona Franca de Manaus: desafios à pesquisa e ao planejamento do desenvolvimento regional: In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 16-23

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). *Legislação indígena brasileira e normas correlatas*. 3. ed. Brasília: FUNAI; CGDOC, 2005.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978. (Relatório de Pesquisa).

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MANAUS. Prefeitura Municipal. SEMSA. *Plano Municipal de Saúde Indígena*. Manaus, 2009

MANAUS. Prefeitura Municipal. *Projeto "Cotidiano das Comunidades Indígenas dos rios Negro e Cueiras"*. Manaus, 2006.

MANAUS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos. *Relatório de 1 ano de atividades*. Manaus, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe: escritos políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1971. (Os Pensadores).

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The new institutionalism: organization factors in political life. *The American Political Science Review*, v. 78, n. 3, p. 734-749, set. 1984.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB*, n. 43, p. 67-102, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, Karl. *A questão judaica*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. 7. ed. São Paulo: Diffl, 1982. v. 1.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *O manifesto do partido comunista*. Lisboa: Escriba, 1968.

MAW, Henry Lister. *Journal of passage from the Pacific to the Atlantic*. London: John Muray, 1829.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, p. 1-4, fev. 1995.

MEAD, Margareth. Visual anthropology in a discipline of words. In: HOCKINGS, P. (Org.). *Principles of visual anthropology*. Paris: Mouton, 1975. p. 3-10.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MELLATI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

MELLO, Maria Eliane Alves de Souza. “Para servir a quem quizer”: apelações de liberdade dos índios na Amazônia Portuguesa”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo e ERTHAL, Regina de Carvalho (Org.). *Rastros da Memória*. História e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio, 2005.

MORGAN, Lewis H. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Presença, 1974. v.1.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, Douglas C. *Institutions, institutional change and economics performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Ana Délia. *Ana Délia Oliveira: depoimento* [set. 2009]. Entrevistadora: L. A. S. X. Ponte. Manaus: Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus – Manaus, 2009.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Índios urbanos au Brésil. Considérations démographiques, éducatives et politico-linguistiques”. In: CALVET, Louis-Jean et MOURRISOU-MOUYAMA, Auguste. *Le plurilinguisme urbain*. Paris, Institut de la Francophonie/Diffusion Didier Erudition, 2000, p. 183-98.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *The Future of Amazônia: Destruction or Sustainable Development?* London: University College, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. [online]. abr. 1998, v.4, ano.1 3 nov. 2004], p. 47-77. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out.2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003. (Série: Em busca da Identidade Regional).

OLIVEIRA SOBRINHO. Os silvícolas brasileiros e a legislação pátria: o decreto legislativo nº 5.484, de 1928. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. (Org.). *Textos Clássicos sobre o Direito e os Povos Indígenas*. Curitiba: Juruá, 1992. p. 93-124.

PALMEIRA, Clóvis. *Clóvis Palmeira: depoimento* [set. 2009]. Entrevistadora: L. A. S. X. Ponte. Manaus: Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas – Manaus, 2009.

PARÁ. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. *Jogos tradicionais indígenas do Pará*. Disponível em: <[http://www.seel.pa.gov.br/eventos/jogos\\_indigenas.asp](http://www.seel.pa.gov.br/eventos/jogos_indigenas.asp)>. Acesso em: 10 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. In: *Conferência estadual dos povos indígenas do Pará*. Disponível em: [http://www.sejudh.pa.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=162&Itemid=2](http://www.sejudh.pa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=162&Itemid=2). Acesso em: 14 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. *SEDUC, MEC e FUNAI assumem compromisso pela melhoria da educação indígena*. 2007. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/index.php?opcao=noticias&idarematematica=1&idtiponoticia=0&idnoticia=2732>>. Acesso em: 16 ago. 2008.

PARÁ. Agência Pará. *Governo realiza I Conferência dos Povos Indígenas*. Disponível em: <[http://www.sipam.gov.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=539](http://www.sipam.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=539)>. Acesso em: 18 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. *Fórum*. Disponível em: <[http://www.sejudh.pa.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2&Itemid=2](http://www.sejudh.pa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=2)>. Acesso em: 2 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. *Seminário*. 2007. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/index.php?opcao=noticias&idareatematica=1&idtiponoticia=1&idnoticia=3339&pagina=1>>. Acesso em: 2 set. 2008.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 67-95.

PARK, Robert. The city: suggestion for the investigation of human behavior in the urban environment. *American Journal of Sociology*, v. 20, p. 577-612, 1916.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. *Índios de verdade: o caso dos Xipaia e Curuaia em Altamira-Pará*. 2000. 134f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PEIRANO, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PETER, B. Guy. *El nuevo institucionalismo*. Barcelona: Gedisa, 2003.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

PINTO, Rigoberto Rivero. Seguridad jurídica y participación política: vía para el desarrollo económico y cultural de los pueblos indígenas de Bolivia. *América Indígena*. v. 59, n. 1, jan./mar. 2003.

PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes. A população indígena da cidade de Belém: algumas reflexões iniciais. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPÓLOGOS – NORTE E NORDESTE, 9. Manaus, 2005, *Anais...* ABANNE, 2005.

\_\_\_\_\_. *Material de pesquisa de campo, bibliográfica e documental sobre Belém e Manaus*. Belém, 2010-2006. Acervo pessoal

PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. *Região Amazônica: projeto de integração do estado brasileiro e alteridade*. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

POPPER, Karl Raimund. *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, [1992]. 390 p.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Belém, 2008. (Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas cidades da Amazônia. Fascículo 1. Indigenista na Cidade de Belém).

RAMOS, E. M. L. S. et al. Atentado violento ao pudor, ato obsceno e estupro ocorridos na Região Metropolitana de Belém. In: *Segurança Pública: uma Abordagem Estatística e Computacional*. Belém: UFPA, 2008. v.1, p. 17-26.

REDCLIFT, Michael. *Sustainability: life chances and livelihoods*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Itatiaia: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas do Brasil: 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RICARDO, Fany. *Povos indígenas no Brasil*. 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

ROCHA, Paulo Eduardo. *Políticas públicas sociais: um novo olhar sobre o orçamento da união – 1995/1998*. Brasília: INESC, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *I Reunião Técnica de Educação Escolar Indígena*. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. As línguas indígenas e a constituinte. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

RODRIGUES, Clayton de Souza. *Os Ticuna em Manaus: migração e etnicidade*. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

RODRIGUES, Edmilson Brito. Planejamento sócio-territorial participativo de Belém: O Congresso da Cidade. In: SOUZA, Maria Adélia (Org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territoriais, 2008.

ROTMANS, Jan. Integrated Assessment: a bird’s eye view. In: VAN ASSELT, Marjolein. B. A.; ROTMANS, Jan.; GREEUW, S. C. H. *Puzzle-solving for policy: a provisional handbook for Integrated Assessment*. Maastricht. The Netherlands, ICIS ; IFIEA, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHVAZER, E. (Org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

SAHLINS, Marshall David. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio. (Org.). *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Jonise Nunes. *Jonise Nunes Santos: depoimento* [abr. 2009]. Entrevistadora: L. A. S. X Ponte. Manaus: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria de Gestão Educacional. Gerência de Ensino Fundamental. Núcleo de Educação Escolar Indígena – Manaus, 2009.

SARAIVA, Márcia Pires. *Identidade multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do Médio Xingu*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará: Belém, 2007.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Ed.). *La comparación en ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1994.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCHULTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERAFIM, Maria das Graças. Política nacional de atenção aos povos indígenas. *Manual de atenção à saúde da criança indígena brasileira*. Orientações técnicas. Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde, 2004, p. 23-32.

SILVA, R. H. D. *A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígena do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais*. Quito - Ecuador: Abya Yala, 1998.

SILVA, R. N. P. *O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus*. 2001. 113f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Socorro de Fátima de Moraes da. *Numiã Kurá: ambiente urbano e saúde*. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia/PPG-CASA) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2002.

SIMMEL, George. *On individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *La tragédie de la culture*. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1988.

SIMON, Herbert. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Ademir de. (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

\_\_\_\_\_. *Gestão socioambiental, políticas públicas e movimentos sociais na região do rio Jari*. Belém: NAEA; Fundação Ford, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia N; SIMONIAN, Lígia.; FENZL, N. (Org.) *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*, Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53. (Série Estado e Gestão Pública).

\_\_\_\_\_. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas? *Amazônia XXI: agenda e estratégias de sustentabilidade*. Simpósio organizado por E. Castro. Belém: NAEA-UFPA, 1997.

\_\_\_\_\_.; PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes. Relação Estado e sociedades indígenas: identidades e territorialidades em Manaus, AM. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DA REGIÃO NORTE, 2. Belém, 2010.

SOUZA, André Luiz Lopes de. *Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites*. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

SOUZA, Márcio Bentes. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

STAUFFER, David H. *The origin and establishment of Brazil's indian service 1889-1910*. 1955. 377 f. (Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of the University of Texas in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy). Austin, Texas, 1955.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-44, 1985.

SULLIVAN, Caroline. Linking the past with the future. Maintaining livelihood strategies for indigenous forest dwellers in Guyana. In: REDCLIFT, Michael. *Sustainability: life chances and livelihoods*. London: Taylor: Francis Group, 2000. p. 158-188.

TERENA, Marcos. *Marcos Terena: depoimento* [jan. 2009]. Entrevistadora: L. Ponte: Brasília: Memorial dos Povos Indígenas – Brasília, DF, 2009.

THELEN, Kathlee; STEINMO, Syen. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Syen et al. (Ed.) *Structuring Politics*. Cambridge University Press, 1992.

THOMAS, Nicholas. Against ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 7, n. 2, p. 213-232. 1991.

TIKUNA, Aldenor. *Aldenor Tikuna: depoimento* [abr. 2008]. Entrevistadora: L. A. S. X. Ponte: Manaus: Centro Cultural Tikuna – Manaus, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TRILHAS DE CONHECIMENTO. Disponível em: <[http://www.trilhasdeconhecimento.etc.br/arquivos/Rio\\_Negro\\_Doc\\_orient\\_coneei\\_18\\_nov.pdf](http://www.trilhasdeconhecimento.etc.br/arquivos/Rio_Negro_Doc_orient_coneei_18_nov.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. *VII Jogos Indígenas tem grande festa de abertura*. 2004. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/noticias/agenciaciags/noticia.2004-11-23.5903160916/>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes: 2000. p. 75-103.

VAN ASSELT, Marjolein. B. A.; ROTMANS, Jan.; GREEUW, S.C.H. *Puzzle-solving for policy: a provisional handbook for Integrated Assessment*. Maastricht. The Netherlands, ICIS: IFIEA, 2001.

VARGA, Istvan Van Deursen. Educação em saúde: ideologias, racionalidades, discursos e práticas institucionais em 15 anos de indigenismo (Brasil, Anos 1980-1995). In: ASSIS, Eneida (Org.). *Educação indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: UNAMAZ; UFPA, 1996. p. 229-269.

VARGAS, Ivo García. Derechos de los pueblos indígenas de Colombia. In: *América indígena*, v. 59, n. 1, jan./mar. 2003.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: SOUZA, Jessé; ÖELSE, Berthold (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 2005. p. 249-267.

VERDUM, Ricardo. Os povos indígenas no PPA 2004-2007: hora de afirmação de direitos. In: *Orçamento & Política Socioambiental*. Brasília: Publicação INESC, ano 2, n. 6, jun. 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 377-392, 1996.

VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia: um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 54-77.

VIERTLER, Renate. A idéia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, Jenner; AMORIM, Nádia Lages Vinicius (Org.). *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999. p. 47-70.

VIECO, Juan. Desarrollo sostenible, organización social y ambiente en la Amazonia. In: FRANKY-CALVO, Carlos. ; ZÁRATE-BOTÏA, Carlos (Org.). *Imani mundo: estudios em la Amazonia colombiana*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia; IAI, 2001. p. 47-70.

VINHA, Marina; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. Evento nacional “Jogos dos Povos Indígenas”, jogos tradicionais e processos de esportização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. Londrina, *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005.

VINHOTE, Ádria Leite. *Educação escolar indígena: entre o direito e o acesso*. 2008. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

WACQUANT, Loïc. O retorno do recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. In: \_\_\_\_\_. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p. 21-42.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1992.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

WOOLCOCK, M. *La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales*. Disponível em: <<http://www.poverty.worldbank.org/library/view/13031>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento**  
**Sustentável do Trópico Úmido/PPDSTU**

Solicitação e Autorização da Pesquisa  
Ilmo.(a.) Senhor(a),

Laura Arlene Saré Ximenes Ponte, matrícula 200750D0001, discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA encontra-se elaborando a tese de Doutorado intitulada “Políticas Públicas, cidades e indígenas: um estudo da política indigenista nas capitais dos estados do Pará e Amazonas – pós 1988”, a qual trata das políticas de educação e saúde direcionadas aos indígenas residentes nos centros urbanos de Belém e Manaus. Para tal, se busca detectar e analisar as condições da oferta de educação e saúde indígenas e de posse dessas reflexões dar-se sugestões ao poder público sobre ações que visem melhorar essas condições referidas acima.

Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa são: levantamentos bibliográficos e documentais, observação direta, aplicação de formulários, questionários e entrevistas gravadas, e o uso de fotografias. A pesquisa não oferece riscos aos interlocutores, pois se trata de pesquisa social em que se utilizam as técnicas supracitadas mediadas e cruzadas posteriormente, após as tabulações e registros na monografia final da tese.

Os benefícios aos interlocutores serão viabilizados com a divulgação das análises desta tese, indicando os entraves que obstaculizam a efetivação e eficácia das políticas públicas de educação e saúde aos indígenas citadinos dos centros urbanos pesquisados. Nesse sentido, após expor estas informações, solicita-se autorização para a divulgação dos resultados finais da tese, que se destinam exclusivamente para fins acadêmicos, com a garantia de que haverá confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Agradeço desde já a contribuição e coloco-me à disposição no sentido de dirimir qualquer dúvida.

Atenciosamente,

---

Laura Arlene Saré Ximenes Ponte

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Contatos: (91) 3226 7897.  
E-mail: lauximen@ufpa.br

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO APLICADO AOS INDÍGENAS QUE RESIDEM EM BELÉM**

**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

Pesquisa: Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)

Obs.: Este formulário é para ser aplicado aos indígenas, que moram em Manaus ou em Belém.

**I - DADOS PESSOAIS**

**Nome:**

**Idade:**

**Povo: Tempo de permanência em Belém**

- menos de um ano       entre 1 a 3 anos       entre 3 a 6 anos  
 mais de 6 anos:

**Local de moradia:**

**Estado civil:**

- Solteiro       Casado       Divorciado       Outros

**Número de pessoas por moradia:**

- 1 a 3       3 a 6       6 ou mais

**Número de famílias por moradia:**

- 1       2       mais de 2

**Grau de escolaridade:**

**Dos pais:**

- Sem escolarização       Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo       Ensino médio incompleto  
 Ensino médio completo       Ensino superior incompleto  
 Ensino superior completo: \_\_\_\_\_ /Instituição: \_\_\_\_\_  
 Pós-graduação: / Instituição:

**Dos filhos:**

- Sem escolarização       Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo       Ensino médio incompleto  
 Ensino médio completo       Ensino superior incompleto  
 Ensino superior completo: / Instituição: \_\_\_\_\_  
 Pós-graduação:

## **II – DADOS SOCIOECONÔMICOS**

**2.1 Você trabalha? ( ) Sim ( ) Não**

**Caso tenha respondido sim, onde e em qual atividade?**

**Qual o valor do salário que recebe? Tem carteira assinada?**

**2.2 Há quanto tempo trabalha nesta atividade:**

( ) menos de um ano

( ) entre 1 a 3 anos

( ) entre 3 a 6 anos

( ) mais de 6 anos

**2.3 Outros membros da família trabalham? Quais?**

**2.4 Em que atividades eles trabalham?**

**2.5 Há quanto tempo trabalham nesta atividade:**

( ) menos de um ano

( ) entre 1 a 3 anos

( ) entre 3 a 6 anos

( ) mais de 6 anos

## **III- A VIDA NA CIDADE**

**3.1 Vocês são assistidos (acesso à educação diferenciada, saúde, emprego e renda) pelas políticas dos governos?**

**3.2 Vocês e seus familiares participam de associações e/ou organizações indígenas? Qual(is)?**

**3.3 Vocês têm conhecimento de alguma política pública voltada para os índios que moram em Belém?**

**3.4 Caso tenha sido positiva a resposta anterior, mencionar quais.**

**4. Quais as razões que o (a) levaram a sair da aldeia?**



5. Fale sobre a trajetória que seguiu desde a saída da aldeia até a sua estada em Belém.

6. Qual a sua rotina diária e durante a semana, em Belém?

7. Gosta de morar em Belém? Por quê? A sua família gosta? Por quê?

8. Belém é uma cidade, o que por si mesma é diferente de uma aldeia, o que o faz permanecer morando em Manaus ou em Belém?

9. Liste no mínimo três aspectos positivos da cidade em que vive.

10. Liste no mínimo os três maiores problemas da cidade em que vive.

11. Qual sua opinião.	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente
<b>A. Políticas de Saúde Indígena</b>					
A1. A Distância até o posto de atendimento é curta e chego até lá bem rápido.	( )	( )	( )	( )	( )
A2. Meio de transporte é rápido e seguro.	( )	( )	( )	( )	( )
A3. Sou bem atendido pelos agentes de saúde.					
A4. Os médicos enfermeiros concordam com o uso de remédios da cultura indígena.	( )	( )	( )	( )	( )
<b>B. Vida na Cidade e Sustentabilidade</b>					
B1. O índio tem recursos suficientes para se alimentar, viver com saúde e ser feliz.	( )	( )	( )	( )	( )
<b>C2. Políticas de Educação Indígena</b>					
C1. A estudar e ir à escola é muito importante para mim.	( )	( )	( )	( )	( )
C1. A Distância até a escola é curta e chego até lá bem rápido.	( )	( )	( )	( )	( )
C1. A escola tem livros novos e é de excelente qualidade .	( )	( )	( )	( )	( )
C1. A escola ensina o que eu realmente quero saber e me esforço para aprender.	( )	( )	( )	( )	( )

**Espaço livre para o interlocutor opinar sobre qualquer assunto que considere importante.**

**APÊNDICE C - FORMULÁRIO APLICADO AOS INDÍGENAS QUE RESIDEM EM MANAUS**

**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

Pesquisa: Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)

Obs.: Este formulário é para ser aplicado aos indígenas, que moram em Manaus ou em Belém.

**I - DADOS PESSOAIS**

**Nome:**

**Idade:**

**Povo: Tempo de permanência em Manaus**

- menos de um ano       entre 1 a 3 anos       entre 3 a 6 anos  
 mais de 6 anos:

**Local de moradia:**

**Estado civil:**

- Solteiro       Casado       Divorciado       Outros

**Número de pessoas por moradia:**

- 1 a 3       3 a 6       6 ou mais

**Número de famílias por moradia:**

- 1       2       mais de 2

**Grau de escolaridade:**

**Dos pais:**

- Sem escolarização       Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo       Ensino médio incompleto  
 Ensino médio completo       Ensino superior incompleto  
 Ensino superior completo: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
 Pós-graduação: / Instituição:

**Dos filhos:**

- Sem escolarização       Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo       Ensino médio incompleto  
 Ensino médio completo       Ensino superior incompleto  
 Ensino superior completo: Instituição: \_\_\_\_\_  
 Pós-graduação:

## **II – DADOS SOCIOECONÔMICOS**

**2.1 Você trabalha? ( ) Sim ( ) Não**

**Caso tenha respondido sim, onde e em qual atividade?**

**Qual o valor do salário que recebe? Tem carteira assinada?**

**2.2 Há quanto tempo trabalha nesta atividade:**

( ) menos de um ano

( ) entre 1 a 3 anos

( ) entre 3 a 6 anos

( ) mais de 6 anos

**2.3 Outros membros da família trabalham? Quais?**

**2.4 Em que atividades eles trabalham?**

**2.5 Há quanto tempo trabalham nesta atividade:**

( ) menos de um ano

( ) entre 1 a 3 anos

( ) entre 3 a 6 anos

( ) mais de 6 anos

## **III- A VIDA NA CIDADE**

**3.1 Vocês são assistidos (acesso à educação diferenciada, saúde, emprego e renda) pelas políticas dos governos?**

**3.2 Vocês e seus familiares participam de associações e/ou organizações indígenas? Qual(is)?**

**3.3 Vocês têm conhecimento de alguma política pública voltada para os índios que moram em Manaus?**

**3.4 Caso tenha sido positiva a resposta anterior, mencionar quais.**

**4. Quais as razões que o (a) levaram a sair da aldeia?**

**5. Fale sobre a trajetória que seguiu desde a saída da aldeia até a sua estada em Manaus.**

**6. Qual a sua rotina diária e durante a semana, em Manaus?**

**7. Gosta de morar em Manaus? Por quê? A sua família gosta? Por quê?**

**8. Manaus ou Belém é uma cidade, o que por si mesma é diferente de uma aldeia, o que o faz permanecer morando em Manaus?**

**9. Liste no mínimo três aspectos positivos da cidade em que vive.**

**10. Liste no mínimo os três maiores problemas da cidade em que vive.**

**Espaço livre para o interlocutor opinar sobre qualquer assunto que considere importante**

**APÊNDICE D - FORMULÁRIO APLICADO À ASSOCIAÇÃO DOS INDÍGENAS DA  
ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM (AIAMB)**

**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

Pesquisa: Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)

**IDADOS DA ASSOCIAÇÃO**

**1.1 Nome:**

**1.2 Condição quanto á regulamentação**

**CNPJ:**

**1.3 Endereço:**

**1.4 Data de criação:**

**1.5 Povo ou povos que representa:**

**1.6 Número de associados:**

**1.7 Fonte de recurso para manutenção da Associação:**

**1.8 Sede: própria ( ) por doação ( ) De quem? \_\_\_\_\_**

**Própria ( ) por compra ( )**

**Alugada ( ) Cedida ( ) Financiada ( ) Por quê?**

**1.9 Atividade que desenvolve:**

**1.10 Associação tem desenvolvido atividades em parceria com o poder público?**

**SIM ( ) ( ) NÃO**

**1.11 Caso positiva a resposta da pergunta anterior, informe quais e o montante de recurso.**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>MONTANTE</b>

**1.12 A associação tem parceria com a ONG?**

**( ) SIM ( ) NÃO**

**1.13** Caso positivo quanto á resposta da pergunta anterior, responda quais atividades estão sendo desenvolvidas, com quais parceiras e o montante de recursos que tem sido envolvido.

ATIVIDADES	PARCEIROS	MONTANTE

**1.14** A Associação ao ter aprovado Projetos junto a instituições públicas tem tido dificuldades para o seu desempenho?

( ) SIM ( ) NÃO

**1.15** Caso positiva a resposta, quais são as dificuldades e as facilidades?

DIFICULDADES	FACILIDADES

## II DADOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

**2.0** Metas das instituições:

**2.1** Resultados obtidos:

**2.2** Considera que a ação das instituições públicas tem atendido satisfatoriamente os indígenas que moram em Manaus, em termos de saúde, educação, emprego e renda, moradia:

( ) SIM ( ) NÃO

**2.3** Após a decisão do Estado brasileiro de dividir as ações sobre as populações indígenas do país em vários órgãos consideram que houve uma melhoria para os indígenas em termo de saúde, educação, emprego e renda, moradia?

( ) Sim ( ) Não. Por quê?

**APÊNDICE E - FORMULÁRIO APLICADO ÀS ASSOCIAÇÕES DOS INDÍGENAS DE MANAUS**

**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

Pesquisa: Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)

**IDADOS DA ASSOCIAÇÃO**

**1.16 Nome:**

**1.17 Condição quanto á regulamentação**

---

**CNPJ:**

**1.18 Endereço:**

**1.19 Data de criação:**

**1.20 Povo ou povos que representa:**

**1.21 Numero de associados:**

**1.22 Fonte de recurso para manutenção da Associação:**

**1.23 Sede: própria ( ) por doação ( ) De quem? \_\_\_\_\_**  
**Própria ( ) por compra ( )**  
**Alugada ( ) Cedida ( ) Financiada ( ) Por que?**

**1.24 Atividade que desenvolve:**

**1.25 Associação tem desenvolvido atividades em parceria com o poder público?**

**( ) SIM ( ) NÃO**

**1.26 Caso positiva a resposta da pergunta anterior, informe quais e o montante de recurso.**

ATIVIDADES	MONTANTE

**1.27 A associação tem parceria com a ONG?**

**( ) SIM ( ) NÃO**

**1.28** Caso positivo quanto á resposta da pergunta anterior, responda quais atividades estão sendo desenvolvidas, com quais parceiras e o montante de recursos que tem sido envolvido.

ATIVIDADES	PARCEIROS	MONTANTE

**1.29** A Associação ao ter aprovado Projetos junto à instituições públicas tem tido dificuldades para o seu desempenho?

SIM  NÃO

**1.30** Caso positiva a resposta, quais são as dificuldades e as facilidades?

DIFICULDADES	FACILIDADES

## II DADOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

**3.0** Metas das instituições:

**2.1** Resultados obtidos:

**2.2** Considera que a ação das instituições públicas tem atendido satisfatoriamente os indígenas que moram em Manaus, em termos de saúde, educação, emprego e renda, moradia:

SIM  NÃO

**2.3** Após a decisão do Estado brasileiro de dividir as ações sobre as populações indígenas do país em vários órgãos considera que houve uma melhoria para os indígenas em termo de saúde, educação, emprego e renda, moradia?

Sim  Não. Por quê?



**APÊNDICE F - FORMULÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE BELÉM E MANAUS DAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL**

Pesquisa: Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)

Obs.: Este formulário é para ser aplicado, junto a técnicos das instituições públicas da esfera dos três poderes (municipal, estadual e federal), que tem como missão atuar sobre povos indígenas de um modo geral, bem como aquelas que se voltam para as populações indígenas que moram em Belém ou Manaus.

**I - DADOS INSTITUCIONAIS**

**Nome da instituição:** \_\_\_\_\_

**Data de criação:** \_\_\_\_\_

**Missão:**

---

---

---

---

---

---

**Programas/projetos/planos realizados após 1988 para as populações indígenas:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Clientela atingida:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Nº de pessoas atingidas:**

---

---

**Resultados obtidos:**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Metas alcançadas:**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Metas não alcançadas:**

---

---

---

---

---

---

---

---

**Programas/projetos/planos iniciados ou a serem iniciados em 2009:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Clientela a ser atingida:**

---

---

**Nº de pessoas a serem atingidas:**

---

**Resultados obtidos ou a serem obtidos:**

---

---

---

**Metas alcançadas:**

---

---

---

---

---

**Metas não alcançadas:**

---

---

---

---

---

**Foram desenvolvidas Políticas Públicas ou apenas estabelecidas metas?**

---

---

---

---

---

**Houve a participação de representantes de povos indígenas nas discussões sobre as proposições de planos, projetos e programas direcionados a referidos povos?**

---

---

---

---

**Caso tenha sido positiva a resposta à pergunta anterior, de que modo houve essa participação?**

---

---

---

---

---

**ANEXOS**

**ANEXO A – DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA ÀS  
INSTITUIÇÕES E ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS**

**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU**

Ofício...../2008 – PPGDSTU/NAEA

Belém,.....de.....de.....

**Assunto: Realização da pesquisa**

Ilmo. Senhor,

Apresentamos **Laura Arlene Saré Ximenes Ponte**, matrícula **2007050D0001**, discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, que está elaborando a tese de Doutorado intitulada “Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010)”. Nesse sentido, a fim de viabilizar a execução desse trabalho acadêmico, venho solicitar a V. Sa. a autorização para que a aluna possa realizar a aplicação de formulários de pesquisa com o objetivo de levantar informações que se destinam única e exclusivamente para fins acadêmicos da sua tese.

Agradecemos desde já a atenção dispensada e fazendo votos de uma colocação positiva, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**Ana Paula Vidal**

Coord. do PPGDSTU/NAEA/UFPA

**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)/ADMINISTRAÇÃO REGIONAL BELÉM PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO/PPDSTU

Solicitação e Autorização da Pesquisa  
Ilm.º. Senhor Coaracy Aparai Lima,

Laura Arlene Saré Ximenes Ponte, matrícula 200750D0001, discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA encontra-se elaborando a tese de Doutorado intitulada Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010), a qual trata das políticas de educação e saúde direcionadas aos indígenas residentes nos centros urbanos de Belém e Manaus. Para tal, se busca detectar e analisar as condições da oferta de educação e saúde indígenas e de posse dessas reflexões dar-se sugestões ao poder público sobre ações que visem melhorar essas condições referidas acima.

Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa são: levantamentos bibliográficos e documentais, observação direta, aplicação de formulários, questionários e entrevistas gravadas, e o uso de fotografias. A pesquisa não oferece riscos aos interlocutores, pois se trata de pesquisa social em que se utilizam as técnicas supracitadas mediadas e cruzadas posteriormente, após as tabulações e registros na monografia final da tese.

Os benefícios aos interlocutores serão viabilizados com a divulgação das análises desta tese, indicando os entraves que estão obstaculizando a efetivação e eficácia das políticas públicas de educação e saúde aos indígenas citadinos dos centros urbanos pesquisados. Nesse sentido, após expor estas informações, solicita-se autorização para realização da pesquisa supracitada, que se destinam exclusivamente para fins acadêmicos, com a garantia de que haverá confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Agradeço desde já a contribuição e coloco-me à disposição no sentido de dirimir qualquer dúvida.

Atenciosamente,

*Laura Arlene Saré Ximenes Ponte*  
Laura Arlene Saré Ximenes Ponte

Belém, 18 de outubro de 2011.

*Cito. Autorizo*  
A CASAI  
AT. Sra. Doris  
P/Atender.

Coaracy Aparai Lima  
Diretor do PPGDSTU  
Portaria nº 11, de 27.01.2011